

# Brasil

*500 anos de povoamento*



**IBGE**  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística







Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE  
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

# Brasil

*500 anos de povoamento*

Rio de Janeiro  
2007

# Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-3940-9

© IBGE. 2007

Presidente da República  
**Luiz Inácio Lula da Silva**

Ministro do Planejamento, Orçamento e  
Gestão  
**Paulo Bernardo Silva**

INSTITUTO BRASILEIRO  
DE GEOGRAFIA E  
ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente  
**Eduardo Pereira Nunes**

Diretor-Executivo  
**Sérgio da Costa Côrtes**

## ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas  
**Wasmália Socorro Barata Bivar**

Diretoria de Geociências  
**Guido Gelli**

Diretoria de Informática  
**Luiz Fernando Pinto Mariano**

Centro de Documentação e Disseminação de  
Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Sérgio da Costa Côrtes (interino)**

## UNIDADE RESPONSÁVEL

Centro de Documentação e Disseminação de  
Informações

**Magda Prates Coelho**

Brasil: 500 anos de povoamento / IBGE, Centro de Documentação e  
Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2007.  
232 p.

ISBN 978-85-240-3940-9

1. Brasil - População - História. 2. Brasil - Colonização. 3. Brasil - Popu-  
lação estrangeira. 4. Brasil - Migração - História. 5. Migração - Estatística.  
6. Índios da América do Sul - Brasil. 7. Negros - Brasil. I. IBGE. Centro de  
Documentação e Disseminação de Informações.

Divisão de Biblioteca e Acervos Especiais  
RJ/2007-07

CDU 314.148(81)  
DEM

Impresso no Brasil/Printed in Brazil







# Brasil *500 anos de povoamento*

# Brasil

---

*500 anos de povoamento*

# Agradecimentos

---

O IBGE agradece a colaboração.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro  
Arquivo Nacional  
Banco Bozano Simonsen  
Biblioteca Nacional - BN  
Editora Gráficos Burti Ltda  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN  
Memorial do Imigrante/Museu da Imigração  
Museu Afro-Brasileiro  
Museu de Arte Moderna - MAM  
Museu Internacional de Arte Naïf do Brasil  
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP  
Museu Histórico da Imigração Japonesa  
Museu Nacional de Belas Artes - MNBA  
Museu Lasar Segall  
Museu Judaico do Rio de Janeiro  
Organização do Curso de Formação de Professores Ticuna  
Palácio do Itamaraty  
Pinacoteca do Estado de São Paulo  
Projeto Portinari

Acervo Malamud  
Coleção Gilberto Chateaubriand

Ana Bella Geiger  
Elizabeth Malfatti  
Antônio Manuel  
Glauco Rodrigues  
José Alberto Nemer  
João Clemente Gaspar - Metchiicü  
Yo Kaminagai  
Manuel Alfredo Rosindo - Nhaimatücü  
Rubens Gerchman

Agradecimento especial à Lélia Coelho Frota, pela cessão de imagens de sua coleção particular.

# Apresentação

---

Como parte dos festejos alusivos ao “descobrimento” do Brasil, o IBGE traz ao público a obra Brasil, 500 Anos de Povoamento. Reunindo 10 textos elaborados por renomados especialistas, o livro oferece diversos elementos que permitem um melhor entendimento do verdadeiro “caldeirão étnico” que é o Brasil. Assim, partindo do processo de construção do território nacional, são examinados aspectos da história dos três grandes “povos” definidores da nossa Nação, a saber, os indígenas, portugueses e negros. A eles se juntaram, com o passar dos séculos, espanhóis, judeus, alemães, italianos, árabes e japoneses. Todos eles, e mais aqueles não incluídos na presente coletânea, imprimiram - e ainda imprimem - a sua marca na formação de uma identidade nacional caracterizada, mais que por quaisquer outros elementos, pela unidade lingüística e integridade territorial.

Os textos seguem, tanto quanto possível, um roteiro comum. Para cada grupo étnico é apresentado um histórico geral da migração (com a exceção, é claro, dos indígenas), suas áreas de procedência nas regiões ou países de origem, razões e condições históricas da migração, regiões de destino, formas de inserção social e sua evolução ao longo do tempo. Ao final, o leitor terá um quadro da diversidade étnico-cultural do País, base de riqueza inestimável que, em última instância, deriva da coexistência dos fenômenos de “abrasileiramento” e conservação da identidade de cada um destes grupos.

Em síntese, a presente publicação oferece um panorama da contribuição de diversas “nações” que, ao longo de cinco séculos, ajudaram a construir a Nação brasileira. Com ela, o IBGE tem a certeza de estar, uma vez mais, ajudando no processo inesgotável de descobrimento do Brasil.



---

*Presidente do IBGE*

## Livro

Eduardo Pereira Nunes

*presidente IBGE*

David Wu Tai

*editor/superintendente do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI*

Magda Prates Coelho

*coordenação*

Ronaldo Vainfas

*organização*

Ronald Raminelli

*pesquisa iconográfica e roteiro de imagens*

Aldo Victorio Filho

Marcos Balster Fiore Correia

*gerência de criação*

Ana Claudia Sodré

*capa e abertura*

Helga Szpiz

*projeto gráfico*

Gisela Ávila

Lecy Delfim

*revisão de arte*

Andreas Valentin

Fernando Mendonça

Marcelo Thadeu Rodrigues

Maria José Salles Manteiro

Mauro Emilio Araújo

Mônica Vieira Pantoja

Renato José Aguiar

Ronaldo Bainha

Ubiratã Oliveira dos Santos

*diagramação e tratamento de imagem*

Katia Vaz Cavalcanti

*gerência editorial*

Anna Maria dos Santos

Cristina Ramos Carlos de Carvalho

José Luís Nicola

Kátia Domingos Vieira

Sueli Alves de Amorim

*copidesque e revisão*

Elizabeth Santos da Fontoura

Sônia Gonçalves Rocha

*diagramação e estruturação tabular*

Lúcia Regina Dias Guimarães

*gerência de promoção e publicidade*

Aglaia Tavares

Marcelo Mendonça de Sá

Rose Barros

*assessoria da coordenação*

Sônia Regina Allevato

*gerência de documentação*

Regina Maria Fucci

Diva de Assis Moreira

*normalização bibliográfica*

## Pesquisa

Maria Teresa Passos Bastos

*gerência de documentação*

Edna Maria de Sá Moraes

*pesquisas estatísticas e bibliográficas*

Célia Tavares (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

*pesquisas de eventos e datas históricas*

Gerência Gráfica/CDDI, em 2000

*impressão*

# Sumário

Brasil  
*500 anos de povoamento*

INTRODUÇÃO	12
CENÁRIO DO ENCONTRO DE POVOS: a construção do território Jacqueline Hermann	17
HISTÓRIA INDÍGENA: 500 anos de despovoamento Ronaldo Vainfas	35
PRESENÇA PORTUGUESA: de colonizadores a imigrantes Renato Pinto Venâncio	61
PRESENÇA NEGRA: conflitos e encontros João José Reis	79
SONHOS GALEGOS: os espanhóis no Brasil Lucia Maria Paschoal Guimarães e Ronaldo Vainfas	101
NOVA LÍNGUA INTERIOR: os judeus no Brasil Keila Grinberg	123
IMIGRAÇÃO ALEMÃ: formação de uma comunidade teuto-brasileira Valdir Gregory	141
IMIGRANTES ITALIANOS: entre a italianità e a brasilidade Angela de Castro Gomes	159
IMIGRAÇÃO ÁRABE: um certo oriente no Brasil Maria Lúcia Mott	179
O SOL NASCENTE DO BRASIL: um balanço da imigração japonesa Kaori Kodama	197
OS AUTORES	216
APÊNDICE. Estatísticas de 500 anos de povoamento do Brasil	218

# Introdução



Casamento do japonês Guinroku Ayabe com a alemã Elizabeth Mai, em Curitiba (PR), no dia 14 de agosto de 1928.

Museu Histórico da Imigração Japonesa - MHIJ

Este livro trata da multiplicidade de “nações” que formaram o Brasil ao longo dos últimos 500 anos. Marcado pela unidade da língua, pela manutenção da integridade territorial da antiga América Portuguesa, o Brasil foi capaz de absorver inúmeras nacionalidades e culturas ao longo de sua formação histórica. Assemelha-se, neste ponto, malgrado as diferenças, aos Estados Unidos, o vizinho próspero do hemisfério norte. Estados Unidos de colonização mais “jovem”, iniciada no Século XVII, porém de independência a mais precoce possível, pois foi a primeira nação americana a se emancipar da Europa, ainda no Século XVIII. O Brasil, católico, apesar dos sincretismos; os Estados Unidos, protestantes, apesar do catolicismo. O Brasil, terra de bandeirantes predadores; os Estados Unidos, terra de pioneiros construtores, como diria Viana Moog, nos anos de 1950. Brasil das relações pessoais, afetivizadas, cordiais; Estados Unidos das instituições e direitos civil e político. São inúmeros os contrastes.

As semelhanças são, porém, poderosas. Antes de tudo, a dimensão continental, na geografia, construída pela expansão da fronteira, horizonte espacial e humano muito caro aos dois países. Uma construção feita à base de muito sangue, o dos que avançavam na conquista e o dos que sucumbiam no caminho, tentando em vão obstar a expansão territorial. Sangue de uns e de outros.

Segunda semelhança: a diversidade das nações em conflito e encontro. Brasil e Estados Unidos, apesar das identidades nacionais histórica e ideologicamente construídas, são países que abrigaram e abrigam nacionalidades múltiplas. É oportuno lembrar, a propósito, que a palavra “nação”, na língua portuguesa dos séculos passados, aludia especialmente às alteridades, aos estrangeiros, aos que eram diferentes pela língua, religião ou raça. Os da “nação francesa”, dizia-se dos piratas que acossavam a costa brasileira no Século XVI. Os da “nação” tupinambá, tupiniquim ou potiguar, dizia-se dos índios. Os da nação angola, congo ou mina, dizia-se dos africanos. “Gente da nação”, dizia-se dos cristãos-novos, os ex-judeus de Portugal, tidos como os mais perigosos hereges do reino e do além-mar. Ser de alguma nação era, há séculos, ser estrangeiro, diferente, perigoso.

Seria preciso esperar o Século XVIII, sobretudo a Revolução Francesa, para que o conceito de nação deixasse de exprimir alteridades perigosas ou indesejáveis para assumir significados ligados à identidade, à comunidade territorial, à língua, quiçá ao credo, como no caso brasileiro. Mas a construção da “nação brasileira”, tecida no Império graças à conjugação de esforços da Monarquia, da literatura romântica e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, não seria capaz de apagar as alteridades ou nacionalidades que formaram nossa história. Talvez não quisessem mesmo fazê-lo, os donos do poder, a julgar pelo que disse Von Martius, o naturalista alemão que ganhou, nos anos de 1840, o concurso do IHGB intitulado: “Como se deve escrever a história do Brasil”. Defendeu Von Martius, ousadamente, que a originalidade da história brasileira residia na fusão das três raças: a branca dos portugueses, a indígena e a africana. Ninguém, no Século XIX, seguiu o conselho de Von Martius, sendo que a principal obra historiográfica brasileira do século foi a de Francisco Adolpho de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, sorocabano de ascendência alemã, autor de copiosa obra em cinco volumes: a História Geral do Brasil (1854-57). Obra patrocinada pelo imperador D. Pedro II, portadora de ideologia branca, elitista e conservadora - embora muito documentada e factualmente irreprochável para a época. Quase 100 anos depois, com o Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre (1933), a sugestão de Von Martius seria acatada e sofisticada, pois em Freyre a “fusão das raças” branca, negra e indígena ganharia dimensão antropológica por meio do conceito de cultura.

É nesta linha que se organizou e realizou o presente livro, concebido em função do encontro de alteridades, reunidas ao longo de 500 anos de Brasil. Alteridades agregadas que não perderam, porém, suas identidades particulares,

suas marcas de “nação”. Daí o Brasil ser, *malgré tout*, País de nações múltiplas. A multiplicidade é tamanha que não poderia ser toda ela abrigada num livro só, o que nos forçou a fazer escolhas. Escolhas de “nações” que formaram a Nação brasileira, as quais dispusemos na ordem cronológica de sua chegada no que hoje é nosso território.

Assim, depois de demarcar o campo da territorialidade desde o Século XVI ao limiar do milênio que se avizinha, passamos aos “povos”, antes de tudo os três grandes formadores, pela ordem: índios, portugueses, africanos. Mas dizer três é dizer pouco ou quase nada. Porque o mundo dos índios era de extrema diversidade, e a clássica diferenciação entre tupis e tapuias não resolve o assunto. Vários troncos linguísticos, inúmeros idiomas e culturas, assim foi o mundo indígena na Colônia, no Império e mesmo hoje, quando processos de etnogênese permitem recriar culturas que se supunham mortas. Algo de semelhante se pode dizer das africanidades, nagôs, bantos e as inúmeras “nações” que povoaram o Brasil, cativas. Nem por isso deixaram de imprimir poderosa marca cultural, para dizer o mínimo, a ponto de Gilberto Freyre tê-los considerado, aos negros, como os “colonizadores africanos do Brasil. Entre índios e negros, culturalmente diversos, os portugueses despontam como o agente colonizador por excelência. Pois foi de Portugal que vieram as instituições oficiais, os valores dominantes, a iniciativa colonizatória. Houve mesmo quem dissesse que tudo o que se fez no Brasil foi, em maior ou menor grau, uma adaptação do que existia em Portugal. Exagero puro. Mas não se pode desconhecer, por mais que se a critique ou desmereça, que a colonização do Brasil foi obra de Portugal e de portugueses, mesclados aos índios da terra e aos negros d’África.

O tempo só fez complexificar o imbroglío de nossas nações. E, à guisa de exemplo, incluímos os espanhóis, que já na Colônia imprimiram sua marca, ora nas fronteiras do sul, ora em toda parte, no tempo da dominação filipina (1580-1640). Na verdade, neste tempo a colonização do Brasil foi mais castelhana do que portuguesa, e quase o Brasil virou uma Nova Espanha ou um “novo Peru”, como queria o governador Diogo Botelho, no início do Século XVII. Mas os castelhanos colonizadores de outrora virariam os galegos imigrantes dos Séculos XIX e XX, inspirando a República dos Sonhos de Nélide Piñon.

Entre portugueses e castelhanos-galegos, despontaram os judeus, cuja presença no Brasil foi extraordinária. Primeiramente sob o rótulo de cristãos novos, posto que, desde 1497, haviam sido convertidos ao catolicismo por decreto de D.Manuel, o Venturoso. Se os cristãos novos do Brasil judaizavam ou não em segredo, eis um mistério difícil de resolver. Mas não deixa de ser curioso o fato de que chamavam de cristãos novos, em Portugal e no Brasil, descendentes de judeus convertidos havia três séculos! Com razão a historiadora Anita Novinsky disse certa vez que o cristão novo nunca envelhecia: continuava “novo”, mesmo que católico há várias gerações. Foi o Marquês de Pombal que acabou com a diferenciação entre cristãos velhos e novos, de modo que, hoje, à diferença do Século XVI, ninguém poderá dizer quem, dentre os brasileiros com nome português, é cristão velho ou novo. Mas, até 1773, todos saberiam identificar a ascendência nova ou velha dos católicos do Brasil. Superado o problema “judaizante”, o Brasil receberia novas levas de judeus ao longo do Século XIX e sobretudo no XX, migrações inscritas no contexto europeu de que a ascensão do nazismo seria capítulo crucial.

Em nossa seleção das “nações” que povoaram o Brasil, incluímos algumas que, imigrando entre os Séculos XIX e XX, deixaram marca profunda em vários aspectos. Duas provenientes da Europa, os italianos e alemães; as outras duas do oriente, do médio e do extremo: árabes e japoneses.

A história dos italianos é a da imigração de colonos para a cafeicultura paulista, desdobrada depois no trabalho urbano do nascente operariado. Mas é também a história dos Matarazzos, os “self-made men” que acumularam bens, entre práticas e lendas, tornando-se empresários de enorme influência em São



Paulo e no sul do País. A história dos alemães é parecida, embora mais apegada às colônias agrícolas relativamente autônomas do sul e menos “abrasileiradas” do que a dos imigrantes italianos. Uns e outros passaram pelas agruras da II Guerra, depois de muitos deles terem aderido de coração ao nazi-fascismo em país que custou a se decidir de que lado ficaria no conflito mundial.

Entre os imigrantes árabes predominaram, não os muçulmanos, como alguns supõem, mas cristãos, parte ortodoxa, parte católica. Imigração não estimulada por políticas colonizatórias, como no caso germânico ou italiano, e que se dirigiu sobretudo para as cidades, notadamente São Paulo. Dela saíram “mascates”, depois empresários de porte, finalmente políticos de peso. É, como diz o título do artigo, “um certo oriente” no Brasil: um “oriente” que já veio meio “ocidentalizado”, em vários aspectos, sem perder a marca “árabe” de nação, por mais que se diga o contrário.

O autêntico extremo-orientes exemplificamos com os japoneses, que para o Brasil vieram no limiar do Século XX no esteio das políticas imigratórias. É migração que reproduz, em parte, a história dos colonos da cafeicultura, como em Gaijin. Frustraram-se muito, por décadas, integrando-se ao País com o tempo, sem perder, porém, suas identidades de “nação”. Vivenciaram, também, os dilemas da II Guerra e brigaram entre si, depois de 1945, porque uns aceitavam a derrota, mas outros não podiam crer na capitulação do Império nipônico, ainda que Hiroshima e Nagasaki estivessem sob a poeira atômica da bomba nuclear. Ultimamente acalentam, alguns, o sonho de retornar à terra do verdadeiro “sol nascente”, de que o Brasil chegara a ser edênica miragem.

Fizemos, pois, algumas escolhas e, portanto, diversas renúncias. Renunciamos aos “eslavos”, e com isto à enormidade de russos, poloneses, lituanos e outros que, cada um com sua bagagem cultural, língua e mores, vieram para o Brasil. Ortodoxos, uns, como os russos, que no Rio de Janeiro, por exemplo, mantêm suas igrejas e patriarcas. Católicos, outros, como os poloneses, muito fortes no Paraná, por exemplo, onde apesar de “abrasileirados”, reproduzem rivalidades históricas com os alemães, herança de tempos idos, dos conflitos do “corredor polonês”, da disputa por Dantzig. Renunciamos aos chineses, os da China continental e os de Formosa, grupos rivais, ambos numerosos no Rio e, sobretudo, em São Paulo. Renunciamos aos turcos, por vezes erroneamente confundidos com os “árabes”. Renunciamos, enfim, a muitas “nações”.

Mas, entre escolhas e renúncias, vale dizer que todos os grupos examinados se tornaram brasileiros, sem perder sua marca original. Procuramos mostrar neste livro, entre textos e imagens, as oscilações de identidade: de um lado, a brasilidade; de outro, a Deutschtum e a italianità, as africanidades dos santos e orixás, a nostalgia galega, a cultura nissei, a sírio-libanesa, o mundo das sinagogas brasileiras, os portugueses que nos legaram a “língua pátria”, os indígenas - que viraram pouquíssimos, mas juntamente com os africanos, moldaram, há séculos, o que viria a ser o Brasil.

De todo modo, é caso de insistir: são todos brasileiros, neutralizando a autêntica “Babel cultural” que caracterizou a formação histórica do Brasil, em termos de línguas, costumes e crenças. E nisto o Brasil se diferencia muito dos Estados Unidos, país em que as minorias e microminorias têm suas identidades e direitos reconhecidos em grande parte porque o modelo anglo-saxão e protestante buscou desde cedo impor sua hegemonia. No Brasil, sociedade “amolengada”, como diria Freyre, ou “cordial”, como dela disse Sérgio Buarque, as coisas se passaram de outro modo. Conflitos, massacres e chacinas nunca faltaram à nossa história, é certo, mas a “Babel cultural” cedeu lugar - não resta dúvida - ao abrasileiramento. Abrasileiramento com frágil consciência de “nação” e formado por múltiplas nações. Um “mistério do próspero” no espelho, cuja decifração desafia o próximo milênio.

Ronaldo Vainfas



# CENÁRIO DO ENCONTRO DE POVOS

---

a construção do território

JACQUELINE HERMANN





LA MER DV SV

TROIPIQ

MER PACIFIQVE  
OV DE MAGELLAN:

SV SV ROEST

S V

# CENÁRIO DO ENCONTRO DE POVOS

---

JACQUELINE HERMANN

## a construção do território

### *A VASTA DIMENSÃO TERRITORIAL DO BRASIL E A FERTILIDADE DE SEU SOLO SÃO SEMPRE TRATADAS*

como sinais da potencialidade da riqueza nacional, ainda em grande parte inexplorada. Essa potencialidade é ainda mais enfatizada quando se pretende aludir às características naturais que há muito tornaram o Brasil “o País do futuro”, com terra farta e rica, clima ameno e povo “cordial”, ingredientes raros e tão bem contemplados pela natureza. Mas, apesar de a extensão continental do Brasil ser há muito considerada um dado “natural”, a conformação territorial que hoje conhecemos foi antes uma lenta, longa e difícil construção, tecida ao longo de cinco séculos de história.

Essa construção deu-se, fundamentalmente, através de duas estratégias diferentes, mas complementares: a conquista territorial e as negociações diplomáticas. Esses dois aspectos da tomada de posse e ocupação do território do que viria a ser o Brasil podem ser observados desde o momento inaugural da chegada dos portugueses a nossa costa, no alvorecer do Século XVI, quando as viagens ultramarinas conjugavam o

imaginário do maravilhoso medieval com as novidades técnicas náuticas que impulsionaram a aventura da expansão marítima. O próprio nome Brasil, apesar de resultante de nossa primeira mercadoria comercializada com os europeus – o pau-brasil – foi objeto de especulações, pois pensava-se que os portugueses poderiam ter chegado à fantástica “ilha Brazil”, antiga ilha de São Brandão, monge irlandês do Século VI que navegara em busca do Paraíso Terreal. Para o historiador Jaime Cortesão, a concepção da “ilha Brazil” para os portugueses foi uma espécie de “mito geopolítico” ao qual se agregou a força do apelo comercial da madeira de cor abrasada que terminou por cunhar o nome do novo território alcançado pelos portugueses.

A legitimidade do domínio português sobre as terras encontradas por Pedro Álvares Cabral fora estabelecida pelo célebre Tratado de Tordesilhas, de 1494. Mas, apesar da proximidade das datas, o que permitiu que se especulasse que Portugal já sabia da existência das terras brasílicas antes mesmo da expedição cabralina, o direito de posse de Portugal sobre a faixa de terra onde se encontrava o Brasil foi produto das crescentes rivalidades entre Portugal e Espanha pelas novas terras conquistadas no Novo Mundo, desde a segunda metade do Século XV. A supremacia portuguesa nessa disputa fora posta em causa pela bula *Inter coeterea*, de 1493, que concedia à Espanha a posse das terras “descobertas ou por

---

Pierre Descelliers  
Parte americana do planisfério feito em  
Arques (França) - 1546

Mapoteca do Itamaraty

descobrir” localizadas a 100 léguas a oeste de Cabo Verde, limitando, assim, a área de influência de Portugal, até então depositário exclusivo do poder de dominação e cristianização de territórios e povos conquistados. A interferência papal nessa disputa justificava-se pelo espírito de cruzada que ainda animava as conquistas quinhentistas, herdeiras da mentalidade medieval, e que davam continuidade à chamada guerra de recuperação de territórios outrora pertencentes ao mundo cristão. A disputa pelo direito à posse dos novos territórios levou o rei francês Francisco I de Valois (1515-1547) a afirmar que desconhecia o “testamento de Adão” que fixara o poder dos países ibéricos sobre os novos territórios encontrados, o que levaria a França a apoiar o corso e a pirataria em diferentes áreas coloniais, inclusive na costa brasileira.

Mas o fato é que o Tratado de Tordesilhas, que demarcava dois hemisférios, de pólo a pólo, ficando Portugal com as terras localizadas a leste da linha de 370 léguas traçada a partir de Açores e Cabo Verde, e da Espanha com as terras que ficassem do lado ocidental desta linha, acabou assegurando aos portugueses a posse sobre as terras do território “descoberto” ou “achado” por Cabral em 1500. Mas falar do Brasil no início do Século XVI é falar sobretudo de uma pequena faixa litorânea pouco ocupada pelos descobridores, como bem disse Capistrano de Abreu, sem que se soubesse, àquela altura, o que ia acontecer com mais essa porção de terra portuguesa. De todo modo, pode-se afirmar que o primeiro esboço da conformação territorial do Brasil foi possível devido ao estabelecido no Tratado de 1494, embora mesmo para os portugueses a extensão e o



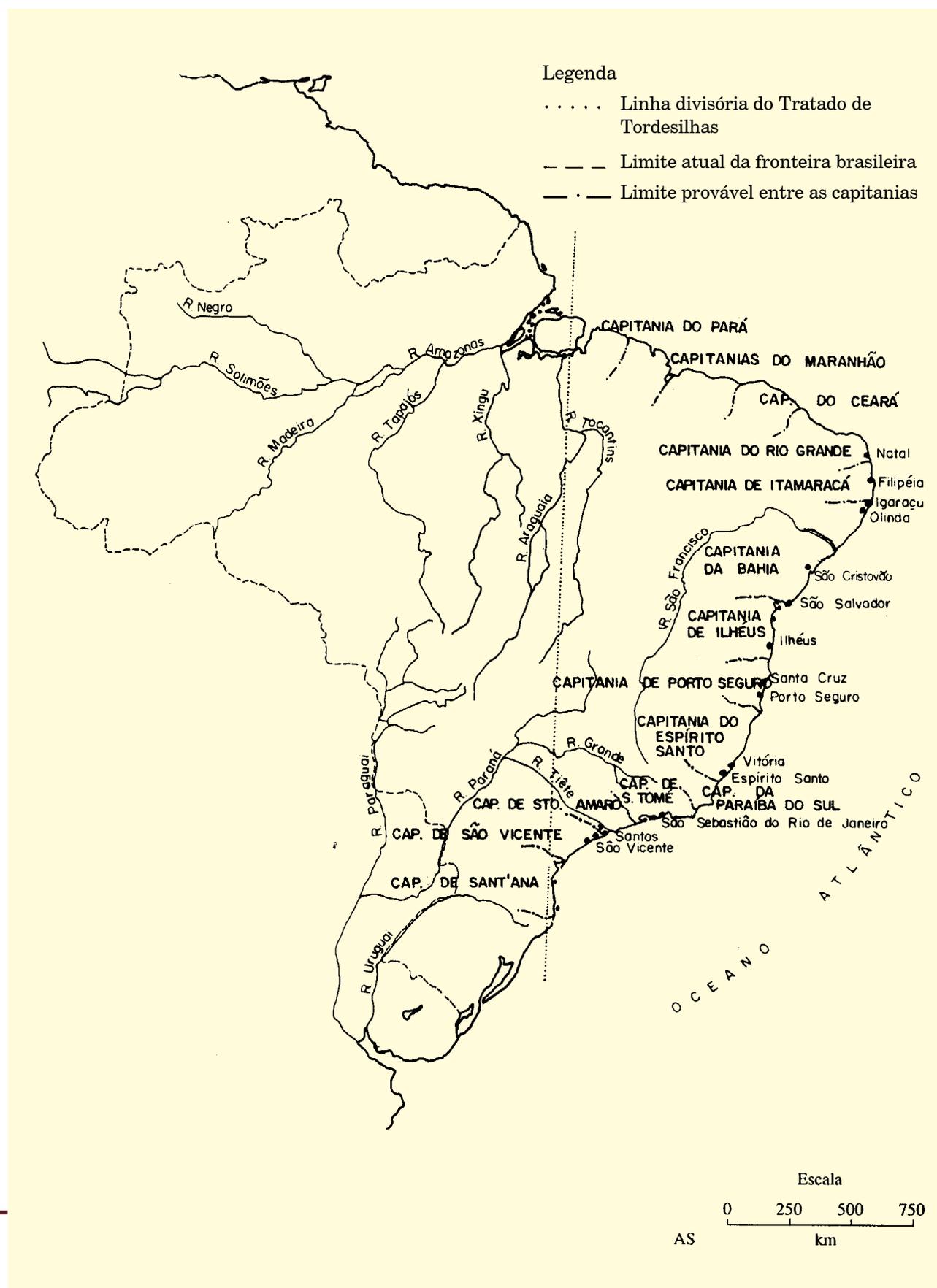
Povoamento - Século XVI

Aroldo de Azevedo

tamanho dos novos domínios fossem ainda praticamente desconhecidos.

A efetiva e sistemática ocupação portuguesa da costa litorânea só teria início com a criação do regime de capitanias hereditárias por D. João III, em 1532, implantado a partir de 1534. Até então, a exploração do novo território era esparsa e basicamente individual, a exemplo da donataria concedida pelo rei D. Manuel a Fernando de Noronha, para o arrendamento do comércio de pau-brasil, principal negócio português na sua porção territorial da América. A conjuntura que levou Portugal a dar início à colonização do Brasil reuniu aspectos interno e externo. O início do Século XVI marcou o recuo português em áreas do norte da África, com a perda de praças importantes para os muçulmanos, levando o reino a concentrar seus esforços na Índia. A decisão de dar início à ocupação do Brasil conjugou uma estratégia que objetivava garantir as rotas para as Índias e, de forma mais imediata, expulsar os franceses que assediavam a costa desde o início do Século XVI, levando Portugal a um verdadeiro esforço de conquista, tanto em face das ambições dos países europeus rivais como da resistência nativa aqui encontrada. Capistrano de Abreu (*op. cit.*) questiona, com base na história da ocupação portuguesa do Brasil, o direito português estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, lembrando que Portugal se viu, na prática, diante de uma disputa com os franceses pelas terras coloniais.

O sistema de capitanias hereditárias adotado por Portugal tencionava estabelecer mecanismos de efetivo controle sobre o litoral



Capitanias - Século XVI

J. M. de Araripe Macedo - segundo elementos da Carta Geographica do Brazil



atlântico de suas terras americanas e assim foram doadas 14 donatárias, com 50 ou 100 léguas de costa cada uma, entre 1534 e 1536, para promover a ocupação do Brasil.

Os donatários das primeiras capitânias pertenciam, majoritariamente, a uma nobreza de funções que se destacara no serviço da Coroa, seja como funcionários, seja nas navegações e atividades militares. Mas, apesar de hereditárias, as capitânias não eram propriedade absoluta dos donatários, já que a legítima propriedade das terras era atributo do Estado. Hereditário era sobretudo o poder do donatário de administrar a capitania como conquista ultramarina do Estado português. Além de receber terras em benefício próprio, ao donatário era permitida a concessão de sesmarias aos que quisessem se estabelecer e cultivar a terra, havendo um prazo para o cumprimento do compromisso de torná-la produtiva. A adoção desse regime longe esteve de solucionar a questão da ocupação e colonização do Brasil, pois não foram poucas as capitânias que fracassaram diante dos assaltos indígenas e da falta de proteção aos ataques estrangeiros. Mas não há dúvida de que foi através desse sistema de capitânias que os primeiros núcleos de ocupação e colonização portuguesa do Brasil foram estabelecidos, a exemplo de São Vicente, concedida a Martim Afonso de Sousa, em 1532, e de Pernambuco, base da economia açucareira então iniciada, concedida a Duarte Coelho, em 1534.

A confirmar o caráter de conquista presente nos primeiros tempos da colonização, deve-se mencionar o estilo feitorial de ocupação do Brasil, “estilo” aliás herdado de outras

experiências portuguesas na África e na Ásia, e que procurava afirmar a presença de Portugal, contendo os ataques que vinham do mar e, sobretudo, as alianças dos que passaram a ser considerados “invasores” com os que já habitavam as terras ocupadas - no caso do Brasil, os franceses e os nativos, respectivamente. As feitorias eram verdadeiros enclaves litorâneos, que cumpriam funções comerciais, militares e até diplomáticas. Mas, ao contrário da Espanha, que estruturou a ocupação e colonização de sua parte na América a partir de cidades planejadas, os portugueses, como já apontou Sérgio Buarque de Holanda, ficaram na costa, dando um caráter de improviso aos primeiros momentos da história colonial.

Com o estabelecimento do primeiro Governo Geral, em 1549, confiado a Tomé de Sousa, teve início o esboço de uma organização administrativa mais centralizada no Brasil, ano em que foi fundada a cidade de Salvador e chegaram os primeiros padres da Companhia de Jesus, que cumpriam importante papel no apaziguamento das resistências indígenas à colonização portuguesa.

Pode-se dizer que nosso primeiro século se caracterizou pela efetiva conquista portuguesa da costa brasileira, sobretudo diante dos franceses que, embora freqüentassem a costa desde 1504, ano da expedição de Palmier de Gonneville a Santa Catarina, por exemplo, tiveram sua mais estruturada investida em fins de 1555. Liderados por Nicolau Durand de Villegaignon, fundaram uma colônia na Ilha da Guanabara, no Rio de Janeiro, dando corpo ao projeto da “França Antártica”, com forte apoio dos índios *Tamoio*, destruído pela reação militar luso-tupiniquim ordenada por Mem de Sá, em 1560.

O período da dominação espanhola em Portugal (1580-1640) deu nova feição ao estilo de colonização, conferindo característica mais hispânica que propriamente portuguesa à administração dos espaços do ultramar.

No caso do Brasil, segundo Capistrano de Abreu, a União Ibérica, nome pelo qual a anexação de Portugal foi chamada pelos espanhóis, cumpriu o importante papel de diluir as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas, expandindo, na prática, os limites territoriais tanto ao norte, com a conquista efetiva do Maranhão, como ao sul, alargando a fronteira na região P latina.

Data também do período filipino o início da expansão territorial para o interior, datando de 1580 a organização das primeiras expedições dos bandeirantes em São Paulo. Essa frente de expansão territorial para os “sertões” – palavra então usada para aludir ao interior, às matas indômitas, ao *hinterland*, enfim – prolongou-se por todo o período da dominação espanhola. Data de 1585 a primeira grande bandeira para captura e escravização de índios no sertão dos Carijós, comandada por Jerônimo Leitão, luta que levaria à ocupação gradativa do interior do Brasil e ao alargamento da faixa litorânea ocupada pelos portugueses no início do Século XVI. Dessa conjuntura foram, dentre outras, a conquista da Paraíba, em 1584; as guerras travadas contra os índios no norte da Bahia, atual Sergipe, em 1589; a bandeira a Goiás, em 1592; as primeiras incursões dos bandeirantes paulistas à região de Minas Gerais, em 1596; e a bandeira apresadora de índios na região do baixo Paraná, em 1604. A metrópole, agora dirigida pelos espanhóis e apoiando o patrocínio particular às incursões exploratórias de novos territórios e rios, alargava as fronteiras e invadia o interior da colônia brasileira, redesenhando os limites que separavam os dois países ibéricos.

Mas, se a união das duas Coroas levou à adoção de um padrão hispânico de administração colonial, mais interiorizado e mesmo planejado, a presença dos espanhóis no comando do reino português tornou seus espaços coloniais mais vulneráveis aos ataques dos inimigos do projeto imperial de Espanha.

Cenário do encontro de povos: a construção do território

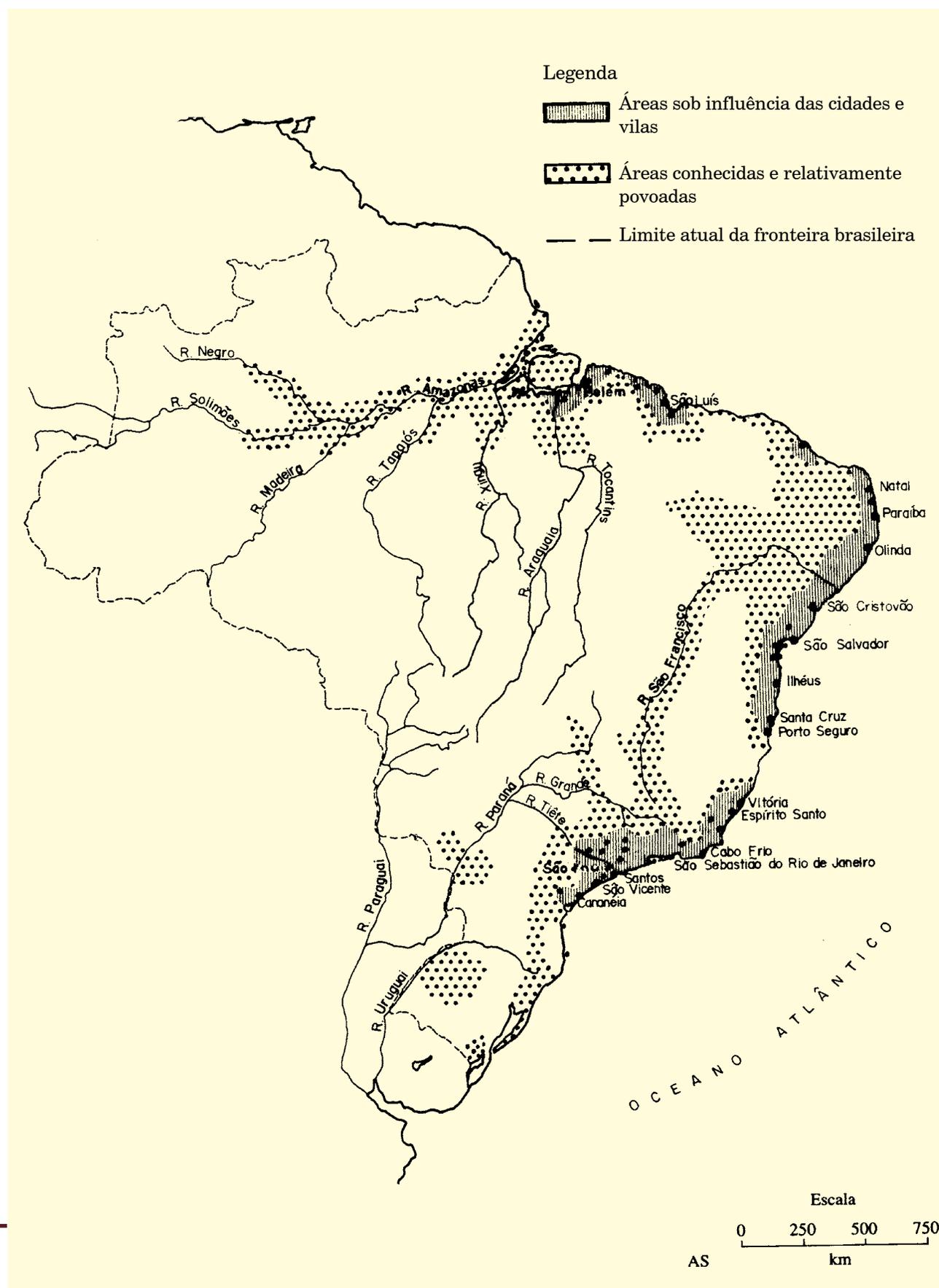
Willem Janszoon Blaeu  
Guiana ou Reino das Amazonas - [1631]

Mapoteca do Itamaraty



Ingleses, franceses e holandeses passaram a invadir a costa brasileira de forma sistemática e, durante algum tempo, vitoriosa. Entre os ingleses, em fins do Século XVI, Thomas Cavendish saquearia Santos e São Vicente e James Lancaster ocuparia Recife por um mês, em 1595. Quanto aos franceses, apesar de expulsos da Paraíba e do Rio Grande do Norte no fim dos 500, voltariam a atacar no Maranhão, em 1612, doravante chefiados por Daniel de Latouche, senhor de La Revardière. Criariam, ali, a depois chamada “França Equinocial” e fundaram São Luís, sendo derrotados por Jerônimo de Albuquerque em 1615. A principal incursão caberia, porém, aos holandeses, que começaram a fustigar a costa em 1587, em 1624 atacaram a Bahia e em 1630 ocuparam Olinda e Recife. Ocuparam boa parte do Nordeste até 1654, de onde somente foram desalojados tempos depois da Restauração da Independência Portuguesa (1640).

Administrativamente, o período da União Ibérica dividiu os governos do norte e do sul do Brasil, este último compreendendo os territórios do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Vicente. Em 1621, o Estado do Maranhão – cuja capital era São Luís e o território se expandia até a Amazônia – separou-se do Estado do Brasil, com capital em Salvador, que compreendia as capitanias ao sul do Rio Grande do Norte. O período da dominação espanhola legou ainda ao Brasil uma quantidade expressiva de fortes, como, por exemplo, o Forte de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (1605); o Forte de São Sebastião, Ceará (1612); dos fortes Itaparé e Sardinha, no Maranhão (1613); e os Fortes de São Jorge Novo e São João Batista



Povoamento - Século XVII

Aroldo de Azevedo

do Brum, em Pernambuco (1629) registros inequívocos de um tempo de guerras e instabilidade na América hispano-portuguesa. Assim, se é possível concordar com Capistrano de Abreu no que se refere à importância da dominação espanhola para a ampliação do território brasileiro, não resta dúvida de que, por outro lado, Portugal pagaria um preço alto para a manutenção desses novos limites.

Com a restauração da independência portuguesa, em 1640, teve início um longo e penoso período de guerras contra a Espanha - que não aceitava a reconquista da soberania portuguesa -, e de negociações diplomáticas com diferentes países europeus para o reconhecimento da independência e para a retomada de territórios ocupados durante a dominação espanhola. No caso do Brasil, a questão mais séria a resolver foi a expulsão dos holandeses de Pernambuco, só consolidada em 1654 não pela via diplomática, mas por guerra iniciada em 1645 sob o comando das elites locais. Em 1642 os portugueses retomaram o Maranhão, ocupado no ano anterior pelos flamengos; em 1644 os expulsaram do Ceará; no ano seguinte, reconquistaram Fortaleza; em 1648 destruíram a última posição holandesa na Amazônia; e em 1654 retomaram Recife, sede do “Brasil holandês”.

Com a Restauração, portanto, Portugal conseguiu não só manter a expansão territorial posta em curso pelos espanhóis, como deu continuidade à política de apoio às incursões no interior, mantendo, assim, o ímpeto conquistador dos primeiros tempos da ocupação litorânea. As expedições exploratórias e de apresamento de índios adentraram o sertão do Maranhão (1653), o sul de Mato Grosso (1660),



o sertão do Espírito Santo (1664), o Piauí, Tocantins, Amazonas e Belém (1673). O território do Brasil espalhava-se ao Norte e a Centro-Oeste, aumentando ainda o conhecimento sobre os rios e o relevo das regiões conquistadas. A divisão do Brasil em dois estados seria abolida em 1652, mas restaurada dois anos depois com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

O fim das guerras de Restauração, em 1668, não deu fim às hostilidades entre os dois países ibéricos. A abolição, na prática, dos limites estabelecidos em Tordesilhas, durante o período da dominação espanhola, tornar-se-ia um problema a partir da segunda metade do Século XVII. Em 1679 os castelhanos atacaram o sul da colônia, às margens do rio da Prata, futura Colônia do Sacramento, capitania real criada em 1680. No ano seguinte tropas espanholas destruíram a Colônia, território português reconhecido pelo Tratado de Lisboa, em 1681, incorporado ao Estado do Brasil em 1682. As relações diplomáticas ganhavam peso e passavam a redefinir os novos limites territoriais brasileiros.

O final do Século XVII conheceria ainda a descoberta de ouro nas regiões das Minas Gerais, cuja exploração teria papel significativo na expansão territorial e no rearranjo administrativo da colônia. Em 1693, foi criada a capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, tempo em que se descobriu ouro nas regiões das Minas. O início do Século XVIII assistiu aos primeiros conflitos entre bandeirantes paulistas e os forasteiros pela procura de ouro e pedras preciosas, no que ficou conhecido como “guerra dos emboabas”. Com o massacre dos paulistas em 1709, teve início uma intervenção mais

efetiva da Coroa na região de Minas Gerais, que separou Minas da capitania do Rio de Janeiro e criou a capitania de São Paulo, em substituição à de São Vicente. A fase da mineração destacou-se ainda pela compra, por parte da Coroa, de várias capitanias, como a de São Vicente (1710), Pernambuco (1716) e Espírito Santo (1718), dando nova feição à administração portuguesa na colônia, mais presente, mais burocratizada e interiorizada. A necessidade crescente de abastecimento na região das Minas, provocada pelo afluxo de população em busca de riquezas, contribuiu ainda para a expansão do Brasil em direção ao Rio Grande, fomentando a criação de gado e rebanhos de todo tipo.

Em 1704, os espanhóis voltaram a atacar a Colônia do Sacramento, que se manteve ocupada, apesar de o Tratado de Utrech, de 1715, ter restituído a Portugal a posse sobre o território. Em 1717, a questão da Colônia do Sacramento foi retomada, mas só resolvida pelo Tratado de Madrid, de 1750. Este tratado redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, alteradas dessa vez por via diplomática, revogando o estabelecido no Tratado de Tordesilhas. Para essa redefinição foi decisiva a participação de Alexandre de Gusmão, acadêmico e diplomata da corte de D. João V, que inovou nos métodos



Claes Jansz Vooght  
Carta hidrográfica que se estende do  
Cabo de São Tomé à Ilha de Santa Catarina...

Mapoteca do Itamaraty

utilizados para negociar com os espanhóis os novos princípios para a definição de fronteiras. Procurando fundamentar sua argumentação sobre o direito de Portugal à Colônia de Sacramento, encomendou estudos geográfico e histórico das terras localizadas ao norte do rio da Prata, enviou exploradores à região, solicitou mapas e aconselhou o rei português a ceder a Colônia de Sacramento em troca da posse dos territórios da fronteira com a Amazônia, do centro e sul do País, tendo como critério o direito sobre as terras que já abrigassem população portuguesa, dando corpo ao direito de *uti possidetis*, ou seja, o direito de posse fundado nas ocupações efetiva e prolongada de um território.

O Tratado de Madri manteve, por um tempo não muito longo, a questão da Colônia do Sacramento sob controle, mas Portugal e Espanha voltariam a se enfrentar em 1776, quando os portugueses reconquistaram a região do Rio Grande do Sul e expulsaram os espanhóis. Em 1777 os castelhanos conquistaram Santa Catarina e a Colônia do Sacramento, depois de invadirem também o sul de Mato Grosso. Em outubro desse mesmo ano, o Tratado de Santo Ildefonso confirmou, com algumas alterações, o Tratado de Madri: Portugal manteve posições na ilha de Santa Catarina e região do Prata, incluindo a região dos Sete Povos das Missões (que ocupava grande extensão do atual Rio Grande do Sul) em troca da Colônia de Sacramento, localizada no atual Uruguai. Mas os conflitos ainda perdurariam por algum tempo nesta região, sobretudo na Banda Oriental do Uruguai, futura Província Cisplatina.

Povoamento - Século XVIII

Aroldo de Azevedo



Do ponto de vista administrativo, a segunda metade do Século XVIII foi um tempo de mudanças importantes. Em 1751, o Estado do Maranhão e Grão-Pará passou a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão e sua capital foi transferida para Belém. Essa mudança, no entanto, duraria pouco, pois em 1772 foi extinto o Estado de Grão-Pará e Maranhão, separando-se o Maranhão e o Piauí do Pará, incorporados ao Estado do Brasil, e criado o Estado do Grão-Pará e São José do Rio Negro, diretamente subordinado a Portugal. Em 1759, foi abolido o sistema de capitânicas hereditárias que dera início à ocupação de nosso território, passando todas as capitânicas a serem capitânicas da Coroa.

Em 1763 uma mudança significativa na estrutura da política colonial transferiu o centro da administração do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro, elevado, então, à categoria de vice-reino de Portugal. Essa mudança confirmava a liderança que a capitania do Rio de Janeiro assumira com a prosperidade da atividade mineradora e seu papel estratégico no Atlântico Sul.

No que se refere à construção da territorialidade do Brasil, o final do Século XVIII inauguraria um novo tempo. Portugal passaria a sofrer questionamentos internos que reivindicavam, em alguns casos, a separação da Metrópole. Foi esse o caso da mais famosa das inconfidências, a de Minas Gerais, que pregava a independência em relação a Portugal, mas que longe esteve de esboçar uma consciência nacional e mesmo política acabada. Abortados pela repressão portuguesa, essas conjurações de Minas (1789), Rio de Janeiro (1794), Bahia (1798) e Pernambuco (1801) sinalizavam as



mudanças nas relações entre a colônia e a Metrópole, mudanças que acabariam dando corpo à independência do Brasil, pouco tempo depois.

Para a agudização desse processo, reprimido no final do Século XVIII e mantido o território colonial íntegro, foi fundamental a transferência da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, no contexto da expansão napoleônica na Europa. A mudança da Corte para o Brasil aprofundou o que Maria Odila Silva Dias chamou de “interiorização da metrópole”, pois com a chegada do príncipe regente D. João VI toda a estrutura da administração colonial foi alterada. Transferiram-se para o Brasil as instituições que até então organizavam o Estado português,

até que, em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, sede tropical do império português.

Foi em meio a essa conjuntura que se iniciaram as negociações diplomáticas com as Províncias Unidas do Rio da Prata pelos limites territoriais do sul do Brasil. A região em questão era a Banda Oriental, futura Província Cisplatina, invadida pelos portugueses em 1816-1817 e incorporada ao Reino do Brasil, em 1821, até se tornar província independente, em 1828, fazendo fronteira com o Rio Grande do Sul. No extremo norte o Brasil perdeu a Guiana Francesa, dominada pelas tropas luso-brasileiras em 1809, mas restituída à França por acordo, em 1817.

Com a independência, proclamada em 1822, o território brasileiro manteve-se integrado, apesar das revoltas locais que agitaram os primeiros tempos de nossa autonomia política. Mantinha-se ainda, no entanto, um enorme desconhecimento do verdadeiro tamanho do território brasileiro, de suas riquezas e de sua história. Com o objetivo de dar sustentação ao projeto de construção do novo Estado que se formava, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB -, em 1838. O IHGB tinha, dentre as temáticas pesquisadas, uma dedicada às viagens e explorações científicas pelo Brasil, com a finalidade de definir com precisão os contornos físicos do novo País, elencar riquezas e potencialidades naturais, esquadrinhando os rios e a topografia das regiões, concentrando-se, sobretudo, nas regiões de fronteira, tendo em vista as integrações econômica e política do novo Estado.

Na verdade, a grande questão do Império foi a consolidação da unidade territorial, pois era preciso neutralizar as forças regionais e submetê-las a um ordenamento central, superando as forças centrífugas das inúmeras revoltas locais, entre outras como a Cabanagem, no Pará (1835-1840), a Balaiada, no Maranhão (1838-1840) a Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845), e as Revoluções Liberais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (1842). O fato era que o Brasil independente havia sido construído, mas não havia nem unidade, nem consciência nacional, embora a independência, ao contrário do que ocorreu com a América Espanhola, não tenha levado ao desmembramento do território. É preciso atentar para os atores que levaram à frente o projeto de independência, nas Américas



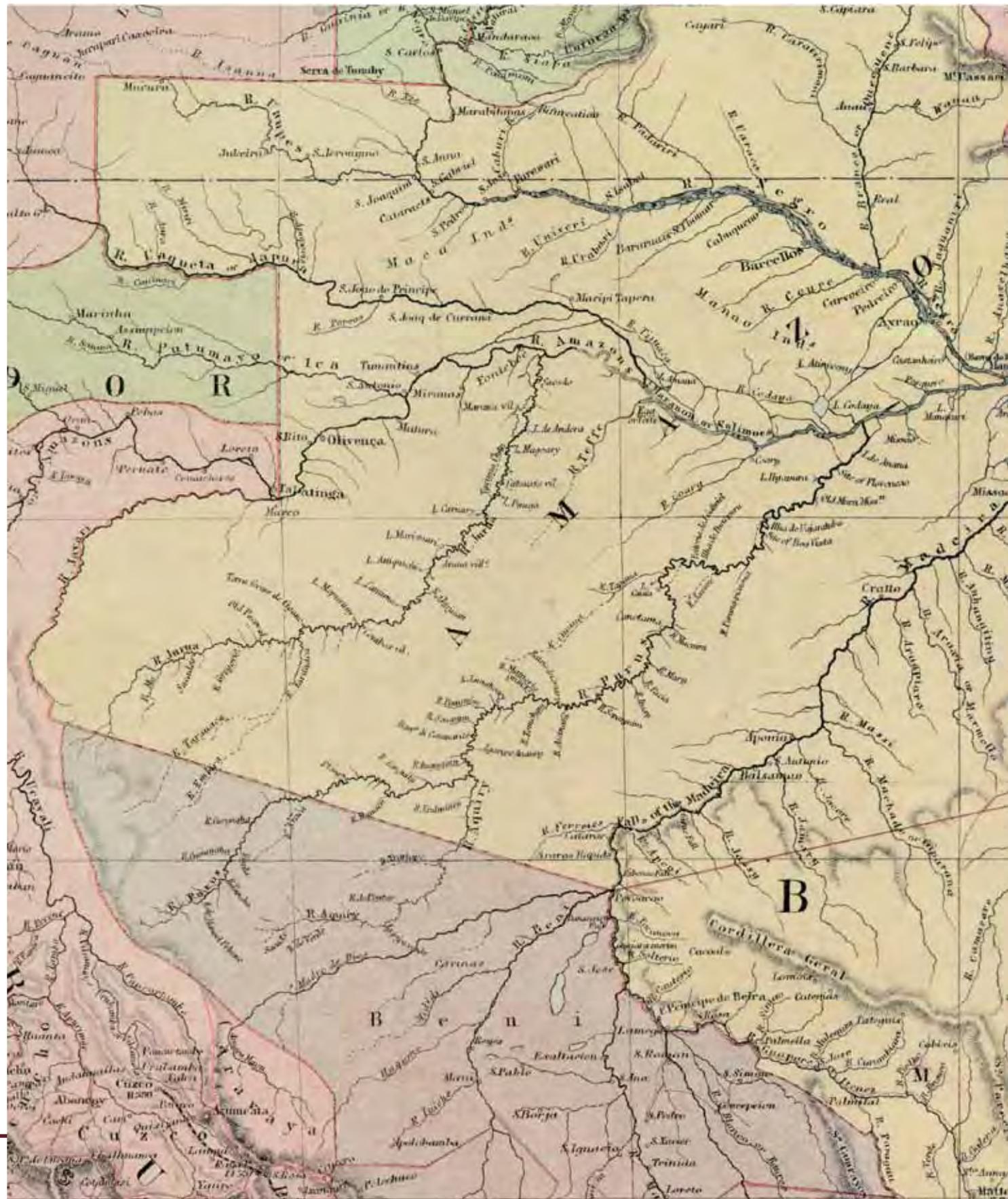
[Mapa de trecho do médio Tocantins e região adjacente, com as missões do Duro - meados do Século XVIII]

Mapoteca do Itamaraty

Espanhola e Portuguesa, para compreender melhor os caminhos que permitiram a manutenção da unidade territorial brasileira: no primeiro caso a independência foi levada a efeito pelas lideranças locais, enquanto no Brasil foi a própria metrópole, aqui instalada, que pusera em curso o processo de “interiorização” da autonomia política da antiga colônia, misturando-se com ela e tornando-a sede do império.

Na segunda metade do Século XIX, nova e profunda crise se abriu na região do rio da Prata, levando à eclosão da Guerra do Paraguai, iniciada em 1865. A questão da definição de fronteiras atingia quatro nações: Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. No que se refere ao Brasil, e do ponto de vista puramente territorial, a navegação nos rios Paraná e Paraguai integrava o Estado de Mato Grosso ao resto do País. A guerra só terminaria em 1870 com a completa vitória do Brasil e seus aliados platinos.

Com a Proclamação da República, em 1889, as províncias do Império foram transformadas em estados da República Federativa do Brasil. A nova ordem político-administrativa conferia uma autonomia relativa aos novos estados – num total de 20 e mais o Distrito Federal – mas os manteve subordinados ao governo federal, sediado no Rio de Janeiro, de acordo com a Primeira Constituição Republicana (1891). A essa mudança correspondeu também um deslocamento do eixo das forças políticas do nordeste para o sudeste do Brasil, mantendo-se a supremacia do Rio de Janeiro como capital federal e consolidando o peso político do Estado de São Paulo, que despontara como a vanguarda da cafeicultura



Mapa da Amazônia - Século XIX

IBGE

desde meados do século e seria o principal cenário do processo de industrialização do País.

O período republicano viveria ainda alguns momentos considerados, para parte da historiografia brasileira, de ameaça à sua integridade territorial, como a revolta dos Federalistas no Rio Grande do Sul, entre 1893 e 1895, que conjugou lutas entre facções locais e oposição ao regime militar republicano e, mais tarde, a revolução constitucionalista em São Paulo, em 1932, deflagrada contra o regime varguista saído da Revolução de 1930. No alvorecer da República, a questão que mais alterou a conformação territorial do Brasil foi a Questão do Acre, conquistado da Bolívia pelas tropas lideradas por José Plácido de Oliveira Castro, em 1902. Pelo Tratado de Petrópolis, negociado pelo Barão do Rio Branco, a região do Acre foi incorporada ao Brasil como território, em 1903.

Portanto, só no início do Século XX o Brasil passou a ter a extensão territorial que hoje conhecemos. Desde então, as grandes transformações foram de cunho puramente político-administrativo. Em 1943, sob a vigência da Constituição de 1937, foram criados cinco territórios, áreas subordinadas à administração do governo federal, entre os quais o Território Federal do Rio Branco, transformado em 1962 em Território de Roraima; o Território Federal de Guaporé, que se tornou Território Federal de Rondônia, em 1956; e o Território Federal do Amapá. Em 1962 o Acre foi elevado à categoria de estado e, em 1979, foi criado o Estado do Mato Grosso do Sul, já no período dos governos militares, a pretexto de facilitar a administração de uma região tão vasta e ecologicamente diferenciada. Com a Constituição de 1988 foi criado o Estado do Tocantins e elevados à categoria de estados os territórios remanescentes, configurando

os 26 estados que hoje formam o território brasileiro.

Mas nenhuma transformação foi mais radical do que a que transferiu a capital da República do Brasil para Brasília, em 1960. Cidade planejada e construída com o objetivo de sediar a nova capital, pretendia “interiorizar” o centro político do País, de modo a melhor integrar o território de dimensões continentais que se tornara o Brasil. Decisão polêmica e bastante discutida, espelhou a concepção política de um tempo em que se imaginava possível o desenvolvimento da Nação e apressar a concretização do “País do futuro”, desafio ainda a ser alcançado no próximo milênio.

Espaço continental construído ao longo de 500 anos de história, a unidade territorial do Brasil abriga ainda imensas desigualdades regionais, tanto do ponto de vista social e econômico, como geológico e cultural. Cenário de encontro de povos indígena, europeu e africano em seus primeiros séculos, ao nosso território somaram-se também outros grupos de imigrantes de procedência variada, conformando uma identidade cultural múltipla, híbrida e original. Um País de identidade plural, portanto, que nem por isso oculta diversidades expressivas e desigualdades ainda maiores.



---

Mapa político do Brasil atual

IBGE

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1988. 1. ed. 1906

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro : J. Olympio 1988. 1. ed. 1936.

MOTA, Carlos Guilherme (Org). *1822 : dimensões*. 2. ed. São Paulo : Perspectiva, 1986.

TAPAJÓS, Vicente et al. *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro : DASP, 1966. 13 v.



# HISTÓRIA INDÍGENA

---

500 anos de despovoamento

RONALDO VAINFAS





João Clemente Gaspar, Metchiicü  
Eware - 1999  
Gouache

“Eware é a nossa terra sagrada. É o começo do mundo, onde foi criado o povo Ticuna. Nesse lugar corre o igarapé Eware. Nas águas do Eware nosso deus Yo'i nos pescou. Eware, tuas árvores e tuas águas são a nossa herança” .

Índios Ticuna - Projeto Educação Ticuna  
Gráficos Burti

# HISTÓRIA INDÍGENA

RONALDO VAINFAS

## 500 anos de despovoamento

### **A HISTÓRIA DO POVOAMENTO INDÍGENA NO BRASIL É, ANTES DE TUDO, UMA HISTÓRIA DE DESPOVOAMENTO,**

embora pouco se saiba, ao certo, quanto às cifras da população que habitava o atual território brasileiro em 1500. Se Ángel Rosenblat a estimou em cerca de 1 milhão de pessoas, houve quem calculasse em 6,8 milhões a população da Amazônia, Brasil central e costa nordeste. De todo modo, a população nativa, que se contava na casa dos milhões de pessoas no limiar do Século XVI, mal ultrapassa hoje os 300 mil indivíduos. De população, portanto, ou despovoamento, eis o primeiro grande traço da história indígena no Brasil, como de resto ocorreu nas Américas em proporções gigantescas.

História de despovoamento, a história indígena é também de enganos e incompreensões, a começar pelo próprio vocabulário construído no Ocidente para identificar esses povos. A palavra *índio*, hoje consagrada, deriva do equívoco de Colombo, o “descobridor da América” que julgara ter encontrado as Índias, o “outro mundo”, como dizia, na sua viagem de 1492. A palavra vulgarizou-se, pois, desde o começo da colonização ibérica, para designar genericamente uma infinidade de grupos étnicos, diversos troncos lingüísticos, centenas de famílias lingüísticas independentes.

A palavra *índio* rivalizava, porém, com várias outras. No Brasil, os jesuítas costumavam designar os nativos por meio do coletivo *gentio*, nomenclatura coerente com o propósito missionário

que os animava. Com o tempo, passaram a diferenciar o *cristão*, supostamente abarcado pela catequese, do *gentio* ou *pagão*, que no entender dos padres, eram “governados pelo demônio”. A lógica da catequese foi decisiva nas imagens dos nativos construídas a partir do Século XVI. Por meio dela, se ia tecendo um movimento de homogeneização que apagava as diferenças culturais entre os grupos.

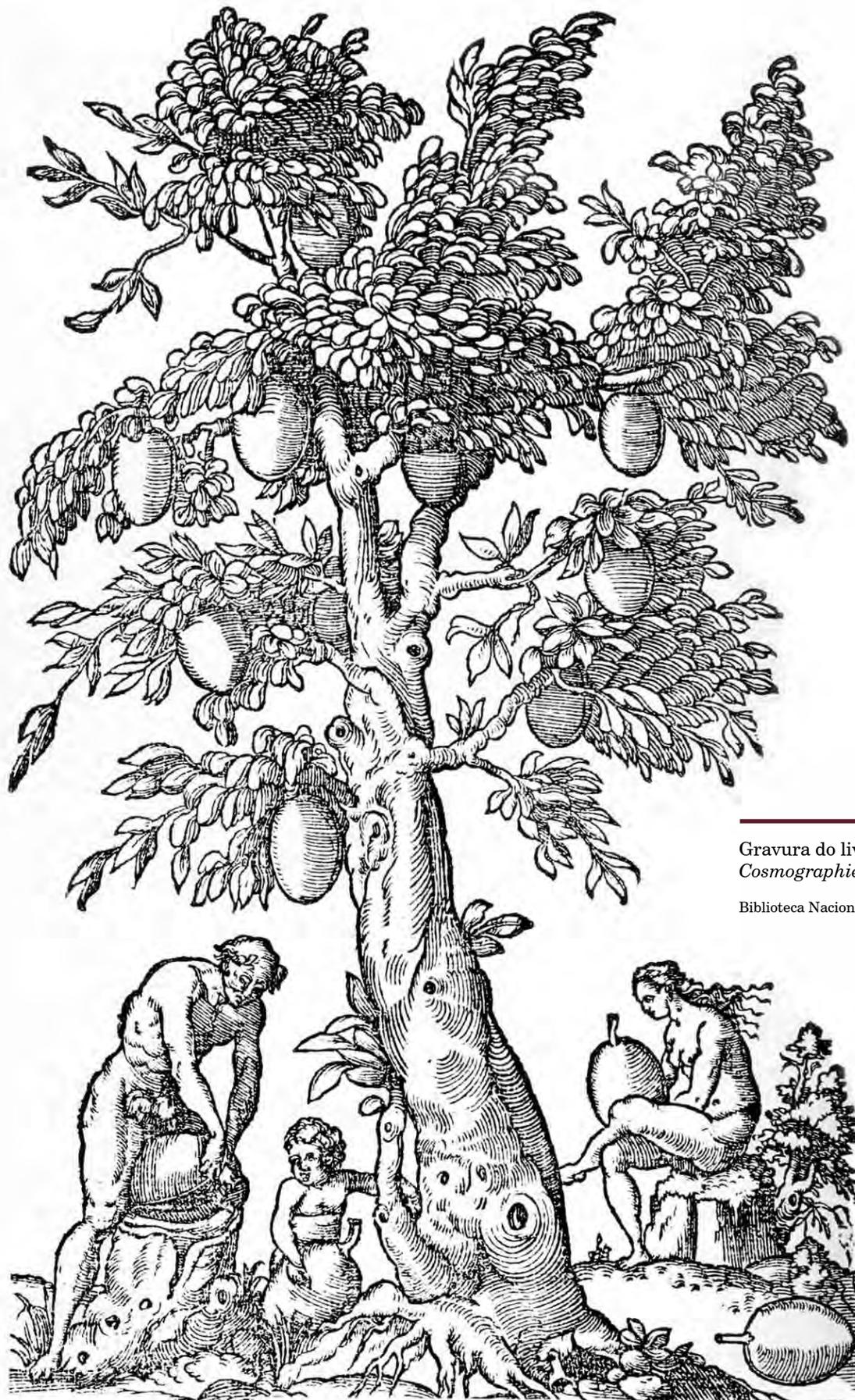
Autor desconhecido  
Morte do Padre Felipe Borel (detalhe) - Século XVIII  
Óleo sobre tela - 110,5 x 133,5 cm

Museu Nacional de Belas Artes - RJ



A nomenclatura jesuítica que classificava os nativos por meio da oposição *cristãos versus pagãos* conviveria com outras também derivadas do colonialismo. É o caso da oposição entre *aliados versus inimigos ou contrários*, sistema de classificação de ordem político-militar perfeitamente de acordo com as estratégias de conquista. É também o caso da expressão *negros da terra* ou *negros brasis*, expressão diretamente vinculada aos interesses escravocratas e por isso usada principalmente pelos colonos do primeiro século. Por meio da expressão *negros da terra* se designavam genericamente os índios para diferenciá-los dos *negros da Guiné*, outro termo genérico usado para nominar, no caso, os africanos. Este contraste estabelecido no vocabulário dos colonizadores entre índios e africanos explicitava o traço de aproximação entre os dois grupos de *negros*, segundo a lógica colonialista: o trabalho compulsório e a escravidão.

De todo modo, a necessidade de identificar os povos que habitavam o Brasil, fosse para melhor catequisá-los, escravizá-los, combatê-los ou mesmo aliar-se a eles, levou os colonizadores, leigos ou eclesiásticos, a rascunhar classificações minimamente etnográficas. A que mais prosperou, sem escapar da nomenclatura genérica, foi a que distinguiu os *Tupis* dos *Tapuias*, correspondendo os primeiros aos povos que, pela semelhança de língua e costumes, predominavam no litoral brasileiro no Século XVI, e os segundos correspondendo aos “outros”. Aos que não falavam o que os jesuítas chamaram de “língua geral” ou “língua mais usada na costa do Brasil”, nas palavras de Anchieta, o primeiro a compor uma gramática da língua tupi. De maneira que, na verdade, nunca houve um grupo cultural ou lingüístico “tapuia”, que nada mais era do que, basicamente, o vocábulo tupi utilizado para designar os que não falavam essa língua, ou seja, povos de outros troncos ou famílias lingüísticas.



Gravura do livro de André Thevet  
*Cosmographie Universelle* - 1575

Biblioteca Nacional

Mas a verdade é que a classificação *tupi/ tapuia* não deixou de aproximar o colonizador português das lógicas nativas de nomenclatura de identidades culturais, permitindo-lhe divisar diferenças, contrastes entre grupos, esboçando-se uma espécie de proto-etnografia. Uma proto-etnografia subordinada aos interesses da colonização, porém, essencial para o futuro conhecimento das populações indígenas no Brasil. Sem a crônica colonial de portugueses, franceses e outros europeus, sem a correspondência jesuítica, sem as gramáticas da “língua geral” e de outras línguas, quase nada se poderia saber sobre os nativos, suas culturas, sua história.

Sistemas de classificação mais minuciosos surgiram, portanto, no próprio período Colonial, elaborados pelos que, de um modo ou de outro, estavam empenhados em subjugar os índios. Subjugá-los por meio da guerra ou, culturalmente, por meio da catequese, oscilando o cativo entre esses dois pólos. Neste esforço classificatório, os nativos foram identificados como pertencentes a múltiplas “castas”, “gerações” e sobretudo *nações*, sendo *nação* palavra que, na época, era utilizada para designar o estrangeiro, o que se diferenciava pela língua, costumes ou religião. Palavra que, até pelo menos o Século XVIII, demarcava antes alteridades que identidades. Assim, os povos que falavam a “língua geral”, foram denominados, com diferentes grafias, de *tupinambás*, *tupiniquins*, *potiguares*, *caetés*, *tamoios*, *temiminós*, etc. Em oposição ou à diferença deles, os “tapuias” também foram identificados como *aymorés*, *goitacazes*, *guaianás*, *kariris*, etc. Houve, decerto, muito engano e equívoco em várias dessas nomenclaturas, sobretudo em relação aos ditos “tapuias”, o que a etnologia e a antropologia contemporâneas procuraram corrigir. Mas a base para a identificação de diferenças culturais e linguísticas entre os povos que habitavam o Brasil reside no que deles registrou a documentação colonial, em especial a missionária.

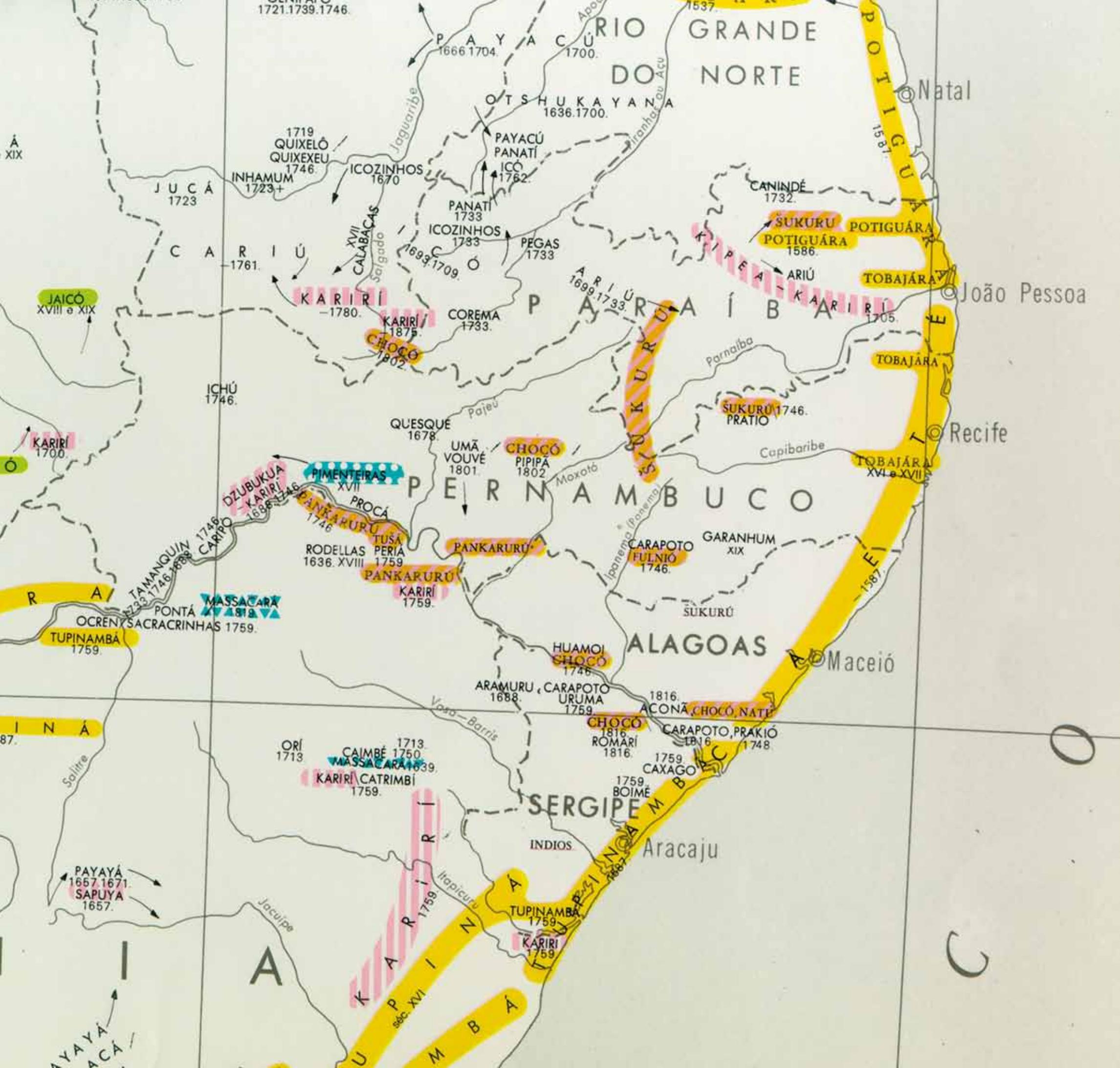
Quanto à origem desses povos, no período Colonial foi assunto de total desconcerto e polêmica, havendo desde quem os visse como descendentes das tribos perdidas de Israel até os que duvidavam que fossem humanos. Convencidos da humanidade integral dos índios - proclamada, aliás, pelo papa Paulo III na Bula *Veritas Ipsa*, de 1537 -, os jesuítas chegaram mesmo a especular se eles não teriam sido outrora catequisados pelo Apóstolo Tomé, donde se originou o mito cristianizado de *Sumé*, resultado da confusão entre o Sumé da mitologia heróica tupinambá e os anseios apostólicos inicianos. Até rastrear as pegadas do Sumé apóstolo, os jesuítas rastrearam, liderados por Manuel Nóbrega. Mas tudo isto pertence a um tempo em que a intuição etnográfica, se assim podemos chamá-la, se mesclava com a militância religiosa e o imaginário maravilhoso. Um tempo em que eram tênues os limites entre o real e o fantasioso, entre a história e a *mirabilia*.

Avançou-se muito, evidentemente, no conhecimento sobre as origens do povoamento da América e sobre as correntes migratórias indígenas no que viria a ser o Brasil. Da origem dos povos ameríndios, sabe-se hoje que foi proveniente da Ásia, entre 14 mil e 12 mil anos atrás, sendo corrente a hipótese de se ter processado por via terrestre através de um “subcontinente” chamado Beríngia, na região do estreito de Bering, no extremo nordeste da Ásia. Tratar-se-ia de uma extensa faixa de terra emergente após a última glaciação, a qual, fazendo descer o nível do mar uns 50 metros abaixo do atual, teria criado o espaço para a passagem a pé entre os dois continentes. Não se descartam, porém, hipóteses de travessia marítima através do próprio estreito de Bering, bem como de migrações oceânicas no Pacífico, originárias da Polinésia, essas bem mais tardias e muito discutíveis.

Gravura do livro de  
Claude Abbeville  
*Histoire de la mission des  
peres Capucins* - 1614

Biblioteca Nacional





No caso das populações ameríndias da América Portuguesa sabe-se muito mais sobre o caso dos tupi-guarani do que sobre os povos de outros troncos e famílias lingüísticas. Não obstante, o assunto é também polêmico, havendo dois grandes modelos explicativos. O modelo predominante, elaborado sobretudo por etnólogos como Alfred Métraux, sugere a ocorrência de um fluxo migratório tupi-guarani do sul para o norte, originário da bacia Paraná-Paraguai, onde os *Tupi* ou *Tupinambá* (etnônimo muito utilizado pelos etnólogos quase como sinônimo de Tupi) teriam se separado dos *Guarani*. A dispersão litorânea dos *Tupi*, segundo diversos autores, teria ocorrido ao longo do Século XV, em prejuízo dos antigos ocupantes do território, no caso povos de línguas *Jê*, *Arawak* e outras famílias lingüísticas independentes. O segundo modelo, baseado em dados arqueológicos, é mais sofisticado, porém menos ancorado em evidências. Inverte o sentido da migração tupinambá, sugerindo um nicho originário amazônico, do qual teriam derivado dois movimentos migratórios: os *protoguarani* teriam migrado para o sul, via Madeira-Guaporé, e daí ao Paraguai, espalhando-se pela bacia platina em torno do Século V; já os *prototupinambá* teriam descido o Amazonas até a sua foz, expandindo-se, em seguida, pela faixa costeira no sentido oeste-leste e, depois, norte-sul, ocupando o futuro litoral brasileiro entre 700/900 e 1000/1200 d.C.

Seja como for, os *tupis* se encontravam distribuídos por toda a costa, desde o litoral de Santa Catarina até o Ceará, no Século XVI, havendo notícia deles no médio Amazonas

Gravura do livro de Hans Staden  
*Wahrhaftige Historia und  
Beschreibung...*  
1557

Biblioteca Nacional



Mapa etno-histórico do Brasil  
e regiões adjacentes (detalhe)  
Adaptado do mapa de Curt Nimuendaju - 1944

IBGE

durante o Século XVII. No extremo sul, entre a Lagoa dos Patos e Cananéia, predominavam os *Carijó*, na verdade uma ramificação guarani; daí até Bertioga, no litoral paulista,

incluindo o planalto de Piratininga, predominavam os *Tupiniquim*; do norte de São Paulo até Cabo Frio, a terra era dos *Tupinambá* propriamente ditos, chamados de *Tamoio* nessa região, espalhados ainda por boa parte do Vale do Paraíba; os *Temimino* habitavam a baía de Guanabara; entre o Espírito Santo e o sul da Bahia habitavam os *Tupiniquim*, e com eles se encontrou a Armada de Cabral, em 1500; mais ao norte, predominando no recôncavo baiano e estendendo-se até a foz do rio São Francisco, novamente os *Tupinambá*, embora os “sertões” do São Francisco fossem terras habitadas pelos *Tupinaé*; da Bahia à Paraíba predominavam os *Kaeté* ou *Potiguar*, espalhados do extremo nordeste da costa até o Ceará, embora ali houvesse também os *Tabajara*. Ainda no Século XVI, há indícios da presença de nativos tupinambás na região Amazônica, a confiarmos em certo relato do dominicano Carvajal, capelão da expedição de Orellana ao “País da Canela”, em 1540. Os indícios tornam-se mais

fortes desta presença tupinambá no Maranhão, Pará e médio Amazonas ao longo do Século XVII, mas trata-se, neste caso, de nova leva de migrações no sentido leste-oeste, já no contexto de colonização avançada.

Os chamados “tapuias” são de muito mais difícil identificação no período Colonial, pertencendo boa parte deles ao tronco lingüístico *Jê* ou a famílias lingüísticas independentes, além de menos controlados pelos portugueses. Alguns deles se notabilizaram, no entanto, pela resistência aos portugueses, como foi o caso dos *Aymoré*, posteriormente chamados de *Botocudos*, grupo nômade que resistiu tenazmente à dominação portuguesa na Bahia, e somente ali foi derrotado no início do Século XVII. Foi também o caso dos *Goitacá* ou *Waitacá*, baluarte da resistência indígena no norte fluminense, atual “Campos dos Goitacazes”. Foi igualmente o caso dos *Janduí* (grupo cuja nomenclatura é bem incerta), “tapuias” que lutaram ao lado dos holandeses nas guerras pernambucanas do Século XVII. Foi, enfim, o caso dos *Kariri* ou *Kiriri*, grupo disperso pelo sertão nordestino que, entre outros feitos, enfrentou os portugueses juntamente com outros “tapuias”, na famosa “Guerra dos Bárbaros”, travada nas partes do Ceará e Maranhão, entre fins do Século XVII e inícios do XVIII.

Se os costumes dos tapuias foram menos registrados no período Colonial, sendo eles tratados como o exemplo máximo da barbárie e selvageria dos “brasis”, o mesmo não ocorreu com os *Tupi* ou *Tupinambá*, utilizando-se, aqui, o etnônimo mais usual na bibliografia especializada. Não que o epíteto de “bárbaro” não fosse utilizado pelos colonizadores para qualificá-los, sobretudo por conta do canibalismo e nas ocasiões em que se rebelavam contra os portugueses - e foram muitas. No entanto, foi entre os *Tupinambá* que pôde prosperar a catequese com maior vigor; foi



Índios Tupinambás Guerreiros  
Gravura do livro de Jean de Léry  
*Histoire d'une voyage...*  
1578

Biblioteca Nacional

dentre eles que se forjaram as principais alianças luso-indígenas; e eram eles, afinal, que predominavam no litoral em 1500, desdobrados em várias “castas” ou “nações”, vitoriosos que foram nas lutas contra os diversos grupos “tapuias”, os antigos senhores do litoral. Os *Tupinambá*, por tudo isso, foram melhor descritos na documentação colonial e assim são mais conhecidos.

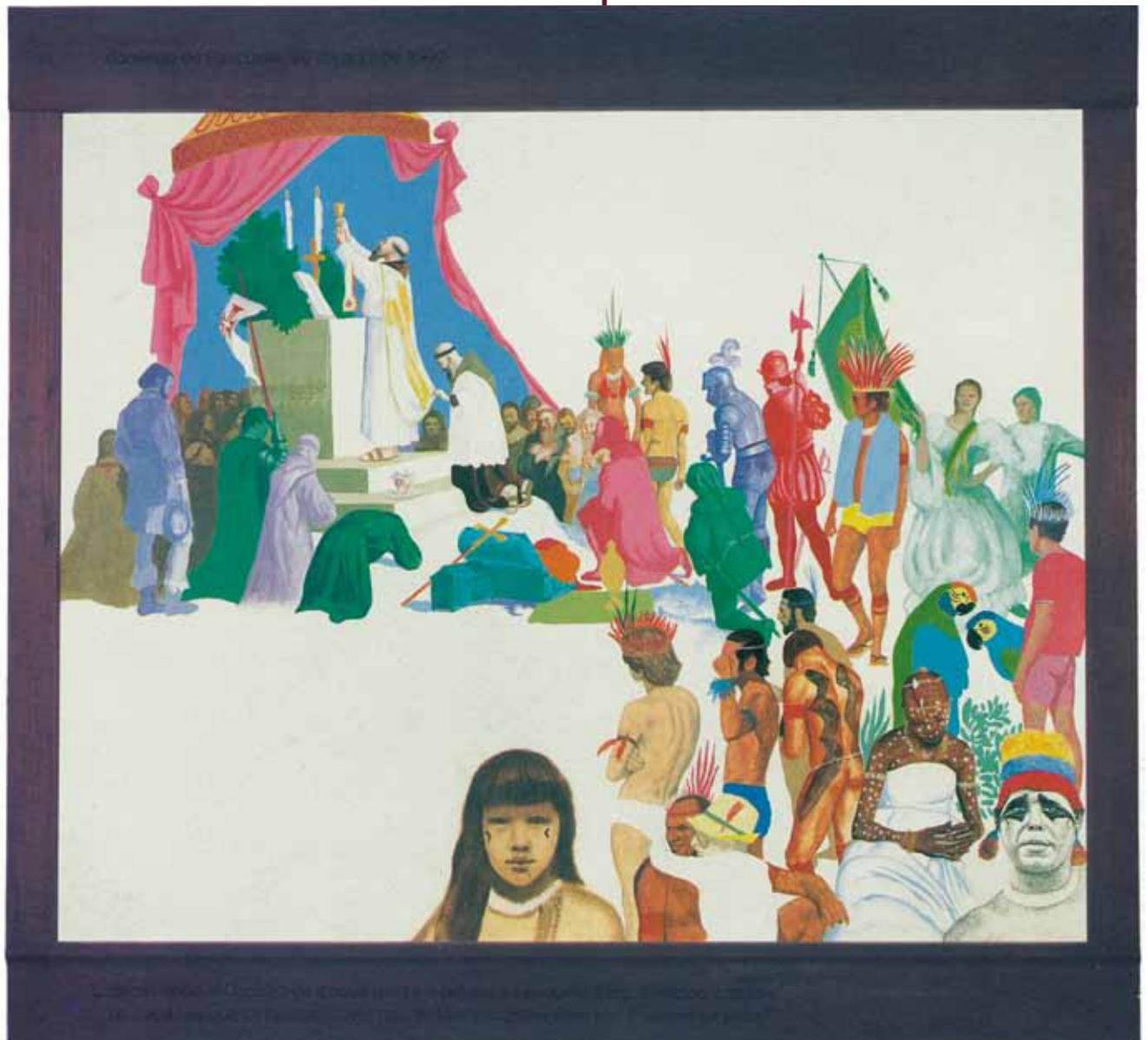
Os Tupinambá viviam da caça, coleta, pesca e praticavam a agricultura, sobretudo de tubérculos, como a mandioca, e a horticultura. Havia divisão de trabalho por sexo, cabendo aos homens as primeiras atividades e às mulheres o trabalho agrícola, exceto a abertura das clareiras para plantar, feita à base da “queimada”, tarefa essencialmente masculina. O plantio e a colheita, o preparo das comidas e o artesanato (confeção de vasos de argila, redes, etc.) era trabalho feminino. Instrumentos de guerra - arcos e flechas, maças, lanças - faziam-nos os homens. Os artefatos de guerra ou de trabalho eram de madeira e pedra, e desta última eram inclusive os machados com que cortavam madeira para vários fins.

As relações de parentesco guiavam-se pela concepção de que a descendência real consanguínea se transmitia através da linha paterna. Daí o resguardo do pai e outras prescrições ao longo da gravidez da mulher e do nascimento dos filhos, bem como o sacrifício dos filhos nascidos de cativos de guerra, considerados inimigos, enquanto os filhos de cativas eram integrados à comunidade. O casamento era, assim, instituição reguladora das relações sociais entre os *Tupinambá*, sendo o matrimônio avuncular (tio materno com sobrinha), ou entre primos cruzados, o casamento preferencial. De todo modo, para casar, o jovem devia passar por certos testes, o principal deles consistindo em fazer um cativo de guerra para o sacrifício. Os tabus e prescrições acerca do casamento favoreciam,

portanto, uma certa “gerontocracia” quanto à posse das mulheres, fortalecendo a posição dos guerreiros mais velhos e experientes. Eram eles que costumavam chefiar as malocas, os “lares políginos” de que se compunham os grupos locais ou “tribos”

tupinambás - malocas cujo número oscilava entre 6 a 8 por “tribo” e cuja população de habitantes, em cada uma delas, girava em torno de 200 indivíduos, mas podia atingir até 600, como observou o francês Jean de Léry, no Século XVI.

Glauco Rodrigues  
Domingo de Pascoela, 26 de Abril de 1500 - 1971  
Tinta acrílica sobre tela colada sobre madeira - 81 x 100cm  
Coleção Gilberto Chateaubriand - MAM-RJ



Escrito na parte de cima da moldura:  
*domingo de Pascoela, 26 de abril de 1500*

Escrito na parte de baixo da moldura:  
*“...determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se apresentassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito.”*

Máscaras de dança dos índios Tucuna  
Alexandre Rodrigues Ferreira  
Viagem Filosófica (1783-1792)

Biblioteca Nacional



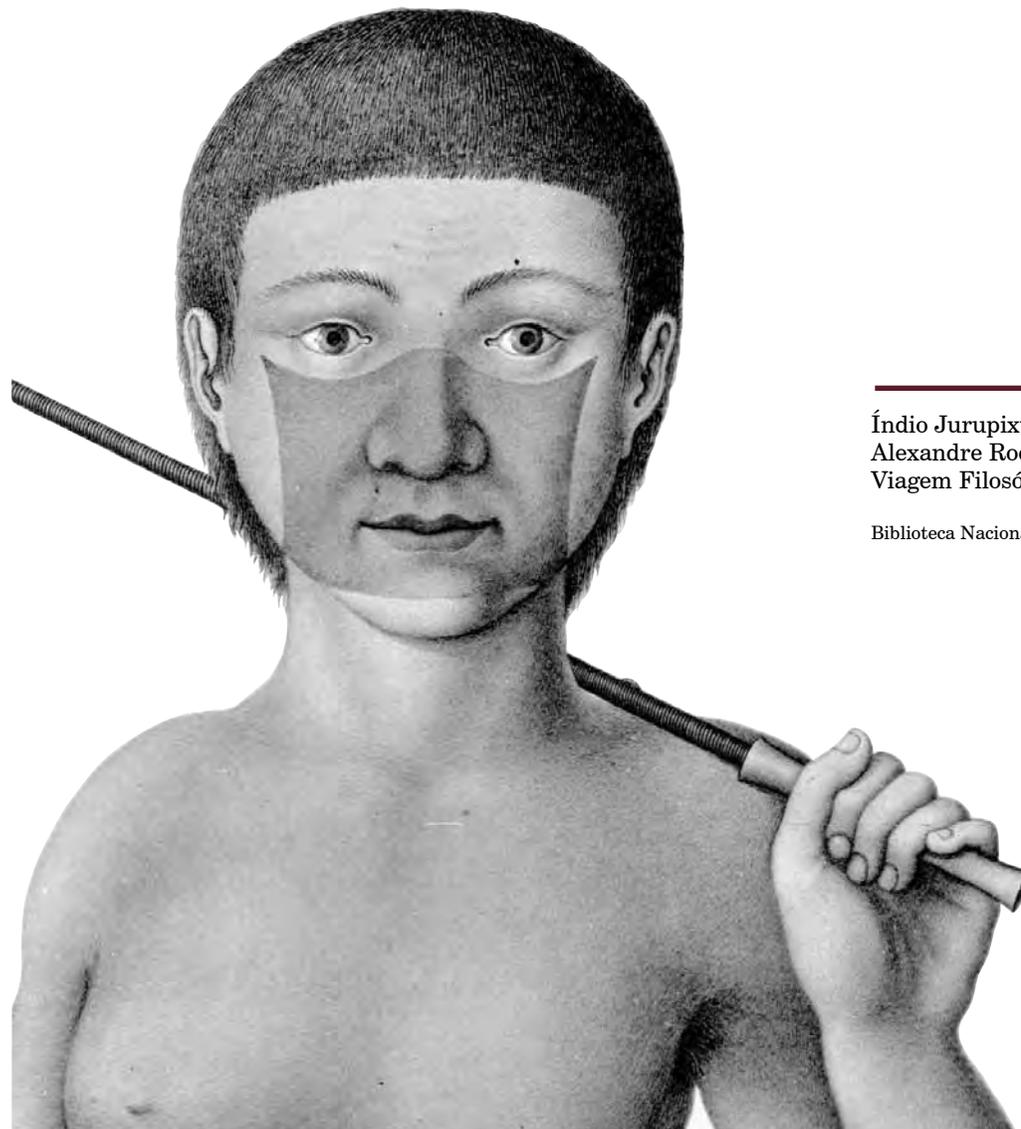
A vida dos grupos locais ou mesmo de “nações” Tupi girava em torno da guerra, sendo comum a luta entre grupos locais da mesma nação, as guerras entre “nações” e as guerras contra os “tapuias”. Era por meio da guerra que se reforçava a identidade e unidade do grupo, reatualizando-se permanentemente o “sistema de vingança” e a reposição simbólica dos parentes mortos pelos inimigos no repasto antropofágico. Os festins canibalescos faziam, portanto, parte da guerra. O prisioneiro era conduzido à aldeia, onde, mais tarde, encontraria a morte em ritual marcado pela vingança e demonstrações de coragem. Logo após a chegada, o chefe designava uma mulher para casar com o cativo, mas ela não podia afeiçoar-se ao esposo. O dia da execução era uma grande festa. No ritual, homens, mulheres e crianças lembravam dos seus bravos e vingavam-se, simbolicamente, dos parentes mortos. Apesar de imobilizado por meio de cordas - a *muçurana* -, o cativo não podia esquecer de seu ímpeto guerreiro, devendo enfrentar com bravura os inimigos, debatendo-se e prometendo que os seus logo reparariam sua morte. Essa morte honrosa criava elos entre amigos e entre inimigos e reforçava identidades grupais. Depois de morto com golpe de *ibirapema* (espécie de maça) que lhe rompia o crânio, o corpo era retalhado e a carne era dividida entre músculos e entranhas. As partes duras eram moqueadas e consumidas pelos homens; mulheres e crianças ingeriam as partes internas cozidas em forma de mingau. O matador, no entanto, não participava do banquete, entrava em resguardo e trocava de nome. Era nesta ocasião que tatuava o corpo, rasgando a pele nos braços, ombros, nádegas ou coxas com dente pontiagudo de cotia, e pintando as incisões com tinta indelével feita à base de jenipapo.

As diversas “nações” Tupi que habitavam o litoral brasileiro e partes do interior não mudaram radicalmente seu *modus vivendi*

durante as primeiras décadas do Século XVI, tempo em que prevaleceu o escambo do pau-brasil por diversas mercadorias europeias. Em troca de cortar e carregar as toras da madeira tintorial que tanto interessavam aos portugueses e franceses, os nativos recebiam não apenas quinquilharias, miçangas coloridas e espelhos, mas instrumentos de ferro, a exemplo de machados, espadas, facões e até armas de fogo. No plano da cultura material, algumas modificações sensíveis se fizeram notar, portanto, quer no tocante à produtividade do trabalho no corte das árvores, quer no tocante ao instrumental bélico. Os nativos ficariam cada vez mais dependentes desses artefatos, sobretudo os de guerra, mas conservaram no geral sua identidade, tradições e costumes.

Com o início da colonização, a partir da década de 1530, o quadro mudaria radicalmente. Vários grupos se engajariam no fornecimento de escravos para as nascentes lavouras canavieiras em troca de armas, o que fez ativar a limites extremos a “máquina de guerra” característica da cultura Tupinambá. A exacerbação da guerra seguia de perto, assim, a demanda colonial de mão-de-obra, o tráfico e a escravidão indígena. A chegada dos jesuítas, em 1549, e o deslanchar do processo missionário em aldeamentos erigiu, até certo ponto, uma barreira à escravização generalizada, para o que a Companhia contou com o apoio da Coroa. As medidas régias mais importantes nesse sentido foram as Leis de 1570 e sobretudo a de 1609, restringindo e proibindo o cativeiro indígena. Não obstante, a ação apressadora e o tráfico de escravos índios prosseguiu no litoral durante todo o Século XVI, somente diminuindo em função do decréscimo avassalador da população nativa do litoral. Abriu-se, então, na passagem do Século XVI para o XVII, o caminho para a difusão da escravidão africana na economia açucareira.

Para este autêntico desastre demográfico contribuíram decerto a exacerbação das guerras e do cativeiro. Mas a própria catequese jogou papel decisivo no “despovoamento tupinambá” do litoral, e não apenas porque buscava erradicar a identidade cultural dos nativos por meio do catolicismo, mas sobretudo em função de serem os aldeamentos erigidos nas cercanias dos engenhos e vilas coloniais. As missões jesuíticas se tornaram, muitas vezes, um preâmbulo da escravização e um viveiro de epidemias. Principalmente a varíola, em ondas sucessivas a partir da década de 1560, dizimou



---

Índio Jurupixuna com zarabatana  
Alexandre Rodrigues Ferreira  
Viagem Filosófica (1783-1792)

Biblioteca Nacional

Maloca dos índios Curutu  
Alexandre Rodrigues Ferreira  
Viagem Filosófica (1783-1792)

Biblioteca Nacional



Índio Iuri  
Atlas zur Reise in  
Brasilien von Dr. V. Spix  
und Dr. V. Martius

IBGE



aldeias inteiras, flagelando a população indígena da Bahia, sem excluir outras capitanias e o planalto paulista. Mas igualmente o sarampo, gripes, “febres malignas” e outras moléstias para as quais os nativos não tinham anticorpos naturais, tiveram ação decisiva no declínio demográfico indígena na costa.

O quadro se repetiria na expansão colonial para o Maranhão e partes do norte ao longo do Século XVII, mas conheceria então algumas mudanças significativas. Antes de tudo, uma atitude mais incisiva dos jesuítas no combate ao cativo indígena, atitude que notabilizaria Antônio Vieira como adversário mordaz dos escravocratas. A própria localização das aldeias em áreas mais afastadas dos núcleos coloniais, dificultando os apresamentos e o alastramento de doenças, contribuiu para que o “despovoamento” fosse ali muito menos trágico do que fora no litoral um século antes. No limite, já no Século XVIII, temia-se que os jesuítas militarizariam seus aldeamentos (como fizeram, aliás, em suas *reducciones* da região Platina), o que sem dúvida pesaria na decisão do Marquês de Pombal de expulsá-los da América Portuguesa, em 1759-1760. Seja como for, a escravização indígena longe esteve de ser impedida, quer no Século XVII, quer depois da expulsão dos jesuítas, apesar de inúmeras determinações legais em contrário.

Diversos grupos indígenas reagiram de formas variadas às crises desencadeadas pela colonização. Moveram inúmeros ataques aos núcleos de povoamento portugueses, destruíram engenhos, fizeram abortar diversas capitanias hereditárias, dentre as implantadas no Brasil por D. João III. Os *Aymoré*, por exemplo, foram permanente flagelo para os colonizadores durante o Século XVI, na Bahia, não havendo expedição que os derrotassem, dentre as várias enviadas aos “sertões” pelos governos coloniais. Entre os episódios célebres de resistência ou represália, registre-se que o donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, seria ele mesmo devorado pelos *Tupiniquim*, em 1547. O jesuíta Pero Correa seria o primeiro inaciano devorado na Colônia, no caso pelos *Carijó*, nas bandas de São Vicente, em 1554, destino semelhante ao do primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, em 1556, desta vez pelos *Caeté*, após naufragar



Índia Miranha  
Atlas zur Reise in  
Brasilien von Dr. V. Spix  
und Dr. V. Martius

IBGE

no litoral nordestino. Os exemplos seriam múltiplos. “Nações” inteiras optariam, de outro lado, por se aliarem aos inimigos dos portugueses, como os *Tamoio*, no Rio de Janeiro, fortes aliados dos franceses nas guerras dos anos de 1550-1560, ou dos *Potiguar*, boa parte dos quais resistiram com os franceses durante algum tempo na Paraíba e atual Rio Grande do Norte. Mais adiante, por ocasião das invasões holandesas em Pernambuco, parte dos Potiguar forneceria precioso auxílio aos flamengos, celebrizando lideranças como Pedro Poti e Antônio Paraupaba, índios que se converteram ao calvinismo e galgaram postos de comando na administração da Companhia das Índias Ocidentais, entre 1630 e 1654.

Nas áreas mais solidamente controladas pelos portugueses no Século XVI, especialmente naquelas onde avançava a catequese jesuítica, grandes *pajés* ou *caraibas* tupinambás lideraram migrações em busca da *Terra sem*

*Males*, morada dos ancestrais, terra de abundância e imortalidade no imaginário desta cultura nativa, afastando-se do litoral no rumo dos “sertões” - invertendo, assim, o sentido da migração que outrora caracterizara o povoamento *Tupi* nas terras brasílicas. Tratou-se, neste caso, de movimentos migratórios de forte base religiosa, com nítidos traços milenaristas ou messiânicos, e não raro dotados de morfologia híbrida, meio-católica, meio-indígena, uma vez que várias lideranças nativas desses movimentos haviam já passado pela catequese ou tinham mesmo nascido nos aldeamentos jesuíticos. Os portugueses chamariam tais movimentos de “santidades”, deixando delas inúmeros registros valiosos.

A mais importante delas ocorreu na década de 1580, nos sertões de Jaguaripe, ao sul do recôncavo baiano, e sua grande originalidade residiu na forte mescla entre as crenças e ritos indígena e católico, além de ter caído na armadilha de um senhor de engenho local que, prometendo aos índios “liberdade religiosa” em suas terras, atraiu os nativos para o engenho de Jaguaripe. O líder desta Santidade, um índio batizado Antônio pelos jesuítas, fugira de um aldeamento inaciano para se proclamar o próprio ancestral Tamandaré, ao mesmo tempo em que dizia ser o verdadeiro Papa. Nomeava bispos e santos, entre os principais do movimento, a exemplo de São Paulo e São Luís, e sua principal esposa era uma índia intitulada Santa Maria Mãe de Deus. Caindo na armadilha do senhor de engenho de Jaguaripe, esta “Santidade” seria destruída em 1585, por ordens do governador geral.

De todo modo, para além de sua importância histórica no contexto colonial, as “santidades” indígenas tiveram papel importantíssimo na religiosidade híbrida que caracteriza o Brasil hoje, presentes certos ritos em cerimônias como o *catimbó*, sem falar nas “linhas” de caboclos, incluindo o *Tamandaré*,

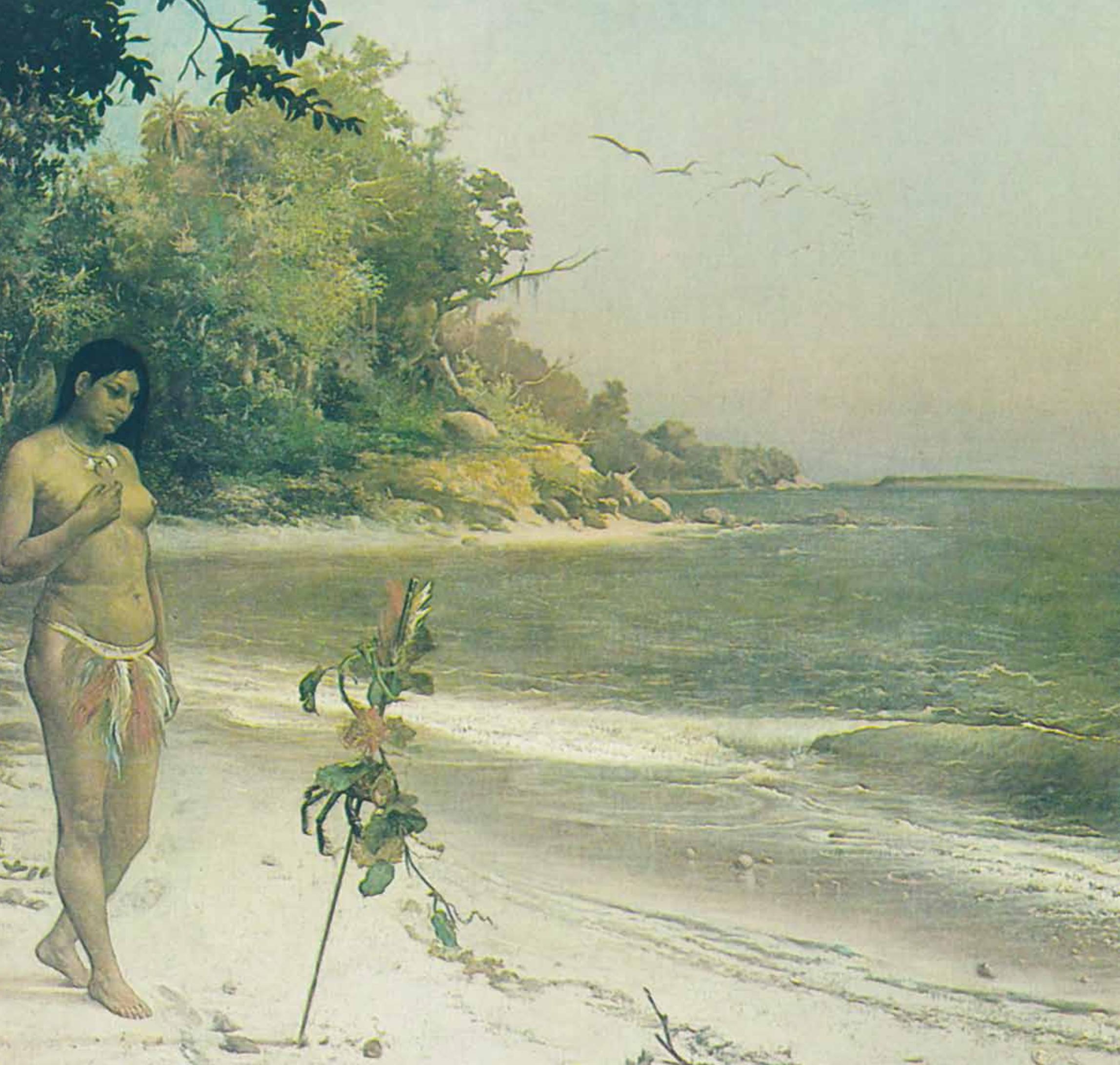
nas umbandas e macumbas cariocas, por exemplo. As culturas indígenas foram, assim, decisivas na formação da cultura brasileira, não apenas em certos aspectos da religiosidade, mas em vários outros destacados por Gilberto Freyre no clássico *Casa-Grande e Senzala* (1933): a cunhã, mulher e mãe tupinambá; a higiene pessoal; o milho, o caju e vários hábitos alimentares; o óleo de coco para o cabelo, a rede... A toponímia brasileira é, em boa parte, indígena, em diversas regiões, e foram mesmo os índios os principais responsáveis pelo alargamento das fronteiras territoriais da América Portuguesa. Foram-no, senão diretamente, nas hostes de “frecheiros” que seguiam os bandeirantes, com certeza na figura dos mamelucos. Filhos de índia com português ou “mazombo”, eram eles homens de lealdades oscilantes, que ora viviam entre os índios, nus, pintados e guerreiros, ora se bandeavam para o colonialismo, transmutados em bandeirantes a cativar nativos.

Mamelucos à parte, o fato é que, por maior que tenha sido o flagelo indígena no período Colonial e tenaz sua resistência em várias frentes, seria enorme simplismo “vitimizar” os indígenas com complacência ou de “heroificá-los” com idealismo ingênuo, sob risco de distorcer a história e ocultar a cadeia de cumplicidades que marcou a colonização portuguesa. É vastíssima a lista de lideranças indígenas que conduziram seus grupos a alianças com os colonizadores, escoltando-os nos “sertões” com flecheiros, combatendo “nações” rebeldes ou hostis aos portugueses, guerreando contra os rivais europeus da colonização lusitana.

José Maria de Medeiros  
Iracema - 1881  
Óleo sobre tela - 168,3 x 255cm

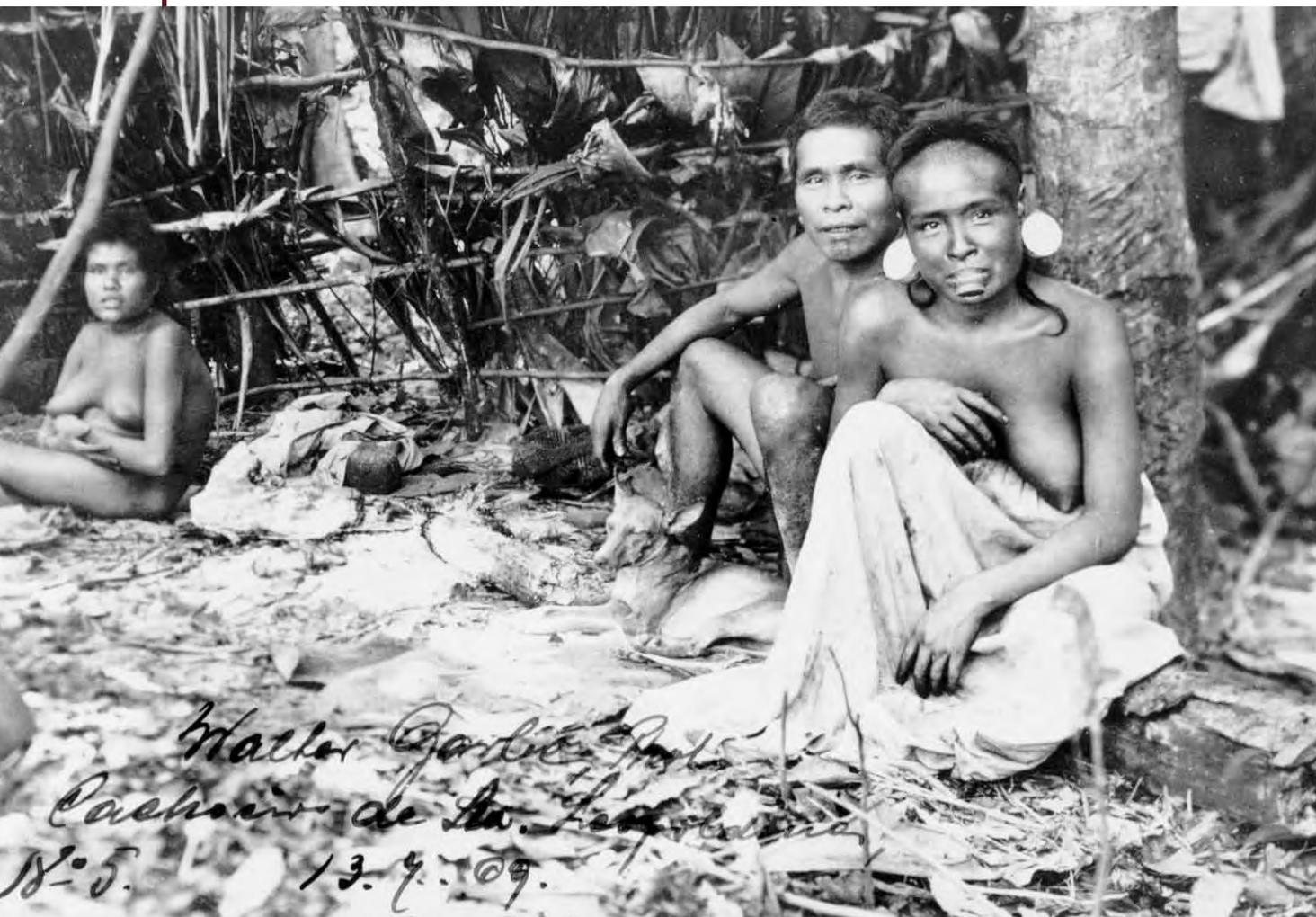
Museu Nacional de Belas Artes - RJ





Índios botocudos  
Foto de Walter Garbe - 1909

Biblioteca Nacional



É certo que esta “adesão” aos portugueses não raro obedecia à lógica nativa e por meio dela se buscava reforçar a luta contra inimigos indígenas tradicionais, os quais, muitas vezes, por idêntica razão, se aliavam aos inimigos dos portugueses. Mas, seja como for, sem o apoio dos guerreiros temiminós liderados por Araribóia seria muito difícil aos portugueses derrotar os franceses na baía de Guanabara, nos anos de 1560. Em São Vicente e no planalto de Piratininga, o chefe tupiniquim Tibiriçá seria valioso para o avanço português na região, combatendo rivais da própria “nação” Tupiniquim e os “tapuias” Guaianá, além de escravizar os *Carijó* para os portugueses. Na Paraíba e Rio Grande do Norte, o chefe potiguar Zorobabé, depois de lutar ao lado dos franceses, em fins do Século XVI, passaria para o lado lusitano e seria recrutado para combater os *Aymoré* na Bahia e até para reprimir os nascentes quilombos de escravos africanos. Mas nenhuma liderança indígena seria tão notável como o potiguar Felipe Camarão no contexto das guerras pernambucanas contra os holandeses no Século XVII. Camarão combateu os flamengos, os tapuias e os próprios “potiguares” que, ao contrário dele, se bandearam para o lado holandês, recebendo por isso o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo, o privilégio de ser chamado de “Dom” e pensões régias, entre outros privilégios. Diversas lideranças pró-lusitanas receberiam antes e depois de Camarão privilégios similares, criando-se no Brasil autênticas linhagens de chefes indígenas nobilitados pela Coroa por sua lealdade a Portugal.

Foi o apoio indígena, em suma, independentemente das razões que o motivaram em diversas conjunturas, aspecto decisivo para o triunfo da colonização portuguesa, o que não minimiza o desfecho trágico que, ao fim e ao cabo, marcou a história indígena no Período Colonial. Nos meados do Século XVIII, a Coroa portuguesa passava

por reformas significativas dirigidas pelo ministro Marquês de Pombal. Reformas que previam, em grande medida, a secularização do Estado e da administração pública, inclusive nas colônias. Foi neste contexto que os jesuítas foram expulsos da América Portuguesa e que se instituiu o *Directorio*, a nova política indígena que, não obstante as mudanças que iria sofrer no Século XIX, marcaria profundamente a relação do Estado com as populações indígenas após a independência.

Em 1755, D. José I aprovou o *Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, efetivado em 1757 e estendido para toda a América Portuguesa em 1758. Proibia definitivamente a escravidão indígena, abolia a tutela das ordens religiosas das aldeias e proclamava os nativos vassalos livres da Coroa portuguesa. Por meio dele, a Coroa planejava, com o auxílio dos novos vassalos, preservar as fronteiras, incrementar e diversificar a agricultura e converter os índios em mão-de-obra disciplinada para as frentes de expansão colonial, sobretudo na região Amazônica. Cada povoação teria o seu diretor, nomeado pelo governador e capitão-geral do Estado. A língua portuguesa tornava-se obrigatória, os ritos e crenças indígenas consideradas práticas condenáveis, a bigamia perseguida e os casamentos mistos incentivados. Os índios seriam incluídos na “civilização” por intermédio da agricultura, comercialização de produtos agrícolas e pagamento de tributos. Complementarmente, o Alvará de 4 de abril de 1755 estabeleceu que os portugueses que se casassem com índias não perderiam seus privilégios, nem cairiam em infâmia, antes seriam preferidos nas terras onde se estabelecessem com a família. Aboliu-se, assim, juridicamente, a distinção entre brancos e índios, possibilitando aos últimos atuarem como juizes ordinários, vereadores e ocupar outros postos honoríficos, o que implicou a supressão da “nódoa” que os

estatutos de “limpeza de sangue” portugueses faziam pesar sobre a descendência indígena, entre outras.

Mas na prática, os índios convertidos à “civilização” não encontraram e nem tiveram a vida facilitada, concebidos como mão-de-obra e súditos de segunda classe. A reforma enfatizava o objetivo de transformar as comunidades indígenas em exército de trabalhadores. Com a implementação dessas diretrizes, acelerou-se o processo de perda de identidade cultural e de população, acelerada por inúmeras epidemias na Amazônia, entre fins do Século XVIII e inícios do XIX. O *Directorio* seria abolido, em 1798, mas seu espírito integrador do índio através do trabalho e da “civilização” conservaria sua força na legislação do Império brasileiro.

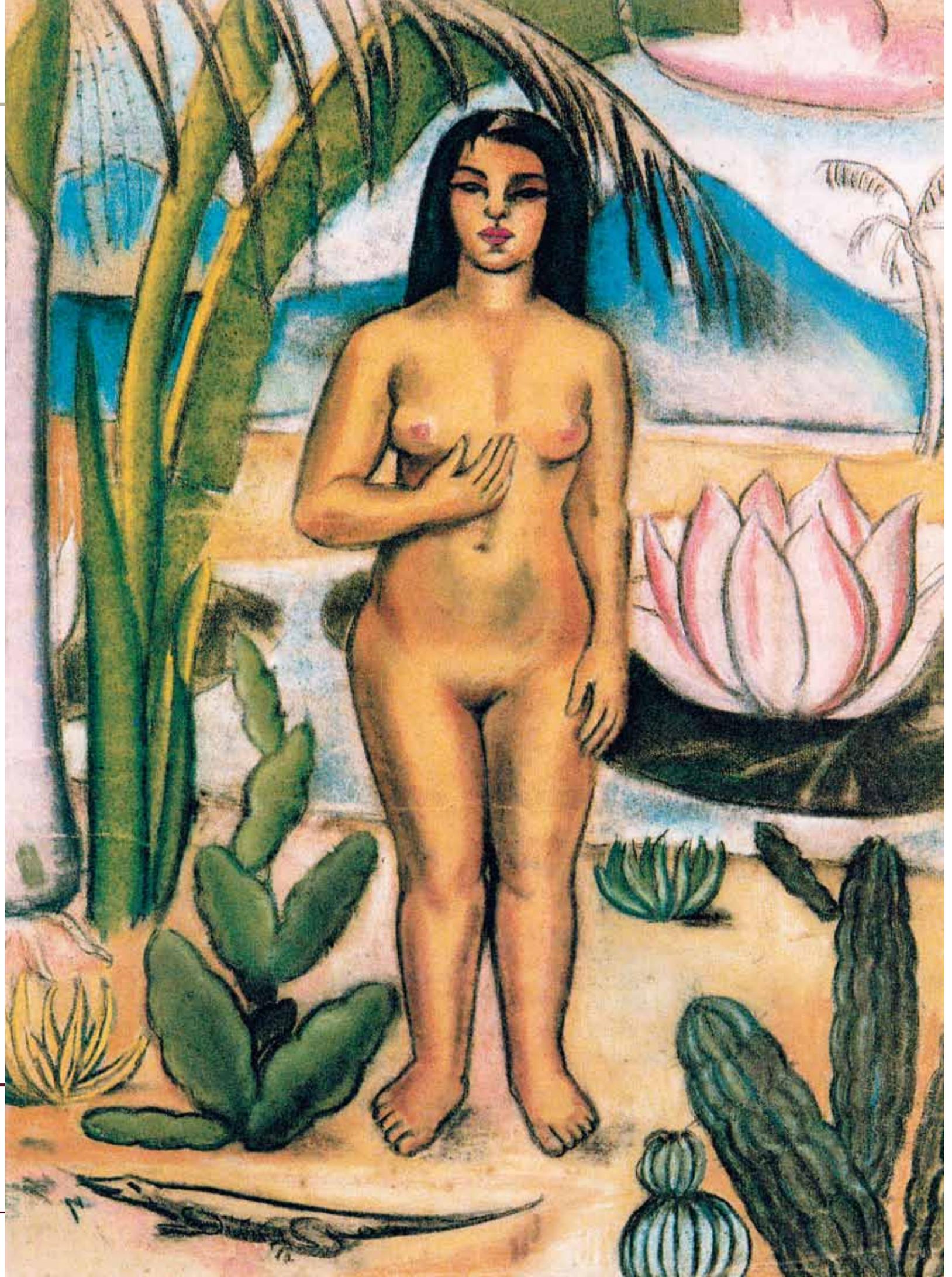
As populações indígenas do Brasil iriam adentrar o Século XIX em condições lamentáveis. Demograficamente depauperadas, exploradas sob várias formas de servidão, embora a escravidão fosse legalmente proibida. Ora concentradas em aldeamentos, que abrigavam grupos e etnias distintos, ora conservando alguma identidade nos refúgios de florestas indômitas. Vítimas, por vezes, de guerras de tipo colonial, como a desencadeada por D. João, Príncipe Regente, que mal chegado ao Brasil, em 1808, moveu guerra contra os ditos “Botocudos”, no vale do rio Doce, no Espírito Santo, e nos campos de Garapuava, no Paraná. Avançou, por esta época, uma nomenclatura mais simplificada que a dos séculos anteriores para designar as populações nativas: índios *mansos*, isto é, controlados, e índios *bravos*, a saber, hostis ou “imersos no estado de barbárie”.

Após a independência, a política imperial iria, em vários aspectos, retomar o *Directorio* pombalino, sobretudo quanto à integração dos índios no mercado de trabalho e à adoção de “políticas civilizatórias”. Dentre os primeiros



Índios botocudos  
Foto de Walter Garbe - 1909

Biblioteca Nacional



---

Anita Malfatti  
Índia - 1917  
Pastel - 37 x 18cm

Museu de Arte Moderna - RJ

---

projetos, destaca-se o de José Bonifácio, apresentado à Assembléia Constituinte de 1823: “*Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brasil*”. Advogava uma política sistemática de aldeamento, preconizava a sujeição dos índios às leis do Estado e sua inserção no mercado de trabalho, embora apregoasse a necessidade de tratá-los com brandura. O projeto constitucional de 1823, no entanto, limitou-se a declarar a competência das províncias na administração da catequese, e a Constituição outorgada em 1824, sequer mencionou a existência de índios no Brasil.

Somente em 1845 viria à luz o *Regulamento das Missões*, único documento indigenista imperial, que prolongava o sistema de aldeamento, em boa parte herdeiro do Diretório, entendendo-o como transição para a “completa assimilação dos índios”. Depois disso, só caberia mencionar a experiência de Couto de Magalhães, nos anos de 1870, no vale do Araguaia, que o Império pretendeu estender ao Amazonas e ao rio Doce: abandono da política de concentração em aldeamentos, criação de um internato para crianças indígenas, preparando-as para educar seus pais e parentes. À diferença do Diretório, que insistia no ensino do português aos índios, o Império preparou um programa de ensino do *Nheengatu*, nome através do qual a *língua geral* ficou conhecida na Amazônia.

A política imperial em relação às populações indígenas contrastava com o lugar que se atribuiria progressivamente ao índio na cultura nacional. No concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na década de 1840, sobre “Como se deve escrever a história do Brasil”, ganharia o estudo do naturalista alemão Von Martius, que destacou como eixo da formação histórica brasileira a fusão das três grandes raças, encarnadas no português, no índio e no africano. Von Martius

dedicou-se muito à contribuição dos portugueses, quase nada à dos africanos, e razoavelmente à contribuição indígena para a formação da nacionalidade. E, com efeito, inúmeras pesquisas de tipo etnográfico foram realizadas pelos membros do IHGB, chegando-se mesmo a discutir se a história brasileira se iniciava com o “Descobrimento” de 1500 ou remontava ao passado de nossos primeiros habitantes nativos. Francisco Adolpho de Varnhagen, autor de nossa primeira grande síntese historiográfica, a *História Geral do Brasil* (1854-1857), considerou que a história brasileira só começava em 1500 e julgava os povos indígenas bárbaros, selvagens, quase animais, não se furtando a adjectivá-los desse modo em várias passagens de sua obra. No entanto, elaborou três alentados capítulos sobre as populações indígenas no Brasil, condensando informações da crônica colonial e fornecendo valiosas informações etnográficas, especialmente sobre os *Tupinambá*.

Por outro lado, no campo da literatura e das artes, o indígena foi cada vez mais alçado à categoria de símbolo romântico da nacionalidade originária. Tratava-se de um índio idealizado, é certo, e não de culturas e povos indígenas concretos, mas ainda assim o fato é digno de registro e atenção. O meado do Século XIX viu florescer a literatura indianista de um Gonçalves Dias, de *Timbiras*, ou José de Alencar, de *Iracema* ou *O Guarani*. Literatura em parte herdeira de manifestações literárias de fins do Século XVIII, a exemplo do poema *O Uruguai*, de Basílio da Gama, mescla do ideal do “bom selvagem” europeu com o sentimento de brasilidade indianista. Difundiu-se, assim, o imaginário do índio herói, espécie de “cavaleiro” medieval à moda brasílica, como o Peri, de Alencar, notabilizado por sua coragem e por seu amor a Ceci. Um índio “europeizado”, que ainda seria festejado na música, como na ópera de Carlos Gomes, na pintura, como em *O último tamoio*, de Rodolfo Amoedo, ou mesmo

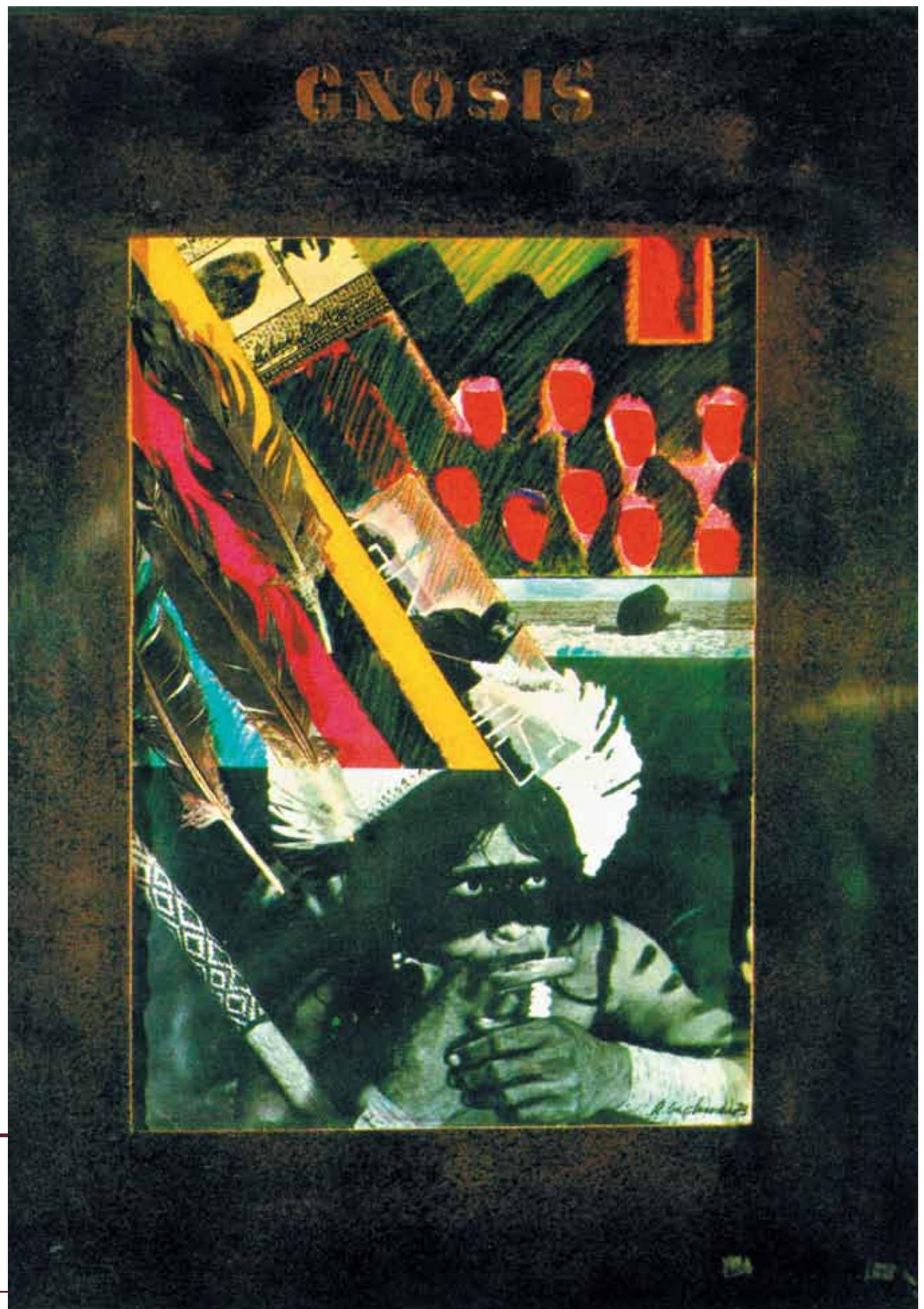
nos títulos de nobreza imperiais: Arcoverde, Itararé, Itaguaí, Tamandaré - uma plêiade de nomes indígenas ou pseudo-indígenas a adornar a titulação de marqueses e viscondes do Império do Brasil.

O contraponto dessas manifestações artísticas ou da pesquisa etnográfica do IHGB, produzidas sobretudo na Corte imperial, se encontrava nas fronteiras do País, no interior, onde se continuava a escravizar o índio “clandestinamente”, a despeito das proibições, paralelamente à expropriação das terras indígenas concedidas em sesmarias às aldeias no Período Colonial, tudo isso com amparo legal desde 1832.

A principal novidade instituída pela República foi o SPI, criado em 1910 com o nome de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais - SPILT. A instituição do Serviço explicitava a “proteção aos índios”, as tarefas de fixação de mão-de-obra rural não estrangeira - e neste caso abrangia os trabalhadores “descendentes da escravidão”, abolida em 1888. Previa-se a criação de um sistema de acesso à propriedade da terra e o treinamento dos trabalhadores em centros agrícolas. O SPI tem sua história cercada de polêmica, havendo quem diga que o Serviço de “proteção ao índio” surgiu em oposição a um suposto projeto de extermínio das populações indígenas, defendido pelo diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering. Seja como for, reiterava-se o aspecto “tutelar” - secularizado e ligado à formação de mão-de-obra agrícola - que desde o meado do Século XVIII marcava as opções do Estado em relação aos grupos indígenas do Brasil. Foi na direção do SPI que se notabilizou o tenente-

Rubens Gerchman  
Gnosis - 1973  
Técnica mista - 69 x 52cm

Museu de Arte Moderna - RJ



coronel Cândido Rondon, militar de carreira que servira sob as ordens de Hermes da Fonseca. A tutela militar dos índios pelo Estado se afirmaria, então, por meio do ideal do “soldado-cidadão”, em especial o engenheiro-militar, como o agente indicado para demarcar os territórios indígenas e “civilizar os que estivessem à margem da Nação”.

Com a Revolução de 1930, o SPI, originalmente subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, acabaria transferido para o recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e pouco depois para o Ministério da Guerra. No Regulamento aprovado em 1936, afirmava-se a preocupação com a “nacionalização dos silvícolas” e a intenção de integrá-los à Nação como “guardas de fronteira”, reiterando-se a educação física, agrícola, moral e cívica como a via indicada para a mencionada “integração”. O Estado Novo, instaurado em 1937, iria acentuar tais propósitos, com ênfase na transformação do índio em trabalhador rural, tudo nos quadros da “Marcha para o Oeste” propagandeada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP. Pertence a este contexto a ação articulada entre o SPI e a Fundação Brasil Central, que depois se vinculou à Expedição Roncador-Xingu - encarregada de “colonizar” vastas porções do território brasileiro no Mato Grosso, Goiás, Maranhão e partes de Minas. Muitos quadros da FBC, como os irmãos Villas-Boas, passariam para o SPI realizando trabalho notável do ponto de vista político e antropológico.

A grande transformação ocorrida em finais dos anos de 1940 e inícios dos de 1950 residiria na mudança no padrão de territorialidade relativa aos grupos indígenas. Se até então prevalecia um padrão fundiário implicitamente baseado na atribuição de pequenas porções de terra em que os índios, assentados como famílias nucleares, extrairiam sua subsistência básica, o quadro mudaria com o projeto do Parque do Xingu.

Trata-se de assunto controverso, que não excluiu a tutela militar sobre a “reserva”, apesar de contar com o trabalho de Orlando Villas-Boas, gestor do Parque. Implantou-se, porém, com o Parque do Xingu, um novo modelo em que considerável extensão de terras seria atribuída aos grupos indígenas a partir de “direitos imemoriais” passíveis de reconhecimento legal e demarcação física.

O SPI seria extinto em 1967, sendo substituído pela Fundação Nacional do Índio, a FUNAI, que manteve a tutela estatal sobre as populações indígenas, transferindo suas terras para o Estado. Avançou, porém, o sistema de demarcação de terras de alguma forma articulada ao conceito de etnias, resultado dos maiores conhecimentos antropológicos adquiridos sobre os índios nas décadas de 1950 em diante. Os trabalhos dos Villas-Boas, de Claude Lévi-Strauss, de Darcy Ribeiro e tantos outros jogaram papel decisivo na repercussão política de conceitos mais ligados à “etnicidade” dos grupos indígenas, superando-se pouco a pouco a noção genérica de índio, via de regra estereotipada. Inúmeros processos de legalização e demarcação de terras indígenas foram levados a cabo, no norte, nordeste, centro-oeste, sobretudo a partir do final da década de 1970. A Constituição de 1988 reconheceu a organização social, as crenças, línguas e tradições dos grupos indígenas, garantindo-lhes a posse das terras tradicionalmente ocupadas. Pode-se dizer que triunfaram, politicamente, os conceitos ligados à “etnicidade” e o reconhecimento das alteridades sobre as noções de “aculturação” ou “civilização” - que pressupunham, na ação política, a eliminação dos índios, ao menos do ponto de vista cultural.

Desnecessário lembrar as limitações deste triunfo ou do reconhecimento das alteridades. Inúmeros casos de conflitos de terra no interior do Brasil guardam relação com o problema

---

indígena, renovando-se tensões que datam de séculos. O “cacique” guarani Ângelo Cretã, eleito vereador pelo antigo MDB, foi assassinado em 1980 na reserva de Mangueirinha, no Paraná. Mais de 10 anos depois seria a vez de um assassinato coletivo, o massacre do Yanomami, em Roraima. A população indígena, que já foi de milhões, hoje não passa de algumas centenas de milhares, sendo que a maioria dos grupos assentados em reservas se compõe de comunidades culturalmente ambivalentes, quando não mistas, que transitam entre os “dois códigos culturais” - o dos “brancos” e o seu próprio.

A apropriação dos “códigos brancos” valeu muito, no entanto, para as populações indígenas, sobretudo a partir dos anos de 1980, quando se conjugaram, de um lado, o avanço da redemocratização do País e a opinião internacional favorável aos “índios brasileiros”. A visibilidade de alguns índios na *mídia*, em episódios específicos, também ilustra a ação reativa dessas populações à ameaça de extinção ou perda de direitos. De enorme ressonância foi a iniciativa do xavante Juruna, nos anos de 1980, utilizando um gravador para registrar “promessas de políticos”, ele que foi o primeiro deputado federal indígena no Brasil. Ou a visita do kayapó Raoni ao ministro Andreazza, em 1984, depois que seus guerreiros bloquearam por mais de um mês a rodovia que ligava Xavantina a Cachimbo, no Mato Grosso. Ou, mais adiante, o gesto de Ailton Krenak, representante da União das Nações Indígenas na Constituinte de 1988, ao pintar o rosto de preto em meio a seu discurso na plenária.

---

Índios Ipaíma

IBGE

---



São episódios diretamente ligados à paulatina organização dos povos indígenas no Brasil, baseada na incorporação de mecanismos de representação política por delegação, a fim de lidar com o mundo institucional da sociedade nacional e internacional, tratar das demandas territorial, assistencial e comercial. Contam-se hoje cerca de 71 organizações desse tipo (sem falar nas dezenas de ONGs solidárias aos povos indígenas), sendo a maioria organizações de caráter étnico e local (por aldeia ou comunidade), a exemplo da Associação Xavante de Pimentel Barbosa, ou interlocal, como a Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana. Em nível nacional, destaque-se a União das Nações Indígenas, criada em 1979 com o papel de referência simbólica de uma “indianidade genérica”, cuja atuação foi muito importante para a consagração dos direitos indígenas na Constituição de 1988. Sua curta duração ilustra, no entanto, a dificuldade dos povos indígenas em criar formas estáveis e permanentes de representação, tendo bases tão etnicamente diversas e geograficamente dispersas.

À diferença da organização de movimentos ou associações institucionais, encontra-se o processo hoje conhecido como *etnogênese*, cada vez mais estudado pelos antropólogos a partir dos anos de 1990, sobretudo no Nordeste. Segundo a definição de Jonathan Hill, em seu livro *History, Power and Identity: ethogenesis in the Americas* (1992), a etnogênese pode ser entendida como uma adaptação criativa dos ameríndios à história geral de mudanças violentas - incluindo colapsos demográficos, realocações forçadas de grupos, escravidão, recrutamentos, genocídios - impostas pela expansão colonial e Estados nacionais nas Américas. Tratar-se-ia do ressurgimento de identidades étnicas e de tradições culturais entre grupos

presumidamente extintos. No caso do Nordeste, a lista de dez povos indígenas existentes - para alguns “residualmente” - na década de 1950, saltou para 23 povos em 1994. Mais do que o dobro, portanto, em apenas duas décadas. Trata-se de um fenômeno estudado só recentemente, mas que talvez possa ser pensado na diacronia, na longa duração, contribuindo para relativizar a ideia de uma progressiva deterioração de identidades culturais indígenas na situação colonial.

Nada disso obscurece, porém, uma evidência eloqüente: o progressivo declínio das populações indígenas nos 500 anos da história brasileira. O fortalecimento do “movimento indígena” e o renascimento de grupos étnicos contrasta com o episódio emblemático do assassinato do pataxó Galdino, queimado vivo por uma turba de jovens, em 1997, em plena capital federal. Assassinado por ser confundido com algum mendigo, como dizem alguns, o que só agrava, de mil maneiras, o trágico episódio.

Despovoamento, incompreensão, cumplicidades, massacres; resistências, lutas, recriação de identidades culturais: de tudo isto se compõe a história indígena nos 500 anos de contato. 500 anos de encontros e conflitos, entre a “indianização” de brancos e “ocidentalização” de índios, entre os caboclos da umbanda e o assassinato de índios. O “crescimento” de grupos indígenas no bojo da chamada etnogênese contrasta com o declínio demográfico dessas populações e com a ocidentalização inevitável da “consciência indígena” - paradoxal condição para a garantia de sua identidade e direitos. Talvez esta história, também ela, venha de longe, *mutatis mutandis*, perceptível nos velhos “caciques” quinhentistas, Araribóias e Tibiriçás, que defenderam seus povos assumindo os títulos de “Dom” e de Cavaleiros da Ordem de Cristo. E com certeza irá longe, adentrando o milênio que se avizinha.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHA, Manuela C. da (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1992.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1970.
- FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Tupinambá*. 2a. ed. S.Paulo : Hucitec, 1989. 1. ed.1946.
- MÉTRAUX, Alfred. *A religião dos tupinambás*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1979. 1. ed. 1928.
- MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.
- OLIVEIRA, João P. (Org). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro : Contra Capa, 1999.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: as representações do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1996.
- SILVA, Aracy Lopes de & Grupioni, Luís D.B.(orgs). *A temática indígena na escola*. Brasília, D.F. MEC/MARI : UNESCO, 1995.
- VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

Manuel Alfredo Rosindo, Nhaimatücü  
O Tamanduá e a Onça - 1999  
Gouache

“Os velhos contam que nos tempos mais antigos o Tamanduá brigou com a Onça para defender a Lua. A Onça sempre ficava cuidando o caminho por onde a Lua passava porque queria matá-la. Um dia o Tamanduá esperou a Onça neste mesmo caminho. Quando se encontraram, começaram a lutar medindo suas forças. Por fim o Tamanduá furou as costelas da Onça com as unhas afiadas, e a Lua pôde andar livre novamente. Nos meses de agosto e setembro, quando a noite está clara, podemos enxergar no céu a luta do Tamanduá com a Onça. Seus corpos aparecem como manchas escuras na Via-Láctea.”

Índios Ticuna - Projeto Educação Ticuna  
Gráficos Burti



# PRESENÇA PORTUGUESA

---

de colonizadores a imigrantes

RENATO PINTO VENÂNCIO



---

Cidade de Porto e Villa Nova do Gaia - Século XIX

Foto de M. J. S. Ferreira

Biblioteca Nacional



# PRESENÇA PORTUGUESA

de colonizadores a imigrantes



RENATO PINTO  
VENÂNCIO

*AS PESQUISAS A RESPEITO DO  
PROCESSO MIGRATÓRIO PORTUGUÊS  
ENFRENTAM ENORMES DIFICULDADES.*

O tema não é inocente, pois, há mais de cento e cinquenta anos, várias tradições historiográficas digladiam-se em torno das “contribuições” ou “malefícios” advindos da colonização lusitana no Brasil. Não raras vezes, o imigrante português foi visto com lupas ideológicas. Algumas correntes, como a representada por Oliveira Viana, o exaltaram como *raça pura de dólicos-louros*. Enquanto outros, como Gilberto Freyre, insistiram justamente na tradição de miscigenação, traço que facultaria aos portugueses grande capacidade de aclimatação e ausência de preconceitos raciais, contribuindo assim para que eles se tornassem povos colonizadores e criassem um Novo Mundo nos trópicos. Havia ainda aqueles, como Paulo Prado, que encaravam os colonizadores da pior forma possível, representantes da escória da sociedade metropolitana e razão do atraso socioeconômico brasileiro. O estudo da imigração portuguesa está, dessa forma, sujeito constantemente ao risco da idealização ou da estigmatização prévia.

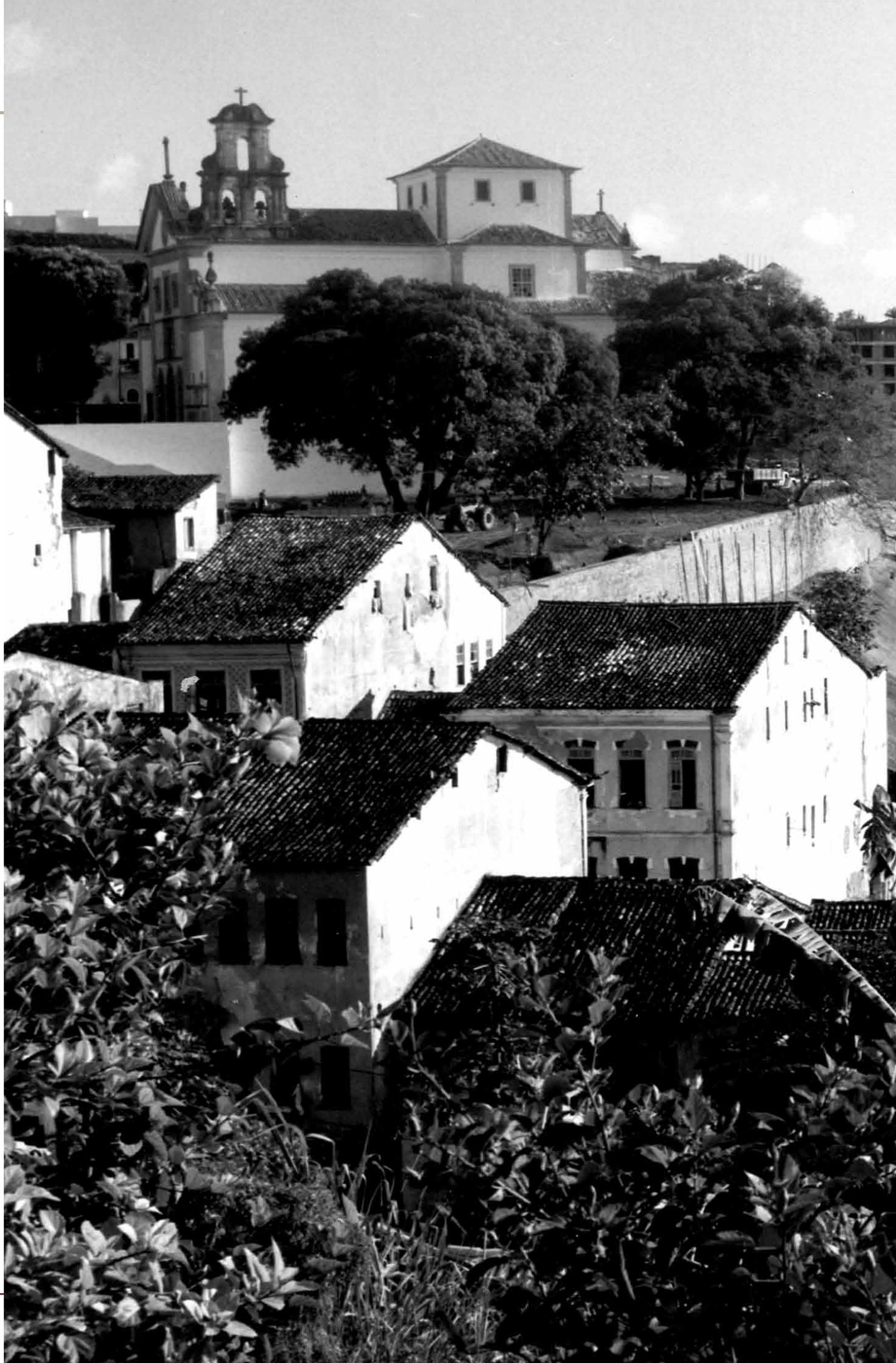
---

Além disso, as fontes são escassas e incompletas. A documentação fundamental para esse estudo, como as séries de concessão de passaporte, só aparecem na segunda metade do Século XVIII, tornando-se regular apenas nas primeiras décadas do Século XIX. No que diz respeito aos primeiros tempos, são desconhecidos os percentuais de retornados, havendo assim o risco de assimilarmos os “viajantes” aos grupos de colonizadores efetivos. Vista sobre o prisma da longa duração, a emigração internacional portuguesa pode ser definida como um fenômeno semiclandestino ou que quase sempre escapou ao controle das autoridades. Apesar desses óbices, vários estudos já foram realizados a respeito do tema e hoje podemos contar com estimativas razoáveis do número de portugueses que se transferiram, nos últimos cinco séculos, para as terras do Novo Mundo.

Um traço comum, implícito ou explícito em tais estudos, é o de indicar a existência de um paradoxo: o apogeu do processo migratório não ocorreu, como seria de esperar, durante o período colonial, mas sim várias décadas, ou até mesmo um século, após a Independência. No intuito de compreendermos as razões disso, analisaremos os dados quantitativos e qualitativos da imigração lusitana, organizando-os em uma cronologia que tem por base quatro etapas específicas, a saber: a de imigração *restrita* (1500-1700), de *transição* (1701-1850), de imigração de *massa* (1851-1960) e a última, a de *declínio* (1961-1991).

Segundo Magalhães Godinho (1975), entre 1500 e 1700, o número de portugueses dispersos pelo império colonial era da ordem de 700 mil, ou seja, cerca de 3 500 imigrantes anualmente deixavam Portugal. Tal estimativa foi decomposta, pelo referido autor, em subperíodos específicos em que, dependendo da conjuntura, comportava, como indicamos na Tabela 1, entre dois e cinco mil embarques por ano.

---



---

Cidade de Salvador - BA

IBGE



Cabe sublinhar, porém, que essas estimativas incluem os dados referentes à África e Ásia. Se levarmos em conta as informações indicadas por Timothy Coates (1998), do total acima mencionado, apenas 100 mil teriam desembarcado na América portuguesa.

Assim, o confronto entre as duas estimativas indica que teria ocorrido, nos primeiros dois séculos de colonização brasileira, a vinda de 500 a 5 mil portugueses por ano. Tendo em vista tais números, sublinharemos o caráter *restrito* do processo migratório inicial para o Novo Mundo português. Isso pode ser percebido de maneira mais clara quando comparamos os dados acima apresentados aos do período seguinte, que denominamos de *transição*.

De acordo ainda com as informações de Magalhães Godinho (op.cit.), reafirmadas por Joel Serrão (1982), nos anos compreendidos entre 1701 e 1760, o número de imigrantes portugueses vindos para o Brasil colônia foi da ordem de 600 mil, ou seja, cerca de 10 mil por ano. O período de *transição* teria, dessa maneira, como característica, um extraordinário incremento do fluxo migratório. No entanto, essa mesma fase conviveu, durante várias décadas, com médias semelhantes às anteriormente apresentadas. Nesse sentido, a consulta à Tabela 1 é reveladora, nela observa-se que os dados relativos à primeira metade do Século XIX indicam um acentuado declínio do processo migratório.

A terceira fase, a de migração de *massa*, apresenta outras características peculiares. No sentido de percebermos as ordens de grandeza envolvidas nesse período, cabe lembrar os números indicados por Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1994). Segundo a historiadora, entre 1880 e 1967, teriam vindo para o Brasil cerca de 1 521 553 portugueses. Em outros termos, 17,5 mil

---

indivíduos por ano. No ápice desse novo fluxo, situado entre 1901 e 1930, a média de imigrantes ultrapassou a barreira dos 25 mil por ano. Esse número, com algumas variações, permaneceu elevado até os anos de 1960, quando então – salvo no período do *milagre econômico* – é dado início a uma progressiva diminuição dos fluxos migratórios internacionais para o Brasil.

Perante esse conjunto de informações e dados numéricos, podemos afirmar que, no período de imigração *restrita*, o número médio de portugueses que vieram anualmente para o Brasil variou de 500 a 5 mil. No período denominado de *transição*, esse índice alcançou a casa dos 10 mil, mas em seguida, declinou. Já no período de imigração de *massa*, foram comuns médias superiores a 15 mil imigrantes, havendo épocas, como ocorreu às vésperas da

Primeira Guerra Mundial, em que essa cifra alcançou o astronômico índice de 76 mil imigrantes anuais. A última etapa desse processo, a de *declínio*, é ilustrada com dados referentes aos anos de 1981-1991, quando então identificamos médias inferiores a 500 imigrantes por ano.

No intuito de compreendermos as razões dessas mudanças, é necessário levarmos em conta as transformações ocorridas em Portugal e no vasto império colonial lusitano. Na primeira fase, as crises cíclicas de subsistência, aliadas às constantes epidemias, faziam com que a população portuguesa – como a dos demais reinos europeus da época – crescesse em ritmo bastante lento ou mesmo, em alguns períodos, diminuísse em termos numéricos. Tal situação, certamente, não estimulava o processo migratório. Além disso, nos Séculos XVI e XVII,

Tabla 1 - Estimativas de imigração portuguesa no Brasil - períodos de 1500-1580 a 1891-1991

Período	Estimativa 1	Estimativa 2	Média anual 1	Média anual 2
1500-1580		(1) 280 000		(1) 3 500
1581-1640	100 000	(1) 300 000	500	(1) 5 000
1641-1700		(1) 120 000		(1) 2 000
1701-1780	600 000		10 000	
1800-1817	24 000		2 666	
1827-1829	2 004		668	
1837-1841	629		125	
1846-1887	18 108		8 084	
1881-1900	318 204		15 910	
1901-1930	754 147		25 139	
1931-1980	148 899		7 434	
1951-1980	235 835		23 583	
1961-1967	54 767		7 823	
1981-1991	4 608		408	

Fonte: Gaspar, Vitorino Magalhães. *Estrutura da origem sociocultural portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Arcádia, 1978. p. 87; Santos, José. *A imigração portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. p. 30; Lobo, Eulália Maria Lohmann. *Portugueses em Brasil no século XIX*. Recife: Editorial Nova, 1994. p. 32 e 246; Pereira, António Henrique. *A política portuguesa de imigração: 1850-1930*. Lisboa: A Regra da Jogo Ed., 1981. p. 20; Coates, Timothy. *Degradação e crítica: colonização dirigida pelo Coroa no império português, 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998. p. 278; Marinho, Luís Manuel, Oromiscia, Riva. *Negócios e colônias na sociedade de independência. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 81; B-Kamal, Amir Chalabi. *Imigração e marginalização: a política migratória do governo imperial brasileiro nos anos 1850*. Revista de Ciências Históricas da Universidade Particular, v. 11, p. 210, 1996; Araújo, Cláudia. *Imigração internacional ao Brasil durante a década de 80: explorando alguns dados do censo de 1991*. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP 11., 1998. Anais... Belo Horizonte: ABEP 1998. p. 672.*

Nota: Foi realizada a percentagem finalizada pelas colunas.

(1) Conjunta do império colonial português.





Igreja do Carmo  
Ouro Preto - MG

IBGE

os imigrantes portugueses prioritariamente se deslocavam para as possessões portuguesas no mundo asiático. Esse fluxo, informa Russell-Wood (1988), envolveu, na década de 1530, cerca de 2,1 mil portugueses por ano, média bem maior dos que se dirigiam ao Brasil. Como é sabido, a América portuguesa era, inicialmente, muito pouco atrativa. Durante os dois primeiros séculos de colonização, os empreendimentos lucrativos, nela localizados, concentraram-se na produção açucareira, atividade que exigia investimentos relativamente elevados e que, por isso mesmo, desestimulava a vinda de muitos portugueses para o Novo Mundo.

Um indício da dificuldade de povoamento enfrentada nesse período ficou registrado na

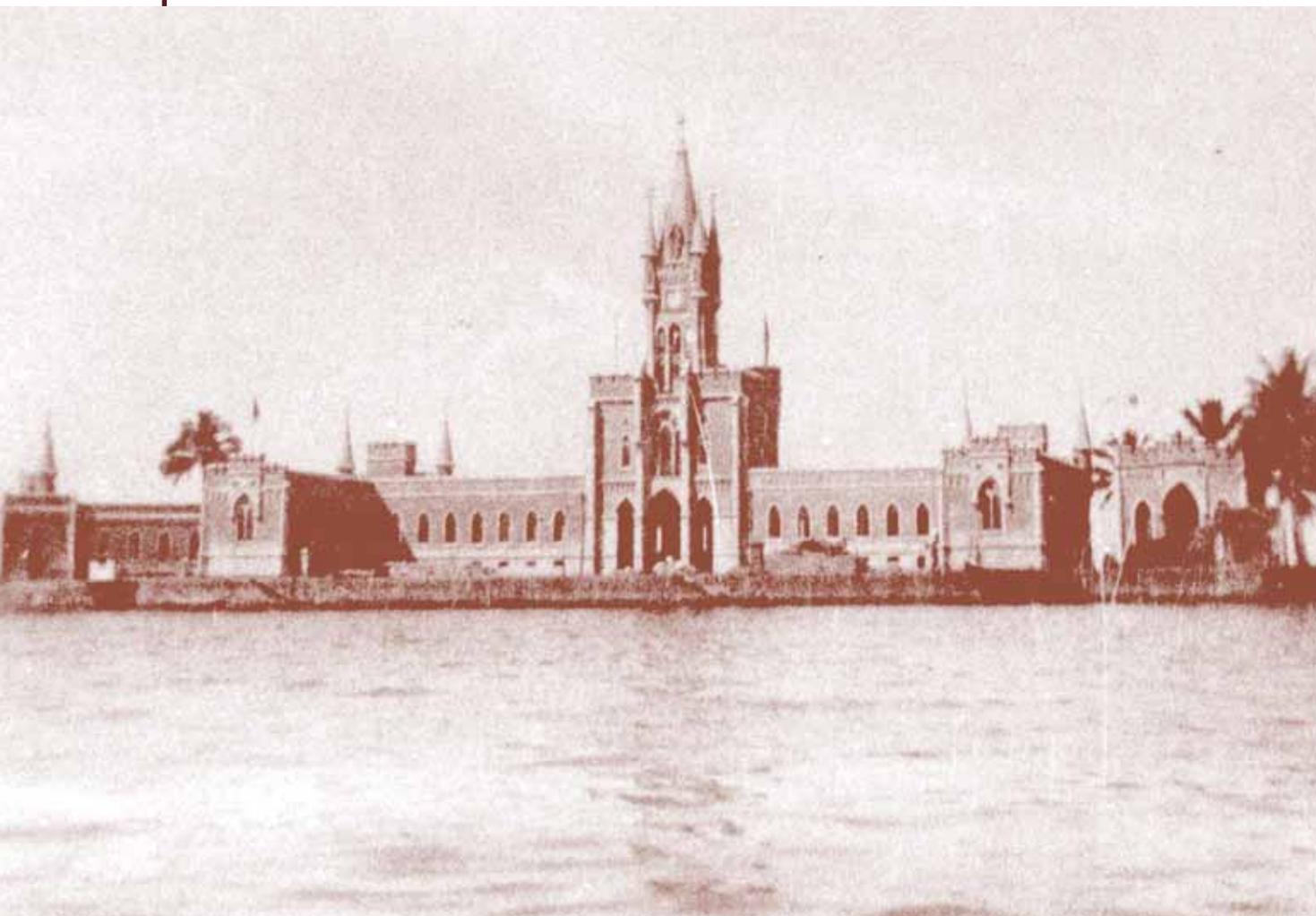
documentação referente ao degredo. Timothy Coates (*op.cit.*) calcula que, durante os dois primeiros séculos de povoamento, nas regiões centrais da economia colonial, como Bahia e Pernambuco, os degredados corresponderam a 10 ou 20 % da população reinol. Em áreas periféricas, como ocorreu em alguns anos no Maranhão, essa cifra representava o exorbitante índice de 80 ou mesmo 90% do total de portugueses da região.

O poder metropolitano supria, através desse processo de migração internacional forçada, deficiências do povoamento da América portuguesa. Outra característica perceptível na documentação dessa época – como, por exemplo, a documentação relativa às visitas inquisitoriais da Bahia e de Pernambuco de fins do Século XVI – são a diversidade geográfica dos imigrantes e a presença de minorias, como cristãos-novos e ciganos, que vinham para a Colônia fugindo de perseguições religiosas.

Já na segunda fase, a de *transição*, observamos os reflexos causados pelo recuo do império português na Ásia. Além disso, a partir de fins do Século XVII e início do XVIII, as descobertas de ouro em Minas Gerais e, posteriormente, em Goiás e Mato Grosso, dão início a uma conjuntura favorável à vinda de imigrantes portugueses. A primeira fase do surto minerador teve por base recursos técnicos e monetários de pequena monta. Para quem quisesse se aventurar na extração do ouro, era necessário apenas uma bateia e muita coragem. Outro aspecto a ser sublinhado é o que diz respeito ao fato de a mineração ter por base arraiais e vilas interioranas. Esse tipo de organização favorecia, por sua vez, o desenvolvimento de uma vasta rede de abastecimento interno a longa distância, dominada por grandes comerciantes. O perfil da elite colonial foi, por isso mesmo, durante a referida fase, alterado, dando origem a um segmento que teceu complexos laços com os antigos proprietários de fazendas e escravos.

Ilha Fiscal - RJ

Arquivo Nacional





---

Carlos Julião  
Oficial de Cavalaria da Guarda dos Vice-Reis  
Riscos Iluminados...

Biblioteca Nacional

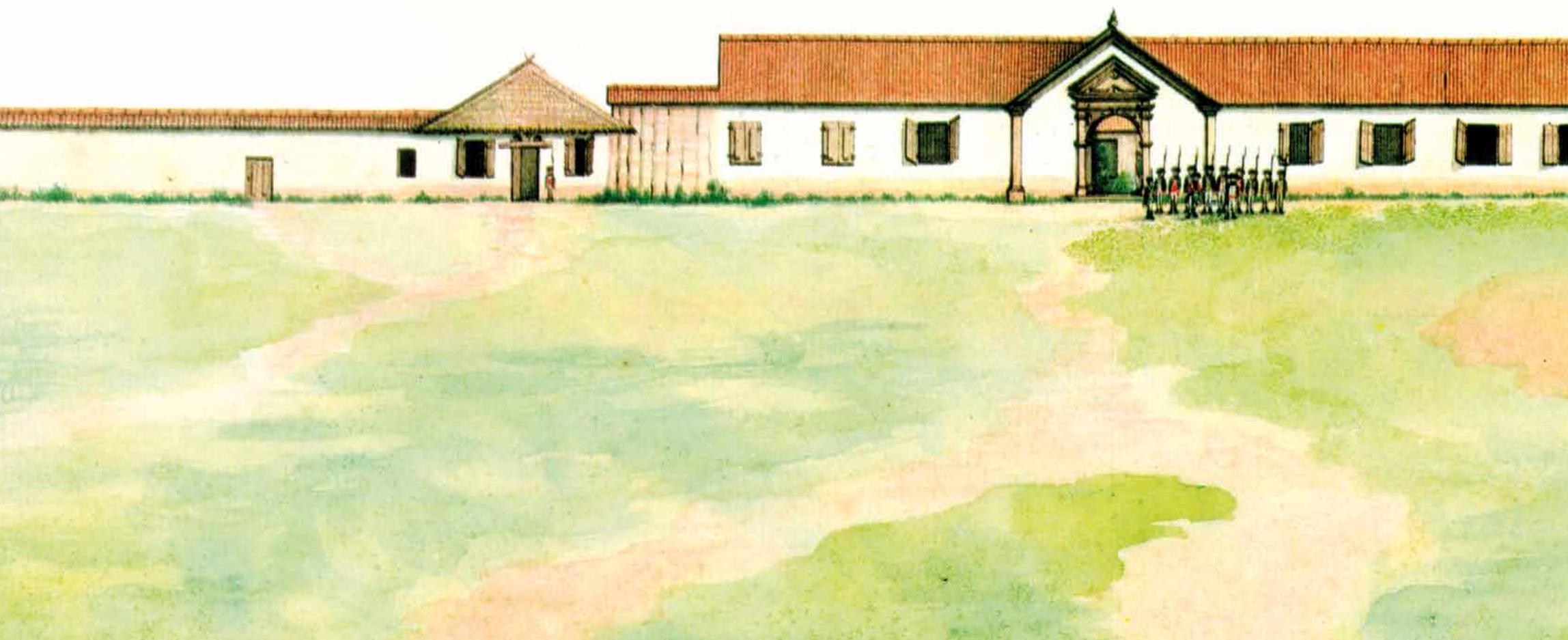
Ao longo da fase de *transição* também é observado um significativo aumento do número de imigrantes provenientes do norte de Portugal. De acordo com Fernando de Souza e Jorge Fernando Alves (1997) e João Pedro Ferro (1995), essa tendência decorria da *revolução agrícola* que ocorreu na região do Minho durante o Século XVIII. Tal revolução teve por base a generalização do cultivo do milho, produto responsável, em fins do referido século, por 80% da produção local de cereais, e cuja produtividade era três vezes superior à do trigo. Dessa maneira, pôde-se obter uma substancial melhoria na dieta da população local, com resultados bastante positivos nos índices de expectativa de vida. Melhor alimentada e apresentando taxas de mortalidade em declínio, a população minhota setecentista se reproduziu num ritmo mais elevado do que as médias comuns ao conjunto

do reino. Assim, em 1801, enquanto em Portugal era registrado um número médio de 33 habitantes por km<sup>2</sup>, no Minho havia 96 habitantes por km<sup>2</sup>.

O noroeste português tornou-se, dessa maneira, uma fonte quase inesgotável de braços para o trabalho, a maioria deles expulsa de sua terra natal devido ao fato do sistema econômico não conseguir absorvê-los. A época de *transição* é, portanto, aquela que convive com um número crescente de imigrantes minhotos e pobres. Raimundo da Cunha Mattos, na época da Independência, traça um perfil um tanto caricatural, mas nem por isso pouco revelador, desse grupo. Segundo o referido autor, o português pobre, ao desembarcar nos portos brasileiros, era imediatamente reconhecido por sua *polaina de saragoça, igual de vestia e calção, colete de baetão encarnado com seus corações e*

*meia*; eram minhotos que para sobreviver dormiam na rua e procuravam ajuda de instituições de caridade. A marca de sua pobreza também podia ser percebida através do pequeno número de pertences que traziam, geralmente desembarcavam dos navios *com um pau às costas, duas réstia de cebolas, e outras tantas de alhos... e ... uma trouxinha de pano de linho debaixo do braço.*

Contudo, se tivermos em mente os dados da Tabela 1, podemos suspeitar da exclusividade desse grupo nesta fase. Mesmo nos anos em que o número de imigrantes foi elevado, não parece ter havido predomínio de pobres. Tal situação, diga-se de passagem, tinha importantes implicações. Uma delas diz respeito ao fato de o noroeste português ser constituído por pequenas propriedades que desconheciam o trabalho escravo. Para os ricos emigrantes dessa região, a



passagem para a condição de latifundiário e senhor de escravos deveria implicar em uma reapedizagem radical, em uma reorganização das normas de conduta e de percepção da vida social.

Talvez uma das chaves para desvendarmos vários enigmas da história colonial esteja na análise cuidadosa desse grupo. Até que ponto, por exemplo, o senhor de engenho minhoto, originário de um meio rural camponês, diferenciava-se dos congêneres baianos ou pernambucanos, nascidos e criados em um ambiente escravista? Quais seriam as repercussões dessa situação no tocante à vinda familiar senhorial ou na aplicação do castigo aos escravos?

Contudo, o período em que mais fica evidente a emigração de membros da elite é aquele compreendido entre 1808 e 1817, quando então dez a 15 mil portugueses, pertencentes à corte de D. João VI, teriam vindo para o Brasil. A década da Independência não alterou essa tendência. Ao analisarem os passaportes portugueses emitidos nesse período, Lenira Martinho e Riva Gorenstein (1993) indicaram que 52,2% haviam sido concedidos a *caixeiros*, isto é, indivíduos com uma clara inserção nos grandes ou médios estabelecimentos comerciais. Além disso, as informações coletadas por Henrique Rodrigues (1993), na documentação de 1830, revelam índices de imigrantes alfabetizados da ordem de 80 a 90%, cifra três ou quatro vezes mais elevada do que a identificada entre a população portuguesa da época, o que novamente reforça o predomínio não de pobres, mas de indivíduos originários de camadas intermediárias, ou superiores, dentre os que imigraram para o Brasil.

Na *fase de transição*, portanto, quando o império asiático português havia sido reduzido em razão do avanço de outras potências européias na região, o Novo Mundo tornou-se atraente para a elite portuguesa.

As conseqüências dessa situação na vida social, conforme sublinhamos, foram complexas. O mesmo podendo ser afirmado em relação às atividades políticas e culturais coloniais. Assim, é possível afirmar que, sintomaticamente, no Século XVIII, as sublevações indígenas e os movimentos quilombolas, bastantes comuns nos períodos precedentes, passaram a conviver com revoltas antifiscais, algumas delas lideradas por portugueses de distinta origem social e que desempenharam um papel importante no surgimento de um sentimento político contrário à Metrópole. Da mesma maneira não deve ser menosprezado o papel desempenhado por esses portugueses nas explicações a propósito do florescimento da refinada arquitetura barroca colonial, tão ao gosto minhoto, ou no surgimento de academias e na multiplicação dos escritos literários setecentistas.

Já na terceira fase, que denominamos de imigração de *massa*, observamos, em Portugal, o fim de crises cíclicas de abastecimento, acompanhadas de queda das taxas de mortalidade, sem o imediato declínio nos índices de natalidade. Esse conjunto de fenômenos, comum à Europa ocidental do Século XIX, é denominado *período de transição demográfica* e implicou, conforme podemos observar na Tabela 2, um aumento substancial da população portuguesa.

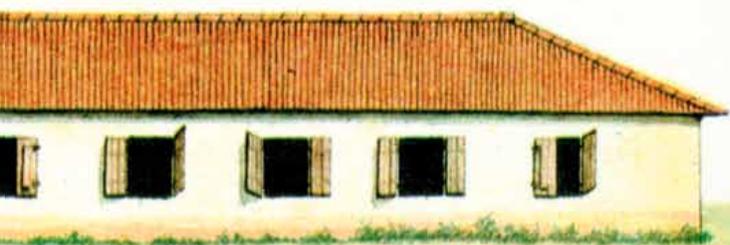
**Tabela 2 - Evolução demográfica de Portugal Continental 1801/1890**

Ano	População	Crescimento médio anual (%)
1801	2 931 920	
1821	3 028 460	0,16
1835	3 061 684	0,08
1854	3 499 121	0,78
1864	3 829 618	0,74
1878	4 160 315	0,61
1890	4 660 095	1,00

Fonte: Casatta, *Art. Demografia e sociedade*. In: Martins, José [Ed.]. *História de Portugal: o Iluminismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993, v. 5, p. 428.

Alexandre Rodrigues Ferreira  
Quartel das tropas da guarnição  
da vila de Barcelos, Rio Negro  
Viagem Filosófica (1783-1792)

Biblioteca Nacional



## Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes

Ora, em vários países, o processo de industrialização permitiu que essa população excedente fosse absorvida no meio urbano. Isso, porém, sabidamente, não ocorreu em Portugal. Para complicar ainda mais a situação, várias áreas do meio rural português sofreram, na década de 1850, um processo de modernização capitalista. Por essa época ocorre a mecanização de algumas atividades agrícolas, e, na década seguinte, com a restrição ao livre uso de pastos e terrenos baldios, são abolidos os últimos vestígios de

direitos camponeses herdados da época feudal. Esse conjunto de medidas leva a uma progressiva diminuição dos padrões de vida dos pequenos proprietários rurais, gerando assim novos candidatos à imigração. O aumento dessa população foi de tal ordem que permitiu um significativo fluxo rumo aos Estados Unidos e, posteriormente, em direção à África.

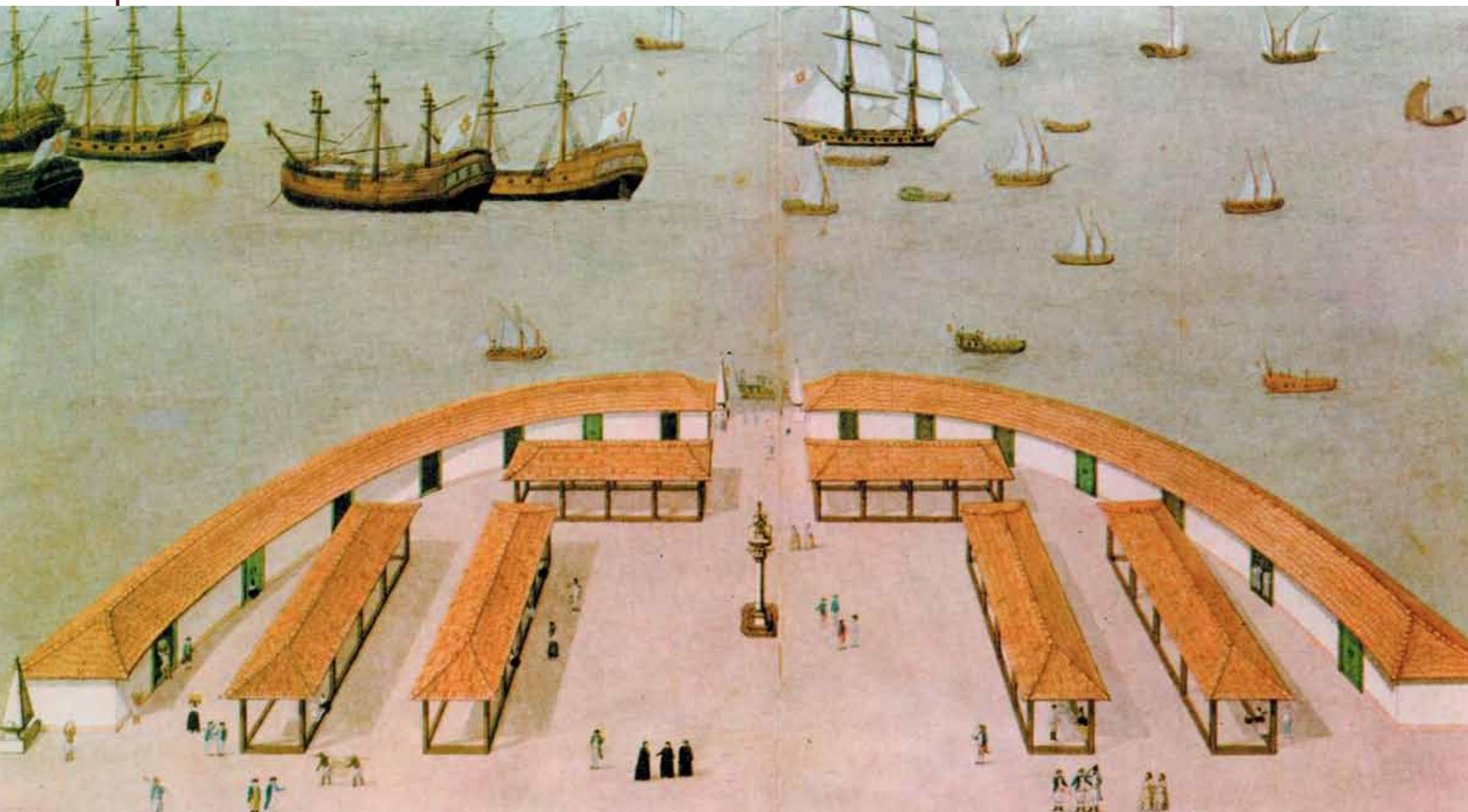
Durante esse período, o perfil do imigrante sofre uma radical transformação, predominando agora o de origem pobre. Nessa mesma época observam-se outras modificações igualmente

importantes: as mulheres que, de acordo com Russell-Wood (*op. cit.*), no início da colonização constituíam 1 a 2% dos emigrantes, passam a representar fatias cada vez maiores dos grupos que atravessavam o Atlântico. Ao mesmo tempo, crianças menores de 14 anos pobres, órfãs ou abandonadas, chegam a representar 20% do total de imigrados.

A comparação desse período com os anteriores também contribui para a compreensão de certos aspectos socioculturais cruciais. Assim, podemos indagar em que

Alexandre Rodrigues Ferreira  
Praça do Pelourinho e barcos de guerra  
Viagem Filosófica (1783-1792)

Biblioteca Nacional



medida a emigração, até meados do Século XIX, teria contribuído, em Portugal, para a manutenção de modelos culturais conservadores. Uma vez que, nos primeiros tempos, a sociedade metropolitana furtava-se de um capital cultural fundamental, aquele dos alfabetizados. Outro efeito perverso da emigração, conforme sublinhou Mirian Halpern Pereira (1981), foi a diminuição do nível de conflitos sociais, contribuindo para que o poder permanecesse nas mãos de grupos agrário e comerciais tradicionais. Além disso, através das remessas monetárias dos imigrantes, e da conseqüente importação de produtos do estrangeiro, acentuou-se a desnacionalização da economia e dependência externa por parte de Portugal.

No Brasil, a imigração, com certeza, também teve efeitos importantes. Um deles, ainda muito pouco estudado, diz respeito a sua relação com o processo de formação da identidade nacional. É bastante conhecido o fato de que, em meados do Século XIX, o debate intelectual brasileiro foi dominado por questões referentes à nacionalidade. Ora, o surgimento, nas principais cidades, de uma camada de portugueses pobres, em grande parte analfabetos, provenientes do meio rural, deve ter contribuído para a cristalização de uma

nova imagem do antigo colonizador, uma imagem negativa que, de maneira preconceituosa, estigmatizava o português enquanto um indivíduo intelectualmente pouco qualificado. Quanto a isso, não deixa de ser sintomático o fato de que, na segunda metade do Século XIX, começam a ser registrados livros de *anedotas*, como o de Júlio Campina, que equiparavam os portugueses aos iletrados *caboclos*, operando, assim, uma sutil crítica à *herança colonial*.

Foi somente na década de 1930 que começam a ser registrados os primeiros sinais de declínio do secular fluxo migratório lusitano para o Brasil. Sem dúvida, contribuiu para isso a crise econômica internacional, e a conseqüente política brasileira de proteger o mercado de trabalho nacional que, entre 1929 e 1931, levou o número de imigrantes portugueses a declinar de 38 779 para 8 152. Durante a Segunda Guerra Mundial outras circunstâncias negativas colaboraram ainda mais para a diminuição da imigração. A suspensão de viagens atlânticas foi uma delas. No ano de 1943, por exemplo, foram registrados apenas 146 imigrantes. Na década de 1950, porém, observamos o ressurgimento de breve fluxo de imigração portuguesa, cujo declínio se deu nos anos de 1960.

Joaquim José Codina  
Cachoeira e Arraial do rio Ixiê  
Alexandre Rodrigues Ferreira  
Viagem Filosófica (1783-1792)  
Biblioteca Nacional





Sacristia da Catedral - Salvador -BA

IBGE

Nesse período, Portugal já apresentava um desenvolvimento industrial capaz de absorver parte do contingente populacional não empregado na agricultura ou no comércio. Em segundo lugar, cabe lembrar que, em razão da difusão de técnicas de controle da natalidade, observou-se um progressivo envelhecimento demográfico da população portuguesa. Por último, a expansão do mercado de trabalho europeu, principalmente na França, alterou os planos da grande maioria dos emigrantes portugueses dos anos de 1960.

Contudo, o processo de declínio dos fluxos migratórios em direção ao Brasil esteve longe de ser linear. Em fins da década de 1960 e início da de 1970, as guerras de descolonização na África e os conflitos políticos internos a Portugal, associados às perspectivas abertas pelo “milagre econômico” brasileiro, alimentaram uma retomada dos movimentos migratórios. No referido período, a comunidade lusitana local aumentou de 247 mil para 410 mil indivíduos, e, somente no segundo semestre de 1975, desembarcaram nas cidades brasileiras

25 mil portugueses, média semelhante, ou superior, a do período de migração de *massa*.

Apesar desses números serem impressionantes, é importante sublinhar que o novo grupo de estrangeiros não criou raízes. A natureza ilusória do *milagre econômico* ganha visibilidade quando se compara o índice de retorno desse último período com os anteriores. As cifras de retornados, ao longo do Século XIX, oscilavam entre 30 e 40%, já nos anos de 1970 do Século XX atingiram percentuais elevadíssimos, da ordem de 90%.

As atitudes dos poderes constituídos, ante o aumento do fluxo migratório, também variaram de época para época. No Brasil do Século XIX, o aumento desse fluxo foi bem visto pelas autoridades brasileiras. Acreditava-se, com base em teorias racistas, que a europeização desempenharia um papel civilizador. Dessa forma, após combater e extinguir o tráfico de escravos, os mandatários da sociedade oitocentista, em alguns períodos, sancionaram leis nas quais a cidadania era concedida a todo europeu que a solicitasse.

No início do Século XX, porém, a chegada de imigrantes em *massa* passa a ser vista com desconfiança. Temia-se a ação política de anarquistas e comunistas, assim como, suspeitava-se que, através da emigração, os governantes europeus estivessem se livrando de delinqüentes e criminosos. Nessa época também são aplicados, como critério de seleção de imigrantes, os princípios de eugenia, levando ao sancionamento de leis que, entre 1890 e 1892, impediam a entrada de africanos e que, em 1907, proibiam a vinda de inválidos e idosos. A partir de 1920, cresce o coro dos que vêem na imigração uma ameaça à nacionalidade, o que levou, na década de 1930, à tentativa de suspendê-la temporariamente.

Em Portugal, o aumento do fluxo de emigrantes também acarretou restrições, através de leis que, nos fins do Século XIX, aumentavam o preço dos passaportes. Atribuía-se, então, aos fluxos de mão-de-obra para o exterior, as razões do atraso português. Por outro lado, procurou-se estimular, na medida do possível, o deslocamento de parte das correntes migratórias para as colônias africanas. Esses intentos, contudo, não tiveram grandes efeitos práticos. Como pode ser observado na Tabela 1, os anos posteriores às leis portuguesas restritivas à emigração são aqueles em que esse fenômeno conheceu seu apogeu.

Augusto Rodrigues Duarte  
Exéquias de Atalá - 1878  
Óleo sobre tela - 189 x 245cm

Museu Nacional de Belas Artes



Finalmente, nos anos de 1981-1991, constatamos o surgimento de um quadro inteiramente novo. A integração europeia reforçou os laços econômicos continentais portugueses, enquanto o declínio dos índices de fecundidade intensificou o processo de envelhecimento da população lusitana, diminuindo ainda mais os candidatos à emigração.

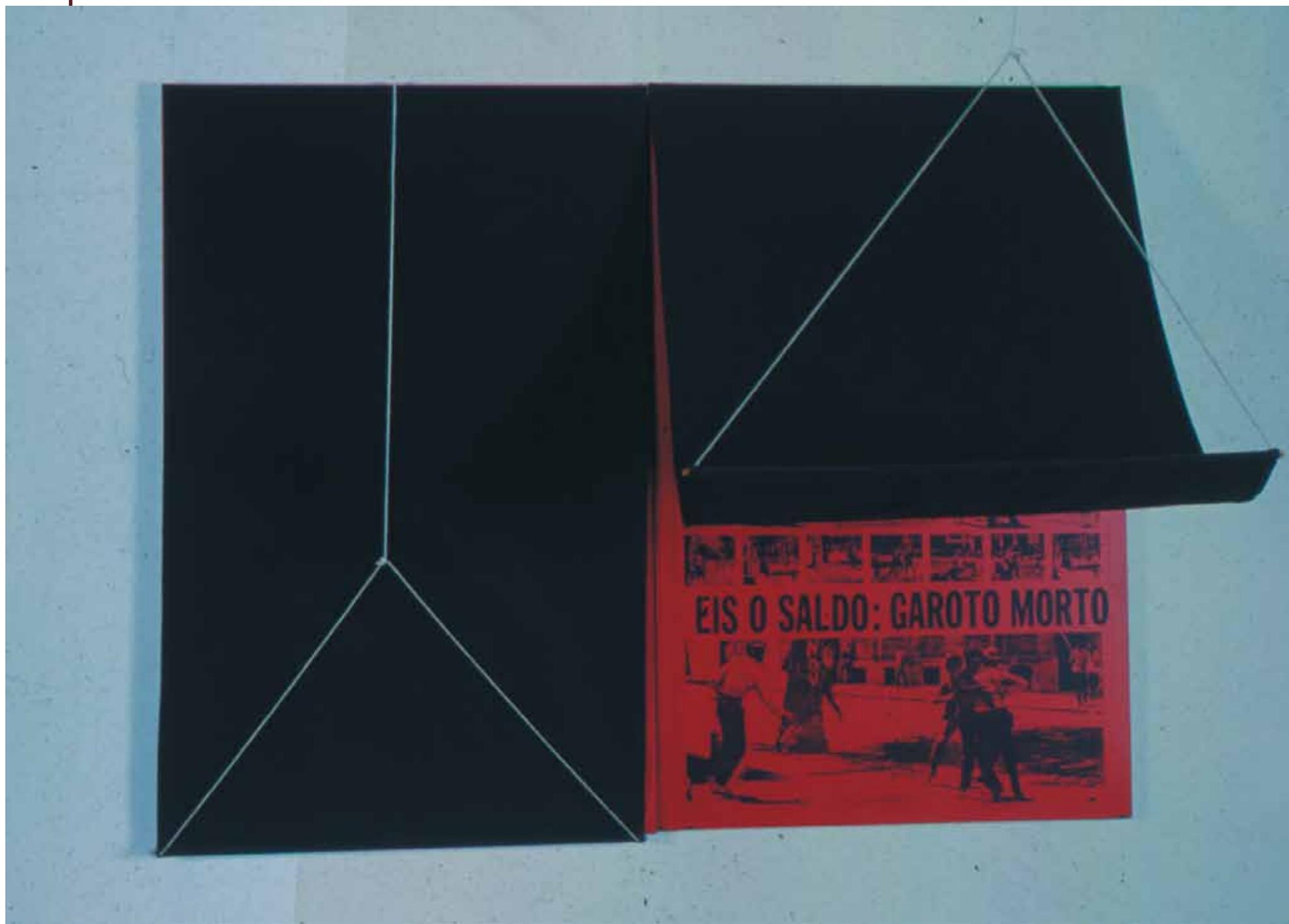
No Brasil, por sua vez, começam a ser registradas importantes mudanças. O País, vítima da crise econômica, perde importância

enquanto receptor de imigrantes, passando a “produzir” emigrantes, cujo número, na década de 1990, alcança a casa de 1 500 mil indivíduos. Nesse mesmo período, segundo dados de Cláudia Antico, o índice de brasileiros que migra para Portugal supera o de portugueses que vêm para o Brasil. Seria essa inversão de fluxos uma resposta conjuntural às duas *décadas perdidas* ou uma tendência estrutural de progressivo aumento da emigração internacional brasileira?

Aguardemos o próximo milênio...

Antônio Manuel  
Eis o Saldo - 1968  
Serigrafia sobre eucatex, tecido,  
madeira e corda - 120 x 160cm

Museu de Arte Moderna - RJ



VIVA A ARTE  
DO BRASIL

viva a natureza  
morta do brasil



A figura da natureza morta é um dos temas mais importantes da arte brasileira. Ela representa a morte e a vida, a natureza e a cultura, a arte e a realidade. É um tema que sempre esteve presente na arte brasileira, desde os tempos coloniais até os dias atuais.



viva o oleo  
do brasil



A arte brasileira é uma das mais ricas e diversificadas do mundo. Ela reflete a cultura e a história do Brasil, desde os tempos coloniais até os dias atuais. É uma arte que sempre esteve presente na vida do brasileiro, desde as festas populares até as obras de arte mais sofisticadas.

Antônio Manuel  
Viva a Arte do Brasil - 1977  
Grafite, hidrocor, fita crepe e nanquim sobre o papel - 63 x 43 cm  
Museu de Arte Moderna - RJ

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPINA, Júlio. *Subsídios ao Folk-Lore Brasileiro : anedotas sobre caboclos e portugueses*. Rio de Janeiro : Papelaria Mendes Marques, 1897.
- COATES, Timothy. *Degredados e órfãos : colonização dirigida pela Coroa no império português, 1550-1755*. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- FERRO, João Pedro. *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa : Ed. Presença, 1995.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 2ª. ed. Lisboa : Arcádia, 1975.
- LOBO, Eulália Maria Lahemeyer. *Portugueses on Brasil en el siglo XX*. Madri : Editorial Mapfra, 1994.
- MARTINHO, Lenira Menezes, GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- PEREIRA, Mírian Halpern. *A política portuguesa de emigração : 1850-1930*. Lisboa : A Regra do Jogo Ed., 1981.
- RODRIGUES, Henrique. *Emigração e alfabetização : o Alto-Minho e a miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil, 1995.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fluxos de emigração. In : BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti (Ed.). *História da expansão portuguesa*. Navarra : Circulo de Leitores, 1998. v. 1, p. 224-237.
- SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. 4ª. ed. Lisboa : Livros Horizonte, 1982.
- SOUZA, Fernando de, ALVES, Jorge Fernandes. *Alto Minho : população e economia nos finais de setecentos*. Lisboa : Ed. Presença, 1997.



# PRESENÇA NEGRA

---

conflitos e encontros

JOÃO JOSÉ REIS





Heitor dos Prazeres  
Frevo - 1966  
Óleo sobre tela e eucatex - 46 x 55cm

Museu Internacional de Arte Naïf do Brasil

# PRESENÇA NEGRA

JOÃO JOSÉ REIS

## conflitos e encontros

### *O BRASIL FOI NO CONTINENTE AMERICANO A REGIÃO QUE MAIS ESCRAVOS AFRICANOS IMPORTOU,*

durante os mais de 300 anos de duração do tráfico transatlântico, entre os Séculos XVI e meados do XIX. Foram, segundo estimativas mais recentes, em torno de quatro milhões de homens, mulheres e crianças, equivalente a mais de um terço de todo aquele comércio. Uma contabilidade que não é exatamente para ser comemorada, mas a partir dela é que se pode melhor entender a contribuição africana para a formação histórica e cultural do País.

Inicialmente, os africanos escravizados foram trazidos para atuar na economia açucareira, mas a escravidão africana se estabeleceria como o esteio da força de trabalho em praticamente todos os setores da sociedade, através do vasto território que viria a ser o Brasil, até sua abolição em 1888. Os escravos foram utilizados não apenas na produção de açúcar, café, algodão, minérios e outros produtos de exportação. Terminaram sendo também empregados na agricultura de abastecimento interno, na criação de gado e charqueadas, nas pequenas manufaturas, no trabalho doméstico, em uma grande variedade de ofícios mecânicos e toda ordem de ocupações urbanas. Nas cidades eram eles que, até uma altura avançada do Século XIX, se encarregavam do transporte de objetos, dejetos e pessoas, além de serem responsáveis por uma considerável parcela da distribuição do alimento que abastecia pequenos e grandes centros



Carregamento de babaçu

IBGE

urbanos. Escravos vendedores ambulantes e quitandeiros, sobretudo mulheres, povoavam as ruas de Recife, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e outras cidades. Mas a escravidão não se caracterizou apenas como um modo de produção e distribuição de mercadorias. Os escravos não serviram apenas aos grandes senhores da aristocracia agrícola, pois estavam distribuídos — embora desigualmente distribuídos — entre proprietários de diversas

grandezas, no campo e na cidade. Isso explica por que os escravos estiveram presentes em cada instituição que compunha a sociedade colonial e pós-colonial do Brasil.

Não sabemos precisamente quando desembarcou no Brasil colonial o primeiro negro. Não é impossível que houvesse algum, ou alguns, entre os tripulantes da esquadra de Cabral, uma vez que Portugal já traficava escravos nas costas africanas antes de 1500.

Foi no entanto com a montagem de um sistema de *plantation*, primeiramente voltado para a exploração da cana-de-açúcar, que o emprego da mão-de-obra africana se disseminou. Stuart Schwartz (1988) estudou como os primeiros africanos se estabeleceram nos engenhos do Recôncavo Baiano, uma das regiões pioneiras no estabelecimento de uma longa economia açucareira. Segundo aquele autor, eles foram trazidos provavelmente das ilhas atlânticas portuguesas, onde já se cultivava o açúcar em regime de *plantation*, para ocupar posições especializadas no processo produtivo. Enquanto a mão-de-obra indígena ainda constituía a força de trabalho dos canaviais, esses primeiros africanos vieram para operar o engenho propriamente dito, a casa de moenda, a área de transformação da matéria-prima, como mestres de açúcar, tanoeiros, ferreiros e outras ocupações que exigiam experiência e treinamento. Podem ser considerados espécie de elite da classe trabalhadora atlântica, no sentido de que tocavam um dos ramos mais avançados da indústria ocidental no Século XVI.

Ao longo da segunda metade daquele século, os africanos foram pouco a pouco substituindo, também nos partidos de cana, a mão-de-obra indígena. Substituição que tem sido explicada pelo declínio da população nativa, sua inexperiência e resistência ao trabalho sistemático da lavoura intensiva, mas também pelo interesse português de que progredisse a atividade talvez mais lucrativa do sistema colonial, qual seja, o tráfico de escravos africanos. Sejam quais fossem as razões — e o debate a este respeito está longe de encerrado —, e apesar das populações nativas continuarem a ser escravizadas até pelo menos meados do Século XVIII em algumas regiões da colônia, coube ao escravo africano o papel de principal força de trabalho. Com o tempo foi também se formando uma camada livre de negros e mestiços que vieram a substituir os africanos nas posições mais especializadas do mundo rural e urbano. Voltarei a este ponto.

O tráfico transatlântico promoveu o povoamento do Brasil por gente oriunda de diversas regiões do continente africano. Mas essas regiões contribuíram para este povoamento em graus variados de intensidade, dependendo do período considerado e dependendo das conexões comerciais mantidas pelos traficantes portugueses, brasileiros e africanos de um e outro lado do Atlântico. Assim, os portos do Brasil podiam por vezes, e em certos períodos, se especializar em determinadas direções do fluxo do comércio de pessoas. Durante os Séculos XVI, XVII e primeira metade do Século XVIII, os chefes políticos e mercadores da África Centro-Occidental, em particular o território presentemente ocupado por Angola, forneceram a maior parte dos escravos utilizados em todas as regiões da América portuguesa. Enquanto durou o tráfico transatlântico, importantes áreas importadoras, como o Rio de Janeiro, Recife e São Paulo continuaram se abastecendo sobretudo de escravos vindos dali e, mais tarde, da contra-costa africana, particularmente Moçambique. Eram povos aqui denominados de congos, angolas, benguelas, cabindas, cassanges, monjolos, rebolos, moçambiques e outros. Os chamados angolas — estes em geral traficados através do porto de Luanda — e benguelas — estes traficados através de entrepostos situados mais ao sul da atual Angola — vieram a predominar nas levas do comércio oitocentista, em especial os que desembarcavam no Rio de Janeiro. Os traficantes envolvidos no comércio baiano, por outro lado, a partir de meados do Século XVII, e até o fim do tráfico, foram se especializando cada vez mais na região do Golfo do Benin (sudoeste da atual Nigéria), de onde importaram escravos aqui denominados dogomés, jejes, ussás, bornos, tapas e nagôs, entre outros. Estes últimos vieram a constituir as vítimas preferenciais dos 20 anos finais do tráfico baiano, o período do comércio ilegal.

Tabela 1 - Africanos transportados pelo tráfico transatlântico, segundo a nacionalidade do navio - período do Século XVI ao Século XIX

Nacionalidade do navio	Africanos transportados (em milhares)	
	Partiram da África	Chegaram às Américas
Total	11 348,8	9 682,6
Inglaterra	3 536,2	3 009,4
América Inglesa/EUA	220,6	205,5
Caribe Inglês	59,4	51,3
Portugal/Brasil	4 942,2	4 335,8
França	1 456,6	1 127,8
Holanda	533,5	449,5
Espanha	513,3	429,6
Dinamarca	82,0	69,7
Outras	5,0	4,0

Fonte: Ellis, David; Behrendt, Stephen; Richardson, David. "O volume do tráfico transatlântico de escravos: uma reavaliação com particular à contribuição portuguesa/brasileira". *Afro-Ásia*, v. 24, 2000. No prelo.

Carlos Julião  
Tipos Populares. Riscos Iluminados...

Biblioteca Nacional



Conforme Maria Inês Oliveira (1997) bem explica, a grande maioria daqueles termos étnicos, todavia, não eram autodesignações dos próprios escravos ou nomes de formações políticas existentes na própria África. Com poucas exceções, como os haussás e bornus, tratava-se de identidades adquiridas no circuito do tráfico, mas que com frequência acabaram adotadas e reconstruídas no Brasil pelos escravos mesmos. Tornaram-se, por assim dizer, etnicidades africanas descobertas no Brasil, como sugeriu o historiador Robert Slenes (1991-1992). Este mesmo historiador propõe que os escravos da África Centro-Occidental que povoaram as fazendas e cidades do Centro-sul do Brasil teriam aqui desenvolvido uma “proto-nação bantu”, a partir de características culturais convergentes, sobretudo lingüísticas, ou seja, as línguas e outros elementos culturais próprios daquela área geográfica africana teriam um substrato *bantu* que facilitou a formação de uma identidade comum no Brasil, a identidade bantu.

Cabe também mencionar que muitas vezes as identidades, além de mudarem entre a África e o Brasil, variavam dentro do mesmo Brasil. Os nagôs, jejes, haussás e outros grupos da chamada Costa dos Escravos — embarcados principalmente nos portos do antigo Daomé (Jaquin, Ajudá, Popo e Apá), e mais tarde Onim (Lagos)— eram identificados como *minas* no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Mesmo na Bahia, para onde vieram em maior número, eram chamados principalmente *minas* até o final do Século XVIII, a partir de quando se tornariam conhecidos através daquelas identidades mais específicas acima mencionadas. Mas na verdade, para os próprios africanos, as identidades podiam ser ainda mais específicas, mais concretamente referenciadas a experiências vividas na África. O escravo “angola” trazido como adulto para o Rio de Janeiro não devia esquecer-se de que era, diga-

mos, *songo*; ou o “moçambique” de que era na verdade *macúá*. A este respeito, temos o testemunho do próprio africano. Alguns dos envolvidos na rebelião de 1835 na Bahia, quando interrogados, declararam-se “nagô-ba”, “nagô-jabu”, nagô-jexá”, “nagô-oió”, significando que eram naturais dos reinos iorubanos de Egba (ou talvez Yagba), Ijebu, Ilesha, Oyo, ou seja, se adotavam a identidade nagô para relacionar-se com africanos de outras macro regiões, além dos negros, mestiços e brancos da terra, no seio da comunidade nagô cada um sabia que “tinha sua terra”, como declarou um deles.

Esses africanos também declaravam saber que viviam em “terra de branco”, onde as chances de escapar pacificamente da escravidão, embora existissem, eram poucas. Daí a resistência escrava, que assumiu diversas formas. Os escravos, principalmente os nascidos na África, revoltaram-se com muita frequência, em movimentos grande e pequeno, ora longamente planejados e visando à abolição geral, ora por meio de golpes mais modestos que previam punir um senhor ou feitor mais tirano. As fugas representaram um estilo mais constante de rebeldia, tanto por aqueles que as empreenderam como aventura individual, misturando-se à massa negro-mestiça livre, como pelos que se juntaram para formar quilombos, os quais floresceram em grande número, em cada lugar onde a escravidão fincou raízes, fosse no mato, na montanha ou nas vizinhanças de fazendas e vilas, pequenas e grandes cidades. Ainda mais freqüente seria a chamada resistência cotidiana, caracterizada pelo fingimento de doenças, o trabalho mal-feito, as estratégias de negociação para extrair pequenas vantagens, materiais e outras, dos senhores. Nesta modalidade de resistência brilharam os escravos nascidos no Brasil, mais familiarizados do que os africanos com os meios e modos senhoriais, mais envolvidos pelo estilo paternalista de dominação escravocrata,



*Albino Velho, com 100 annos de idade.  
Solteiro, africano, analphabeto, natural de Angola.*



*João Mina Africano, com 100 annos de idade.  
Solteiro, africano, sabendo lêr e escrever.*



*Marcellina P. de Jesus, com 100 annos de idade.  
Solteira, africana, analphabeta. Chegou ao Brazil  
com 10 annos de idade, teve 4 filhos.*

---

“Os Centenários”  
Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)  
Realizado em 20 de setembro de 1906  
Officina da Estatística - 1907

IBGE



Carlos Julião  
Negras Vendedoras. Riscos Illuminados...

Biblioteca Nacional

---

ou seja, enquanto os africanos — sobretudo os importados para a Bahia do Golfo de Benin — eram mais dados ao levante, os crioulos (como eram designados os pretos nascidos no Brasil) sabiam melhor explorar as brechas no dia-a-dia da escravidão. Refletiam o menor ou maior grau de integração na sociedade local. Isso enquanto tendência, pois os africanos nunca se levantaram em massa em nenhuma região; nem deixou de haver africanos que aprenderam bem as maneiras crioulas de agir. Inversamente, muitos crioulos, individualmente, apresentaram armas em revoltas predominantemente africanas, e ao longo da segunda metade do Século XIX foram os principais protagonistas de pequenos movimentos localizados, porém constantes, que caracterizaram os anos finais da escravidão.

Seja como for, a experiência do Brasil abraçou o africano. Tornou-o ladino e tornou seus filhos crioulos e mestiços de várias espécies: mulato, pardo, cabra, caboclo. A crioulização e a mestiçagem são temas inevitáveis da história do negro no Brasil. Ambos foram fenômenos que acompanharam a evolução demográfica e cultural da América portuguesa e, depois, do país independente. Os africanos, como já foi dito, não pararam de chegar até meados do Século XIX, quando o tráfico foi definitivamente abolido. Era através do tráfico que se recompunha e se ampliava o grosso da mão-de-obra escrava, sobretudo nas

regiões mais ligadas à economia de exportação, onde os proprietários tinham mais acesso ao financiamento do tráfico. Em seu conjunto, durante a maior parte da longa história da escravidão brasileira, os escravos nascidos no Brasil constituíram minoria. Esta situação seria revertida somente depois de 1850, quando se intensificou o processo de “nacionalização” da população escrava, e os crioulos, e em uma escala bem menor os mestiços, pouco a pouco passaram a ser maioria relativamente aos africanos. Estes desapareciam da contabilidade escravista pela morte e, em menor grau, pela obtenção da liberdade, condição que no entanto favorecia preferencialmente aos escravos nascidos no Brasil, mais próximos das redes afetivas senhoriais (facilitando alforrias gratuitas) e das oportunidades econômicas da escravidão (facilitando alforrias pagas).

Todavia, o início da formação de um setor negro-mestiço livre na população brasileira data de tempos anteriores ao Século XIX. Alforrias de escravos negros e sobretudo mestiços existiram desde os primeiros tempos do escravismo, e há estudos sistemáticos que cobrem este fenômeno desde a segunda metade do Século XVII. Mas foi a partir do século seguinte que uma notável população livre de cor começou a emergir, trazendo inclusive preocupação política a autoridades de várias regiões, em particular nas Minas Gerais e no Nordeste, que viam aquela população como

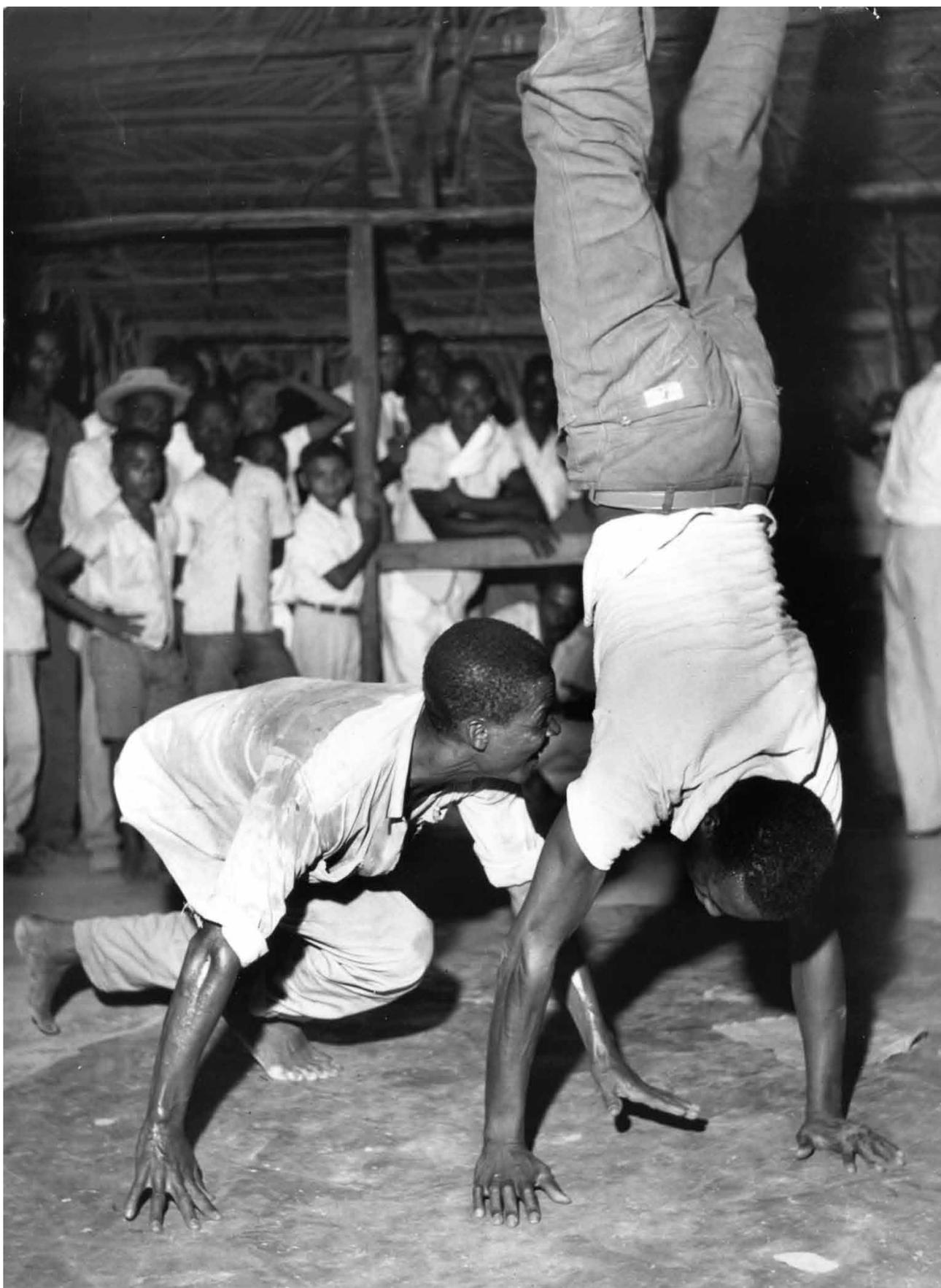
José Correia de Lima  
Retrato do Intrépido Marinheiro Simão - s/d  
Óleo sobre tela - 93,1 x 72,6cm

Museu Nacional de Belas Artes - RJ



pouco ou não devidamente integrada à sociedade colonial. Os pardos, em particular, eram tidos como politicamente problemáticos, inquietos, cheios de vontade de ascensão social. Com efeito eles se envolveriam em muitos dos movimentos que precederam e sucederam a Independência, em 1798 na Bahia, 1817 em Pernambuco e nas décadas de 1820 e 1830 em praticamente todo território da recém-criada nação.

Os negros e mestiços livres nesse período se multiplicavam, não como decorrência de alforrias, mas de crescimento natural. Era gente livre tendo filhos livres. Em outras palavras, já não eram apenas os mestiços alforriados na pia batismal ou no testamento de seus senhores, que muitas vezes eram também seus pais; ou os escravos crioulos alforriados por bons serviços e por haverem nascido sob o teto senhorial. A população livre “de cor” chegou a constituir, sobretudo os afro-mestiços, parcelas substantivas das camadas urbanas. Nas cidades ela ocupava vários importantes setores da estrutura de trabalho, era a mão-de-obra qualificada — os chamados “oficiais mecânicos” — e aos poucos forçou sua entrada em ambientes que constituíam espaços exclusivamente brancos, como eram as profissões liberais. Muitos foram os mulatos que ao longo do Século XIX alçaram posições de médicos, professores, advogados, engenheiros, periodistas, escritores, alguns ocupando também funções políticas e administrativas no legislativo e no executivo. Mesmo que não exibissem e defendessem causas sociais ligadas aos de sua cor — gente como os abolicionistas negros Luiz Gama, José do Patrocínio e o pardo André Rebouças —, muitas vezes brilhavam em círculos quase inteiramente brancos, como foi o caso de Machado de Assis no mundo das letras. Todos no entanto enfrentaram preconceitos raciais que certamente barraram a maioria de também ascender socialmente, de ir além das ocupações manuais. E mesmo quando



progrediam, provando que certas barreiras não eram intransponíveis, outras barreiras erguiam-se diante deles. A literatura romântica oitocentista está povoada de mulatos trágicos, sendo talvez o mais famoso aquele de Aluísio de Azevedo. Este e muitos outros personagens afro-brasileiros da ficção do período se esbarraram com o preconceito racial exatamente na hora em que ousaram candidatar-se a penetrar, através do casamento, em famílias brancas. Brancas ou que acreditavam sê-las.

Assim, a miscigenação brasileira se daria principalmente fora da família constituída legal e religiosamente, no âmbito de uniões consensuais, mas estáveis, que aliás predominavam naquele Brasil. Ou ainda uniões nem tão consensuais, como as relações fortuitas e muitas vezes violentas entre senhores e escravas, ou entre brancos de variada estatura social e negras livres às vezes feitas suas barregãs. Os mestiços nascidos dessas relações eram sim, freqüentemente, reconhecidos pelos pais quando estes escreviam seus testamentos, no momento em que viam aproximar a hora da morte, ao se prepararem para dar conta a Deus. Famílias de bastardos e mestiços, com bom cabedal, promoveram bons casamentos de filhos e filhas com brancas e brancos pobres ou remediados e, no final de algumas gerações, se transformaram em famílias “brancas”. E passaram a cultivar o orgulho de branco. Luiz Gama considerava esta a grande hipocrisia do Brasil de seu tempo, e em *Bodarrada* e outros

Capoeira  
Pelourinho, Salvador - BA

IBGE

Vista da Igreja do Bonfim  
Salvador - BA

IBGE



poemas deixou um divertido, mas radical testemunho sobre a discriminação a que foram submetidos os afro-brasileiros, não excluindo ele próprio, por homens que, para o poeta, ridicularmente, se acreditavam brancos puros. Por outro lado, a própria atuação política e legal de Luiz Gama, que alcançou enorme prestígio popular e na imprensa liberal paulista e carioca da época, atesta que o sistema não era inteiramente rígido, que existiam áreas mais permeáveis à penetração do negro livre, ao lado de outras mais fechadas.

Os escravos africanos e seus descendentes crioulos e mestiços influenciaram em profundidade a formação cultural do País, desde a época em que este era América portuguesa. Raros serão os aspectos de nossa cultura que não tenham sido moldados com a ajuda da mão e da inteligência africanas e afro-brasileiras. O assunto já foi sobejamente tratado por historiadores e antropólogos, estudando domínios como família, língua, religião, música, dança, culinária e a arte popular em geral. É sempre possível, porém, retornar a tais temas, mesmo porque novas fontes e abordagens têm sido descobertas ou concebidas mais recentemente pelos pesquisadores, que enriquecem nossa perspectiva sobre esses velhos tópicos. Nos estudos sobre religião, por exemplo, o enfoque que privilegia o sincretismo entre tradições religiosas africanas e o catolicismo ibérico tem dado lugar a perspectivas que encaram a formação das religiões afro-brasileiras como resultado de elaborações mais complexas, envolvendo, de um lado, convergências de tradições africanas entre elas, e de outro a recriação de um catolicismo negro-popular em torno das irmandades de cor, que floresceram em toda parte do Brasil colonial, particularmente nas Minas Gerais.

Um catolicismo que, aliás, podia já ter começado a ser criado na África por africanos vindos de reinos bantos convertidos, como seriam algumas áreas dos antigos reinos do Congo e Ndongo, desde o Século XVI. Mais importante é perceber-se que ao invés de uma mistura de crenças por vezes aleatória, venceu a habilidade dos escravos de circularem entre diversos registros religiosos, sem confundi-los, num movimento de diversificação mais do que de síntese da experiência religiosa. Calhou nesse processo que aspectos do pensamento mágico e uma ideologia religiosa pragmática fizessem parte tanto da mentalidade do africano como do colono europeu médio. As promessas a santos, pagas com o sacrifício da missa, tinham algo estruturalmente semelhante aos pedidos feitos aos deuses e espíritos africanos em troca de oferendas de diversos tipos, sobretudo o sacrifício dos animais preferidos por cada divindade.

Isso explica por que muitos escravos africanos se aproximaram com alguma desenvoltura do catolicismo, nem sempre forçados pelos senhores.

Acrescente-se que, em certas regiões como a Bahia, há que se incluir no caldeirão religioso, pelo menos ao longo do Século XIX, um importante ingrediente, o Islã, que inclusive protagonizou, como força organizacional e ideológica, algumas rebeliões escravas, sendo a de 1835 a mais conhecida. Um Islã que, menos rebelde e mais adaptado às necessidades do dia-a-dia de seus acólitos e clientes, viajou da Bahia para outras regiões, acompanhando as rotas do tráfico interno depois de 1835. Práticas muçulmanas mais discretas têm sido descobertas nos arquivos da escravidão em Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Tabela 2 - População escrava no Brasil no Século XIX, segundo as regiões - período de 1864/1887

Regiões	1864	1874	1884	1887
Brasil	1 715 000	1 540 829	1 240 806	723 419
Extremo Norte	101 000	107 680	70 394	43 981
Amazonas	1 000	1 545	...	...
Pará	30 000	31 537	20 849	10 535
Maranhão	70 000	74 598	49 545	33 446
Nordeste	774 000	435 687	301 470	171 797
Piauí	20 000	23 434	16 780	8 970
Ceará	36 000	31 975	...	108
Rio Grande do Norte	23 000	13 634	7 209	3 167
Paraíba	30 000	25 817	19 165	9 448
Pernambuco	260 000	106 236	72 709	41 122
Alagoas	50 000	36 124	26 911	15 269
Sergipe	55 000	33 064	25 874	16 875
Bahia	300 000	165 403	132 822	76 838
Sudeste	745 000	856 659	779 175	482 571
Minas Gerais	250 000	311 304	301 125	191 952
Espírito Santo	15 000	22 297	20 216	13 381
Rio de Janeiro	300 000	301 352	258 238	162 421
Corte	100 000	47 084	32 103	7 488
São Paulo	80 000	174 622	167 493	107 329
Oeste e Sul	95 000	140 803	89 767	25 070
Paraná	20 000	11 249	7 768	3 513
Santa Catarina	15 000	15 250	8 371	4 927
Rio Grande do Sul	40 000	98 450	60 136	8 442
Mato Grosso	5 000	7 054	5 782	3 233
Goiás	15 000	8 800	7 710	4 955

Fonte: Conrad, Robert. *The destruction of Brazilian slavery, 1850-1888*. Berkeley : University of California Press, 1972.



Lavagem da Igreja do Bonfim  
Salvador - BA

IBGE

A pesquisa dos sentimentos religiosos, porém, é uma tarefa complexa quando se trata do passado mais remoto, pela dificuldade que se tem de penetrar livremente na alma do crente, mais ainda quando este deixou pouco testemunho direto sobre sua fé, como foi o caso do escravo. Mais viável tem sido desvendar algumas redes sociais formadas em torno e no interior da instituição religiosa negra, seja ela predominantemente africana ou afro-católica. Neste sentido observa-se que, ao invés do isolamento, os africanos e seus descendentes aprenderam a conviver e a recrutar para seu universo religioso outros setores da sociedade, até mesmo pessoas livres e brancas.

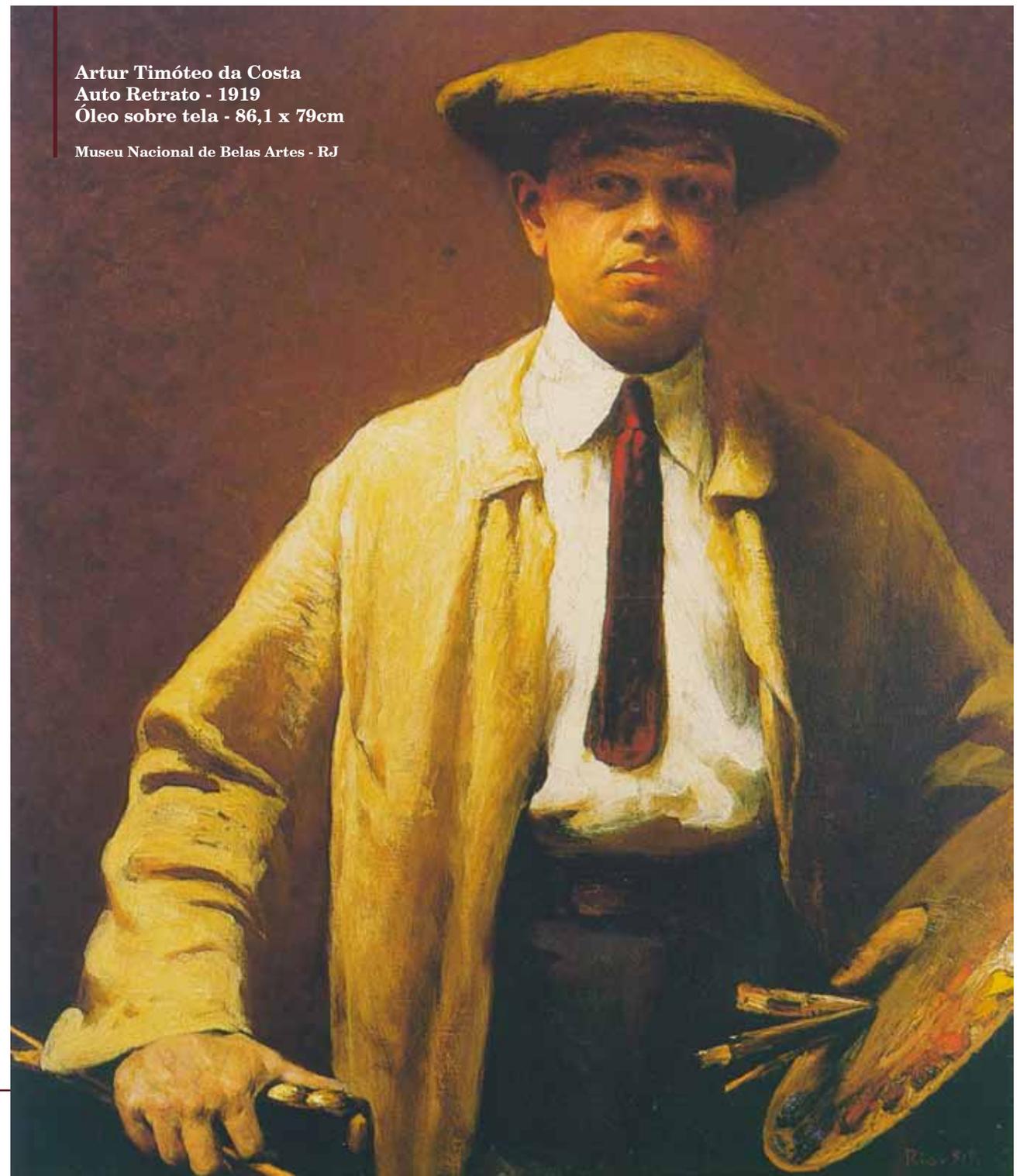
Estas foram durante muito tempo atraídas como clientes em busca de soluções para seus problemas terrenos de afeto, saúde, dinheiro e poder. Ao longo da segunda metade do Século XIX, elas já começam a fazer parte da estrutura organizacional mesma, como no caso dos *ogãs* honoríficos dos candomblés formados na Bahia, cargo ocupado por brancos e mestiços de prestígio na sociedade, responsáveis por financiar parte da vida da comunidade religiosa, bem como protegê-la contra a violência policial. Não seria impossível que esse modelo de convivência tivesse sido tomado de empréstimo às irmandades de cor, que também incluíam entre os ocupantes de seus cargos brancos, às vezes poderosos, que as protegiam. Em algumas delas o próprio nome do cargo entregue a essa gente já falava de sua função precípua: *protetor* da irmandade.

Não se deve porém concluir que africanos e afro-brasileiros tivessem liberdade total para vivenciar suas formas heterodoxas de religiosidade. Fossem calundus, candomblés, zungus, fossem as festas carnalizadas de irmandades religiosas católicas, acompanhadas de coroações de reis congos, os governantes coloniais, imperiais e provinciais, os senhores, padres e policiais se dividiram entre tolerar e

reprimir. Muitos aceitaram os batuques religiosos e profanos por conveniência política, acreditando serem um antídoto à rebelião; alguns poucos chegaram a entender que os escravos tivessem direito a suas manifestações do sagrado e, em geral, a desfrutar seus momentos de lazer de acordo com suas tradições. Mas a repressão, sobretudo nas vilas e cidades, constituíram um lado importante do cotidiano dos que se arriscavam a desobedecer ordens régias, posturas municipais e leis eclesiásticas proibitivas daquelas e outras manifestações do espírito. Os argumentos predominantes é que mudavam com o tempo. Durante a colônia, a religião negra era vista como arte do diabo, no Império como desordem pública e atentado contra a civilização.

Somem-se às manifestações religiosas outras formas culturais negras, as quais podem ser pensadas dentro da mesma dinâmica de tolerância e repressão. Já mencionei os batuques, muitos dos quais tinham também uma dimensão religiosa. A mesma coisa pode ser dita sobre samba, revira, capoeira, entrudo, lundu negros, sobre os quais já existem estudos abalizados. As redes de sociabilidade do negro foram todas elas submetidas a uma pressão às vezes intolerável, que parece ter-se intensificado com o avanço do Século XIX, quando a elite nacional apostou delirantemente na criação de uma sociedade europeia nos trópicos. Isto significava, para os europocêntricos mais radicais, destroçar a cultura de extração africana e até subtrair o negro da população do País. Não através de programas de genocídio, evidentemente, mas com a adoção de estratégias políticas e políticas públicas explícitas de branqueamento demográfico e cultural. É isso que explica, em grande parte, o esforço em promover a imigração europeia, imaginada como recurso ideal para a inevitável e iminente substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre.

Foi sob esse clima que aconteceu a abolição no Brasil, num momento em que, subsidiando decisões políticas, muitos de nossos intelectuais divulgavam ideologias européias raciais, travestidas de ciência, que pontificavam sobre a inferioridade do negro e a degenerescência do mestiço. Os mais otimistas chegaram a discordar dos mestres europeus de que o mestiço fosse um completo degenerado, vendo-os como uma solução mais do que um problema



Artur Timóteo da Costa  
Auto Retrato - 1919  
Óleo sobre tela - 86,1 x 79cm  
Museu Nacional de Belas Artes - RJ

racial: a miscigenação, argumentavam letrados como Silvio Romero e mais tarde Oliveira Vianna, levaria no longo prazo ao branqueamento da população, devido ao predomínio dos caracteres genéticos da raça superior. Pela razão inversa, os negros puros tenderiam ao desaparecimento. O plano parecia perfeito. Há autores, como Sidney Chalhoub (1996), que chegam a sugerir tratar-se de uma estratégia racista a ênfase dada pelos governos imperial e republicano ao combate de certas doenças que afetavam mais as populações européias, como a febre amarela, em detrimento de outras — a tuberculose, por exemplo — que vitimavam sistematicamente as camadas mais pobres e negras da população. Os negros, é óbvio, sobreviveram e se multiplicaram. Com mais força ainda se multiplicaram também os mestiços, sem que se alcançasse o branqueamento dos brasileiros previsto pelos ideólogos do arianismo. Mas um ambiente favorável à negação dos negros dificultou enormemente a sua integração no Brasil republicano. Estudos clássicos, como o de Florestan Fernandes (1965), e mais recentes como o de George Reid Andrews (1991), demonstram convincentemente as dificuldades por eles enfrentadas em São Paulo, a região economicamente mais dinâmica do Brasil, e que mais imigrantes europeus recebeu no período. O racismo manifestava-se no ambiente de

trabalho, no acesso a logradouros públicos, nas instituições políticas, além das representações mentais. Não causa por isso surpresa que se estabelecesse em São Paulo com mais vigor uma imprensa, uma rede de organizações sociais e um movimento político voltados para a defesa dos direitos civis e políticos da população afro-brasileira. Eram jornais como *A Voz da Raça*, *O Clarim da Alvorada*, clubes sociais negros e, em especial, a Frente Negra Brasileira. A Frente se espalhou pelo País, mas sua força maior estava em São Paulo; foi a única organização caracteristicamente étnica a tornar-se um partido político no Brasil; funcionou entre 1931 e 1937, tendo sido fechada pelo Estado Novo juntamente com outras agremiações à direita e à esquerda do espectro ideológico brasileiro. Seus dirigentes embarcaram no projeto nacionalista de Getúlio Vargas, sendo por este cortejados no rastro da valorização que o regime por ele inaugurado fez do trabalhador nacional. A estratégia daquela organização era a integração do negro na sociedade brasileira e, para isso, seus dirigentes procuraram renegar tradições que lembravam mais diretamente o passado africano da população que desejavam representar, particularmente a religião e os folguedos afro-brasileiros. Tratava-se, por assim dizer, de um projeto de integração no mundo dos brancos.

Muitos brancos, no entanto, nessa época ou pouco antes, já faziam a viagem contrária. Intelectuais e/ou boêmios da classe média e da elite tida por branca, desde os anos de 1920, e sobretudo na década seguinte, se aproximaram da cultura negra no Rio de Janeiro, em busca de manifestações “genuinamente” nacionais. Talentosos sambistas negros, antes segregados em suas comunidades, como a chamada Pequena África carioca, ou ativos sobretudo em festas populares, como as da Penha e o carnaval dos cordões, foram sendo aos poucos “descobertos” e promovidos por uma elite letrada que apostava num projeto nacional também para a cultura, num desdobramento do movimento modernista. Hermano Vianna (1995) sugere que intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, Afonso Arinos, Gilberto Freyre, o poeta francês Blaise Cendrars, entre outros, teriam funcionado como espécie de mediadores entre culturas popular e erudita, contribuindo para transformar o samba em símbolo de identidade nacional.

Mas os próprios núcleos de cultura negra se movimentaram para ganhar espaço no projeto de nação aberto pela revolução de 30. A criação das escolas de samba no final dos anos de 1920 já representara um passo importante nessa direção. Elas que durante a República Velha foram sistematicamente afastadas de participação do desfile oficial do carnaval carioca, dominado pelas grandes sociedades carnavalescas, terminaram sendo plenamente aceitas posteriormente. A antropóloga Monique Augras, inclusive, demonstra que a proposta de que as escolas tematizassem apenas coisas nacionais, antes vista como uma imposição do regime de Vargas, na verdade teria partido dos próprios sambistas como uma espécie de moeda de negociação no mercado da legitimação social. No rastro do samba, a capoeira e as religiões afro-brasileiras também ganharam terreno. Antes considerada atividade de capadócios e marginais, a capoeira seria alçada a autêntico

Tabela 3 - Evolução da população brasileira, segundo a cor - período de 1872/1991

Cor	1872	1890	1940	1950	1960	1980	1991
Total	9 930 478	14 333 915	41 236 315	51 944 397	70 191 370	119 011 052	146 521 661
Branços	3 787 289	6 302 198	26 171 778	32 027 661	42 838 639	64 540 467	75 704 927
Pretos	1 954 452	2 097 426	6 035 869	5 692 657	6 116 848	7 046 906	7 335 136
Pardos	4 188 737	5 934 291	8 744 365	13 786 742	20 706 431	46 233 531	62 316 064
Amarelos	...	...	242 320	329 082	482 848	672 251	630 656
Sem declaração	...	...	41 983	108 255	46 604	517 897	534 878

Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro : Directoria Geral de Estatística, [1874?]; Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e alfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro : Directoria Geral de Estatística, 1898; Censo demográfico 1940. Rio de Janeiro : IBGE, 1950; Censo demográfico 1960. Rio de Janeiro : IBGE, 1967-1968; Censo demográfico 1980-1991. Rio de Janeiro : IBGE, 1982-1997.

Nota: Nos censos de 1900, 1920 e 1970, não foi incluído o item cor da população.

esporte nacional, para o que muito contribuiu a atuação do baiano Mestre Bimba, criador da chamada capoeira regional. Tal como os sambistas alojaram o samba em “escolas”, Bimba abrigaria a capoeira em “academias”, que aos poucos passaram a ser freqüentadas pelos filhos da classe média baiana, inclusive muitos estudantes universitários. Entre escolas e academias, a cultura negra de certa forma foi domesticada, mas, sob um outro ponto de vista, seria esta a estratégia possível, negociada, de sua afirmação numa sociedade em que o negro permanecia ocupando lugar de cidadão de segunda categoria.

Na frente religiosa, também houve algum progresso. Na Bahia, com o concurso de gente branca e mestiça mais tolerante e mesmo adepta dessa fé, diminuiu a perseguição aos candomblés, que fora intensa durante a década de 1920. Do II Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Salvador em 1937 por Edison Carneiro — ele próprio um mestiço de esquerda —, participaram com as honras devidas figuras expoentes da comunidade de terreiros. Dois anos antes, tinha acontecido o I Congresso, organizado em Recife por Gilberto Freyre, onde no entanto ficariam de fora os intelectuais orgânicos da cultura negra pernambucana. Da Bahia, o candomblé havia sido levado para

o Rio de Janeiro desde a segunda metade do Século XIX, florescendo na Pequena África da Tia Ciata, e já no início do século seguinte da Mãe Aninha, que estabelecera filial de seu Axé do Opó Afonjá na capital da República, conseguiria junto a Getúlio maior espaço de respiração para sua religião. Paralelamente, acontecia o crescimento vertiginoso da umbanda, uma invenção carioca que combinava tradições africanas, kardecismo e catolicismo, e que se expandiria entre brancos e mestiços com muito mais sucesso do que o candomblé.

Não se deve esquecer que a década de 1930 foi também marcada pela obra seminal de



Manuel da Cunha  
Nossa Senhora da Conceição - 1780 / 1800  
Óleo sobre tela - 108 x 69cm

Museu Nacional de Belas Artes - RJ



Gilberto Freyre, que em *Casa Grande & Senzala* (1933) iria enaltecer a mestiçagem racial e cultural através de uma interpretação controvertida da escravidão. Ele não foi o primeiro a fazer o elogio da contribuição negra à formação da sociedade brasileira — vide, por exemplo, Manoel Bonfim(1905) na virada do século—, mas foi o mais bem sucedido, melhor aceito, constituindo escola, em grande parte graças ao clima nacionalista da época em que escreveu aquele livro. Considerado pai da ideologia da democracia racial, ele na verdade apenas começava na época a propor, ainda modestamente, que ideais já antigos de igualdade racial fariam parte das relações sociais concretas no Brasil. Contemporânea sua, a Frente Negra lutava precisamente para que aqueles ideais fossem concretizados. Quem estaria com a razão, Freyre ou a Frente? Até que ponto a sociedade brasileira havia conseguido integrar seus filhos descendentes de escravos?

Os estudos sobre a história do negro no Século XX são escassos, mas bastam para dar uma resposta, se não inteiramente, pelo menos bastante negativa a esta última questão. Se o Brasil aprendeu a não ter vergonha do lado negro de sua cultura, se o samba virou símbolo de identidade nacional, não aconteceu, em paralelo, um esforço do País em promover social e economicamente seus cidadãos negros e mestiços. Repetidas avaliações dos indicadores sociais demonstram que pretos e pardos — as categorias que o censo identifica como afro-descendentes — estão defasados em relação aos brancos nos índices de distribuição de renda, emprego, educação e saúde. As estatísticas também demonstram que os pardos não representam exatamente um ponto intermediário no regime de desigualdade, pois estão sistematicamente bem mais próximos dos pretos do que dos brancos nesses índices. Mesmo considerando que muitos pardos claros e mais afluentes se declarem brancos, essa

operação não é suficiente para descaracterizar a indigência parda, além de confirmar o estigma negativo que carregam aqueles que têm alguma descendência africana.

O racismo, então, permanece um fenômeno arraigado na sociedade brasileira. E não se trata de fenômeno episódico — como seriam os escândalos de discriminação hoje prontamente denunciados na imprensa — mas estrutural, por se poder traduzi-lo por meio dos números que medem o padrão de vida e o tratamento recebido dos poderes públicos (ver, por exemplo, o perfil racial das vítimas da violência policial). Nós não temos segregação legal nem linchamentos organizados, como acontecia em outros países multirraciais — o nosso racismo já foi até chamado de “cordial” pelo DataFolha (Racismo Cordial, 1995) —, mas o resultado final não é menos perverso. A imensa maioria negra permanece “em seu lugar”. São raros os rostos negros nos altos escalões do poder político e econômico. Mesmo estados densamente negros como a Bahia e o Maranhão não conseguem formar bancadas expressivamente negras, quer no congresso nacional, quer nas assembleias estaduais e câmaras municipais. Nos poderes executivos, a situação é ainda mais crítica. A festejada formação de uma “classe média negra” — leia-se pretos e pardos — é um fenômeno ainda tímido numericamente, envolvendo entre cinco e oito milhões, num universo estimado em perto de 80 milhões de afro-brasileiros. Estes são todos dados bastante conhecidos, mas não custa lembrá-los num momento em que se faz um balanço deste tipo.

Não é que não tenhamos experimentado progresso. O problema é que os negros têm progredido menos. Têm hoje mais escolaridade do que há 30 anos, mas continuam tendo menos que os brancos. Alcançaram posições mais altas na estrutura de trabalho, mas ganham menos do que os brancos em ocupações semelhantes.

Tabela 4 - Distribuição da população, por Grandes Regiões, segundo a cor - 1991

Cor	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Branco	2 279 177	11 317 705	39 261 022	18 428 446	4 418 584
Pretos	329 257	2 368 211	3 662 779	681 921	292 940
Pardos	7 230 654	28 611 058	18 985 405	2 873 683	4 615 245
Amarelos	14 000	27 363	471 712	86 864	30 694
Sem declaração	49 657	113 865	328 651	27 830	14 856

Fonte: Censo demográfico 1991. Rio de Janeiro : IBGE, 1997.

Por falar em progresso, foi fundamental o renascimento dos movimentos negros a partir da década de 1970, os quais conseguiram fazer com que o Brasil discutisse mais honestamente sua questão racial. Graças a esses movimentos, que recuperaram uma tradição radical capitaneada nas décadas de 1950 e 1960 por Abdias do Nascimento (1978), o centenário da abolição em 1988 representou um momento de reflexão crítica, e não mais uma celebração ufanista. Eles conseguiram emplacar como a data maior da negritude brasileira, não a data da Lei Áurea, mas a da morte de Zumbi, o líder do quilombo dos Palmares. O 20 de Novembro ressignificou o calendário nacional, ganhando adeptos além das hostes negras. Por outro lado, no curso de uma geração, pode-se perceber um importante movimento de descolonização das mentes dos negros, que hoje assumem com mais orgulho sua cor e suas origens.

Mas as identidades são fenômenos sociais de difícil avaliação. Depois de festejar por muitas gerações a miscigenação, e após duas décadas de discurso concentrado de identidade negra, volta-se a celebrar a mestiçagem nesta passagem de século e milênio, neste Brasil dos 500 anos. Os movimentos negros nunca souberam tratar com o sucesso desse aspecto de

nosso dilema racial. Num País em que as pessoas aprenderam há muitas gerações a classificar os outros e a si próprias através de uma variada nomenclatura racial, os militantes tentaram aplicar o modelo birracial norte-americano com a esperança de agrupar pretos e mestiços sob um único guarda-chuva identitário negro. Com isso pensavam, corretamente, formar um movimento mais poderoso devido ao peso decisivo dos mestiços na população. Não deu certo. Não por obra de uma conspiração branca, mas porque, se isso realmente não entusiasmava o *establishment*, também ameaçava identidades profundamente enraizadas, que não foram inventadas por intelectuais bem-nascidos, mas construídas ao longo de séculos de experiências sociais concretas, de negociações identitárias complexas.

O discurso e o fenômeno da miscigenação não resolveu o problema racial brasileiro, e em grande medida até mascarou-o e, de alguma forma, agravou-o. O discurso negro da diversidade parece ter perdido fôlego, apesar de haver marcado tentos importantes. Talvez o dilema da nova era seja o de buscar o ponto em que mestiçagem e negritude se encontram para constituir uma força capaz de mudar a história. Temos potencial para isso no País, porque as relações entre negros, mestiços e brancos *ainda* não alcançaram um nível de conflito insuportável. Mas não há tempo a perder. Temos talvez um ponto de partida na hoje desmoralizada democracia racial. Essa utopia, que circula sem pouso e sem rumo certos entre nós, precisa ser promovida para inspirar mudanças concretas, ao invés de ser apenas celebrada ou combatida sem razões convincentes. Ela é compatível com políticas compensatórias reivindicadas pelos negros, ela aliás já é praticada há muito tempo no interior de instituições predominantemente negras. Quem há de negar que o Candomblé possa ensinar democracia racial ao Brasil?



---

Lavagem do Bonfim - RJ

Foto de Lélia Coelho Frota

---

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

- ANDREWS, George Reid. *Blacks and whites in São Paulo, Brazil (1888-1988)*. Madison : University of Wisconsin Press, 1991.
- BONFIM, Manuel. *A América Latina : males de origem*. Rio de Janeiro : Topbooks, 1993. 1ª. ed. 1905.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril : cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo : Ed. Nacional, 1965.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os 'negros da Guiné'? : a origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, v. 19/20, p. 37-74, 1997.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo : Companhia das Letras, 1988.
- SLENES, Robert. Malungu Ngoma Vem : África encoberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, nº. 12, p. 48-67, 1991/92.
- VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro : J. Zahar: Ed. UFRJ, 1995.



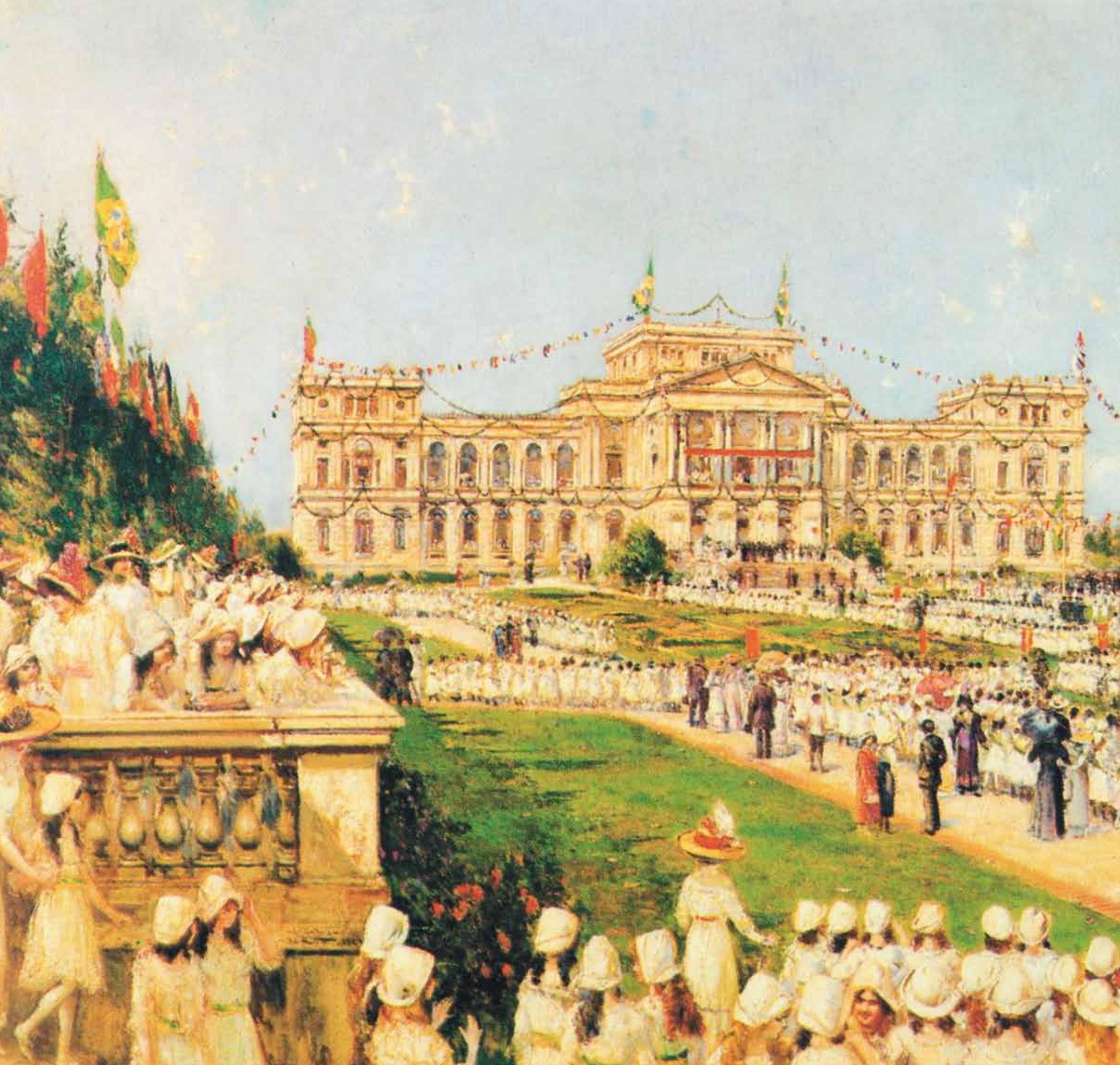
# SONHOS GALEGOS

---

os espanhóis no Brasil

LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES  
E RONALDO VAINFAS





# SONHOS GALEGOS\*

## os espanhóis no Brasil

Augustin Salinas y Teruel  
Museu do Ipiranga - 1912  
Óleo sobre tela - 99 x 150cm

Pinacoteca do Estado de São Paulo



## LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES E RONALDO VAINFAS

### *OS ESPANHÓIS FAZEM PARTE DA HISTÓRIA DO BRASIL DESDE OS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO.*

Nem seria o caso de tratar da importância da Espanha para a própria formação de Portugal, assunto sem dúvida crucial, pois foi por declarar-se independente de Castela, nos tempos do rei Afonso Henriques, de Borgonha, que se formou o próprio reino português, no Século XII. E foi em meio às lutas contra Castela, falecido o último rei borguinhão, D. Fernando, em 1383, que ascendeu ao trono lusitano a dinastia de Avis, em 1385, na pessoa de D. João I. O fato é que, por muito tempo, o castelhano rivalizaria ou mesmo suplantaria o português como língua falada na corte portuguesa, revitalizando-se no tempo em que Espanha anexou Portugal na chamada “União Ibérica” (1580-1640).

No Brasil reproduzir-se-ia por séculos, *mutatis mutandis*, o mesmo quadro da Península em que portugueses e espanhóis ora foram inimigos, ora aliados. Rivais, sem dúvida, já o eram no tempo da expansão marítima, pois hoje não resta dúvida de que os primeiros navegadores a reconhecerem parte da costa do futuro Brasil foram os castelhanos Vicente Yañes de Pinzón e Diego de Lepe, pouco tempo antes da Armada de Cabral aportar em Porto Seguro, em 1500. Pinzón e Lepe costearam o que hoje corresponde ao litoral do Ceará, Piauí,

**\*Nota dos Autores:**

A denominação “Sonhos Galegos” inspira-se no belo romance “A República dos Sonhos”, da escritora Nélida Piñon, brasileira e descendente de galegos, que na ficção reconstituiu a trajetória dos conterrâneos de seus antepassados no Brasil. O título busca também enfatizar a preponderância dos galegos, ou seja, dos nascidos na região Galícia, entre os espanhóis que escolheram o Brasil para segunda pátria.

Ilustração da obra de Simão Vasconcellos  
Crônica da Companhia de Jesus...

Biblioteca Nacional



Maranhão, Pará e Amapá, chegando mesmo ao Amazonas, em torno de 1499, num tempo em que, sediados nas Antilhas descobertas por Colombo, os castelhanos faziam inúmeras viagens de reconhecimento no continente então vislumbrado. Mas seria imenso exagero dizer que, por causa dessas viagens, foram os espanhóis que descobriram o Brasil.

Já Capistrano de Abreu desmistificava o assunto, no texto clássico *O descobrimento do Brasil* (1883), ao dizer que, “sociologicamente falando, os descobridores do Brasil foram os portugueses”, dado que foi deles o esforço de colonização, enquanto os espanhóis mal deixaram rastro de sua viagem de 1499.

Capistrano exagerou, no entanto, ao dizer que os espanhóis não tiveram nenhuma importância na formação histórica brasileira, ou a tiveram menos que os franceses, por exemplo. Se é certo que os franceses disputaram com os lusitanos durante todo o Século XVI o litoral atlântico da “América Portuguesa”, traficando pau-brasil com os índios; se fundaram a “França Antártica” na baía de Guanabara em 1550 ou a chamada “França Equinocial” no Maranhão, em 1612; se erigiram inúmeras fortalezas e fustigaram os portos luso-brasileiros até bem entrado o Século XVIII, foram esses atos meramente episódicos. Neste sentido, as experiências “colonizatórias” francesas no Brasil parecem bem mais modestas que a dos holandeses, por exemplo, que dominaram Pernambuco, Paraíba, Itamaracá, Rio Grande do Norte e outras partes do Nordeste, entre 1630 e 1654, erigindo um autêntico “Brasil holandês” com características muito distintas, em vários aspectos, do Brasil português ou ibérico.

A importância dos espanhóis no Brasil colonial foi, sem dúvida, menos espetacular, talvez mais silenciosa, porém importante e duradoura. Nas viagens portuguesas de reconhecimento e exploração vicentina, ao

longo dos anos de 1530, expedições que se desdobraram pela região platina, muitos castelhanos seguiam ao lado dos portugueses, entre a marujada e a soldadesca. Muitos portugueses e espanhóis viviam juntos, entre os naufragos e desterrados que acabaram se “indianizando” nas partes de Cananéia, Piratininga e litoral de São Paulo, alguns dos quais foram encontrados por Martim Afonso de Souza em 1531-1532.

Por outro lado, se avançamos rumo ao sul da América Portuguesa, veremos que mal se pode divisar o perfil lusitano ou castelhano dos que efetivamente colonizavam a região. Área de fronteira territorial entre os domínios espanhol e português, segundo o Tratado de Tordesilhas (1494), a Região Sul seria ainda uma fronteira cultural, coabitando castelhanos e portugueses, boa parte deles “mamelucos” ou “gaúchos”, na verdade, desde o Século XVII. Coabitavam e guerreavam na ilha de Santa Catarina, na Colônia do Sacramento e nos Sete Povos das Missões, área que então abrangia boa parte do atual Rio Grande do Sul. A presença espanhola teve ali peso histórico considerável e densidade demográfica expressiva, apesar da ausência de dados estatísticos confiáveis para esse período. De todo modo, não seria exagero dizer que o perfil de boa parte da região sulina no período Colonial fosse luso-castelhano-indígena, considerando a mestiçagem que ali teve lugar, antes de ser portuguesa ou luso-indígena.

A marca espanhola se fez sentir, ainda, em certos personagens centrais do período Colonial, a exemplo de José de Anchieta que, apesar de formado em Coimbra, era natural do Tenerife, nas Canárias espanholas, e tinha no castelhano sua língua materna. Durante a chamada “União Ibérica”, entre 1580 e 1640, a presença espanhola no Brasil foi absolutamente corriqueira, como era de se esperar. Capistrano de Abreu chegou mesmo a dizer, nos *Capítulos*

Manoel Pacheco de Cristo  
Mappa da demarcação (rios Uruguay,  
Pípiry, Santo Antonio, Yguaçú e  
Paraná) - 1760

Mapoteca do Itamaraty





José Fernandes P. de Alpoim  
Vista do Salto do Rio Yguaçu - 1759

Mapoteca do Itamaraty



de *História Colonial* (1934), que o domínio espanhol sobre Portugal foi, inicialmente, muito favorável para o alargamento territorial do Brasil em função das estratégias expansionistas mais sistemáticas da liderança hispânica. Com efeito, não raro se montaram expedições com duplo comando, português e castelhano, contra os franceses e seus aliados índios, a exemplo da expedição de Diogo Flores Valdez e Frutuoso Barbosa, em 1583-1585, na Paraíba. Expulsaram os franceses do lugar e fundaram um povoado a que o português chamou de *Felipéia* (futura cidade da Paraíba, hoje João Pessoa)

em homenagem à dinastia filipina reinante em Portugal.

No Século XVII, foi a armada comandada pelo castelhano D. Fradique de Toledo que pôs cerco aos holandeses na Bahia, em 1625, expulsando-os da capital um ano depois de ali se terem estabelecido os flamengos. As alianças luso-castelhanas na Colônia não inibiram, porém, durante este período de dominação filipina, a surda rivalidade entre portugueses e espanhóis. No dia-a-dia da Colônia, muitas vezes se insultavam e se desafiavam mutuamente,

fazendo eco às disputas da Península e dando mostra do ressentimento português com a perda de sua soberania para o arqui-rival castelhano.

O balanço da presença espanhola no Brasil Colonial sugere, pois, importância bem maior do que o suposto. Foi histórica e demograficamente densa no extremo-sul do futuro Brasil. Foi estratégica e importante entre fins do Século XVI e meados do XVII. Foi permanente em todo o período Colonial através das influências recíprocas entre a cultura e as instituições lusitana e espanhola, intercâmbio herdado da própria Península. Mas tratou-se de uma



Modesto Brocos  
Engenho de Mandioca - 1892  
Óleo sobre tela - 59 x 75,5cm

Museu Nacional de Belas Artes - RJ

---

Domingo Garcia y Vazques  
A Pesca - 1883  
Óleo sobre tela - 53,7 x 87,6cm  
Museu Nacional de Belas Artes - RJ





presença sobretudo castelhana, quer cultural ou institucionalmente, quer do ponto de vista populacional, pois eram castelhanos os “espanhóis” que mais atuaram na América nesse período – e não catalães, bascos ou galegos. Assim ocorreria também na América Espanhola, antes de tudo castelhana, apesar de para ali terem se dirigido outros povos de Espanha, sobretudo no Século XVIII.

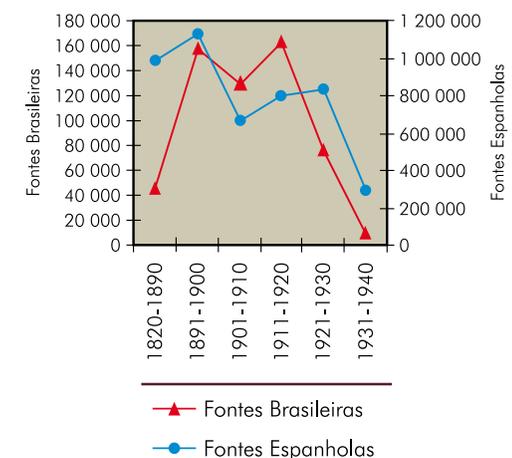
O quadro mudaria de perfil nos Séculos XIX e XX. O espanhol continuaria a vir para o Brasil, mas de colonizador passaria a ser imigrante, do mesmo modo aliás que o português. E seria, então, principalmente o galego, não mais o castelhano, o espanhol imigrante. Não por acaso acabaria confundido com o português que, por sua vez, seria chamado com freqüência de galego no cotidiano das grandes cidades brasileiras, como no Rio de Janeiro, desde o Século XIX.

No decorrer das grandes migrações transatlânticas, os espanhóis formaram o terceiro maior contingente de estrangeiros que escolheu o Brasil como segunda pátria, superado apenas pelos portugueses e italianos. Entretanto, os documentos disponíveis sobre a imigração espanhola são dispersos e pouco confiáveis. Essa carência de informações segura e sistematizada decorre de alguns fatores conjugados, salientando-se a forte incidência de entradas e saídas clandestinas, bem como a precariedade dos registros portuários brasileiros, que raramente discriminavam os dados pessoais sobre nacionalidade, estado civil, idade, profissão, grau de instrução e destino dos imigrantes. Vale lembrar que os hispânicos constituíam um grupo de intensa mobilidade, com taxas de retorno que chegavam a atingir o percentual de 50%. A par disso, havia o movimento dos chamados “golondrinas”, ou seja, de uma corrente sazonal de trabalhadores agrícolas, integrada por espanhóis e italianos, que a cada

ano se dirigia ao hemisfério sul nos meses de outubro e novembro, com o objetivo de participar sucessivamente das colheitas de trigo e frutas na região do rio da Prata, e de café, em São Paulo, voltando em seguida, para a Europa nos meses de maio/junho.

O Instituto Espanhol de Emigração estima que entre 1890 e 1940 aproximadamente 3,5 milhões de pessoas deixaram o Reino em direção ao Brasil. Já os levantamentos do conhecido demógrafo Paul Hugon, baseados na documentação do governo brasileiro, apontam para uma ordem de grandeza bem mais modesta. Segundo seus cálculos, naquele mesmo espaço de tempo, cerca de 600 mil hispânicos deram entrada legalmente no País. Apesar da discrepância entre os números das duas fontes, no gráfico abaixo percebe-se que ambas refletem uma única tendência.

Emigração Espanhola (1890-1940)



Fontes: Hugon, Paul. *Demografia brasileira*. São Paulo : Atlas : H Edusp, 1980, p. 99-101  
Espanña fuera de España. Madrid: Instituto Español de Emigración, 1988. p. 103.



Diretoria da Sociedade de Beneficência Espanhola  
São Paulo - 1919

Sociedade Hispano-Brasileira de Socorro Mútuo

Nos idos de 1920, a entrada de imigrantes começaria a ser limitada pelas autoridades brasileiras, a pretexto de defender a mão-de-obra nacional. Apesar das restrições impostas pela chamada “Lei dos Indesejáveis”, promulgada em 1921 com o objetivo de conter a onda de greves que varreu os principais centros urbanos do País, a imigração espanhola permaneceu elevada. Porém, nessa ocasião, uma parcela considerável dos hispânicos que desembarcou no Brasil já não vinha mais do Velho Mundo. Era procedente da região do rio da Prata. Tratava-se de um movimento de refluxo, onde os portos brasileiros serviam de escala no caminho natural de retorno.

A tendência de queda se acentuou, vertiginosamente, a partir da crise econômica de 1929. Além disso, logo após a “Revolução de 1930”, o governo de Getúlio Vargas tomou um conjunto de iniciativas protecionistas, com o intuito de garantir o emprego dos trabalhadores nacionais, estabelecendo que as fábricas deveriam limitar o número de operários estrangeiros a um terço dos seus efetivos. Instituiu, também, o processo de “carta de chamada”, documento que poderia ser requerido à polícia por um parente do imigrante, ou pelo fazendeiro ou firma que o contratasse, e que permitia o livre embarque e desembarque em território brasileiro. A medida acarretou uma série de burlas nos processos legais de entrada, já que favoreceu o aparecimento de uma indústria de “cartas de chamada”, provocando um derrame de documentos falsos. Em 1934, a Constituição estabeleceu o sistema de cotas de imigração, ou seja, fixou que a corrente imigratória de cada país não poderia exceder anualmente o

O ritmo de entrada de espanhóis nos portos brasileiros flutuou de acordo com as condições econômica e política nas duas margens do Atlântico. Do lado de cá, a partir de 1890, houve um conjunto de ações, estimuladas pelos setores agrários nacionais, em especial os cafeicultores paulistas, com o propósito de promover uma política de imigração em larga escala. Esses setores vislumbraram na importação de mão-de-obra uma alternativa viável para manter a produção, capaz de minimizar o impacto da abolição do trabalho servil. Neste sentido, o governo republicano passou a oferecer subsídios generosos, com o intuito de atrair braços para a lavoura, o que explica o aumento significativo do volume de desembarques no período de 1891-1900.

O programa de imigração subvencionada começaria a sofrer cortes por volta de 1904, em razão do declínio dos preços do café no mercado internacional. Tais circunstâncias parecem ter afetado o fluxo, que sofreu uma ligeira queda no intervalo 1901-1910. O movimento recuperou-se, logo em seguida, atingindo o seu ápice no período compreendido entre 1911 e 1920, apesar das dificuldades impostas pela Primeira Guerra Mundial. Tudo leva a crer que os agentes de emigração na Europa passaram a recrutar trabalhadores hispânicos em lugar dos italianos, cuja vinda para o Brasil com passagens subsidiadas fora proibida pelo rei Vitório Emanuel III, sob a justificativa de que os fazendeiros paulistas tratavam os *bracianti* como escravos.

percentual de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais estabelecidos no Brasil durante os últimos cinquenta anos. Proibiu, também, a concentração de estrangeiros da mesma nacionalidade em qualquer ponto do território da União. Essa política de imigração perdurou durante toda a chamada “era Vargas”.

Do lado de lá do Atlântico, a vertigem imigratória começou a se intensificar nos últimos anos do Século XIX, provocada não só pelo desenvolvimento industrial tardio da Espanha, mas também pelos problemas econômicos decorrentes da manutenção de uma estrutura fundiária arcaica. Até o ano de 1900,

cerca de dois terços da população espanhola vivia direta ou indiretamente do cultivo da terra. No entanto, à medida que a taxa de natalidade elevou-se nas áreas rurais, retraíram-se os investimentos no campo. Agravando a pressão demográfica, perduravam certas práticas senhoriais. Na Galícia, um dos maiores focos da imigração espanhola para o Brasil, tornou-se impossível para uma família sobreviver dos rendimentos da lavoura. Minifúndios paupérrimos continuavam submetidos ao pagamento de pesados impostos. Pequeno e médio proprietários viam-se obrigados a abandonar povoados e vilas

Sociedade de Beneficência Espanhola  
São Paulo - década de 1930

Memorial do Imigrante / Museu da Imigração





Caminhão pertencente ao imigrante espanhol Francisco de Paula Jimenez Dominguez São Paulo - década de 1930

Família Jimenez Dominguez / Memorial do Imigrante

interioranas, ao lado de lavradores, que dispunham apenas da sua força de trabalho.

Do campo migravam para centros urbanos, na expectativa de emprego na indústria ou no comércio. A *via crucis* ainda não estava completa. Analfabetos, na sua grande maioria, carentes de qualificação para o trabalho fabril, a cidade os rejeitava. O passo seguinte consistia em tomar o caminho do porto mais próximo e tentar o embarque no primeiro *buque* que zarpassse em direção ao Novo Mundo. “Fazer a

América” significava a perspectiva de acesso à propriedade da terra, às oportunidades de trabalho e à fortuna fácil. As agências de emigração ajudavam a alimentar o sonho, valendo-se muitas vezes de propaganda enganosa e falsas promessas. Circulavam notícias, em Madrid, de que um desses estabelecimentos arregimentava mão-de-obra com destino ao Brasil oferecendo passagens gratuitas, 20 libras esterlinas por pessoa e terrenos para a fundação de colônias! “Fazer a

A par disso, não se deve esquecer que a emigração constituía uma válvula de escape para jovens camponeses que não dispunham de recursos para se desobrigar do engajamento compulsório no exército colonial espanhol.

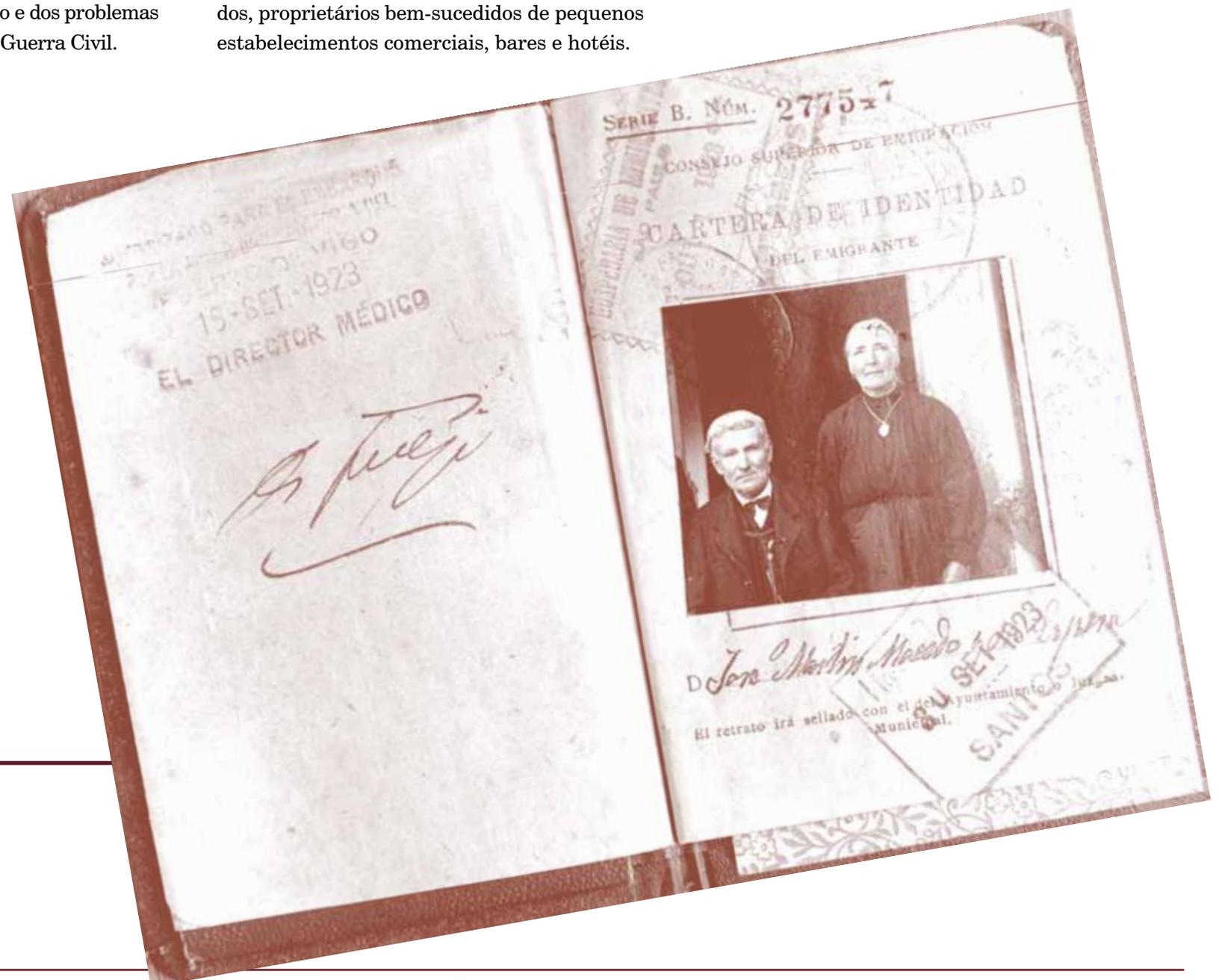
Esse panorama sombrio não sofreu grandes alterações até o final dos anos de 1920, apesar das sucessivas legislações, que procuravam pôr um freio no fluxo de saídas. Aliás, paradoxalmente, o maior número de entradas no porto do Rio de Janeiro

corresponde ao ano de 1912, justo quando foi proibida a emigração para o Brasil (Decreto Real, de 5 de janeiro de 1912). Na prática, porém, as autoridades faziam vista grossa nos portos de saída. Sabe-se, hoje em dia, que a partir de 1890, os recursos remetidos pelos imigrantes foram decisivos no processo da industrialização espanhola.

No período de 1931-1940, os índices experimentaram uma baixa irreversível. Apesar de fraco, o movimento em direção à costa brasileira continuaria. Porém, não se tratava mais de uma emigração de larga escala. Os espanhóis fugiam da repressão e dos problemas políticos, que culminaram com a Guerra Civil.

Presume-se que a chamada indústria das “cartas de contrato” teve um papel muito ativo nesse processo, já que a lei brasileira vedava o ingresso de estrangeiros no País sem a prévia autorização dos órgãos do poder público.

As cidades de Santos, do Rio de Janeiro e de Salvador foram os principais centros de recepção dos *braceros* no Brasil. Em Salvador, porém, o movimento de entrada seria bem peculiar. Os espanhóis que se dirigiram para a capital baiana não participavam dos programas de imigração. Chegavam com emprego garantido, chamados por patrícios e parentes ali estabelecidos, proprietários bem-sucedidos de pequenos estabelecimentos comerciais, bares e hotéis.



Passaporte espanhol - 30/09/1923

Memorial do Imigrante / Museu da Imigração

Segundo as fontes oficiais, o perfil do imigrante espanhol típico era adulto, jovem, do sexo masculino e costumava viajar desacompanhado mesmo quando casado e oriundo das zonas rurais. Este último traço, no entanto, deve ser observado com um certo cuidado. Há fortes indícios de que para fazer jus às passagens subvencionadas, os candidatos ao subsídio costumavam declarar-se agricultores, contando com a conivência dos agentes e das companhias de navegação. A esse respeito, o testemunho do Comissário de Emigração do Brasil no Reino da Espanha, Enrique de Sastré, é bastante esclarecedor. Numa correspondência remetida ao Deputado Federal Antão de Faria, em 1891, o Comissário alertava para a necessidade de uma fiscalização mais efetiva dos consulados da República, nos portos de embarque do litoral noroeste da Espanha e do norte de Portugal. Naquelas localidades o recrutamento de imigrantes vinha sendo feito de modo indiscriminado, por pessoas inescrupulosas, que visavam apenas à comissão das 25 pesetas que recebiam por passagem vendida ao governo brasileiro.

Mal chegavam à “terra prometida”, enfrentavam os mesmos problemas que haviam deixado para trás. Veja-se o caso dos espanhóis que se dirigiram para o Estado de São Paulo. Pouco se conhece a respeito do seu paradeiro, após a passagem pelas hospedarias do governo. Tomavam os rumos mais diversos, à exceção daqueles que vinham cumprir acordos de trabalho previamente negociados, a exemplo de uma centena de operários procedentes de Vigo, que desembarcou em 1905, no porto de Santos, contratados para prestar serviços na construção da Estrada de Ferro Araraquara.

Existem informações de que houve grupos de lavradores de origem hispânica que se deslocaram para o interior do estado. As pistas indicam que substituíram os italianos no trabalho de abertura e limpeza de áreas virgens para o plantio do café. O certo é que a sua permanência nas fazendas do oeste paulista foi muito breve. Na verdade, esses indivíduos ambicionavam tornar-se proprietários rurais. No entanto, logo descobriam que dificilmente conseguiriam realizar essa aspiração, numa

economia agrícola dominada por latifúndios. Decepcionados, largavam o campo. Aventuravam-se pelas vilas mais próximas. Ou, então, transferiam-se para a capital, onde se incorporavam ao proletariado urbano.

Por outro lado, há indícios concretos de que uma parcela significativa daqueles forasteiros nem chegou a pisar no interior paulista. Aliás, é importante frisar que no Brasil a imigração espanhola teve um caráter predominantemente urbano. A cidade de Santos desde o início do Século XX ganhara o apelido de “Barcelona Brasileira”, não só porque abrigava uma numerosa colônia espanhola, que se espalhava nas cercanias da zona portuária, mas também porque se tornara um centro de agitação e organização operárias, dominado pelos imigrantes ibéricos.

Estação da Luz  
São Paulo - c. 1907

Guilherme Gaensly  
Arquivo de Negativos  
DIM / DPH / SMC / PMSP



Largo de São Bento  
São Paulo - c. 1905

Guilherme Gaensly  
Arquivo de Negativos  
DIM / DPH / SMC / PMSP

Tal como acontecia na Barcelona do Mediterrâneo, onde muitos já haviam estado, a luta pela sobrevivência na Baixada Santista era árdua. Os recém-chegados, embora contassem com uma certa guarida dos patrícios já estabelecidos na cidade, disputavam desde as ofertas de emprego menos qualificado, até os espaços de moradia disponíveis junto aos segmentos mais pobres da população local, sobretudo mestiços e negros que também tomaram o rumo das cidades, após a Abolição da Escravatura. Se, por um lado, a convivência cotidiana constituiu-se num fator de assimilação, favorecendo inclusive os casamentos interétnicos, por outro, a concorrência com a mão-de-obra nacional gerava conflitos freqüentes.

Ao lado dos portugueses, os hispânicos formavam o maior contingente de estivadores e carregadores da Companhia Docas de Santos. Constituíam a principal força de trabalho nos trapiches, nas casas comissárias e nas firmas ensacadoras de café. Exerciam, ainda, atividades ligadas ao setor de bares, tavernas, pensões e pequena hotelaria. Malremunerados, submetidos a jornadas de trabalho de até 16 horas, eram vistos como uma “gente trabalhadeira e ambiciosa”, que não poupava esforços para fazer um pecúlio e, se possível, retornar à terra natal. Alguns, quando se deparavam com a dura realidade do “paraíso brasileiro”, acabavam descambando para o caminho da marginalidade. Integravam-se à escória dos malandros, gatunos, rufiões, jogadores e prostitutas que gravitavam em torno do cais do porto.



Os espanhóis que aportaram no Rio de Janeiro não tiveram uma sorte muito diferente dos seus compatriotas que deram entrada em Santos. Carentes de qualificação profissional e sem escolarização, a maior parte desses imigrantes misturou-se à multidão de jornaleiros, ambulantes e agregados urbanos que perambulava pela antiga capital federal. O escritor João do Rio, numa das suas crônicas, traçou um retrato sem retoque da situação desses imigrantes. Dizia ele que os estrangeiros – crianças, mulheres e homens, “ávidos de dinheiro e gozo”, se submetiam a todo o tipo de trabalho, realizando tarefas que antes eram desempenhadas por escravos, uma vez que encaravam aquela situação de pobreza como transitória. Um mal necessário, desde que não

voltassem para a sua terra natal, onde teriam de enfrentar a miséria dos campos e as cidades já saturadas.

No Rio, a comunidade hispânica aglomerava-se nos espaços centrais, nos distritos de Santa Rita, Sacramento, São José, Santo Antônio, Espírito Santo, Glória e Gamboa, este último situado na zona portuária. Tais áreas, densamente povoadas, não foram atingidas pelo plano de obras de remodelação e saneamento da cidade, iniciado em 1902 pelo Prefeito Pereira Passos. Concentravam a maior incidência de habitações coletivas da cidade, os populares “cortiços”, donde se pode inferir que os imigrantes compartilhavam do mesmo padrão de vida dos segmentos menos favorecidos da população carioca.

O grupo originário da Galícia, em virtude das suas afinidades étnicas, lingüísticas e culturais com os portugueses foi o que mais se enraizou no Rio de Janeiro. Tanto assim, que a expressão “galego” servia para designar os ibéricos de um modo geral, conforme já foi dito. Dedicavam-se às mesmas atividades que os lusitanos, ou seja, trabalhavam no comércio de retalho e no ramo de cafés, charutarias, casas de pasto, botequins, pensões e pequena hotelaria. Os naturais de outras regiões da Espanha dispersavam-se pela indústria da construção civil, setor de transportes e serviços portuários.

Como os demais imigrantes, os espanhóis também criaram caixas de socorro mútuo que prestavam auxílio médico, financeiro e jurídico aos mais necessitados. Ao que tudo indica, algumas dessas entidades beneficentes deram origem às primeiras organizações de trabalhadores. Explica-se, assim, a marcante presença espanhola na gênese do movimento operário brasileiro. Sua militância foi tão ativa, que durante muito tempo, nos maiores centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, o trabalhador espanhol, de um modo geral, era rotulado de “anarquista”. Por um lado, não se pode negar a inspiração libertária que animava as lideranças daquele movimento. Por outro, a pecha que recaiu sobre os espanhóis evidencia o preconceito de uma sociedade, recém-saída do regime de mão-de-obra escrava, que se atemorizava diante das reivindicações do trabalho organizado.

Dentre aquelas associações, o Centro Galego constitui-se num caso pontual. O grêmio, que funcionava na Rua da Constituição nº 30-32, no Rio de Janeiro, extrapolou as atividades de cunho filantrópico, para se tornar um espaço privilegiado de discussão dos trabalhadores. Patrocinou e serviu de sede para o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, entre 15 e 20 de abril de 1906, que contou com a

presença de Giovanni Rossi, o engenheiro italiano fundador da emblemática Colônia Cecília, considerada a experiência anarquista brasileira mais bem-sucedida. De uma dissidência entre os associados do Centro Galego nasceu outra importante entidade de classe, o Centro Cosmopolita, localizado na rua do Senado nº 215, que passaria a congregar os empregados em hotéis, bares, restaurantes e similares do Distrito Federal. Dentre outras iniciativas, o novo organismo promoveu no dia 20 de fevereiro de 1913 o primeiro comício popular, convocado por um dito “Comitê de Agitação Contra a Carestia da Vida”. Tratava-se de um protesto contra os preços abusivos dos gêneros de primeira necessidade na capital da República. A manifestação noticiada nos principais jornais cariocas obteve a adesão de “operários, comissões de associações trabalhadoras, além de regular elemento popular”. Meses mais tarde, naquele mesmo ano, o Centro abriria as suas portas para um outro evento de grande repercussão: o Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado entre 8 e 13 de setembro, com a adesão de 117 delegados, representantes de oito estados da federação.



---

Augustin Salinas y Teruel  
Baía de Guanabara - 1911  
Óleo sobre tela - 66 x 121cm

Pinacoteca do Estado de São Paulo

O Centro Cosmopolita destacou-se, também, nas campanhas em prol da abolição do trabalho infantil e do trabalho noturno de mulheres e crianças. Em 1917, segundo os cálculos do jornal “Correio da Manhã”, contava com cerca de seis mil filiados, a maioria espanhóis e portugueses. Progressivamente, transformou-se num dos mais importantes pólos irradiadores das idéias libertárias no Rio de Janeiro. Por inúmeras vezes teve suas portas lacradas pela polícia, a pretexto de incitar os “dóceis operários brasileiros à desordem”. Controlado por sindicalistas revolucionários, passou a editar um periódico de tendência radical, denominado “O Cosmopolita”. Contudo, acabaria perdendo a sua capacidade de mobilização, após o malogrado *putsch* anarquista, que estourou no Rio, em 18 de novembro de 1918. A partir daí, viu seu prestígio declinar. Voltou-se, novamente, para as origens, retornando às atividades beneficentes.

Na história do primeiro movimento operário brasileiro, a página relativa à participação dos trabalhadores espanhóis certamente ainda não foi escrita. Como também não foi escrita a história sociocultural dos imigrantes galegos, sua inserção na vida brasileira, as agruras dos primeiros tempos, na virada do Século XIX ao XX, quando mal se distinguiam dos portugueses, aos olhos dos brasileiros. Brasileiros que, por sinal, não raro os estigmatizavam, vendo neles competidores indesejáveis na busca de empregos urbanos.

De todo modo, o que falta à historiografia encontramos na literatura, em particular no belo romance de Nélide Piñon, *A República dos Sonhos*, publicado em 1985. Nele se conta a história do galego Madruga, imigrante que chegou ao Brasil nas primeiras décadas do século, fugindo da pobreza de sua aldeia na terra natal, como muitos outros galegos. Trabalha como empregado numa pensão da Praça Mauá, passando por todas as dificuldades,





---

Rafael Galvez  
Canindé - 1946  
Óleo sobre papelão - 34 x 46cm  
Pinacoteca do Estado de São Paulo

R. Galvez  
-46

partilhando com seu compatriota Venâncio as frustrações e os sonhos de “fazer a América”. América que, no caso, era o Brasil, País que mal conhecia, “exceto que, após a queda da Monarquia, instalara-se no País uma República de molde plebeu”, não lhes havendo sobrado sequer um rei e uma rainha. Madruga nada conhecia, realmente, do Brasil.

Mas o jovem progrediu, chegando a desposar filha de uma família galega com ares de nobreza. Mas D. Miguel, seu futuro sogro, era menos nobre do que desejava: pequena ou presumida nobreza da então paupérrima Galiza, terra meio espanhola e meio portuguesa da margem direita do Minho. O romance empreende uma recriação completa da história da família formada por Madruga no Brasil, e nele encontramos os ritos domésticos, os valores morais, as sociabilidades mantidas no interior da comunidade galega e em relação aos brasileiros. É livro de forte conteúdo histórico, pois Nélida acompanha a trajetória da família durante décadas, fazendo contraponto com a história do Brasil, o tempo de Getúlio Vargas, sua queda, a crise dos anos de 1960. Madruga é desses imigrantes que prosperaram, tornando-se grande capitalista, alçando-se às esferas do poder, como ocorreu com vários imigrantes endinheirados no Brasil. Procurou manter, de todo modo, sem grande êxito, as tradições de sua terra natal, as hierarquias, seu poder de patriarca, sobretudo com seus descendentes e agregados. Nélida nos conta sobre o conflito de gerações e examina “por dentro” o refazer da cultura galega no Brasil com o passar do tempo. Conta-nos uma história em vários aspectos trágica, apesar do sucesso de Madruga, personagem central da trama.

A romancista é, aliás, a autora ideal para a reconstituição da saga galega no Brasil. Além de dotada de forte sensibilidade histórica, exemplifica a trajetória desses imigrantes. Carioca de Vila Isabel, nascida em 3 de maio de 1937, Nélida Cuiñas Piñon é filha de Lino Piñon Muiños e Olívia Cuiñas Piñon, cuja família radicou-se no

Brasil durante a década de 1920. Com dez anos de idade esteve na Galícia, onde permaneceu por dois anos, vivência essencial para a futura escritora, estimulada que foi, desde a infância, no hábito da leitura. Formou-se em jornalismo, exerceu o magistério, tornou-se contista e romancista renomada, com livros traduzidos em vários países. Livros escritos com maestria em português, sua língua materna. Ingressou na Academia Brasileira de Letras em 1989, sucedendo ninguém menos que Aurélio Buarque de Holanda. Foi a primeira mulher a assumir a presidência da veneranda ABL, em 1996, cargo que ocupou por dois anos. Em sua obra, sobretudo nessa *República dos Sonhos* - sonhos um tanto frustrados, Nélida Pinõn fala muito de sua vida através dos personagens ficcionais, e o jovem e velho Madruga pode ser lido, a um só tempo, como personagem individual na literatura e personagem coletivo da história: a história dos galegos no Brasil durante o longo Século XX.

Neste ocaso de milênio não parece haver mais lugar para as “histórias de Madrugas”. Os descendentes dos espanhóis, que são sobretudo galegos, ambicionam emigrar do Brasil, voltar a uma Espanha inserida na Comunidade Européia, para o que se valem de legislação altamente favorável. O fenômeno migratório atual dos galegos é bem esse: do Brasil para a Península, para a Espanha próspera e hoje livre do franquismo. Por outro lado, os bem-sucedidos capitalistas galegos, dentre os poucos que lograram atingir tal posição da escala social, não respondem pelo principal dos investimentos espanhóis no Brasil. Atuam sim, seus descendentes, em variados setores de serviços e comércio por atacado, à semelhança, aliás, do empresariado de origem portuguesa em várias cidades brasileiras. Mas o capital espanhol no Brasil é hoje o capital impessoal e “invisível” dos grandes conglomerados, como a *Telefônica*, protagonista das privatizações na área de telecomunicações aceleradas no fim da década de 1990.



Fachada da hospedaria de imigrantes  
São Paulo (SP) - c. 1920

Memorial do Imigrante / Museu da Imigração

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 3. ed. [S. l.] : Sociedade Capistrano de Abreu, 1934. 1ª. ed. 1906.
- ESPAÑA fuera de España. Madrid : Instituto Español de Emigración, 1988.
- GUIMARÃES, Lucia Maria P. Breves reflexões sobre o problema da imigração urbana: o caso dos espanhóis no Rio de Janeiro. *Acervo* : revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 10, nº. 2, p. 179-198, jul./dez. 1997.
- HUGON, Paul. *Demografia brasileira*. São Paulo : Atlas : Edusp, 1980.
- PIÑON, Néida. *A república dos sonhos*. 3ª. ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1987. 1ª. ed. 1985.



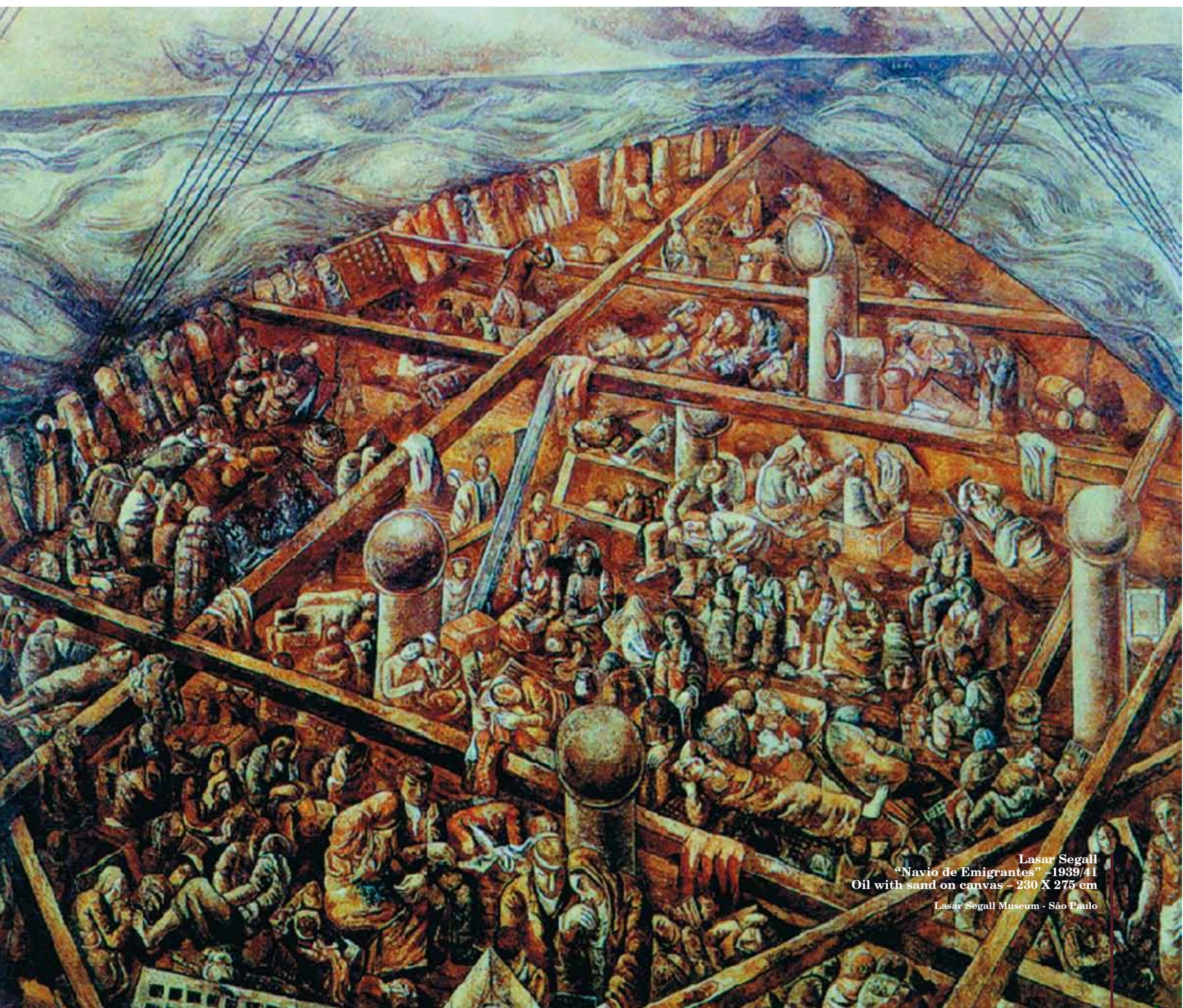
# NOVA LÍNGUA INTERIOR:

---

os judeus no Brasil

KEILA GRINBERG





Lasar Segall  
"Navio de Emigrantes" - 1939/41  
Oil with sand on canvas - 230 X 275 cm  
Lasar Segall Museum - São Paulo

# NOVA LÍNGUA INTERIOR:

KEILA GRINBERG

## os judeus no Brasil

**MOISHE NADIR, ESCRITOR JUDEU**

**ORIUNDO DA EUROPA ORIENTAL,**

contava em uma de suas histórias que havia comprado um lote de ações de uma companhia de exploração de cobre. Como as ditas ações não cessassem de cair, ele foi ter com o vendedor, pedindo-lhe explicações para a brusca queda. Este lhe respondeu que o problema era compreensível: a culpa era do Brasil. E seguiu contando a difícil situação econômica vivida pelo País, que havia tido naquele ano uma péssima colheita de bananas, o que havia incidido negativamente sobre a indústria do cobre e, portanto, sobre o valor de suas ações. Ao ouvir isso, Moishé teria respondido: “Isto significa que agora meu destino depende completamente do Brasil e de suas bananas...”.

Nadir não entendia nada de bananas, e menos ainda sabia sobre o Brasil. Mas, mesmo sem se dar conta, em sua história ele mencionou dois importantes pontos da trajetória coletiva do grupo étnico ao qual pertencia, ainda que aparentemente contraditórios: de um lado, o absoluto desconhecimento sobre o Brasil, às vezes visto como eldorado, às vezes como inferno tropical e de outro, seu papel fundamental nos vários movimentos de imigração judaica ocorridos nos últimos séculos. De fato, nos últimos 500 anos, por diferentes razões, o Brasil foi o destino escolhido pelos milhares de judeus e cristãos-novos – portugueses de origem judaica convertidos ao cristianismo – que aqui aportaram, originários de Portugal, Espanha, Marrocos, Inglaterra, França, Turquia, Alemanha, Áustria, Polônia, Rússia, Romênia, Holanda, Hungria, Egito e tantos outros países.



Auto de Fé  
Gravura do livro *La Galerie ageable du monde*

Biblioteca Nacional

Na realidade, toda história da trajetória dos judeus no Brasil deve começar antes mesmo da chegada da frota de Cabral; ela tem início em 1492, quando os Reis Católicos, depois de anos de perseguição do Tribunal da Inquisição, assinaram o decreto de expulsão da Espanha de todos aqueles judeus que não haviam se convertido ao cristianismo. Este episódio inaugurou um grande movimento migratório dos judeus *sefaradim* (provenientes de *Sefarad*, Espanha, ao contrário dos *ashkenazim*, originários, genericamente, da Europa Central e Oriental) que, de lá, rumaram para o Império Otomano, para as estepes polonesas e russas,

para o Marrocos e, principalmente, cruzaram a fronteira em direção a Portugal.

Ainda que seja exagerada a estimativa de que, na década de 1490, quase 200 000 judeus habitassem Portugal (praticamente 20% de sua população total), é lícito afirmar que, dentre os habitantes deste reino naquele fim de século, um contingente expressivo era formado por judeus, dedicados às atividades urbanas e científicas e ao comércio de larga escala. Em 1497, também em Portugal os judeus foram obrigados a converter-se ao catolicismo, por razões que ainda hoje são objeto de polêmica. Fosse por



Anna Bella Geiger  
A linha imaginária de Tordesilhas - 1995 (da série *Fronteiriços*)  
Gaveta de ferro, encáustica, chapa e fio de cobre - 10 x 59 x 20 cm  
Museu de Arte Moderna - RJ

perseguição religiosa, por motivos econômicos ou por interesses dinásticos, o fato é que, naquele momento, milhares de judeus foram compulsoriamente transformados em cristãos-novos, nova categoria da sociedade portuguesa que, juntamente com os grupos de origem moura ou africana, carregavam consigo a *mancha de sangue* de não serem católicos puros.

Nos decênios que se seguiram, várias levas de cristãos-novos deixaram Portugal, ao mesmo tempo que aconteciam revoltas e massacres contra sua permanência no reino, tanto que até o terremoto de 1531, que sacudiu Lisboa e adjacências, foi atribuído à presença de cristãos-novos e judaizantes. Não por acaso, naquele mesmo ano a Coroa portuguesa solicitou a nomeação de um Inquisidor para o reino; a partir de 1540, quando o primeiro auto-de-fé foi realizado, cristãos-novos e principalmente aqueles que, dentre eles, ainda guardavam práticas religiosas judaicas, fizeram todos os esforços para sair de Portugal.

Tudo isto aconteceu no meio século em que Portugal, depois de muito rondar a costa brasileira, iniciava a colonização do novo território. Por isso, era de se esperar que, entre os tripulantes das embarcações e os primeiros colonos europeus estabelecidos no Brasil, houvesse cristãos-novos. Assim que, na própria tripulação de Cabral, havia pelo menos um: Gaspar da Gama, judeu de nascimento, convertido ao cristianismo por Vasco da Gama depois de ter passado pela Turquia, por Meca e de ter sido aprisionado na Índia. Como falava muitas línguas, ele foi incorporado como intérprete, perito e conselheiro de Pedro Álvares Cabral, e consta que teria sido, junto com Nicolau Coelho, um dos primeiros a desembarcar em território brasileiro, com a missão de tentar entender o idioma falado pelos indígenas. Sabe-se, também, que ao grupo de cristãos-novos liderados por Fernando de Noronha – de cujas origens judaicas ainda

restam muitas dúvidas – foi concedido pela Coroa o privilégio de arrendar o comércio do pau-brasil.

De fins do Século XVI a meados do XVII, havia vários senhores de engenho de origem cristã-nova na Bahia, e boa parte da chamada açucaroocracia pernambucana, formada por senhores de engenho, traficantes de escravos e grandes comerciantes, era composta de cristãos-novos. Durante todo este período, encontram-se cristãos-novos estabelecidos em diversas capitâneas e exercendo as mais variadas funções: além dos já citados senhores, cujas posses e engenhos os situavam no mais alto degrau da sociedade colonial, havia também artesãos, pequenos lavradores, comerciantes, bacharéis, militares e cirurgiães. Apesar da proibição formal da participação na administração, também havia muitos cristãos-novos, ocupando postos importantes, como cargos políticos nas municipalidades e posições de alto escalão na burocracia e no clero.

Pelo menos até a Primeira Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Brasil, ocorrida entre 1591 e 1595, cristãos-novos integravam-se bem à sociedade local, convivendo com cristãos-velhos portugueses, com quem compartilhavam experiências e medos comuns a todos os colonos, frequentando as mesmas igrejas, realizando negócios e também casando-se entre si.

Neste caso, teria sido a presença do Visitador Inquisitorial, com a incitação às denúncias de heresias, práticas judaizantes e delitos em geral contra a fé católica, o que teria levado ao afrouxamento dos laços de sociabilidade entre cristãos-novos e velhos no Brasil. Aí reside a grande polêmica da história dos cristãos-novos no Brasil: eles seriam realmente criptojudeus, mantendo o judaísmo às escondidas por várias gerações, ou haviam se tornado bons cristãos? O Santo Ofício estaria realmente recebendo denúncias de



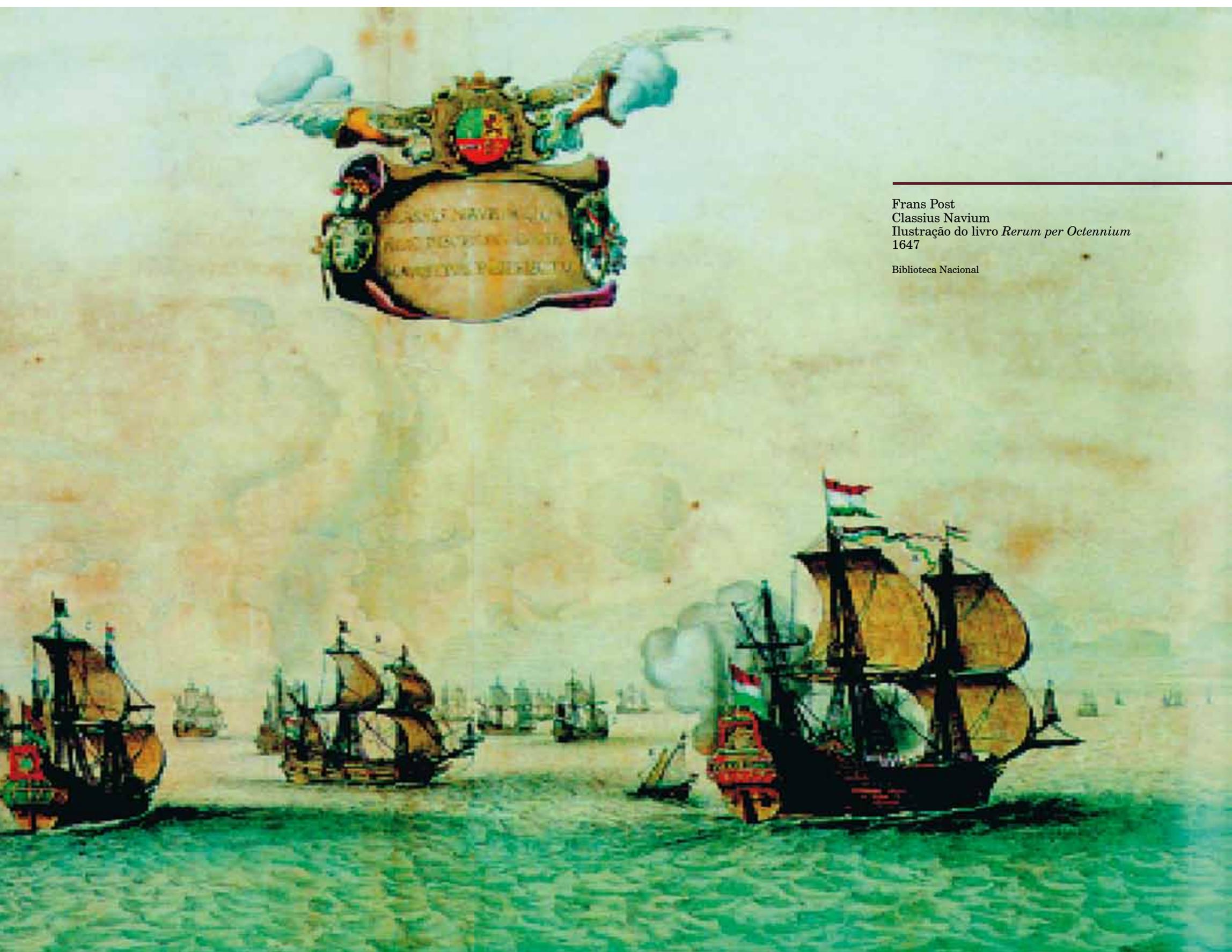
Cristãos-novos  
Gravura do livro *La Galerie ageable du monde*  
Biblioteca Nacional

cristãos-novos judaizantes ou, através de seu próprio estímulo, teria feito “judeus a esses homens”, como teria dito o cunhado do Padre Antonio Vieira? A idéia de que a Inquisição prendia cristãos-novos por motivações econômicas corria à solta àquela época. Isto não quer dizer, no entanto, que não houvesse criptojudeus no Brasil, principalmente durante o período inicial da colonização, como a centenária Ana Rodrigues, que havia nascido judia e, ainda menina, convertida à força em Portugal, de onde havia imigrado para a Bahia em 1557, ou Branca Dias e seu marido Diogo Fernandes, administrador de engenho em Pernambuco, que aparentemente haviam criado uma sinagoga em Camaragibe.

Tabela 1 - Casamentos de cristãos-novos com índios, mestiços e cristãos-velhos, segundo o local de procedência do parceiro - período de 1591/1595

Local de procedência	Índios	Mestiços (pardos ou mamelucos)	Cristãos-velhos	Cristãos-novos
Total	2	4	89	66
Paraíba	-	1	5	-
Pernambuco	-	1	43	26
Itamaracá	-	-	14	12
Bahia	2	2	27	28

Fonte: Livros de denúncias e confissões da primeira visitação do Santo Ofício. In: Maia, Ângela. *À sombra do medo : cristãos-velhos e cristãos-novos nas capitâneas do açúcar*. Rio de Janeiro : Oficina Cadernos de Poesia, 1995. p. 244.



Frans Post  
Classius Navium  
Ilustração do livro *Rerum per Octennium*  
1647

Biblioteca Nacional

Perguntas como estas não merecem respostas simples; provavelmente, ambas as situações ocorreram, com importantes variações temporais: mais famílias de cristãos-novos judaizavam no Século XVI, quando ainda viviam os conversos de 1497, seus filhos e netos, do que no Século XVIII, numa época em que já várias gerações separavam os cristãos-novos de seus ascendentes judeus. Ao mesmo tempo, cabe perguntar se a manutenção de certos rituais judaicos significava efetivamente a prática do judaísmo; muitas vezes um denunciado só aprendia na prisão que seguir o costume familiar de fazer pão ou limpar a casa às sextas-feiras era parte da tradição judaica. Mesmo assim, é fato que, depois de tantos anos vivendo no catolicismo, a imensa maioria dos cristãos-novos acabou realmente por perder os laços com a religião judaica, tornando-se católicos de fato e de direito.

A questão torna-se mais intrigante quando analisamos o período da ocupação holandesa nas regiões de Recife, Itamaracá e Paraíba, ocorrida entre 1630 e 1654. Muitos membros da comunidade judaica da Holanda, de origem portuguesa e espanhola, estabeleceram-se em Pernambuco neste período, quando foi instituída a tolerância religiosa para os seguidores da fé judaica. Embora não se saiba exatamente quantas pessoas formaram esta comunidade – a

congregação *Zur Israel*, a primeira das Américas – estima-se que tenha chegado a um número máximo de 1450 habitantes, cerca de metade da população civil branca, em 1645, decrescendo posteriormente. Dedicados a diversas atividades urbanas, estes judeus destacaram-se principalmente pelo envolvimento no comércio de açúcar e escravos e pela aquisição do direito de arrecadação de impostos, exercendo funções semelhantes às praticadas há séculos na Europa.

Motivados pela chegada destes judeus, muitos cristãos-novos vivendo nas redondezas decidiram declarar abertamente seu judaísmo – opção nada fácil, pois implicava a circuncisão e a adoção de costumes para eles desconhecidos, pois nem sempre as práticas da religião judaica se coadunavam com aquelas realizadas pelos criptojudeus –, enquanto outros tantos optaram por não fazê-lo, fosse por medo de uma reviravolta política, fosse por não mais se identificarem com o judaísmo. Mas é possível que nenhuma destas escolhas eliminasse o desconforto implícito na condição de cristão-novo, já que, como disse Anita Novinsky, não eram nem cristãos para os cristãos, nem judeus para os judeus. Depois da expulsão dos holandeses, a maioria dos cristãos-novos emigrou para a Holanda e também para o Caribe e a América do Norte, onde 23 judeus do Brasil fundaram a primeira comunidade judaica

Tabela 2 - Direitos de arrecadação de impostos adquiridos por judeus ao governo do Brasil Holandês, segundo as datas de vendas - 30.07.1636/31.07.1645

Datas das vendas dos direitos	Direitos		
	Total vendidos	Total comprados por judeus	
		Absoluto	Relativo (%)
30.07.1636	5 650	5 650	100,0
12.08.1638	280 900	206 800	73,6
11.08.1639	227 100	181 300	80,0
31.07.1641	292 100	28 200	9,7
31.07.1642	357 850	192 400	54,0
31.07.1643	298 200	203 600	68,3
02.08.1644	206 500	188 800	91,6
31.07.1645	228 066	182 191	80,0

Fonte: Notulen van Brasilië. In: Wiznitzer, Arnold. Os judeus no Brasil Colonial. São Paulo : Edusp : Pioneira, 1966. p. 61.

daquelas terras em Nova Amsterdam, conhecida hoje como Nova York. Mas ao contrário destes, entretanto, alguns que haviam adotado o judaísmo resolveram voltar a ser cristãos, preferindo permanecer no Brasil, o que demonstra a inexistência de regras absolutas que determinassem o comportamento dos cristãos-novos, mesmo quando a prática do judaísmo era oficialmente permitida.

T'Recif de Pernambuco  
Gravura do livro de Joannis de Laet  
Historia ou Annaes dos feitos da Companhia  
Privilegiada das Índias Ocidentais  
Leiden - 1664 - Holanda

Biblioteca Nacional



Esta situação veio a ser modificada a partir da segunda metade do Século XVIII, quando o Marquês de Pombal começou a colocar em prática sua política de modernização do Estado português, o que incluía a eliminação da participação dos jesuítas nos projetos de colonização e o alijamento de parte da nobreza do poder. Estes foram substituídos por grupos de comerciantes, muitos deles cristãos-novos, a quem Pombal havia concedido monopólios e privilégios. Neste quadro está inserida a reformulação da Inquisição, que agora passava a ser tribunal subordinado à Coroa, e a extinção da diferenciação formal entre cristãos-novos e velhos, realizada definitivamente com a Carta-Lei de 1773. A nova regra é de extrema importância: ao extinguir para sempre a *marca de sangue*, ela caracteriza o fim da primeira fase da história dos judeus no Brasil, marcada pela proibição – à exceção do período de dominação holandesa – da prática do judaísmo ao mesmo tempo em que inaugura, ainda que lentamente, a era de tolerância religiosa que os tempos vindouros viriam confirmar.

De fato, anos depois, com a abertura comercial decorrente da vinda da Corte para o Brasil, foi necessário enfrentar a questão do *status* dos estrangeiros não-católicos que, por força de seus negócios, passariam a frequentar os mercados brasileiros. A Inglaterra, principal parceira comercial do reino e de população majoritariamente protestante, preocupava-se em garantir liberdade de culto para seus súditos. Foi por isso que, no artigo XII do tratado comercial de 1810, ficou estabelecido que “os vassallos de Sua Majestade Britânica (...) não serão perturbados, inquietados, perseguidos e molestados por causa de sua religião.” Este decreto nem de longe igualava outras religiões ao catolicismo – suas capelas tinham que ser discretas, semelhantes a casas de habitações, e não se podia fazer uso de sinos –, mas, como foi mais tarde confirmado pela Constituição do recém-independente Império do Brasil, ele estabeleceu definitivamente a liberdade religiosa no País.

E seus efeitos não tardaram a aparecer: ainda nas primeiras décadas do Século XIX, comerciantes judeus inglês e francês mudaram-se para o Rio de Janeiro. O mais conhecido deles, o francês Bernard Wallerstein, dono de uma casa de moda feminina que também vendia calçados, charutos, jóias e vinhos, era o maior fornecedor da Casa Imperial, figurando nas memórias de Joaquim Manuel de Macedo como o “Carlos Magno da rua do Ouvidor”. Mais para o fim do século, a este grupo vieram se juntar judeus da região da Alsácia-Lorena, à época disputada em guerras entre França e Alemanha.

Este não foi, no entanto, o mais importante movimento migratório de judeus para o Brasil deste período. Nesta ocasião, judeus marroquinos começaram a cruzar o oceano Atlântico, em busca de melhores condições de



O Comendador Francisco Leão Cohn é filho de Leão Cohn, que chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1810. Seguiu carreira militar na Guarda Nacional, tendo recebido das mãos de Dom Pedro a bandeira do batalhão carioca que liderou a guerra contra o Paraguai.

Museu Judaico - RJ



vida e da liberdade religiosa de que não dispunham em seu país de origem. A seu favor, tinham o conhecimento do espanhol e do português, por serem descendentes diretos das comunidades expulsas da Península Ibérica. Alguns destes marroquinos dirigiram-se para Pernambuco e para Bahia, como fez Isaac Amzalak, comerciante que sentou praça em Salvador, e cuja filha foi tema de platônicos versos do vizinho Castro Alves, que a ela se dirigia como “linda, sedutora Hebréia.../ Pálida rosa da infeliz Judéia”. Mas a grande maioria foi mesmo para a Amazônia. Embora não existam dados demográficos sobre o assunto, sabe-se que estes judeus chegavam às centenas, estabelecendo-se no início nos confins da selva amazônica ou em cidades ribeirinhas. Acabariam se dedicando, ali, ao comércio local, onde enfrentaram por vezes a concorrência e a animosidade de outros negociantes, como

ocorrido em Cametá já em 1901, quando lojas foram atacadas no episódio conhecido como “Mata-Judeu”. Só mais tarde, com o enriquecimento das gerações seguintes, é que estas pessoas transferiram-se para Belém ou Manaus. Porto de chegada da maioria dos imigrantes do Marrocos, não é à toa que a primeira cidade foi palco da organização da primeira comunidade judaica do Brasil independente, com o estabelecimento da sinagoga *Eschel Abraham* em 1824.

Como resultado das vagas migratórias do Século XIX, os judeus passaram a adquirir certa visibilidade na sociedade brasileira, tanto que o próprio João do Rio os descreveu em uma de suas crônicas de 1904, citando as duas sinagogas existentes no Rio de Janeiro, a Associação Israelita Universal dos alsacianos e a *Shel Guemilut Hassadim* dos marroquinos, e espantando-se com a diversidade que havia

encontrado: “Havia gente morena, gente clara; mulheres vestidas à moda hebraica de túnica e alpercata, mostrando os pés, homens de chapéus enterrados na cabeça, caras femininas de lenço amarrado na testa e crianças lindas.”

Exatamente nesta época, nova onda imigratória, totalmente distinta das anteriores, começou a ocorrer. Fugindo dos ataques anti-semitas que sobrevieram ao assassinato do czar russo em 1881, judeus pobres do Leste Europeu começaram a buscar refúgio em outras regiões. Foi por isso que, ainda na década de 1890, grupos de judeus da Europa Ocidental começaram a buscar meios e locais para facilitar a transferência de judeus russos para colônias agrícolas na América; neste contexto, foi fundada a *Yidishe Kolonizatsye Gezelshaft* (Associação da Colonização Judaica, ou ICA), primeiro na Argentina, depois no Rio Grande do Sul, que tentava atrair o interesse dos governos locais para a imigração judaica e encorajar investimentos.

Desde o início, o projeto da ICA encontrou vários problemas, sendo o primeiro deles a falta de atração dos judeus da Europa Oriental pelo Brasil, que consideravam um lugar de doenças e pobreza. Com o aumento do anti-semitismo, no entanto, algumas famílias prontificaram-se a vir, mas o cenário com o qual elas se depararam não foi dos mais animadores: além da inexperiência no trato com a terra, com as pragas e com as sementes de duvidosa qualidade, os colonos judeus ainda tinham que enfrentar uma cultura do trabalho agrícola em que o padrão vigente ainda era o do recém-abolido trabalho escravo. Estas razões, aliadas à má administração, foram a causa do relativo insucesso da experiência – já que, de qualquer forma, muitos judeus conseguiram fugir da Europa através da ICA; a maioria dos imigrantes, depois de pouco tempo, deslocava-se para cidades como Porto Alegre e São Paulo.



Anna Bella Geiger  
Cais e oceano com M. sarsa ardente nº 1 - 1995  
Acrílica, verniz, pó-de-ferro e de grafite sobre tela  
76 x 168 cm

Coleção da artista

BRASIL

Grupo judaico em frente ao prédio do Porto  
Década de 20

Coleção Malamud/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro





Tabela 3 - Imigração total e imigração de judeus para o Brasil - períodos de 1881-1900 a 1936-1942

Períodos	Imigração			
	Total para o Brasil	De judeus para o Brasil		Relativa à imigração Judaica mundial (%)
		Absoluta	Relativa (%)	
1881-1900	1 654 101	1 000	0,06	0,1
1901-1914	1 252 678	8 750	0,07	0,5
1915-1920	189 417	2 000	1,0	2,2
1921-1925	386 631	7 139	1,8	1,7
1926-1930	453 584	22 296	4,9	12,9
1931-1935	180 652	13 075	7,2	5,5
1936-1942	120 318	14 576	12,1	3,6

Fonte: Lesser, Jeffrey H. O Brasil e a questão judaica : imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro : Imago, 1995. p. 180.

Foram exatamente estas cidades, além do Rio de Janeiro, que receberam o maior contingente de judeus chegados depois da I Guerra Mundial. Consta que, na década de 1920, 30 000 judeus entraram no País, perfazendo um total de cerca de 60 000 em 1930. Além da Europa Oriental, provinham imigrantes de todas as regiões do então esfacelado Império Otomano, como Turquia, Grécia e Rodes. Vindos inicialmente sozinhos, com a intenção de “fazer a América” e ganhar o suficiente para retornar às suas casas, com o passar do tempo, as possibilidades de ascensão econômica e o recrudescimento do anti-semitismo na Europa, muitos imigrantes passaram a mandar trazer suas famílias. Após 1925, cerca de dois terços dos imigrantes judeus chegavam com passagens pré-pagas por seus parentes já estabelecidos no País.

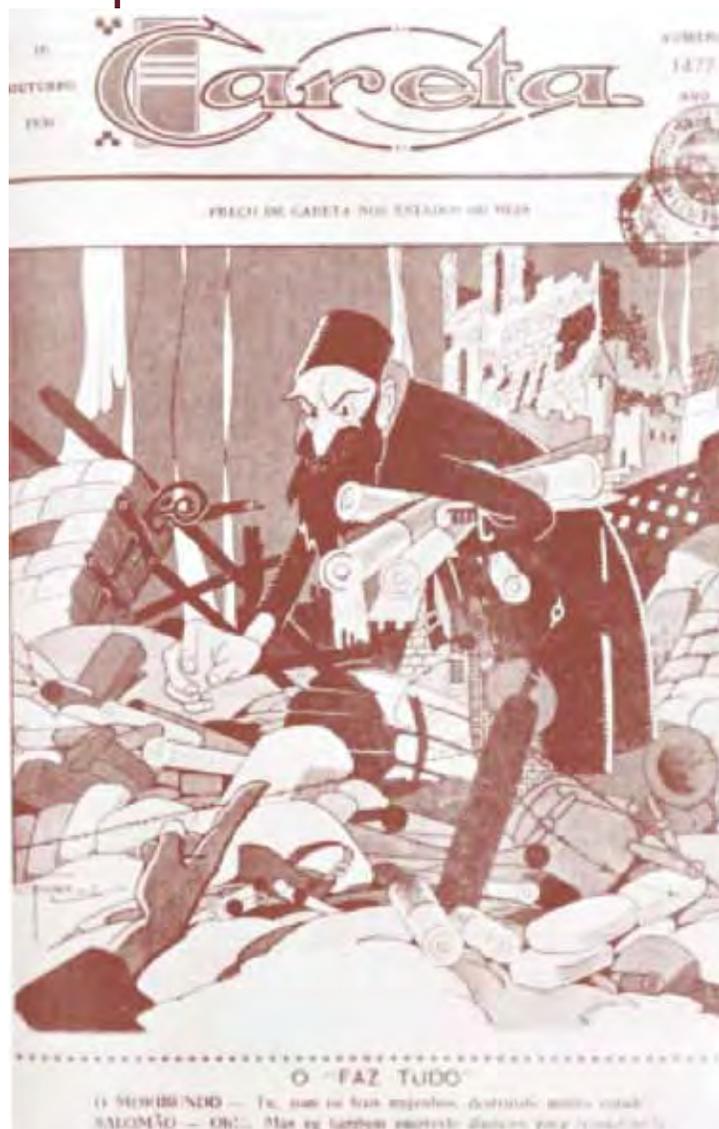
Morando nos bairros do Bomfim em Porto Alegre, do Bom Retiro em São Paulo e da Praça Onze no Rio de Janeiro, ainda pouco familiarizados com os mecanismos de sociabilidade brasileira, e provavelmente habituados à exclusão vivida em suas sociedades de origem, os judeus do Leste Europeu recriaram no Brasil a intensa vida cultural e política de que desfrutavam

anteriormente, fundando jornais, bibliotecas, escolas, sinagogas, associações femininas, de ajuda mútua e de apoio a recém-chegados. Além disso, as agremiações político-partidárias socialistas e sionistas continuariam a provocar as mesmas apaixonadas discussões, que aqui eram traduzidas na disputa pelo controle das recém-fundadas instituições, como a Biblioteca Scholem Aleichem, que mais tarde se tornaria o centro do movimento judaico progressista no Rio de Janeiro. Por sua vez, o movimento sionista – que visava, inicialmente, a somar esforços pela criação do Estado de Israel e depois a fomentar a imigração de judeus para lá – teve importante papel na estruturação da comunidade judaica no Brasil; seus líderes, pessoas tão diferentes como o Major Eliezer Levy, que do Pará correspondeu-se com o futuro primeiro-ministro de Israel Chaim Weizmann, e Samuel Malamud, primeiro cônsul-honorário de Israel no Brasil, tinham a preocupação de criar instituições que cumprissem a função de unir e fortalecer a comunidade judaica brasileira.

Mesmo assim, não havia muitos contatos entre a comunidade dos recém-chegados e a dos judeus *sefaradim* já estabelecidos; na verdade, poucos meios existiam de comunicação possível entre os dois grupos, já que o *ídiche*, dialeto falado pelos *ashkenazim* da Europa Central, não era entendido pelos outros. A separação entre as duas comunidades era tal que o *sefaradi* paraense Abraham Benoliel, colunista da seção “Correio Israelita” do *Correio da Manhã*, chegou a fazer um apelo aos editores dos jornais *ídiche* para que passassem a publicar suas notícias também em português, a fim de que a totalidade da comunidade pudesse lê-las. Tampouco havia interação com o grupo formado pelas *polacas*, judias prostitutas que no Brasil e na Argentina chegavam desde fins do Século XIX, e os *cáftens* que as dominavam. Por conta da preocupação em não deixar que a imagem da prostituição e do tráfico de “escravas brancas” fosse associado ao judaísmo,

O Faz Tudo  
Revista Careta - 10/10/1936

National Library – Rio de Janeiro



estas mulheres acabaram vivendo à margem das comunidades judaicas; mesmo assim, mantiveram fortes as ligações com a religião, fundando suas próprias sinagogas, associações beneficentes e cemitérios.

A década de 1930, no entanto, veio modificar substancialmente um cenário já pouco favorável aos judeus europeus. Com a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha, em 1933, e a subsequente promulgação das Leis de Nuremberg, teve início um grande êxodo de judeus alemães. Mas estes já não encontrariam

portas abertas nos Estados Unidos, que havia adotado leis restritivas à imigração, nem nos muitos outros países que haviam feito o mesmo. Estava criado o drama dos refugiados, que se tornava mais grave à medida que países como a Itália endossavam as medidas anti-semitas tomadas pelos nazistas e o início da II Guerra Mundial se aproximava.

No Brasil, as mudanças ocorridas a partir da Revolução de 1930 provocaram alterações importantes no discurso sobre a importância da imigração. Intelectuais nacionalistas como

Oliveira Vianna defendiam a limitação da entrada no País àqueles imigrantes desejáveis, que pudessem contribuir positivamente para a nacionalidade brasileira, trabalhando a terra ou trazendo capitais, e assimilando-se ao resto da população. Para eles, os judeus não faziam nem uma coisa, nem outra: moravam nas grandes cidades e dedicavam-se ao comércio, mantinham seus idiomas de origem e neles educavam seus filhos. Mesmo com o grande número de judeus alemães, austríacos e italianos que passaram a procurar vistos

Restaurante Schnaider

Coleção Malamud/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro



Imprensa Israelita

Coleção Malamud / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Tabela 4 - Imigração de judeus alemães para o Brasil - 1933-1942

Anos	Imigrantes
Total	9 431
1933	363
1934	835
1935	357
1936	1 172
1937	1 315
1938	445
1939	2 899
1940	1 033
1941	406
1942	4

Fonte: Lesser, Jeffrey H. O Brasil e a questão judaica : imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro : Imago, 1995. p. 184.

Nota: Apesar do erro da fonte na totalização exata dos números, a tabela sugere a forte relação entre a emigração judaica da Alemanha e o fortalecimento do nazismo.



para entrar no País – estes confundiam o estereótipo comum do judeu pobre e comunista por falarem muitos idiomas, serem politicamente moderados e disporem de algumas posses –, crescia a rejeição à entrada de judeus no País na mesma velocidade em que o número de pedidos de visto na Europa aumentava. Assim que, depois de adotar restrições à imigração desde o início daquela década, com a criação das *cartas de chamada* (comprovação da existência de familiares no País) e da implementação do sistema de cotas, em 1935 o governo brasileiro começou a negar vistos a judeus; já durante o Estado Novo, uma circular secreta proibiu totalmente a concessão de vistos a “pessoas de origem semita”, inclusive turistas e negociantes, causando uma queda de 75% da imigração judaica ao longo daquele ano.

Daí em diante, e até o fim da II Guerra Mundial, a política imigratória brasileira foi extremamente ambígua, ora interrompendo totalmente a entrada de judeus, ora fazendo algumas exceções, geralmente concedidas a partir de intervenções pessoais

Lasar Segall  
Pogrom - 1937  
Óleo com areia sobre tela - 184 x 150 cm  
Museu Lasar Segall

junto às autoridades. Muitas vezes, diplomatas tratavam a questão dos vistos de acordo com suas próprias convicções, ora negando vistos, ora os concedendo, como fazia o embaixador Luís Martins de Souza Dantas, que de Paris salvou inúmeras vidas. Mesmo com as imposições da lei, muitos judeus continuaram entrando ilegalmente no País durante a guerra; as ameaças de deportação em massa nunca foram concretizadas, apesar da extradição de alguns indivíduos por sua militância política, como aconteceu com Olga Benário e Jenny Gleizer.

Por isso, entendem-se as dificuldades e a intensa polêmica que cercam a compreensão da política imigratória do Estado Novo, já que, se muitos judeus foram impedidos de entrar, outros tantos lograram fazê-lo; ao mesmo tempo, aqueles que aqui se estabeleceram em pouco tempo obtiveram suas naturalizações, conseguiram empregos na indústria, no comércio e em universidades brasileiras, ou se estabeleceram em áreas de colonização alemã, como em Rolândia, no Paraná. Assim, longe de serem devidas à política sistematicamente anti-semita do Estado Novo, as atitudes tomadas neste período em relação aos judeus serão bem melhor compreendidas se inseridas no contexto mais amplo da preocupação com a formação da nacionalidade brasileira e da política externa pendular do governo que buscava extrair dividendos da tensa situação internacional.

Com o fim da II Guerra, depois da chegada de sobreviventes do Holocausto, as





Rubens Gerchman  
*Brazilian Dreams* - 1992  
Díptico, técnica mista sobre tela - 196 x 130 cm

Banco Bozano Simonsen

imigrações de judeus para o Brasil foram marcadas por eventos bastante específicos, como a crise egípcia do Suez e a invasão da Hungria pelas tropas soviéticas em 1956. Na realidade, a partir da década de 1950, a situação dos judeus no Brasil alterou-se substancialmente. Agora já pertencentes, em grande parte, à classe média, as comunidades começaram a voltar-se mais para questões

nacionais, e seus membros passaram a participar, como quaisquer outros, do processo político por que passava o país. Não por acaso, foi neste momento que a presença de judeus na indústria, no comércio e na produção editorial e intelectual começaram a se fazer sentir com mais força: este é o caso da fábrica de brinquedos Estrela, da loja Casas Bahia, das editoras Perspectiva e Nobel, e da livraria Cultura, entre outros.

O estabelecimento do regime militar em 1964, no entanto, trouxe novos desafios para os judeus; enquanto setores da comunidade davam suporte ao regime, muitos faziam parte da oposição, integrando por vezes movimentos de luta armada. Com o AI-5 e a institucionalização da repressão, vários migraram para o Estado de Israel, movimento em geral não muito comum entre os brasileiros, menos apegados à doutrina sionista que seus vizinhos argentinos.

Clarice Lispector

Museu Judaico - RJ



Tabela 5 - Migração de judeus do Brasil para Israel - 1964-1974

Anos	Imigrantes
<b>Total</b>	<b>4 175</b>
1964	404
1965	290
1966	201
1967	145
1968	199
1969	604
1970	752
1971	594
1972	451
1973	291
1974	244

Fonte: Pergola, Sergio della. Demographic trends of Latin American jewry. In: Elkin, Judith, Merx, Gilbert W. (Org.). The jewish presence in Latin America. Boston : Allen & Unwin, 1987.

A grande maioria, no entanto, nesta época fincou definitivas raízes no País: por trazerem em sua bagagem grande experiência como comerciantes, financistas e profissões liberais em geral, a integração da segunda geração de judeus na sociedade urbano-industrial em que o Brasil se transformava foi bastante facilitada. Foram, sobretudo, beneficiados pelo importante papel dado por seus pais à educação formal – em 1968, todos os judeus de São Paulo em idade escolar frequentavam o segundo grau; dez anos depois, 20,4% deste grupo tinha curso superior, contra 1,4% do total dos habitantes do estado. A importância dada pelos judeus em geral à educação e ao ensino superior, aliás, já vinha sendo aproveitada há um bom tempo pelas universidades brasileiras, que empregavam vários cientistas e intelectuais a década de 1930, quando estes começaram a chegar em maior número e aquelas instituições estavam sendo formadas. Este foi o caso, por exemplo, dos químicos Heinrich Rheinboldt e Fritz Feigl, do físico Hans Stammreich, do biólogo Ernst Marcus e dos intelectuais Jacó Guinsburg e Anatol Rosenfeld.

Familiarizados com a sociedade e os costumes do País, estes judeus brasileiros, assim como já haviam feito os descendentes dos imigrantes *sefaradim* no início do século, passaram a participar de todas as esferas da vida brasileira. Isto acontecia principalmente na área cultural, em que judeus como os artistas Lasar Segall e Frans Kracjberg, e o escritor Moacyr Scliar, abordavam temas de interesse geral, mesmo quanto a temática judaica estava presente, e dirigiam suas obras para o grande público. Também por conta do mesmo movimento, principalmente a partir da década de 1970, casamentos entre judeus e não-judeus tornaram-se fenômeno comum em todas as grandes cidades brasileiras.

A inexistência de movimentos anti-semitas ou práticas discriminatórias significativos no

Brasil contribuiu para que os laços étnicos judaicos, antes definidos pela religião, cultura, língua e filiação política, fossem aos poucos sendo substituídos por uma identificação geral com a classe média, que não destruiu, no entanto, os muitos vínculos que ainda ligam a comunidade judaica brasileira. Contando hoje com uma população de cerca de 100 000 habitantes, pode-se dizer que os judeus, ao longo de sua permanência no Brasil, redefiniram as bases de sua identidade, a ponto de não poderem mais ser dissociados do País onde nasceram ou para o qual imigraram. São, em sua grande maioria, como Clarice Lispector, ucraniana de origem judaica, a maior de todas as escritoras brasileiras, que uma vez declarou: “Fiz da língua portuguesa minha vida interior”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LESSER, Jeffrey H. *O Brasil e a questão judaica : imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro ; Imago, 1995. 371 p.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Gente da nação : cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1524-1654*. Recife : Fundação Joaquim Nabuco : Editora Massangana, 1989. 552 p.
- NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo : Perspectiva, 1970. 239 p.
- SCLIAR, Moacyr et al. *Do éden ao divã : humor judaico*. São Paulo : Shalon, 1990. 209 p.
- SORJ, Bila (Ed.). *Identidades judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro : Imago, 1997. 152 p.



# IMIGRAÇÃO ALEMÃ

---

formação de uma comunidade  
teuto-brasileira

VALDIR GREGORY





Wolf Reuther  
Sol sobre Bahia - s/d  
Óleo sobre tela - 100 x 100cm

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand

# IMIGRAÇÃO ALEMÃ

## formação de uma comunidade teuto-brasileira

**NO BRASIL DO SÉCULO XIX,  
ABRIRAM-SE PERSPECTIVAS  
EXCEPCIONALMENTE FAVORÁVEIS  
PARA A VINDA DE IMIGRANTES  
EUROPEUS PARA O BRASIL,**

especialmente na segunda metade do século, com a abolição do tráfico negreiro. Desenvolveu-se, então, a imigração de europeus com a finalidade de prover de mão-de-obra nas lavouras de café e fornecer camponeses para núcleos coloniais que iam sendo criados. Mas desde o reinado de D. Pedro I a imigração se fez presente, dirigindo-se, preferencialmente, para as Regiões Sudeste e Sul do País, onde, a partir de 1824, fundou-se a colônia alemã de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. No final desta década, sempre por iniciativa do governo imperial, também foram estabelecidos colonos alemães em São Pedro de Alcântara e Mafra (SC) e em Rio Negro (PR), no ano de 1829.

Além destes primeiros grupos de alemães situados na porção meridional do País, foram criados outros núcleos isolados em outras localidades do território brasileiro, como Santa Isabel e Santa Leopoldina (ES), fundadas, respectivamente, em 1847 e 1857; Nova Friburgo e Petrópolis (RJ), em 1819 e 1845; Teófilo Otoni e Juiz de Fora (MG), em 1847 e 1852; e São Jorge dos Ilhéus (BA), em 1818. Destas, fora as da Região Sul, as que mais marcaram a identidade germânica foram as do Espírito Santo (Magalhães, 1993, p. 12).



Bilhete de passagem de navio - 15/06/1911

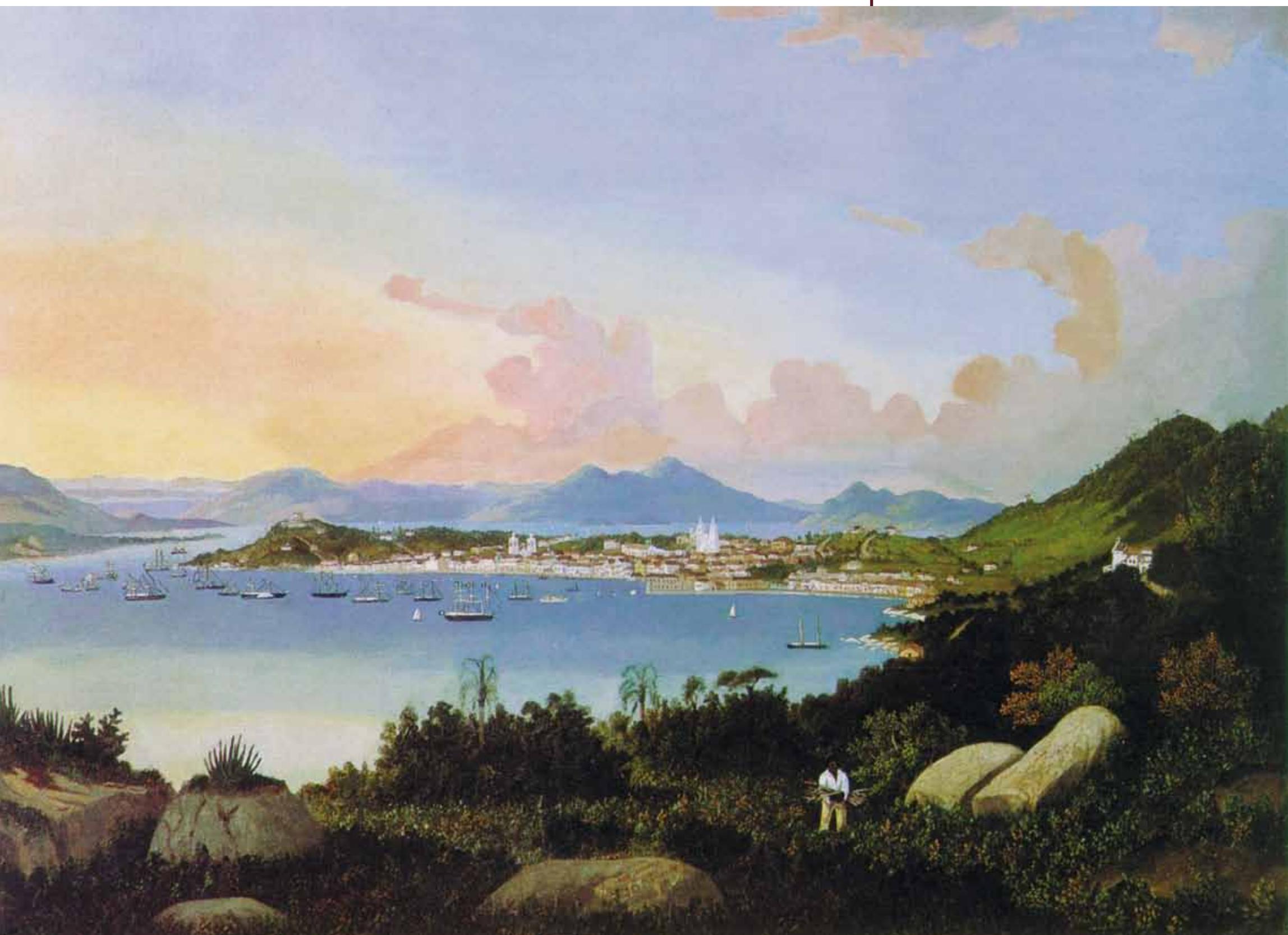
Memorial do Imigrante / Museu da Imigração

A intensificação da imigração só aconteceu após 1850, quando a colonização passou a ser responsabilidade dos governos provinciais, sendo que a vinda de alemães, quase exclusiva no início, mas embora crescente, passou a rivalizar, quantitativamente, com outras etnias, destacando-se portugueses, italianos e espanhóis.

Como ocorre com a maioria das estatísticas de imigração do Século XIX, também as de imigrantes alemães são bastante precárias, não só porque a emigração começou num período de grandes mudanças na Alemanha – das quais a principal foi a unificação do país em 1870 –, como porque aqui chegaram grupos que,

Joseph Brüggemann  
Vista de Desterro (Florianópolis) - 1867  
Óleo sobre tela - 125 x 165cm

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand



embora falassem dialetos do alemão, não eram originários da Alemanha recém-unificada. Os dados da Tabela 1, dimensionam, mesmo que precariamente, o volume de migrantes alemães ao longo do período de 1824 a 1969.

Somente uma pequena parcela da emigração européia, entre ela a alemã, dirigiu-se para o Brasil, cerca de 4 500 000 num universo de mais de 35 000 000 de emigrantes europeus. De acordo com Lúcio Kreutz (1985, p. 62) “até 1929, entraram no Brasil 1 485 000 italianos, 1 321 000 portugueses, 583 000 espanhóis, 223 000 alemães (certamente falantes – grifo nosso), 86 000 japoneses.” O restante se deslocou para os Estados Unidos, Uruguai, Argentina, Austrália e para outros destinos.

A emigração de alemães, como de resto toda a emigração européia, se explica pelas grandes transformações política, econômica, social e cultural observadas na Europa do Século XIX. No caso específico da Alemanha, a consolidação do Estado nacional teve primordial importância, bem como a Guerra

Franco-Prussiana, o crescimento do capitalismo industrial e a conseqüente decomposição dos liames feudais, sem esquecer o desenvolvimento do transporte ferroviário e da navegação a vapor. Do lado brasileiro, cabe repetir que a abolição do tráfico negreiro, em 1850, e a crescente necessidade de mão-de-obra para a lavoura nacional foram decisivos para a ampliação das políticas imigrantistas e colonizatórias. Neste contexto, despontaram os interesses de empresas navegadoras, de agentes de migrantes, bem como cresceu a atuação de igrejas. Da combinação de todos esses fatores emergiram condições altamente favoráveis à imigração de alemães.

Foram diversas as regiões de procedência de grupos alemães que se dirigiram para o Sul do Brasil, durante o Século XIX, atestando uma grande heterogeneidade cultural, conforme se observa no Quadro 1.

A composição dos grupos de imigrantes e os seus destinos dependiam de agentes na Alemanha, que os arrebanhavam, e de receptores brasileiros, que os distribuía, considerando habilidades, interesses (geo)políticos e econômicos. A entrada dos alemães no Brasil, durante o Primeiro Reinado, ocorria pela Praia da Armação em Niterói, a partir da qual eram distribuídos aos seus locais de destino. Depois, foram utilizados outros portos, como o de Santos, Itajaí e de Rio Grande. As colônias, depois de criadas, iam recebendo colonos de diferentes origens. Desta forma, as colônias eram compostas por alemães oriundos de diversas localidades da Europa. A região do Hunsrück forneceu o maior contingente de imigrantes camponeses para as colônias da Região Sul, os quais, majoritariamente, eram católicos e falavam o dialeto alemão *hunsrück*.

Nem todos os imigrantes alemães que vieram para o Brasil foram ou tornaram-se proprietários de terras por ocasião da chegada.

Tabela 1 - Imigração alemã no Brasil períodos de 1824-1847 a 1960-1969

Períodos	Imigrantes
1824-1847	8 176
1848-1872	19 523
1872-1879	14 825
1880-1889	18 901
1890-1899	17 084
1900-1909	13 848
1910-1919	25 902
1920-1929	75 801
1930-1939	27 497
1940-1949	6 807
1950-1959	16 643
1960-1969	5 659

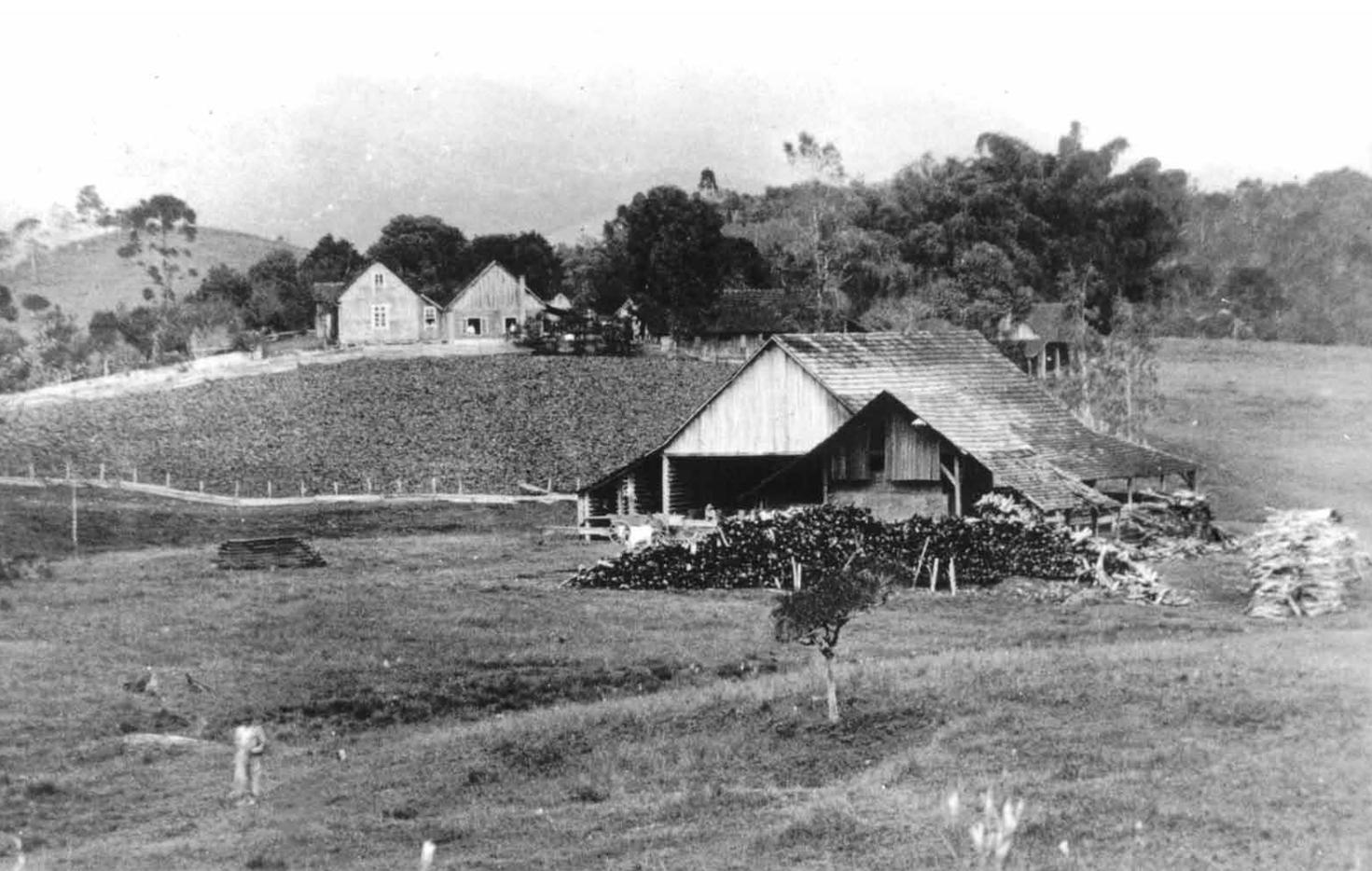
Fonte: Mauch, Claudia, Vasconcelos, Naira (Org.). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas : Ed. Ulbra, 1994. p. 165.

Quadro 1 - Procedência de alguns grupos alemães para a Região Sul do Brasil, segundo a localidade - 1824/1878

Localidade	Fundação	Procedência
São Leopoldo (RS)	1824	Hunsrück, Saxônia, Württemberg, Saxônia-Coburg
Santa Cruz (RS)	1849	Renânia, Pomerânia, Silésia
Santo Ângelo (RS)	1857	Renânia, Saxônia, Pomerânia
Nova Petrópolis (RS)	1859	Pomerânia, Saxônia, Boêmia
Teutônia (RS)	1868	Westfália
São Lourenço (RS)	1857	Pomerânia, Renânia
Blumenau (SC)	1850	Pomerânia, Holstein, Hannover, Braunschweig, Saxônia
Busque (SC)	1860	Bade, Oldenburgo, Renânia, Pomerânia, Schleswig-Holstein, Braunschweig
Joinville (SC)	1851	Prússia, Oldenburgo, Schleswig-Holstein, Hannover, Suíça
Curitiba (PR)	1878	Teutos do Volga
Santa Isabel (ES)	1847	Hunsrück, Pomerânia, Renânia, Prússia, Saxônia
Santa Leopoldina (ES)	1857	Pomerânia, Renânia, Prússia, Saxônia

Fonte: Willens, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil : estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. São Paulo : Nacional, 1980. p. 38-39.

Nota: Tabela elaborada pelo autor.



Engenho de açúcar e aguardente

Arquivo Nacional

Muitos deles eram artesãos, industriais, comerciantes e profissionais do meio urbano, bem como religiosos e professores. Alguns deles permaneceram ou foram para as cidades, quer pela falta de infra-estrutura nas colônias, quer pela não adaptação às condições da vida rural e do trabalho agrícola no Brasil ou até mesmo por não ter tido a experiência das lidas do campo.

Nos processos de imigração e colonização européia, a heterogeneidade e a pluralidade de nacionalidades, representadas no Brasil por fluxos quase que contínuos até 1940, é uma das características específicas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, uma vez que a presença de europeus não portugueses fez com que se formassem núcleos com grupos étnicos com identidades próprias e culturalmente distintos. Outra característica importante é a diversidade de objetivos e de formas de colonizar a porção meridional do Brasil. Aquela região estava destinada ao povoamento com colonos, pequenos agricultores que produzissem alimentos básicos em lotes de sua propriedade, objetivo diverso da política imigratória adotada na província de São Paulo, destinada a solucionar a carência de mão-de-obra nas propriedades de café. No Sul, interessava povoar áreas de florestas próximas a vales de rios, destacando-se os do Jacuí e Itajaí, fazendo do povoamento e da colonização mecanismos de conquista e de manutenção de domínio territorial. Além disso, e talvez o fato mais importante, é o de que a concentração de colonos de mesma origem étnica resultou na formação, nas colônias, de grupos relativamente homogêneo e isolado. Nessas colônias, a inserção de imigrantes de outras origens e de brasileiros só ocorreu depois do advento da República, em 1889, com o objetivo explícito de integração, qual seja, a formação de colônias mistas, contrariando interesses empresariais privados, tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina, que vislumbravam maiores

facilidades de mercantilização de terras junto aos núcleos mais homogêneos. Os povoados formados dentro dos núcleos coloniais, denominados de “linhas”, tendiam a receber colonos de origens étnica e religiosa semelhantes, formando comunidades mais homogêneas.

O interesse do poder público nas colônias mistas se justificava duplamente: por um lado, pelas razões de natureza econômica, como já foi apontado anteriormente, e, por outro lado, razões de cunho ideológico relacionadas ao ideal de branqueamento da “raça brasileira”, o que se daria por meio da mestiçagem de alemães

com outros grupos. Além disso, o poder público preocupava-se com o perigo da formação de “quistos étnicos” no Brasil. A resistência cultural e a busca de integração à nação brasileira geravam tensões, que variavam em intensidade e gravidade de acordo com situações (geo)políticas nacional e internacional.

De qualquer forma, é importante lembrar que os colonos migrantes (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, entre outros) adaptaram-se ao seu país de destino, sem abdicar de valores, de culturas e de estilos de vida, sendo construído, a partir deles, um novo

espaço social onde se constituiu um modo de ser singular do colono migrante.

Os imigrantes que se fixaram, enquanto camponeses, nas colônias da Região Sul do Brasil, não se destacaram numericamente. Mas, se se considerar a época da fundação das colônias, principalmente as de alemães, que chegaram durante cinco décadas antes que os outros grupos étnicos começassem a colonizar as terras florestais desta região do País, e se se considerar o número de descendentes, o significado de sua presença cresce consideravelmente. Os alemães tiveram proporcionalmente mais descendentes nascidos

Pedro Weingärtner  
Ceifa - 1903  
Óleo sobre tela - 50 x 100cm  
Pinacoteca do Estado de São Paulo

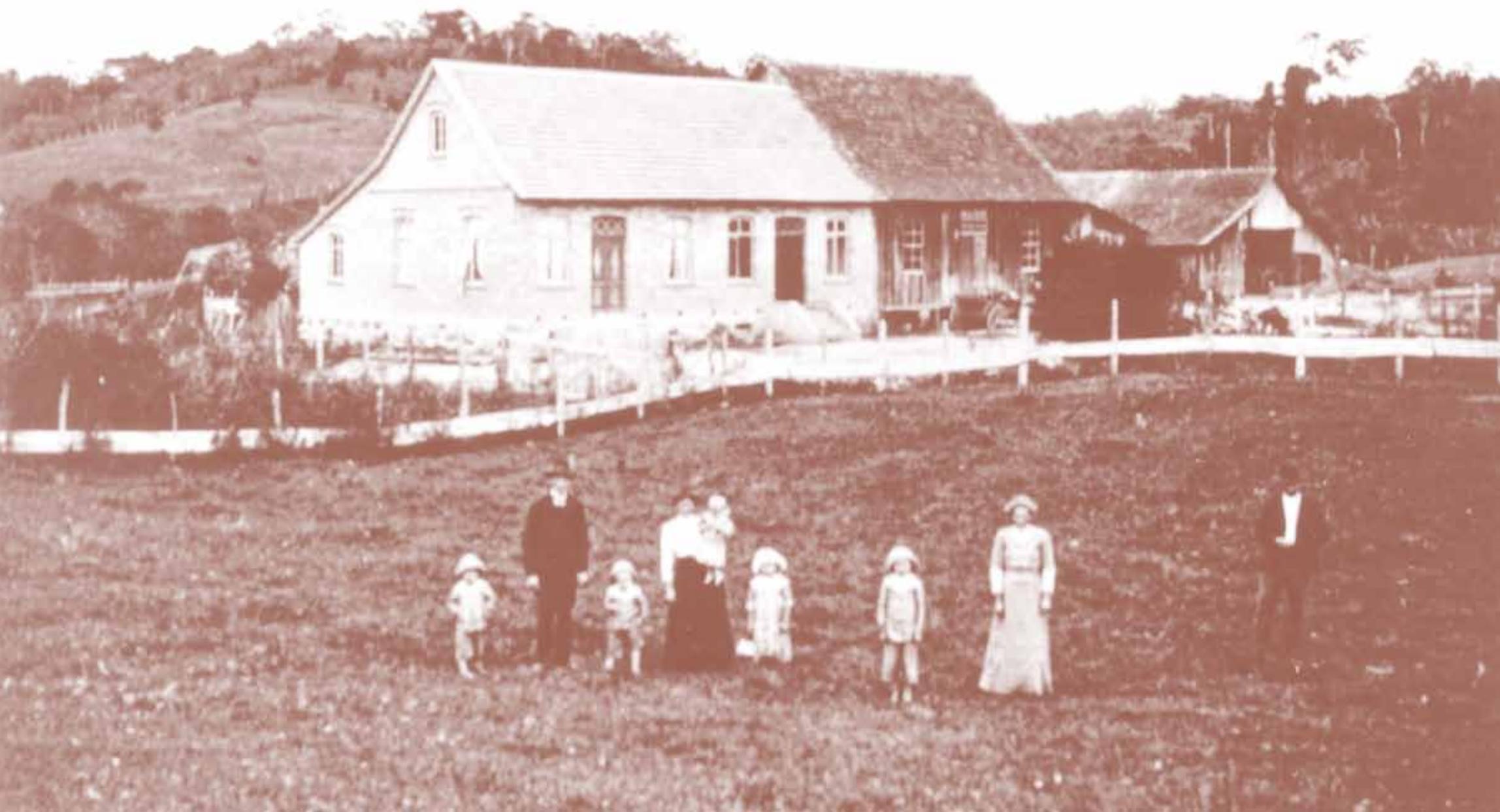


no Brasil do que os outros grupos étnicos. Magalhães (1993) mostra, sem precisar a época, que a taxa de fecundidade dos alemães era de oito a nove filhos para as mulheres que casavam entre 15 e 19 anos e de sete filhos para as mulheres que casavam entre 20 e 24 anos. Pode-se, assim, observar que tal crescimento foi responsável pelo aumento do número de colônias, bem como pelos deslocamentos de curta e média distâncias para diversas localidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e para outras regiões brasileiras.

---

Casa de negócio

Arquivo Nacional



O ritmo de tais deslocamentos e sua abrangência tornaram-se mais expressivos a partir da segunda década do Século XX, principalmente por duas razões: a primeira, porque os descendentes de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina enfrentaram a carência de terras nas suas colônias; a segunda, porque as elites sulinas buscavam povoar as áreas florestais da região. Os imigrantes alemães, italianos e poloneses que constituíram o espaço colonial do Rio Grande do Sul, ampliado pelo processo de *enxamegem*, ocuparam as terras florestais do norte e nordeste rio-grandense até o final de 1940. As áreas de campo, na porção central e do Sul mantiveram os latifúndios

pecuaristas e não foram disponibilizadas para a colonização com descendentes de imigrantes. Estes tiveram um espaço limitado para desenvolverem suas técnicas de plantio (a policultura), uma vez que as áreas destinadas à pecuária, antes da chegada dos imigrantes, mantiveram-se inalteradas, obrigando, mais tarde, os mesmos a subdividirem as colônias com as novas gerações ou migrarem para o oeste catarinense, para o sudoeste e oeste paranaense. Em Santa Catarina se reproduziram situações semelhantes às das áreas coloniais do Rio Grande do Sul, sendo que as suas áreas de campo e de latifúndio eram proporcionalmente mais reduzidas.

Ponte Lauro Müller

Arquivo Nacional





Fábrica de Tricotagem de Algodão

Arquivo Nacional

Nestas circunstâncias, a busca de novas terras fez do Rio Grande do Sul um foco de emigração e do Paraná um estado receptor de imigrantes. Santa Catarina, por sua vez, expulsava e recebia população. O Paraná foi o estado receptor por excelência (Gregory, 1997), especialmente a partir de 1920, quando aumentou a migração para este estado. Nas décadas de 1960 e 1970, quando surgiram novas frentes de colonização nas Regiões Centro-Oeste e Norte do País, destacando-se os Estados de Mato Grosso e Rondônia, além das frentes de colonização no Paraguai, no norte da Argentina e na Bolívia, as correntes migratórias do Sul forneceram grandes contingentes de euro-brasileiros para a ocupação de frentes pioneiras. Tem-se, pois, um amplo espaço de presença de colonos descendentes de imigrantes alemães pelo território brasileiro, não mais em grupos tão homogêneos, mas com a manutenção de resquícios de identidade germânica.

Outro aspecto a se considerar é o fato de que imigraram alemães para os núcleos urbanos das colônias e para as cidades brasileiras, atuando no comércio, na indústria e nos serviços. A partir do desenvolvimento de regiões coloniais e do crescimento demográfico, além das migrações para novas colônias e frentes de colonização, ocorreu continuamente o êxodo rural, que se intensificou a partir da modernização agrícola dos anos de 1970 do Século XX. Em algumas cidades coloniais, há o predomínio de população germânica, que mantém fortes marcas culturais da sua origem.

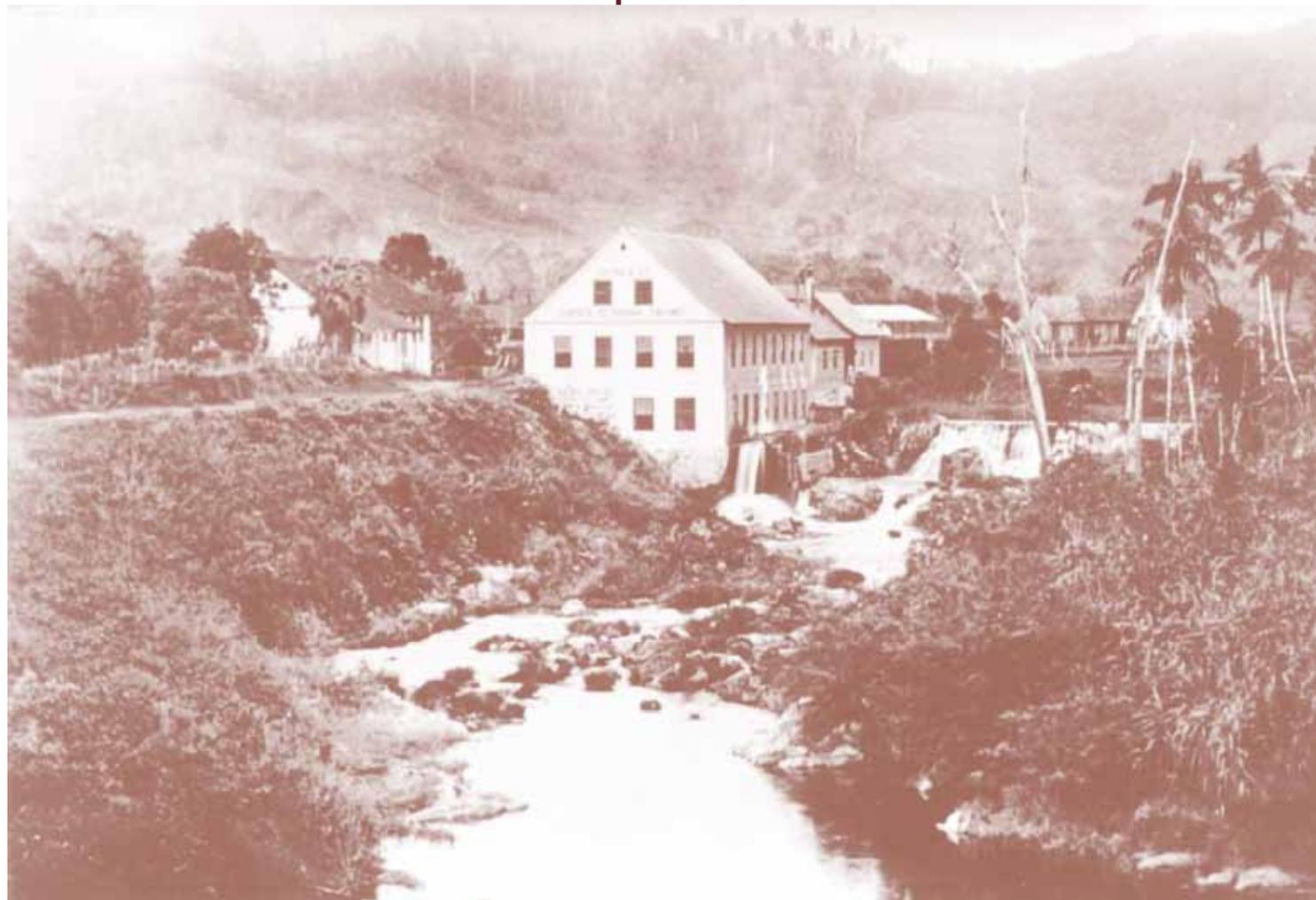
Bom indicador do processo de expansão geográfica dos alemães pelo Brasil é a presença das igrejas de Confissão Luterana do Brasil (ICLB) e Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Em 1992, havia 375 paróquias da ICLB no Brasil, das quais 237 (63%) na Região Sul, 64 na Região Sudeste (31% no ES), 29 na Região Norte, 26 no Centro-Oeste,

18 no Nordeste. A ICLB criou, nas últimas décadas, paróquias nas frentes de colonização, nos seus distritos eclesiásticos do Brasil Centro-Oeste, Mato Grosso, Rondomat (sudeste de Rondônia e noroeste de Mato Grosso), Alto Rio Madeira (norte de Rondônia e Acre) e Rio Machado (centro de Rondônia), Goiânia (1953), Brasília (1958), Taguatinga (1969), Mineiros (1982), Planaltina (1985), Barreiras (1986), Porto dos Gaúchos (1961), Cuiabá (1971), Sinop (1975), Jaciara (1978), Alta Floresta (1985), Canarana, Matupá, Primavera do Leste e Sorriso (1986), Vilhena (1976), Colorado d'Oeste (1977), Juna e Juruena (1986), Cacoal (quatro paróquias: 1974, 1977, 1978), Pimenta Bueno (1976), Colorado d'Oeste (1977), Rolim de Moura e Alta Floresta d'Oeste (1978), Espigão d'Oeste e Nova Brasilândia d'Oeste (1986), Ji-Paraná (1976), Porto Velho (1983), Itapuá d'Oeste e Rio Branco (1986).

Importante destacar que as migrações das áreas de colonização, bem como de outras regiões do País, para as novas fronteiras agrícolas tiveram a participação de descendentes de diversas etnias das regiões coloniais e que muitos descendentes de alemães não são protestantes e, sim, católicos. No entanto, a formação de uma rede de igrejas luteranas nas frentes de colonização é um sintoma da dispersão dos imigrantes alemães pelo território brasileiro, explicando, em parte, a vasta influência germânica no País. Os alemães se dispersaram pelo território e entre a população brasileira, marcando fortemente determinadas áreas e influenciando outras. Esta dispersão, no entanto, provocou a necessidade de integração e de convivência com brasileiros de outras origens, criando situações onde os elementos culturais brasileiros predominavam. Acrescente-se que os meios de comunicação de massa e a globalização estão a interferir fortemente sobre identidades de minorias.

Fábrica de goma dos Lorenz

Arquivo Nacional



Entretanto, foram freqüentes às vezes em que os laços familiares, o desejo de permanecerem próximos aos parentes e conhecidos, após a constituição de novas famílias, contribuíram para que grupos familiares adquirissem lotes coloniais nas novas frentes de colonização para se deslocarem em conjunto. Isto ocorreu, principalmente, nas colônias do nordeste do Rio Grande do Sul, do oeste de Santa Catarina e no sudoeste do

Paraná. O grupo familiar poderia, também, ser ampliado e/ou substituído pelos laços de vizinhança e da comunidade. Nas antigas colônias, os que ficavam se empenhavam em adquirir os lotes de terra dos colonos que partiam, com o objetivo de manter seus filhos e netos próximos.

Tanto os imigrantes quanto os descendentes de imigrantes, em geral, mantiveram alguma ligação com a cultura e a sociedade de origem, por maiores que fossem as pressões no sentido da assimilação. Giralda Seyferth (1990, p. 79) afirma que guardam sempre alguma forma de identificação étnica, por mais que os laços com seus países de origem estejam diluídos. Assim, os fenômenos chamados pelos especialistas de “absorção”, “assimilação” e “aculturação” não impedem a persistência do componente étnico da identidade social dos descendentes de imigrantes, por mais que estes estejam integrados à nova sociedade.

Fiéis católicos indo para a missa

IBGE



Na maioria das vezes, o pertencer a uma identidade étnica é definido a partir de elementos como a língua falada no âmbito das relações familiares, os hábitos familiares e outros costumes, os estereótipos associados à condição étnica, além de outros fatores. Neste sentido, Seyferth (1990, p. 91) comenta que “a utilização da língua alemã no meio familiar, certos padrões alimentares, além de outras características peculiares à ideologia étnica teuto-brasileira (como a concepção de que a

eficiência e a capacidade de trabalho decorrem da germanidade, o ideário da *Wohnkultur* – hábito de morar bem, de viver bem), são os elementos que, na opinião dos colonos de origem alemã, os distinguem dos demais.”

Há “assimilação” e “aculturação” das culturas originais imigrantes. Portanto, alguns valores culturais e ideológicos desaparecem, enquanto outros permanecem ou sofrem adaptações. Dentre os elementos culturais mais

Pedro Weingärtner  
A Desolada - s/d  
Óleo sobre tela - 36,5 x 63,5cm

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand



valorizados estão a língua e os costumes, tanto para os colonos quanto para os que moram em áreas urbanas. Já as diferenciações ocorrem nos aspectos religioso, moral e familiar, seja entre imigrantes de etnias diferentes, seja com os brasileiros, cujo convívio nem sempre foi fácil. Introduzir novos valores ou valores estranhos na cultura de um grupo significa criar um momento de instabilidade, de mudança de atitudes. Emilio Willems (1980) comenta que a tentativa de conservar certos valores culturais originários tomam, por vezes, a feição de centros de resistência à assimilação, como, por exemplo, na escola, na Igreja Evangélica alemã e na imprensa. Dessa forma, a defesa das identidades étnica e cultural das populações de origem ou descendência alemã estabeleceu uma espécie de ideologia, o *Deutschtum* ou “germanismo”. Este conceito assumiu, nos textos produzidos sobre o assunto, o significado étnico-nacional, em alguns momentos, e o sentido cultural, em outras ocasiões.

Um dos exemplos mais significativos de resistência cultural foi a criação e a manutenção de escolas alemãs vinculadas a comunidades evangélica e católica nas colônias alemãs.

Em torno da escola, como também da igreja e de associações, o apego às tradições e a preservação de elementos culturais se estendeu a diversas gerações, persistindo mais ou menos até os dias atuais. Pode-se afirmar que alguns dos elementos de preservação e difusão da língua, identidade e cultura alemãs por parte dos imigrantes e descendentes alemães referem-se à escola comunitária, à imprensa, à ênfase no associativismo, na organização das comunidades religiosas, entre outros. Tendo os imigrantes alemães vivido isolados durante algumas décadas, as primeiras escolas e igrejas foram organizadas por eles mesmos. Os professores, a princípio, eram pessoas da colônia, mas, com o desenvolvimento destas, vieram os religiosos, que, muitas vezes, se dedicavam, também, ao ensino. Da Alemanha vieram professores contratados pelos colonizadores, cujo papel tinha por meta ensinar a ler, a escrever, a contar e a transmitir valores comunitário e cultural, o que poderia significar manter costumes e tradições.

De uma forma geral, o governo imperial e os governos das províncias não tomaram iniciativas significativas com relação à educação nas colônias. Seyferth (1990, p. 82) lembra que “as escolas não surgiram apenas por motivos étnicos, mas sobretudo porque o governo brasileiro não deu maior atenção à questão do ensino e, o que é mais grave, ao ensino primário, nas regiões povoadas com imigrantes. Para evitar o problema do analfabetismo, eles próprios tomaram a iniciativa de estabelecer escolas, inicialmente comunitárias e depois particulares, que, com o tempo, se transformaram em ‘escolas étnicas’.” Por consequência, milhares de descendentes de imigrantes foram instruídos na língua alemã sem o conhecimento da língua oficial brasileira.

Tabela 2 - Escolas alemãs existentes no Brasil, com indicação do número de alunos, segundo as Unidades da Federação - 1931

Unidades da Federação	Total		Evangélica		Católica		Mista	
	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos
Total	1 326	56 596	705	25 227	451	23 337	170	8 032
Pernambuco	1	(1) 20	-	-	-	-	1	20
Bahia	2	67	-	-	-	-	2	67
Minas Gerais	2	76	2	76	-	-	-	-
Espírito Santo	22	717	21	705	-	-	1	12
Rio de Janeiro	5	(1) 430	1	(1) 30	-	-	4	(1) 400
São Paulo	29	3 165	6	295	2	609	21	2 261
Paraná	34	2 182	10	309	7	1 142	17	731
Santa Catarina	278	12 846	116	4 874	80	4 920	82	3 052
Rio Grande do Sul	952	37 078	549	18 938	362	16 666	41	1 474
Goiás	1	(1) 15	-	-	-	-	1	(1) 15

Fonte: Mauch, Cláudia, Vasconcelos, Naira (Org.). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. Ulbra, 1994. p. 157.



Escola Particular Badenfurt  
Blumenau - SC - 1866

Arquivo Nacional

O resultado deste processo pode resumir-se no “teuto-brasileiro”, ou seja, pessoas conscientes de seus direitos e suas obrigações perante a sociedade e, ao mesmo tempo, moldadas com entusiasmo à língua e às tradições culturais de origem. Aos poucos a língua alemã tornou-se uma espécie de símbolo. Além do ensino da língua alemã em praticamente todas as colônias, tal fato, por conseqüência, acabou por estimular o crescimento de publicações de obras literárias e poéticas, de jornais, de revistas e de almanaques, e de sua divulgação, tanto para o interior dos núcleos coloniais quanto para outras províncias, num período que se estendeu até 1939, quando essas foram proibidas pela campanha de nacionalização, fomentada pelo Estado Novo. Grande parte dos jornais, revistas e almanaques em língua alemã não se

recuperou em relação à sua importância anterior, restringindo-se a alguns semanários, suplementos e publicações de caráter religioso, que continuam até hoje.

Assim como a escola, as capelas tiveram grande importância na vida dos imigrantes e descendentes, pois serviam ao mesmo tempo como um local de culto, escola e salão de festas. Esta organização em torno da capela remete a outro aspecto semelhante, desempenhado pelas associações assistencial e recreativa. Segundo Seyferth (1990, p. 53) “as associações tiveram duplo papel: assumiram um caráter de cunho recreativo e/ou assistencial e serviram à coesão dos grupos étnicos.” Exemplo disto são as sociedades recreativas e esportivas (clubes de caça e tiro, salões de baile, jogo de bolão). Eram atividades de lazer e ao mesmo tempo um lugar de preservação de costumes e hábitos dos imigrantes que, aos poucos, foram sendo assimilados pelos brasileiros. No entanto, muitas outras associações que, por terem assumido divulgação de ideologia étnicas específicas, foram rechaçadas a partir de 1939.

Características específicas, comunidades diferentes e homogêneas, língua e religião, a Alemanha na geopolítica e nas relações internacionais são fatores que costumavam chamar a atenção de autoridades e estudiosos sobre o papel dos alemães no Brasil. Esta situação assumiu conotações mais graves durante os períodos de tensão, como durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Exemplo disso, foram as ações desenvolvidas durante o Estado Novo, no qual ocorreram repressões e perseguições por motivos étnico-culturais, justificados por motivações políticas.

Como resultado do processo de nacionalização, as expressões públicas de germanidade diminuíram. A língua alemã passou a ser falada menos em público. Diminuíram também as atividades das sociedades e clubes recreativos. A educação

Hotel Bella Aliança

Arquivo Nacional



passou a ser feita na língua portuguesa. Em certos meios, ser alemão assumia uma conotação inferior, de negação, de exclusão. No entanto, a memória, que não pode ser expressa publicamente, não deixou de se manifestar, até na clandestinidade, e continuou lembrada e transmitida de uma geração para outra.

De forma geral, a imigração e a colonização alemã no Brasil teve um importante papel no processo de diversificação da agricultura, urbanização das cidades, industrialização e cultura, ou seja, em grande parte, acabaram preenchendo os espaços não-preenchidos na estrutura ocupacional brasileira tradicional. Na esfera da religião, muitos pastores, padres e religiosos são descendentes de alemães. Várias igrejas luteranas foram implantadas com a chegada dos imigrantes e o próprio ritual católico adquiriu certas especificidades nas comunidades alemãs. A vida cultural dos imigrantes também influenciou, por meio de diversas formas, a sociedade brasileira,

podendo-se destacar certos hábitos alimentares, encenações teatrais típicas, corais de igrejas, bandas de música, e assim por diante. Exemplo característico é a *Oktoberfest*, que, a princípio, surgiu como uma forma de manifestação contra as atitudes tomadas pelo Estado Novo em proibir atividades culturais que identificassem a germanidade. Hoje, ela é uma festa que simboliza a alegria alemã, tendo incorporado, com adaptações e modificações, a gastronomia, a música e a língua alemãs.

A contribuição alemã na colonização e na formação da sociedade brasileira é exemplar em alguns aspectos. Foi a que iniciou primeiro e predominou até a década de 1970 do século passado. As questões que envolvem a língua (não-latina), a escola e a religião revelam forte resistência e marca da diferença, uma vez que o alemão continua sendo falado, a religião protestante está presente em grande parte do território brasileiro e a escola e a imprensa alemã contribuíram nos índices de

alfabetização e de difusão do hábito de leitura. A formação de um campesinato típico, com forte herança da Europa Central e significativa contribuição na agricultura familiar no Brasil, é responsável pela criação de determinados animais e pelo cultivo de produtos agrícolas, a exemplo da suinocultura e da triticultura, e pela estruturação de uma forte agroindústria cooperativa e privada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GREGORY, Valdir. Os euro-brasileiros e o espaço colonial : a dinâmica da colonização no oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970. Niterói, 1977. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 1997. 360 p.
- KREUTZ, Lucio. Magistério e imigração alemã : o professor paroquial católico teuto-brasileiro do Rio Grande do Sul no movimento da restauração. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1985.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Alemanha, mãe-pátria distante : utopia pangermanista no sul do Brasil. Campinas, 1993. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 1993. 321 p.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração e cultura no Brasil. Brasília, D.F : UnB, 1990.
- WILLEMS, Emilio. A aculturação dos alemães no Brasil : estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2ª. ed. São Paulo : Ed. Nacional, 1980.

Vista aérea de Aratiba - RS

IBGE





# IMIGRANTES ITALIANOS

---

entre a *italianità* e a brasilidade

ANGELA DE CASTRO GOMES





Antonio Rocco  
Os emigrantes - c. 1910  
Óleo sobre tela - 202 x 131 cm  
Pinacoteca do Estado de São Paulo

# IMIGRANTES ITALIANOS

## entre a *italianità* e a brasilidade

ANGELA DE CASTRO  
GOMES

### **FORAM MUITAS AS NACIONALIDADES DE IMIGRANTES QUE VIERAM PARA O BRASIL DESDE AS PRIMEIRAS**

décadas do Século XIX. Mas apesar disso, é possível dizer que “o” imigrante, por excelência, tomou, em nosso País, a imagem simbólica do italiano. Esta correlação e sentimento compartilhados pela sociedade brasileira qualifica a importância deste contingente imigratório, tendo variadas e justificadas razões de ser. A primeira é de natureza quantitativa, já que entre 1870 e 1920, momento áureo do largo período denominado como da “grande imigração”, os italianos corresponderam a 42% do total dos imigrantes entrados no Brasil, ou seja, em 3,3 milhões de pessoas, os italianos eram cerca de 1,4 milhão. Em segundo lugar, em função das orientações que dirigiram as políticas de atração de imigrantes, “o italiano” acabou por corresponder a uma espécie de “tipo ideal”, reunindo de forma razoavelmente equilibrada as duas condições mais valorizadas tanto por autoridades públicas e por intelectuais, quanto pelos empresários diretamente envolvidos na arregimentação de imigrantes.

Isto porque, o italiano, sendo um povo latino, era considerado, ao lado dos portugueses e espanhóis, pela proximidade de língua, religião e costumes, mais facilmente assimilável por nossa sociedade do que os alemães ou japoneses, não oferecendo os riscos de formação de núcleos étnicos que, no limite, pudessem ameaçar a integridade de nosso território e a segurança de nossa nacionalidade. Por outro lado, o italiano respondia adequadamente a uma outra condição fundamental de atração de imigrantes no período,



Desembarque de imigrantes na estação da hospedaria São Paulo (SP) - c. 1907

Memorial do Imigrante / Museu da Imigração

e que consistia em uma política de branqueamento de nossa população, não só acreditada como possível de ser implementada, como igualmente desejável e auspiciosa para que nos tornássemos mais “civilizados” diante de nossos próprios olhos e aos olhos do mundo. Ou seja, por ambos os critérios classificatórios – o assimilacionista e o “racial” – o italiano, mesmo não sendo o “mais branco e instruído”, teve sua imagem construída como um imigrante adequado e confiável para a execução das tarefas que o Brasil dele esperava. Além disso e pelas razões anteriores, a imigração italiana marca de forma profunda a cultura brasileira, espalhando-se

pelo Território Nacional, embora concentrando-se em certas regiões e estados do País para os quais este contingente se dirigiu de maneira especial.

A política imigratória brasileira teve início nas primeiras décadas do Século XIX com alguns poucos experimentos de colonização voltados para o assentamento de alemães nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Após sofrer uma breve interrupção, foi retomada com novo ímpeto, a partir de 1850, em função da abolição do tráfico de escravos e da Lei de Terras. Desde então e até a década de 1930, tal política orientou-se por uma diretriz de franca atração de imigrantes, voltada

para dois objetivos fundamentais: a ocupação de áreas “vazias” do território, geralmente situadas em regiões de fronteira ao sul do País, e o fornecimento de mão-de-obra abundante e barata para a substituição do braço escravo nas lavouras de café, especialmente no Estado de São Paulo e circunvizinhanças. Fazendeiros e políticos, muitas vezes reunidos na mesma pessoa, logo visualizaram a impossibilidade da expansão do cultivo do café com recurso apenas ao trabalhador nacional, sendo a vinda de imigrantes pobres uma condição primordial para o desenvolvimento de uma atividade que, nas décadas finais do Século XIX, emergia como altamente lucrativa para os interesses privados e públicos do País.

Assim, grosso modo, pode-se considerar que, num momento inicial, modestas iniciativas do governo imperial promoveram a vinda de imigrantes, basicamente portugueses e alemães, para núcleos de colonização, com a intenção de estimular a formação de uma camada de pequenos proprietários brancos que se interpusesse “estrategicamente” entre senhores e escravos. Numa II e longa etapa, conhecida como a época da “grande imigração”, que se estende de 1870 a 1930, assistimos aos esforços sistemáticos de fazendeiros e dos governos – provinciais e imperial, até 1889, e posteriormente estaduais e federal – para estimular a vinda de imigrantes, o que fica claramente assinalado pelo estabelecimento de um tipo de imigração conhecida como subvencionada ou subsidiada. Finalmente, e ainda grosso modo, pode-se registrar que, após 1930, a imigração para o Brasil não teria mais características e volume até então vigentes. Isto porque, não só o governo passou a restringir a entrada de estrangeiros que vinham espontaneamente, como porque as razões da imigração e a nacionalidade dos imigrantes diversificaram-se muito após o fim da II Grande Guerra (a total liberdade foi retomada em 1948), sendo que seu destino preferencial passou a ser as cidades e não mais o campo.

É o segundo e fundamental período da história da imigração no Brasil que mais interessa aqui, sendo possível pensá-lo em duas etapas. Uma primeira, estendendo-se de 1870 a 1903, em que ocorreu uma entrada maciça de imigrantes, dentre os quais predominavam inquestionavelmente os italianos; e uma outra, que se segue até 1930, quando houve maior diversificação de nacionalidades, mas onde os italianos continuaram com peso significativo. Neste ínterim, é bom assinalar uma razoável contração do fluxo imigratório devido à Primeira Guerra Mundial e ao término, na década de 1920, da prática da imigração subvencionada. Apenas para se ter algumas referências numéricas, entre 1870 e 1902, a média anual de italianos que migrou para o Brasil foi de 43 116 pessoas, caindo para 14 328 entre 1903 e 1920.

Inúmeros fatores explicam a saída dos italianos de sua terra natal e sua vinda para o Brasil, que, por sinal, não era a opção preferencial dos que decidiam fazer corte tão profundo com suas origens. Comparado com os contingentes que os Estados Unidos e mesmo a vizinha Argentina receberam no período, o número de italianos que se deslocou para o Brasil não foi tão grande, o que só vem qualificar os esforços de propaganda empreendidos por nossas autoridades governamentais e empresários, tão mais eficientes quanto aliados a uma política de subsídios à imigração.

Os italianos, como todos os demais imigrantes, deixaram seu país basicamente por motivos econômico e sociocultural. Neste caso, e em momentos específicos, é preciso assinalar que a Itália acabava de se constituir como um Estado nacional, saindo das lutas de um processo de unificação política inevitavelmente doloroso para sua população, particularmente a rural e mais pobre. Esta se via incapaz de sobreviver nas pequenas propriedades que possuía ou onde simplesmente trabalhava, sendo obrigada a se deslocar para as cidades, também impossibilitadas



Cândido Portinari  
Descobrimento - 1941  
Pintura mural à têmpera - 3,16 x 3,16m

João Cândido Portinari  
Cromo cedido pelo Museu de Arte Moderna - RJ

de absorver tão amplo número de pessoas, uma vez que o desenvolvimento industrial apenas começava. Assim, é bom ficar claro que esta não era uma Itália “dividida” entre um norte rico e industrial e um sul pobre e agrário, como nos acostumamos freqüentemente a visualizá-la. O recém fundado Estado italiano era, no geral, ainda fundamentalmente agrário, e a maioria da população se compunha de homens e mulheres que se vinculavam a suas regiões e aldeias; que se comunicavam por dialetos variados; que festejavam santos locais e que tinham costumes bem diferenciados. Por isso, não se reconheciam como “italianos”, como a política imigratória os designava, e como iriam ser identificados pelos brasileiros e pelos demais imigrantes ao desembarcarem em nosso País. Ou seja, era no Brasil

que os imigrantes dessa época aprendiam que eram ou deviam tornar-se “italianos”.

Por este conjunto de condições, é possível entender porque a Itália estimulava a emigração, desfazendo-se de cerca de 20 milhões de pessoas no período compreendido entre 1860 a 1940, sendo que 85% deste volume concentrado entre 1860 e 1920. Tratava-se de um mecanismo há muito conhecido e praticado na Europa, que aliviava um país de pressões socioeconômicas, além de alimentá-lo com um fluxo de renda vindo do exterior, em nada desprezível, pois era comum enviar economias para os parentes que haviam ficado. Mas, para os que emigravam, tratava-se primeiramente de sobreviver e, não menos importante, de sonhar com a chance de enriquecer e até possuir um pedaço de terra, quem sabe voltando à aldeia natal como um vitorioso que soube resgatar a dignidade e honra de toda a família. Assim, vale ressaltar, desde logo, que o fenômeno da imigração também se caracterizou por um fluxo de retornos muito considerável, ao menos no exemplo dos italianos. Sempre houve casos de imigrantes que viajaram mais de uma vez para o Brasil e casos de imigrantes que, por serem bem ou malsucedidos, decidiram voltar a viver na Itália. De qualquer modo, houve sempre uma sistemática renovação de imigrantes, tanto no campo, como na cidade.

Os imigrantes que deixaram a Itália na época da “grande imigração”, como a tabela e o mapa demonstram, foram sobretudo os vênets, cerca de 30% do total, seguidos dos habitantes da Campânia, Calábria e Lombardia. Ou seja, inicialmente foram italianos da região setentrional – preferidos, pois considerados mais louros e altos –, em grande maioria pequenos proprietários, arrendatários ou meeiros, para quem a possibilidade do acesso a terra era um estímulo decisivo para o empreendimento da arriscada viagem. Eles foram imediatamente sucedidos por meridionais - identificados como mais pobres, rústicos e “morenos”, geralmente camponeses que não dispunham de nenhuma

economia e eram chamados de *braccianti*. Mas em qualquer dos casos, neste período, dava-se preferência à imigração de famílias e não de indivíduos isolados: famílias numerosas, de cerca de uma dúzia de pessoas, e integradas por homens, mulheres e crianças de mais de uma geração.

Este tipo de imigrante “coletivo” estava associado à forma de imigração então implementada – a subvencionada – uma vez que se articulava à definição de seus dois destinos básicos: uma parte mais numerosa devia ser levada às fazendas de café paulistas para substituir o braço escravo, e uma outra dirigia-se aos núcleos de colonização, fundamentalmente oficiais, localizados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.



Fonte: Alvim, Zuleika. Brava gente : os italianos em São Paulo. São Paulo : Brasiliense, 1986.

Tabela 1 - Emigração italiana para o Brasil, segundo as regiões de procedência - período 1876/1920

Regiões de procedência	Emigrantes
Total	1 243 633
Vêneto	365 710
Campânia	166 080
Calábria	113 155
Lombardia	105 973
Abruzzi/Molise	93 020
Toscana	81 056
Emília Romana	59 877
Basilicata	52 888
Sicília	44 390
Piemonte	40 336
Puglia	34 833
Marche	25 074
Lázio	15 982
Úmbria	11 818
Ligúria	9 328
Sardenha	6 113

Fonte: Alvim, Zuleika. Brava gente : os italianos em São Paulo. São Paulo : Brasiliense, 1986.

---

Imigrantes na colheita de café

Memorial do Imigrante / Museu da Imigração





Colheita de uva  
IBGE

Uma terceira parte de imigrantes, de início muito menor, mas que cresceu com o passar do tempo, localizava-se nas cidades, como o Rio de Janeiro e São Paulo, adensada por indivíduos que abandonavam o campo, reemigravam de outros países ou mesmo burlavam a vigilância, não seguindo para o interior.

Tais famílias, portanto, decidiam emigrar em grande parte porque eram arregimentadas por agenciadores contratados por fazendeiros ou pelo governo brasileiro, tanto imperial quanto republicano. Neste sentido, é importante registrar que, em 1871, logo após a Lei do Ventre Livre, o governo imperial aprovou uma lei que sancionava a emissão de apólices de até 600 contos, visando ao pagamento de passagens de imigrantes e, no mesmo ano, foi criada a Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração. No caso de São Paulo, por sua importância para o fluxo de italianos, vale ressaltar que, em 1884, o presidente de província foi legalmente autorizado a dispor de 200 contos para criar núcleos coloniais e de 400 contos para subsidiar passagens de imigrantes que poderiam se dirigir quer aos núcleos, quer às fazendas de café. Ou seja, se o processo de imigração subsidiada teve, em seu início, participação direta de fazendeiros, ele foi sendo transferido cada vez mais para os governos provincial e estadual. Após 1887, foi o poder provincial que arcou com as passagens dos imigrantes junto às Companhias de Navegação, o que tornou este negócio muito rentável e explica o enorme volume de imigrantes arregimentado. Foi por isso que, em 1888, ano da Abolição da Escravatura, o número de imigrantes italianos trazidos para São Paulo e para as fazendas de café já era capaz de tranquilizar os fazendeiros quanto as suas necessidades mais imediatas de mão-de-obra, sendo que em 1890, primeiro ano da República, a quantidade de entradas de italianos foi ainda maior.

A centralidade de uma política de imigração subvencionada para o decurso do processo abolicionista é, portanto, muito clara, uma vez que o imigrante era “entregue” ao fazendeiro sem

necessidade de qualquer tipo de indenização. Por isso mesmo, também sem ela, seria praticamente impossível “libertar” o imigrante do jugo do fazendeiro que financiava sua viagem (passagem e alojamento) e seu trabalho inicial na lavoura, uma vez que toda essa despesa devia ser paga, bem como as compras empreendidas nas “vendas” das fazendas. Tal processo de endividamento, aliado a uma mentalidade escravista, gerou conflitos e tensões em graus muito variados entre colonos e proprietários, ainda não habituados ao trato com homens livres e convencidos de que o imigrante deveria trabalhar alguns anos antes de poder comprar sua terra ou abandonar a fazenda. De toda forma, se a dependência e as difíceis condições de vida e trabalho não desapareceram, foram minimizadas com o subsídio governamental à imigração absolutamente essencial, sobretudo em estados como São Paulo. Finalmente, pode-se também afirmar que teria sido muito mais difícil o estabelecimento de um fluxo de imigração espontânea, sem que essa experiência de recrutamento inicial tivesse sido aplainada por uma incisiva e definitiva intervenção oficial.

No caso dos italianos, este é um ponto vital para a compreensão das condições de sua viagem e estabelecimento no Brasil, pois foram eles os imigrantes que se tornaram, por excelência, os “colonos” das fazendas de café. Desta maneira, tanto peninsulares do norte quanto do sul, vinham atraídos por uma propaganda que lhes garantia passagem, alojamento e deslocamento gratuitos até à localidade de destino, acenando ainda com a promessa de “fazer a América”, quer dizer, enriquecer e comprar um pedaço de terra. Para tanto, os imigrantes se comprometiam com contratos que estabeleciam não só o local para onde se dirigiriam, como igualmente as condições de trabalho a que se submeteriam. É bom frisar, por conseguinte, que o colonato não era uma relação de trabalho assalariado, estando fundado em regime de trabalho familiar, do qual todos, inclusive mulheres e crianças, deviam participar. Por meio dele, cada família cuidava de um número de pés de café, recebendo por cada mil pés

uma certa quantia em dinheiro. No período da safra, a família ficava responsável, por sorteio, por uma parte do cafezal, recebendo pagamento proporcional ao café colhido. Além disso, tinha direito à casa e quintal, onde podia criar animais e fazer horta. Podia igualmente plantar milho e feijão entre as fileiras do cafezal que estivessem a seu cuidado, garantindo sua subsistência e também a da própria fazenda, embora raramente podendo dispor de excedente para comercializar.

Tratava-se, assim, de um regime de trabalho que combinava características diversas, sendo muito conveniente ao fazendeiro que, como já se ressaltou, criava uma verdadeira dependência dos colonos para com a fazenda, limitando sua mobilidade geográfica e até pessoal. Entretanto, a aceitação pelos imigrantes italianos dessas condições de trabalho deve ser entendida não apenas em função das dificuldades que viviam em sua terra natal, caso dos *braccianti*, como igualmente pelo fato de corresponderem a uma experiência que, de certa forma, conheciam como arrendatários ou meeiros. De toda forma, é evidente que a grande massa de italianos que se tornava colono ou empregado de uma fazenda de café trabalhava em condições muito duras, tendo pequenas oportunidades de acumular capital. Eram proporcionalmente poucos os que realizavam o sonho da compra de uma pequena propriedade e quando o faziam, não se tratava de porção de tamanho ou valor muito significativo.

Mas havia aqueles que já vinham para o Brasil com a promessa de se transformarem em proprietários, recebendo um lote em núcleo de colonização oficial. Entretanto, a despeito da enorme diversidade que separa as duas experiências, as condições de vida enfrentadas por esse segundo tipo de colono também não foram fáceis. Isto porque, sobretudo no caso dos italianos, os quais chegaram ao sul do País após os alemães, os núcleos coloniais para os quais foram encaminhados estavam mais distantes das regiões já habitadas, situando-se em áreas pouco férteis e desprovidas de meios de comunicação que permitissem

escoamento de produtos ou maior integração com a sociedade brasileira. Assim, muitas vezes após meses de espera, chegavam a regiões cobertas por florestas, algumas em fronteira com povos indígenas, onde deviam, por dever contratual, construir casas e realizar plantações, ignorando as características do solo, as técnicas agrícolas adequadas e a forma de usar as sementes de que dispunham. Nestas tarefas, embora fossem os “brancos civilizadores”, foram em muito ajudados por negros e caboclos que atuaram como agentes transmissores de um saber vital para a sobrevivência em nosso “paraíso” tropical.

Família italiana no núcleo colonial Jorge Tibiriçá, atual cidade de Corumbataí - 1911

Instituto Agrônomo de Campinas - SP



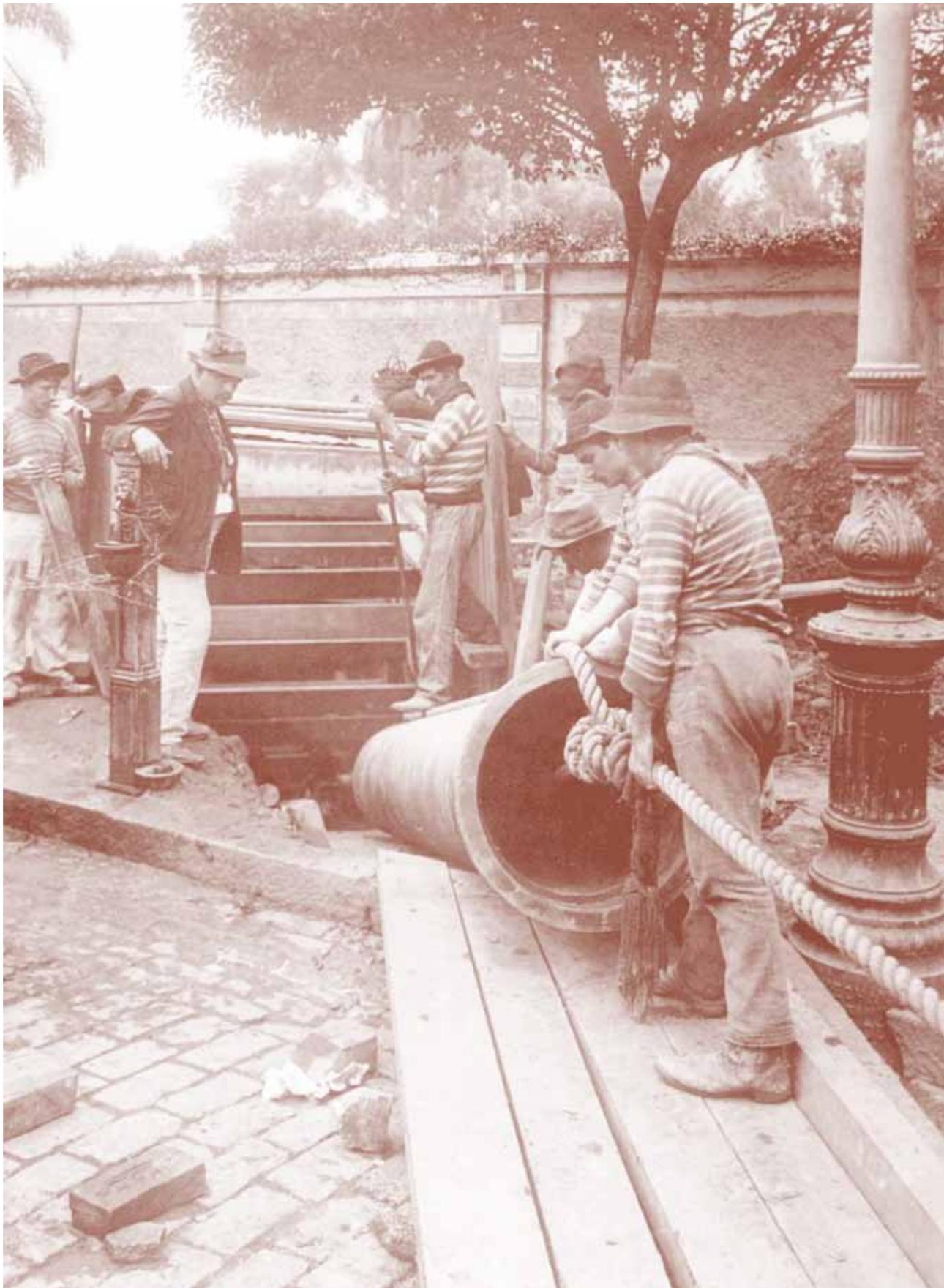
Era impossível, para tais colonos, manter-se sem uma proteção governamental inicial, que geralmente durava dois anos, sendo exercida por um administrador que dirigia o núcleo e intermediava os contatos com as autoridades públicas. Nesse período, garantia-se uma diária aos moradores, além de se permitir seu trabalho em obras públicas, como a construção de estradas de ferro e a limpeza de rios. Após os dois anos, a colônia ficava emancipada, devendo o colono começar a pagar o seu lote e outros financiamentos, o que geralmente só conseguia realizar após dez anos. Como se percebe, nessa situação, o projeto original de formar uma camada de pequenos proprietários dedicados à produção de alimentos que abastecesse o mercado interno, ficava muito prejudicado. A produtividade do solo era baixa, o escoamento difícil e a vida duríssima, não havendo qualquer tipo de assistência médica, religiosa, etc. As famílias que partiam para os núcleos coloniais tinham mais chances de prosperar quando dispunham de alguma economia inicial e quando numerosas, possuindo muitos braços para mobilizar na lavoura. Mas não era incomum casos de abandono do lote e de moradores que, após mais de dez anos, quase nada possuíam e ainda deviam ao governo e a comerciantes do local. Havia assim uma diferenciação ocupacional no interior da colônia, exemplos de razoável ascensão e graus diversos de pobreza. Tudo isso, naturalmente, dependendo do lugar e momento de sua constituição.

No Rio Grande do Sul, onde os italianos chegaram a partir de 1875, sendo o estado sulino que mais recebeu imigrantes desta nacionalidade, os desdobramentos dessa experiência foram muito desiguais, havendo casos de colônias bem sucedidas, como as que originaram as cidades de Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias, e exemplos de fracasso, como o de Silveira Martins. Em Santa Catarina, quando chegaram, tiveram que se dirigir para as colônias alemãs estabelecidas anteriormente, onde foram discriminados e explorados por um grupo étnico que já havia passado por sua fase de aprendizado inicial.

Adolpho Fonzari  
Praça Ramos de Azevedo - 1915  
Óleo sobre papelão - 18 x 26,8cm

Pinacoteca do Estado de São Paulo





No Paraná, os italianos também chegaram no ano de 1870, sendo minoritários no interior de uma corrente de onde se destacavam os alemães e os eslavos, particularmente poloneses. Neste exemplo particular, é interessante apontar, em contraste com tantos fracassos e dificuldades, o sucesso alcançado pela localização de italianos em colônias próximas a Curitiba, quer porque ali houve como escoar uma produção de alimentos, quer porque foi possível trabalhar na construção de ferrovias (Paranaguá – Curitiba e Curitiba – Ponta Grossa), o que permitiu o estabelecimento de serrarias, uma das atividades econômicas mais prósperas da comunidade.

Aliás, o estabelecimento de colônias italianas próximas a cidades e voltadas para seu abastecimento e fornecimento de trabalhadores para obras públicas, foi uma experiência também ocorrida em Minas Gerais, em 1896, no limiar da República, quando o governo estadual transferiu a capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. Localizadas nos arrabaldes da nova cidade, Barreiros, Carlos Prates e Américo Werneck, por exemplo, cumpriram este papel, assentando famílias de agricultores e imigrantes que tivessem ofício, neste caso homens solteiros e alfabetizados. Não foi uma corrente tão numerosa e seu fluxo durou até 1915 já iniciada a Primeira Guerra. Mas a vinda de italianos tinha um passado em Minas Gerais, pois, entre 1887 e 1889, o governo imperial havia trazido colonos para São João Del Rei e Barbacena, onde cultivaram o bicho da seda e produziram vinho. Já no caso do Espírito Santo, houve forte presença do imigrante italiano, geralmente vênetsos, desde 1870 até 1920. Eram duríssimas as condições de trabalho que enfrentaram, mas no caso da colônia de Demétrio Ribeiro,

Imigrantes italianos em instalação de adutora próxima ao jardim público, atual Jardim da Luz - início do Século XX

Instituto Agrônomo de Campinas - SP

os lotes foram demarcados em terra fértil e a iniciativa prosperou, “contrariando” o projeto governamental de incentivar a agricultura de mantimentos, uma vez que os italianos dedicaram suas pequenas propriedades ao cultivo do café, tornando o estado, em inícios do Século XX, o terceiro exportador do País.

Como se disse anteriormente, um terceiro destino dos imigrantes, que inclui fortemente os italianos, foram as cidades. Dentre elas, destaca-se São Paulo, que recebeu o maior contingente desta nacionalidade, e o Rio de Janeiro e arredores, por ser a capital do País e um dos portos mais importantes de chegada de imigrantes. Nessas cidades, e sobretudo em São Paulo – que chegou a ser identificada como uma “cidade italiana”, no início do Século XX, tal a força numérica e cultural da presença desses imigrantes –, pode-se identificar dois tipos de inserção ocupacional básica. Os italianos se constituíram na grande massa do operariado da indústria paulista nascente e desempenhariam inúmeras tarefas urbanas ligadas ao setor de serviços. Como operários, em São Paulo, chegaram a representar 90% dos 50 000 trabalhadores ocupados em fábricas, em 1901, permanecendo como o contingente étnico mais expressivo por anos. No Rio, rivalizaram com portugueses, espanhóis e brasileiros, mas sua presença longe esteve de ser irrelevante. Em ambos os casos, experimentaram condições de vida e trabalho tão árduas quanto às encontradas no campo, mas gozavam de uma mobilidade muito maior, o que provavelmente justifica a imagem da cidade como um lugar de libertação e oportunidades.

De qualquer forma, como operário industrial, o imigrante recebia baixos salários, cumpria longas jornadas de trabalho e não possuía qualquer tipo de proteção contra acidentes e doenças. Como no campo, era muito comum que todos na família tivessem que trabalhar, inclusive mulheres – muito usadas nas fábricas de tecidos e indústrias de vestuário – e

Interior de indústria na cidade de São Paulo  
Início do Século XX

Instituto Agrônomo de Campinas - SP





Operários do cotonifício Rodolfo Crespi,  
São Paulo (SP), c. 1915

*“Em 1909, fundou-se aqui no Rio a liga Anticlerical. Lá se fazia conferências sobre religião, sobre anarquismo, sobre tudo. Papai aparecia de vez em quando, mas meus irmãos é que iam mais (...) lá se conversava muito sobre salários. Também se procurava ver quem não sabia ler para ensinar. E foi lá que alguns amigos que gostavam de teatro começaram a se reunir e a fazer um grupo, do qual eu participei.”*

(Depoimento de Elvira Boni, brasileira, artista e militante nascida em 1899, em Espírito Santo do Pinhal, São Paulo, em GOMES, A. C. Velhos militantes, Rio de Janeiro, Zahar, 1988, p.25-6)

Arquivo de negativos. DIM / DPH / SMC / PMSP

O casal Salvador e Teresina Chinell, com um ajudante ao centro, na banca de jornais situada no centro da cidade de Niterói - RJ Década de 1980.

Foto cedida por Angela de Castro Gomes



crianças, mesmo menores de 12 anos. Se as condições de trabalho eram insalubres, também o eram as de moradia, já que com frequência os imigrantes se instalavam em habitações coletivas – os cortiços – ou nas “favelas”, situadas nos morros. Por outro lado, em algumas cidades, podiam morar em determinados bairros étnicos – como o Brás e o Bexiga, em São Paulo – onde contavam com uma rede de solidariedade da vizinhança e com espaços de sociabilidade que em muito aliviam suas lides cotidianas. Para este imigrante, o sonho da casa própria era quase comparável ao do pedaço de terra, significando material e emocionalmente uma grande conquista. Todos os seus esforços deviam

ser mobilizados para sua consecução, que se sobrepunha a qualquer outro símbolo de sucesso ou desejo de consumo.

Também como no campo, mas de forma mais freqüente e intensa, os imigrantes italianos se envolviam em movimentos grevistas e participavam de associações, ligas e sindicatos, geralmente de orientação socialista e anarquista. Muitas vezes, integravam suas lideranças, mas é um equívoco considerar que eram os estrangeiros que traziam tais idéias “exóticas” para o Brasil, inculcando-as entre os trabalhadores nacionais, apregoados como “pacíficos” e “despolitizados” pelas autoridades políticas e policiais da Primeira República. Este é um dos mitos que se consolidou por interesses nada ingênuos, e que se sustenta numa imagem do imigrante como homem instruído e politizado, em oposição ao brasileiro, “valorizado”, nessa versão, por seu pouco saber e muita alienação. Na verdade, trabalhadores estrangeiros – dentre os quais italianos –, e trabalhadores brasileiros participaram da formação de associações operárias, compuseram suas lideranças, fizeram greves e se viram reprimidos e presos pela polícia, não havendo dicotomia que os distinguísse nesses termos. O que ocorreu, é que, desde 1907, pela chamada Lei Adolfo Gordo, os estrangeiros podiam ser expulsos do País quando envolvidos em atividades subversiva e criminosa: lenocínio, jogo, roubo, etc. A existência de processos criminais envolvendo estrangeiros de várias nacionalidades demonstra como, também eles, ao se dirigirem para as cidades, podiam integrar esta camada da população que ou se dedicava a expedientes marginais para sobreviver, ou vivia do crime, como de resto ocorria com brasileiros.

---

Pascoal, chegado ao Brasil nos anos de  
1920, com sua barraquinha de frutas  
Copacabana - RJ  
Década de 1950

Foto cedida por Angela de Castro Gomes





52. S. PAULO (Brasil) EDIFÍCIO MARTINELLI

---

Na condição de operários, era muito difícil ao imigrante ter qualquer tipo de ascensão socioeconômica. Não é fortuito, portanto, que italianos e estrangeiros em geral desejassem trabalhar por conta própria, realizando um sem-número de tarefas que marcavam a paisagem das cidades brasileiras. Algumas delas, inclusive, configurariam quase uma “especialização étnica”, na medida em que grupos advindos de um país e de uma de suas regiões formavam redes de ajuda mútua, abarcando tanto a família quanto o trabalho. No caso dos italianos, verifica-se uma presença marcante como mascates, artesãos e pequenos comerciantes; motorneiros de bonde e motoristas de táxi; vendedores de frutas e verduras, tanto como ambulantes, como em mercados; garçons em restaurantes, bares e cafés; e engraxates, vendedores de bilhetes de loteria e jornaleiros. Neste último caso, é interessante registrar, como exemplo, a experiência de formação de duas Sociedades de Jornaleiros em Niterói, correspondentes, respectivamente, a imigrantes calabreses vindos de Paola e Fuscaldo, estabelecidos na cidade por ocasião do fluxo migratório do pós-II Guerra Mundial. Orientando-se por uma prática que já ocorria no Rio de Janeiro desde inícios do Século XX, os italianos continuam controlando, até hoje, a venda de jornais na região da Baixada Fluminense e Região dos Lagos, o que não é pouco. Foram eles que patrocinaram a construção da igreja de São Francisco de Paola, na Barra da Tijuca, e que promovem, em maio, uma grande festa, reunindo italianos dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A possibilidade de acumulação quando não se trabalhava “para um patrão”, mas para si mesmo ou para uma “sociedade” onde os ganhos eram divididos, crescia bastante. O trabalho permanecia sendo árduo e atravessando todo o

---

Edifício Martinelli

Arquivo Nacional

---

dia, o que não chegava a ser razão de desânimo, uma vez que o *ethos* do trabalho caracterizava fortemente o imigrante, incluindo o italiano. Esta é, aliás, uma das características mobilizadas para a constituição de uma identidade étnica em distinção aos brasileiros, considerados, por definição, menos instruídos, mais preguiçosos e “malandros”, além de “menos brancos”. Neste sentido, os imigrantes italianos reiteravam o discurso que os arregimentou em seu país de origem, e que lhes atribuía uma capacidade de trabalho e de aprendizagem superior aos nacionais. Idéia que tem desdobramentos complexos, reproduzindo-se entre grupos de etnias diversas e dificultando a constituição de uma solidariedade de classe no interior das associações operárias. Assim, as relações entre operários italianos, espanhóis e portugueses não eram boas, como também não o eram as estabelecidas entre colonos alemães e italianos. Se trabalhar nunca foi o maior problema para os imigrantes, e também para os brasileiros, que igualmente acreditavam que este era um caminho viável para o enriquecimento, para os primeiros, a ascensão por meio do trabalho árduo vinha reforçada pelos exemplos que circulavam sobre patrícios que haviam se tornado grandes banqueiros e industriais, começando “do nada”.

Entre eles, o Conde Francesco Matarazzo é o mito por excelência de empresário e imigrante italiano. É importante registrar, a propósito, que numa recente enquete realizada pela Revista Isto É, em fins do ano de 1999, visando a escolher as figuras mais expressivas do século, Matarazzo tenha recebido 69,55 % dos votos na categoria de “o empresário do século”, situando-se muito à frente de outros nomes de estrangeiros e brasileiros. Na síntese de sua história de vida, o que se destaca, logo de início, é o fato de ter chegado ao Brasil, em 1881, “com as mãos abanando” e tendo apenas como referência um amigo que morava em Sorocaba. Uma história que também era narrada aos operários de seu complexo industrial, que ele, por sinal, jamais corrigiu. Entretanto, Matarazzo,

como a maioria dos poucos italianos que enriqueceram muito no Brasil, provinha de uma família de classe média e chegou ao Brasil trazendo alguns recursos e uma clara idéia do negócio que desejava estabelecer: uma fábrica de banha. Posteriormente, com o apoio de banqueiros ingleses e atuando ele mesmo como banqueiro que se encarregava das remessas das economias de seus conterrâneos para a Itália, deslanchou seus negócios e construiu uma imagem também vinculada aos esportes, pois foi quem doou o terreno para a construção do estádio do *Palestra Itália*, transformado, em 1942 – e por causa da II Guerra – na *Sociedade Esportiva Palmeiras*. Matarazzo é bem um mito, uma mistura de realidade e ficção, ilustrando a fábula do imigrante modesto que, exclusivamente com seu trabalho, dera início ao processo de industrialização paulista. Outra idéia que, a rigor, não corresponde propriamente aos fatos, uma vez que os negócios bancários e industriais já se encontravam em desenvolvimento quando imigrantes italianos aqui aportaram. Justamente por isso, constituíram-se em alternativas que puderam ser exploradas por vários deles e suas famílias, sendo bem mais acessíveis que a grande propriedade de terras, especialmente em São Paulo.

Este culto ao trabalho e devoção à família, bem como as histórias que se compartilhavam sobre italianos que ascenderam na vida, são elementos importantes para se compreender a construção de uma identidade étnica, de *italianità*, que precisava, antes de mais nada, ultrapassar as referências regionais predominantes em fins do Século XIX, manifestando-se significativamente pelo uso de dialetos e pelo próprio desconhecimento da língua italiana, que por isso era vista como signo de refinamento cultural. Esta questão era crucial por várias razões, dentre as quais estava a de vencer o estereótipo de *carcamano*, ou seja, a imagem do italiano inferior, por sua ignorância, rusticidade e



Pietro e Concetta Polizzo no dia de seu casamento em 16 de janeiro de 1960. O noivo foi à Itália procurar uma moça para se casar.

Foto cedida por Angela de Castro Gomes

mesmo falta de honradez: aquele que roubava no peso ao calcar a mão na balança. A luta por uma identidade italiana foi, portanto, mais uma batalha travada em terras brasileiras pelos imigrantes chegados durante a “grande imigração”, bem como por seus descendentes. Seus resultados necessariamente não puderam ser os mesmos daqueles obtidos pelos italianos “que se fizeram” na Itália. Nesta permanente luta, muitas instituições tiveram papel chave, dentre as quais a escola, a igreja, as associações beneficentes, profissionais, recreativas e, também, a imprensa.

No caso dos italianos, a Igreja Católica, através de um clero italiano e de todo seu poderio no interior da sociedade brasileira, foi fundamental. Os laços entre catolicidade e *italianità* são estreitos, desdobrando-se nos espaços de ensino e lazer, onde as escolas religiosas e as festas dos santos padroeiros das aldeias sempre foram o grande destaque, como São Vito Mártir demonstra, mas não esgota. A língua foi outro ponto crucial e complexo, pois o falar italiano era instrumento estratégico de união étnica, sendo os dialetos considerados indícios de rusticidade que deviam ser abandonados ou, como ocorreu, mantidos no espaço mais privado do lar. Para tanto, a escola era fundamental, sendo igualmente um lugar para se aprender corretamente o português, língua que permitia uma locomoção mais fácil na sociedade brasileira e que, em muitos casos, foi conhecida antes do italiano. Mas ter escolas não era fácil, seja porque não havia oferta do governo, seja porque a demanda dos imigrantes também não era grande. Isto ocorria, porque a maioria dos imigrantes italianos, embora analfabeta ou de parca instrução, dirigia-se para as fazendas de café e para os núcleos coloniais, onde todos deviam trabalhar no campo, restando pouca possibilidade para o encaminhamento de crianças à escola. Nas maiores cidades, a situação era distinta, uma vez que havia mais chances de acesso a uma escola, mas não diferia tanto no que se referia ao trabalho infantil, já que era comum a

presença de crianças de menos de 12 anos em fábricas, como relatórios, fotografias e jornais operários demonstram fartamente. Os imigrantes italianos não dispunham, assim, de muitas condições de valorizar a educação formal, no que não diferiam muito da população pobre de brasileiros, o que fica registrado no dito popular: “mais vale a prática que a gramática”. Apesar dessa dificuldade, não foram poucos os esforços dos imigrantes para estabelecer escolas para seus filhos e assim lhes permitir outras oportunidades no novo País. Em grande parte eram iniciativas efêmeras, custeadas pelo grupo imigrante, que podia se responsabilizar integralmente ou, em parte, pelas despesas com prédio, professor e livros. Por isso, nessas “escolas étnicas”, o ensino podia se fazer apenas em italiano, ou podia haver um professor que ensinava em português; elas podiam igualmente contar com auxílio do governo brasileiro, mas raramente tiveram ajuda vinda da Itália.

Esta situação só mudaria de forma substantiva depois que Mussolini chegou ao poder,

nos anos de 1920 e 1930, passando a desencadear uma política que buscava resgatar um sentimento de orgulho “de ser italiano” fora da Itália. O próprio processo migratório passa a ser tutelado pelo governo, que cria uma série de instituições – consulados, jornais, associações e escolas –, destinadas a divulgar a doutrina fascista e a tornar o imigrante, até então ignorado por sua pátria natal, “um italiano no exterior”. Este foi um período em que a questão da *italianità* ganhou novos contornos e só nesse contexto se pode compreender a adesão de muitos imigrantes e descendentes ao fascismo, uma vez que se percebiam, pela primeira vez, amparados e valorizados por serem italianos. Entretanto, pela mesma razão, foi um período de confrontos no interior da população de imigrantes, pois eram numerosos e ativos os partidários do antifascismo, socialistas em grande parte, engajados na luta internacional contra o nazi-fascismo e, no Brasil, contra o integralismo. É também nesse mesmo contexto que se pode entender, especialmente durante o Estado Novo e após a declaração de guerra

Alunos e professora na escola do Núcleo Colonial Campos Salles  
*“Ela (a professora) devia entender alguma coisa de português e nós tínhamos o livro de leitura bilíngüe, página dividida, italiano-português, porém impresso na Itália para os filhos dos imigrantes no Brasil. Acontece que nós não sabíamos nem o italiano nem o português, porque nossa língua é outra chamada vêneta.”*

(Depoimento de Benedito Zorzi, brasileiro, nascido em 1908 em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul; citado em DE BONNI, 1990, vol. II, p.570)

Instituto Agrônômico de Campinas - SP



aos países do Eixo, a “campanha de nacionalização” lançada por Vargas, que incidiria sobre japoneses, alemães e italianos, nesta hierarquia de virulência. Não era, contudo, a primeira vez que a imagem de um “perigo italiano” estava sendo mobilizada. Algo similar já havia ocorrido quando do primeiro conflito mundial, além do que, a preocupação com “quistos” raciais datava ainda do período imperial, tempo em que o “abrasileiramento” já consistia preocupação sistemática de nossa política imigratória. Mas o período da II Guerra foi momento muito especial, em que bens de italianos foram bloqueados e várias associações e escolas fechadas. A imprensa, que sempre contou com muitos títulos, dentre os quais o famoso *Fanfulla*, de São Paulo, recebeu um golpe mortal. Há inúmeros casos de mudanças de nomes de estabelecimentos e até de famílias, por temor a

perseguições. Desta forma, são numerosíssimos os italianos naturalizados e descendentes que se sentiram atingidos como cidadãos brasileiros, uma vez que não viam como traição amar suas origens culturais e amar o Brasil como sua pátria política.

Após a II Guerra, abriu-se uma nova fase do fenômeno migratório, fundada na imigração espontânea e preocupada em superar os “equivocos” do período anterior: a Itália havia se tornado país aliado e a Força Expedicionária Brasileira recebera o carinho da população peninsular. Além disso, tratava-se igualmente de sepultar a imagem negativa de um italiano pobre e ignorante, útil basicamente como mão-de-obra braçal. Os novos imigrantes, desde os anos de 1950 e 1960, seriam sobretudo trabalhadores industriais e crescentemente

técnicos e executivos de empresas italianas que abrem filiais no Brasil. A Itália tornou-se um dos países mais modernos e ricos da Europa, sendo a terra de canções e de massas saborosas, mas sendo também a terra da arte clássica e da ciência e tecnologia de ponta. Quando, nos anos de 1970, são comemorados os 100 anos de imigração italiana, é esta Itália multifacetada que é festejada no Brasil, onde um número cada vez maior de jovens descendentes deseja sua dupla cidadania. Uma “Itália” que só existe no Brasil, em que como forma de manter os vínculos com a terra natal, hábitos alimentares e muitos outros costumes se perpetuaram, por via de guardiões da tradição familiar e de aldeia. Uma Itália do fettuccine, da tarantella e da *Fiat* que simboliza, em sua diversidade e complementariedade entre tradição e progresso, o que é ser italiano no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Zuleira. *Brava gente! : os italianos em São Paulo*. São Paulo ; Brasiliense, 1986
- \_\_\_\_\_. *O Brasil Italiano (1880-1920)*. In : FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo : Edusp, 1999.
- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo : Martins Ed., 1975.
- DE BONNI, Luís A. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre : Escola Superior de Teologia; Torino : Fondazione Giovanni Agnelli, 1990-1996. V.2 e 3.
- GOMES, Angela de Castro. *História de família : entre a Itália e o Brasil : depoimentos*. Niterói : Muiraquitã. 1999.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise no Brasil arcaico*. São Paulo : Pioneira, 1973.
- TRENTO, A. *Do outro lado do Atlântico : um século de imigração italiana no Brasil*.

Passaporte do Sr. Pietro Polizzo de Paola retirado em Nápoles, em 29 de janeiro de 1951.

Foto cedida por Angela de Castro Gomes





# IMIGRAÇÃO ÁRABE

---

um certo oriente no Brasil

MARIA LÚCIA MOTT



---

Vue photographique de l'Orient  
[Arabes, Oriente Médio  
Século XIX : usos e costumes]

Biblioteca Nacional



# IMIGRAÇÃO ÁRABE

MARIA LÚCIA MOTT

## um certo oriente no Brasil

### *A IMIGRAÇÃO ÁRABE PARA O BRASIL INSCREVE-SE ENTRE AQUELAS QUE FORMARAM OS CONTINGENTES MAIS RECENTES,*

pequenos e irregulares. Clark S. Knowlton (1960), um dos primeiros a estudar com profundidade o problema migratório árabe, notou os fluxos modestos ocorridos até 1895, cujo adensamento só se daria a partir de 1903. Embora vindos de países ou regiões distintas como o Líbano, Síria, Turquia, Iraque, Egito ou Palestina, a união comum entre esses povos acontecia através da língua ou dos dialetos derivados do árabe. Dessa forma, não se pode falar de uma imigração de um país localizado para o Brasil, como no caso de portugueses ou italianos, mas sim em povos com diferentes organizações políticas e um fundamento comum na língua e práticas culturais.

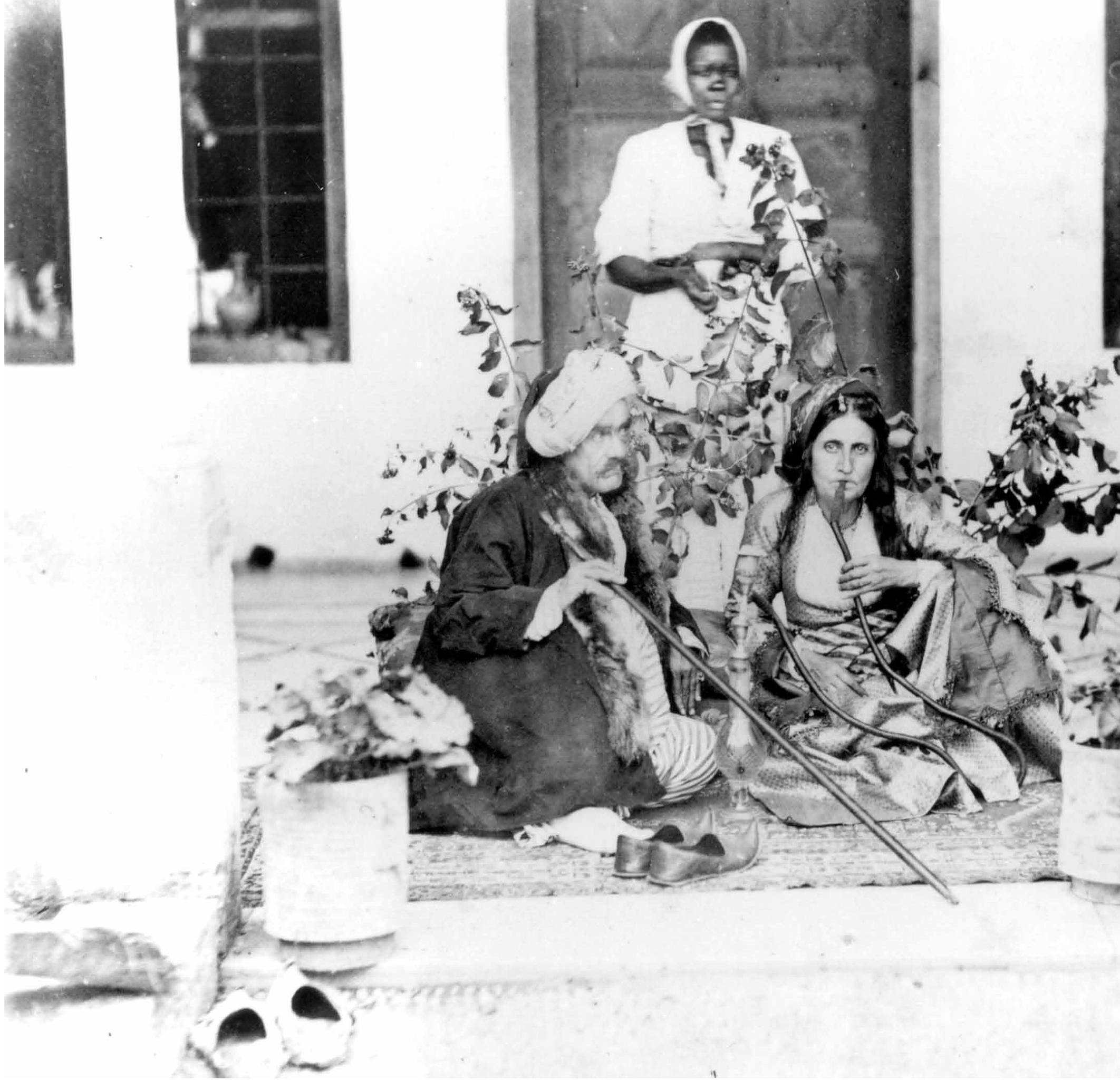
Alguns autores, como Heliana Prudente Nunes (1996), localizam a origem da imigração na chegada ao Brasil de Youssef Moussa, em 1880, originário da aldeia de Miziara, norte do Líbano. Outros pesquisadores, como Jorge S. Safady (1972), remontam esse pioneirismo à chegada dos irmãos Zacarias, no Rio de Janeiro, em 1874, ou mesmo identificam um remoto Antun Elias Lupos, libanês de grandes propriedades naquela cidade, que teria oferecido em 1808 uma quinta em São Cristóvão para moradia de D. João VI, depois transformada no Paço Imperial de São Cristóvão. Seja qual for o marco inicial, idéia de resto pouco significativa para a compreensão do fenômeno, sua importância reside em apontar para a contemporaneidade do processo migratório.



O problema religioso é um dos pilares para a compreensão da corrente migratória árabe. No Império Otomano de fé islâmica, as comunidades cristãs da Síria, Líbano e Egito sofreram perseguições e os autores mais ligados à panegírica da colonização árabe sempre fizeram questão de destacar os sofrimentos passados nas mãos dos turcos. São citados como fatos importantes o massacre de 1860, a extensão do serviço militar obrigatório aos cristãos em 1909, ou a condição de cidadãos de

Vue photographique de l'Orient  
[Árabes, Oriente Médio  
Século XIX : usos e costumes]

Biblioteca Nacional



segunda classe dentro do Império. Em Beirute e Trípoli, os cristãos não podiam andar nas calçadas, sendo freqüentemente molestados pelos muçulmanos.

O maior contingente de imigrantes portanto é de cristãos, vindos em grande parte do Líbano e da Síria, sendo bem menores as levadas de outros pontos do antigo Império Otomano como Turquia, Palestina, Egito, Jordânia e Iraque. Entre 1871 e 1900 apenas 5 400 pessoas tinham aportado no Brasil. Até 1892 todos os imigrantes recebiam passaportes turcos, o que para a maioria síria e libanesa cristã era uma desqualificação pois os identificavam com o opressor muçulmano. Depois dessa data, os sírios passaram a ter um estatuto próprio, embora o Líbano fizesse parte da Síria até a I Guerra Mundial, quando as grandes potências ocidentais vitoriosas fragmentaram o Império Otomano, que tinha tomado, durante a conflagração, o partido da derrotada Alemanha.

O cristianismo oriental divide-se em quatro grupos: os Maronitas, predominante no Líbano; a Igreja Ortodoxa, presente no Líbano e em maior número na Síria, porém com grande penetração no mundo eslavo; os Melquitas, na Síria, Palestina e Egito e os Coptas, no Egito. Em termos gerais, os Maronitas têm como chefe espiritual o Patriarca de Antióquia, lêem a Bíblia em árabe e estão em união estreita com o Igreja Católica Romana, pois o Patriarca é confirmado por Roma. Os Melquitas estão sujeitos ao Patriarca de Antióquia, estão vinculadas à Santa Sé, mas seguem o ritual

bizantino. Os Ortodoxos crêem conservar a doutrina e ritual dos Apóstolos, daí a denominação, não possuem um Papa nem outra autoridade suprema, mas uma federação de igrejas autônomas, que celebram o culto em sua própria língua e costumes. Os Coptas, por fim, acreditam somente na divindade do Cristo, recusando a sua humanidade. Sua linguagem litúrgica provém do egípcio antigo, mas escrito com maiúsculas gregas, sendo uma “língua morta” só usada em caráter religioso. O chefe espiritual é o Patriarca de Alexandria. Essas diferenças religiosas, presentes em algum grau em 95% dos imigrantes árabes, foram transplantadas para o Brasil, tornando-se uma das características da colônia. Vale ressaltar que o grupo islâmico que imigrou sempre foi menor, sendo o número de árabes protestantes pouco significativo.

Um segundo fator importante para a saída de sírios e libaneses das regiões de origem, assinalado por Oswaldo Truzzi (1992), foi a estrutura agrária. A propriedade de pequenos lotes de terra arável, onde o trabalho era feito pelo núcleo familiar, começou a sofrer limites para a partilha entre os filhos, já que o parcelamento chegara ao ponto de não mais suprir o sustento das novas famílias formadas. Diante desta realidade, iniciou-se a emigração. A condição de pequenos proprietários nos seus países de origem também teve reflexos nas escolhas profissionais que fariam no Brasil.

A viagem para a América tinha como pontos de partida os portos de Beirute e Trípoli. Por meio de agências de navegação francesa, italiana ou grega, dirigiram-se para outros portos do Mediterrâneo como Gênova, na Itália, onde às vezes esperavam meses por uma conexão que os levassem para o Atlântico Norte ou Sul (Rio, Santos ou Buenos Aires). Muitos imigrantes com o objetivo de chegarem aos Estados Unidos, destino principal da imigração árabe, acabavam vindo para o Brasil ou Argentina enganados pelas companhias de

Vue photographique de l'Orient  
[Árabes, Oriente Médio  
Século XIX : usos e costumes]

Biblioteca Nacional



João José Rescala  
Água, Ceará, Circa - 1943  
Óleo sobre tela - 180 x 144 cm

Museu Nacional de Belas Artes - RJ

navegação. Afinal, explicavam, tudo era América. A imigração para os Estados Unidos começou na mesma época, a década de 1980 do século passado, acreditando-se que atualmente haja entre 1 e 2 milhões de americanos de origem árabe vivendo naquele país.

Desembarcados no Rio ou em Santos, a opção de trabalho das primeiras levas dirigiu-se ao comércio. O objetivo da maioria dos jovens solteiros era fazer algum capital para poder voltar à aldeia natal. Embora pobres e, em geral, afeitos ao trabalho agrícola, o sistema da grande propriedade era um entrave para o estabelecimento no campo. Poucos foram os árabes que após o desembarque dirigiram-se para a agricultura, havendo histórias de famílias nas quais isso ocorreu após formarem um pequeno capital no comércio, facilitando a compra de fazendas. Além do mais, as condições de trabalho na lavoura tinham horrorizado a muitos. A miséria da população rural e o sistema de compra vinculado ao proprietário da terra fizeram com que muitos repelissem a possibilidade de se ocuparem na agricultura. Zuleika Alvim, citando P. Colbacchini, lembrou o desapontamento de muitos imigrantes italianos com as condições de vida na grande propriedade cafeeira: “Distante da casa do fazendeiro se estende uma fileira de casinhas, normalmente construídas com barro e cobertas de palha, minúsculas para o número de pessoas que devem abrigar e com portas assinaladas por números progressivos, porque, de agora em diante, cada família, mais do que pelo sobrenome, devia se reconhecer pelo número da casa onde mora [...]” (Colbacchini apud Alvim, 1998, p. 252). Os japoneses, ainda segundo esta mesma autora, chegando “[...] às fazendas, ficavam à mercê dos donos das vendas” (Alvim, *op. cit.* p. 254), onde tinham que comprar mantimentos com os quais era difícil recriar o universo alimentar a que estavam acostumados. Compravam carne-seca e bacalhau que, na falta de quem os ensinasse o preparo, eram comidos

assados. Desse modo, não é de estranhar que Knowlton (1960) tenha apontado para casos de fuga de trabalhadores árabes do campo para a cidade.

O grosso da imigração dirigiu-se para São Paulo e Rio de Janeiro, localizando-se núcleos menores em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. Até 1920, mais de 58 mil imigrantes tinham entrado no Brasil, sendo que o Estado de São Paulo recebeu 40% do total.

Tabela 1 - Sírios e libaneses, por Unidades da Federação e os censos demográficos - 1920/1940

Unidades da Federação	1920	1940
Brasil	50 337	48 970
Bahia	1 206	947
Minas Gerais	8 684	5 902
Rio de Janeiro (1)	9 321	9 051
São Paulo	19 285	24 084
Rio Grande do Sul	2 656	1 093
Outras	9 185	7 893

Fontes: Synopse do recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920 : população do Brasil. Rio de Janeiro : Directoria Geral de Estatística, 1924; Censo demográfico 1940. Rio de Janeiro : IBGE, 1950; Nunes, Heliana Prudente. A imigração árabe em Goiás : 1880-1970. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 1996.

(1) Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro.

Segundo Truzzi (1992), na cidade de São Paulo, em 1934, eles se concentravam nos Distritos da Sé e Santa Ifigênia, ou seja, entre as ruas 25 de Março, da Cantareira e Avenida do Estado; no Rio de Janeiro, um processo semelhante ocorreu com um número significativo de comerciantes instalados nas ruas da Alfândega, José Maurício e Buenos Aires.

A eleição da rua 25 de Março como pólo de atração é melhor conhecida. Em 1893 já há referências a casas de comércio, sendo que 90% dos mascates eram sírios e libaneses. Em 1901, já eram mais de 500 casas comerciais na região. Seis anos depois, um levantamento indicou que de 315 firmas de sírios e libaneses, 80% eram

lojas de tecidos a varejo e armarinhos. A eclosão da I Guerra Mundial aumentou os lucros do comércio e da indústria com a interrupção da importação dos produtos europeus.

No Rio de Janeiro, o processo de instalação do comércio árabe na área atualmente conhecida como “Saara” vem sendo pesquisado por Paula Ribeiro (1997). Com a abertura da avenida Presidente Vargas na década de 1940, muitos comerciantes foram obrigados a abandonar o quadrilátero próximo à praça da República, mudando-se para a Tijuca. Como na rua 25 de Março, em São Paulo, o comércio da rua da Alfândega é conhecido pelo caráter popular. Em 1962, foi fundada a Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega – SAARA, cuja sigla serviu como uma luva para o tipo de comerciante ali estabelecido.

O trabalho de mascate pelo qual muitos começaram no comércio já era exercido anteriormente por imigrantes portugueses e italianos, tanto em São Paulo como no Rio. Mas a mascateação, que se tornaria uma marca registrada da imigração árabe, foi completamente alterada pelos recém-chegados. Knowlton (*op. cit.*) faz menção ao trabalho inicial com miudezas e bijuterias (terços e jóias), expandida com o tempo e o acúmulo de capital para tecidos, armarinhos, lençóis, roupas prontas, artigos que pudessem ser vendidos em lugares isolados ou nos vilarejos, sendo transportados dentro de uma mala ou em baús. O ideal era que cada mascate levasse nas viagens o máximo de artigos que pudesse carregar, citando-se casos em que alguns chegaram a levar 80 quilos de mercadorias.

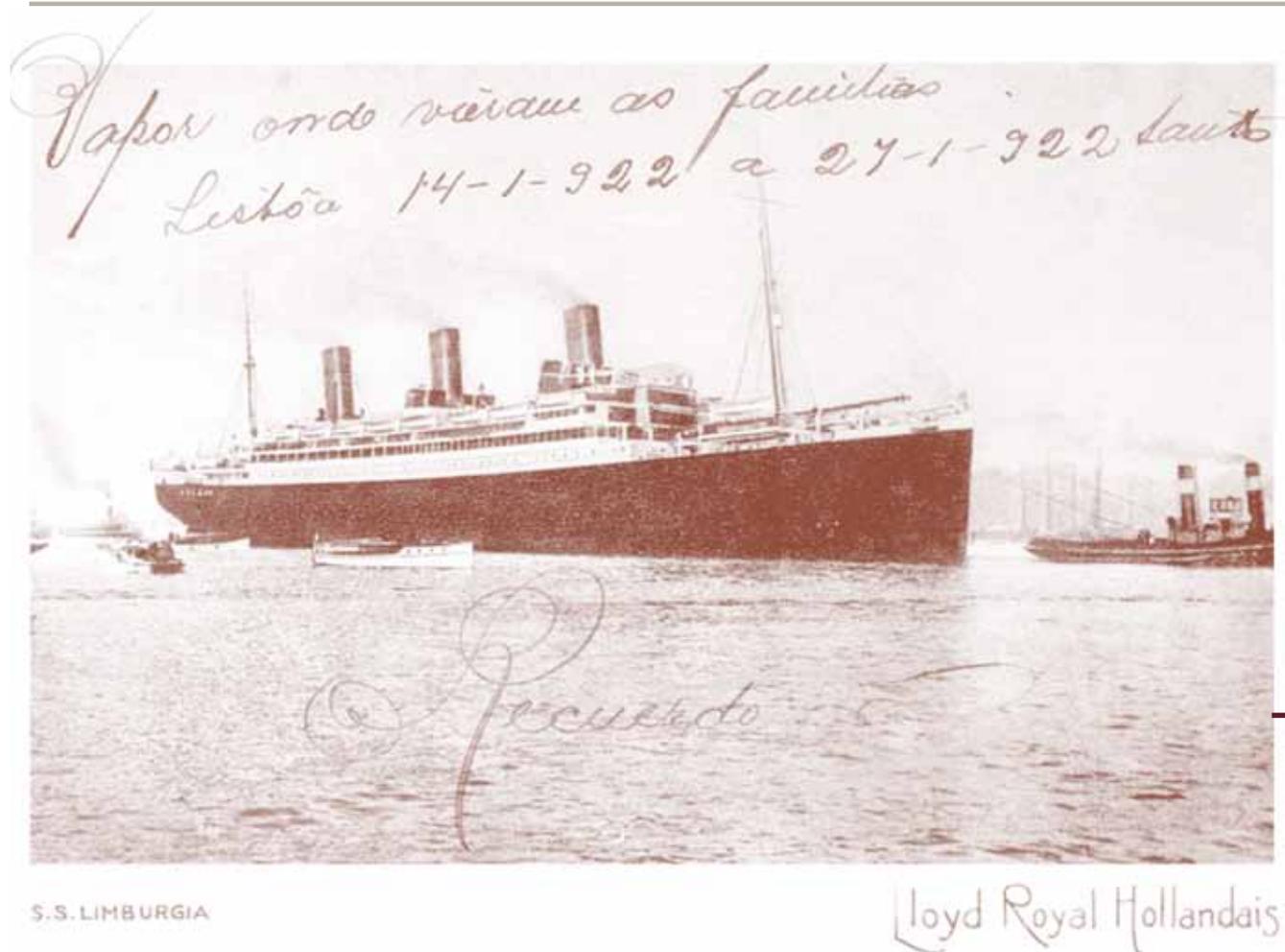
Para as populações interioranas, principalmente nas fazendas onde vigorava o sistema de compra vinculado ao proprietário, os mascates eram bem-vindos por fornecerem uma alternativa vantajosa em termos de qualidade e preço. Conforme acumulavam os ganhos, os mascates podiam contratar um ajudante ou comprar uma carroça. O passo seguinte era o estabelecimento de uma casa comercial urbana que podia permanecer no varejo ou evoluir para o atacado. O último grande passo era a indústria.

Truzzi (*op. cit.*) destacou o sucesso do comércio da colônia sírio-libanesa como baseada no relacionamento dos agentes envolvidos nos negócios. Os elos eram montados dentro de uma cadeia que começava na chamada e recepção de novos imigrantes,

Vista aérea da cidade de Santos com o porto ao fundo - Santos (SP) - 1920

IHS / Memorial do Imigrante / Museu da Imigração





Postal de navio a vapor que fazia a rota Europa-Brasil - 1922

Arquivo do Estado de São Paulo

passando por mecanismos de concessão de crédito e mercadorias, acompanhamento dos negócios, até o assentamento do mascate como varejista, atacadista ou industrial, dentro de uma linha de complementaridade de interesses. Entre os decênios de 1940 e de 1950 notou-se que no Estado de São Paulo, embora o número de comerciantes varejistas tivesse caído, o atacado tinha quase dobrado e, os industriais, quintuplicado, mostrando a pujança do capital acumulado, passando do pequeno comércio para posições mais vantajosas na produção e circulação de mercadorias.

Esse mesmo autor, ao contrário de muitos outros que passam com amargor pelo termo pejorativo do “turco da prestação” surgido com o mascate, destacou a revolução nas práticas comerciais implantadas pelos sírios e libaneses,

considerando-os inclusive como criadores do “comércio popular” no Brasil. Enquanto os mascates portugueses eram muito rígidos nos seus negócios, os italianos foram paulatinamente sendo expulsos pelas novidades trazidas pela concorrência. As inovações apresentadas pelos árabes na mascateação e no comércio varejista encontravam-se na redefinição das condições de lucro, alta rotatividade e alta quantidade de mercadorias vendidas, promoções e liquidações e o interesse pelo consumidor.

O sucesso mais ostensivo, porém, estava localizado na indústria, principalmente nas duas primeiras décadas do Século XX, quando deslanchou o processo de substituição das importações através da industrialização do País. Um caso significativo é o da família Jafet. Nami Jafet imigrou em 1893 já com a idade de 33 anos.

Era formado pela Universidade Americana de Beirute, tendo trabalhado por dez anos como professor. Publicou em 1886 um livro sobre matemática. A saída do Líbano deveu-se a uma discussão filosófica e religiosa sobre a tese darwinista da evolução das espécies. Com todos esses predicados, percebe-se que Nami Jafet não era um imigrante comum, embora Truzzi afirme que os irmãos não tinham o mesmo nível intelectual, e por isso foram trabalhar na mascateação. Em 1897, abriu uma firma comercial que estava sediada, em 1903, na rua Florêncio de Abreu, tradicional rua atacadista da área central de São Paulo. A fábrica de tecidos, a Fiação, Tecelagem e Estamparia Jafet S.A., foi instalada em 1907. Ao contrário dos industriais italianos como Matarazzo, Crespi ou Sicialino, Jafet construiu sua mansão nas proximidades da fábrica, no bairro do Ipiranga, sendo seguido pelos irmãos, desviando-se do



padrão de nobilitação que tinha erigido a avenida Paulista como signo de poder. Os tecidos fabricados, o morim “Beirute”, a chita “Sultão”, e o xadrezinho “Jafet” faziam sucesso nas mãos dos mascates sírios e libaneses pelo interior. Com a I Guerra Mundial a fortuna da família Jafet multiplicou-se pois, como tinha estocado uma boa quantidade de anilinas importadas da Alemanha, a eclosão do conflito permitiu-lhe trabalhar com boa folga de custos enquanto a concorrência era obrigada a procurar novos fornecedores ou vender seus produtos por preço mais caro. Foi fundador da Igreja Cristã Ortodoxa, chefe do Senado Religioso, presidente da Associação dos Ex-Alunos da Universidade Americana residentes no Brasil, e um dos grandes propugnadores da Grande Síria, isto é, a união do Líbano com a Síria.

A origem religiosa e regional dos imigrantes teve grande influência na estruturação da rede de associações comercial, religiosa, cultural e beneficente. Mesmo com o crescente poderio econômico dos seus membros, as divisões religiosa e regional impediram a constituição de uma Câmara de Comércio, como era praxe entre as demais colônias. Nami Jafet, em 1913, tinha liderado uma Câmara Síria de Comércio, mas aparentemente fracassou no seu intento. Até a década de 1950 não apareceu nenhuma agremiação e logo que se estabeleceu uma Câmara de Comércio Árabe no Brasil, Jorge Safady (1972) assinalou que ela passou a se chamar Câmara de Comércio Sírio-Libanesa Brasileira, para se subdividir em uma Câmara Síria e outra Libanesa.

Capa da revista O Imigrante, editada pelo governo de São Paulo (SP) - 1908

Memorial do Imigrante / Museu da Imigração

Em São Paulo, desde 1890, a comunidade maronita vem realizando suas celebrações litúrgicas. A primeira igreja foi erguida no Parque D. Pedro, nas proximidades da rua 25 de Março, tendo sido destruída nas obras de reurbanização do local. Em 1897, já se haviam instalado no País as Igrejas Ortodoxa e Melquita. A corrente muçulmana sempre foi minoritária. O Censo Populacional de 1940 indicou 3 053 muçulmanos, sendo que desses, 1 393 estavam em São Paulo e 767 no Rio de Janeiro. Uma Sociedade Beneficente Muçulmana lançou na década de 1930 as bases para a construção de uma mesquita na avenida do Estado, sendo que em 1942 foi lançada a pedra fundamental.

O movimento associativo expandiu-se depois de 1903. Nesse ano foram identificadas quatro associações em São Paulo e três no Rio. São citadas a Sociedade São Nicolau, Irmandade Maronita e Sociedade Patriótica Homciense, ligada à aldeia de Homs. Esses números foram se multiplicando até atingirem a cifra de 121 entidades, apenas na capital de São Paulo, e outras 60 no interior do estado. A fonte de identidade era religiosa e de região natal e não nacional. Tal fato levou Knowlton a escrever que, na década de 1950, a “colônia sírio-libanesa, em geral, está de tal forma dividida por diferenças religiosa e econômica, rivalidades de família e de região e ciúmes pessoais, que não foi possível organizar uma sociedade que representasse a colônia toda.” (Knowlton *apud* Truzzi, 1992, p.15). As diferenças afloraram também nas associações esportivas ou beneficentes. Quando da fundação do Esporte Clube Sírio, em 1907, os libaneses

Armarinho de imigrante sírio  
São Paulo (SP) - década de 1950

Memorial do Imigrante / Museu da Imigração



tentaram judicialmente colocar o nome do país. Na impossibilidade, fundaram o Clube Atlético Monte Líbano. O Hospital Sírio-Libanês começou como Hospital Sírio. Contudo as diferenças entre os grupos étnicos fez com que os sírios se retirassem da Sociedade Beneficente de Damas Pró-Hospital Sírio-Libanês, partindo para a fundação do Hospital do Tórax, atual Hospital do Coração.

Em outros campos as diferenças também se fizeram presentes. Entre 1895 e 1971, foram publicados cerca de 160 periódicos dirigidos à colônia. Em 1941, ano em que o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP proibiu a circulação de qualquer publicação em língua estrangeira, foram suspensos dois diários, quatro jornais que eram publicados duas vezes por semana, um semanário, quatro quinzenários e quatro mensários. Não se sabe o número dos que voltaram a ser publicados em português. Em 1971, havia em São Paulo um jornal publicado duas vezes por semana, três semanários e três mensários. Dentro destes números, Truzzi (*op. cit.*) destacou a perda de importâncias cultural e informativa dos periódicos, muitos deles dedicados a retratar acontecimentos social e mundano. Uma livraria especializada estava aberta em 1902. Jorge Safady destacou a existência de 14 tipografias especializadas em 1971.

A escolaridade sempre foi incentivada entre os sírios e libaneses, sendo que em 1897 já havia uma Escola Sírio-Francesa (Maronita) em São Paulo. Nos anos seguintes foram fundados na capital paulista o Ginásio Oriental (1912), o Colégio Sírio-Brasileiro (1917), o Colégio Moderno Sírio (1919) e o Liceu São Miguel (1922). No Rio de Janeiro, a Escola Cedro do Líbano (1935); e em Campos, a Escola Árabe. Quanto aos níveis de escolaridade superior, Truzzi diz que embora numericamente inferiores, os árabes conseguiram atingir percentuais próximos aos das colônias mais numerosas nos campos das profissões liberais como advocacia, medicina e engenharia (entre 1884 e 1943 os turco-árabes representavam 2,5% do total dos imigrantes no Brasil contra 33,7% dos italianos, 29,2% dos portugueses e 13,9% dos espanhóis). O investimento familiar na escolaridade agia tanto sobre os homens quanto sobre as mulheres. A diferenciação surgia no ensino superior. Enquanto os homens eram privilegiados, relatando-se casos de família em que o sacrifício para a formação de “doutores” foi muito grande, as mulheres eram instadas a não se profissionalizarem, limitando-se na maioria dos casos à obtenção do diploma.

A imigração árabe vem decaindo desde os anos de 1920. Embora não tenha havido Censo Demográfico em 1930, os dados para as décadas

seguintes mostram como o Brasil perdeu atração para outros países como o Canadá e os Estados Unidos, tradicional destinatário da corrente migratória árabe.

Nas últimas décadas, a contribuição cultural dos árabes tem sido mais lembrada pela culinária, embora haja outros campos em que sua presença tem sido marcante. O aumento das cadeias de *fast-food* nos grandes centros urbanos aproximou a população do quibe, da *esfiha*, do tabule e da coalhada seca, antes circunscritos aos restaurantes típicos. A popularização, sobretudo do quibe e da *esfiha*, fez com que fossem incorporados a outros locais de alimentação, como as tradicionais pastelarias chinesas, e mesmo bares e padarias de portugueses e brasileiros.

A inserção dos imigrantes árabes na política guarda algumas características particulares. Segundo Oswaldo Truzzi (*op. cit.*), estudando o caso de São Paulo, ela é recente, tendo começado depois do Estado Novo (1937-45), centrada em membros da colônia pertencentes às camadas médias ou à elite econômica, com expressiva participação de candidatos com carreiras iniciadas em cidades do interior e uma representação parlamentar ou em cargos dirigentes numericamente superior ao conjunto dos imigrantes e descendentes, fenômeno que se repetiu em outros estados da federação, levando a uma sobre-representação da colônia. Com essas características não é de se estranhar que nos vários níveis legislativos os árabes e seus descendentes tenham localizado a sua base parlamentar em partidos conservadores ou ligados ao populismo. Tendo começado pelas mãos de políticos como Adhemar de Barros, Getúlio Vargas ou Jânio Quadros, e em períodos mais recentes através da Arena ou do PDS, os representantes de origem sírilibanesa contaram com nomes como Emílio Carlos, Ibrahim Abi-Ackel ou Paulo Maluf. O último, inclusive, chegou a se

Tabela 2 - Imigração árabe no Brasil e sua incidência em São Paulo - 1940/1991

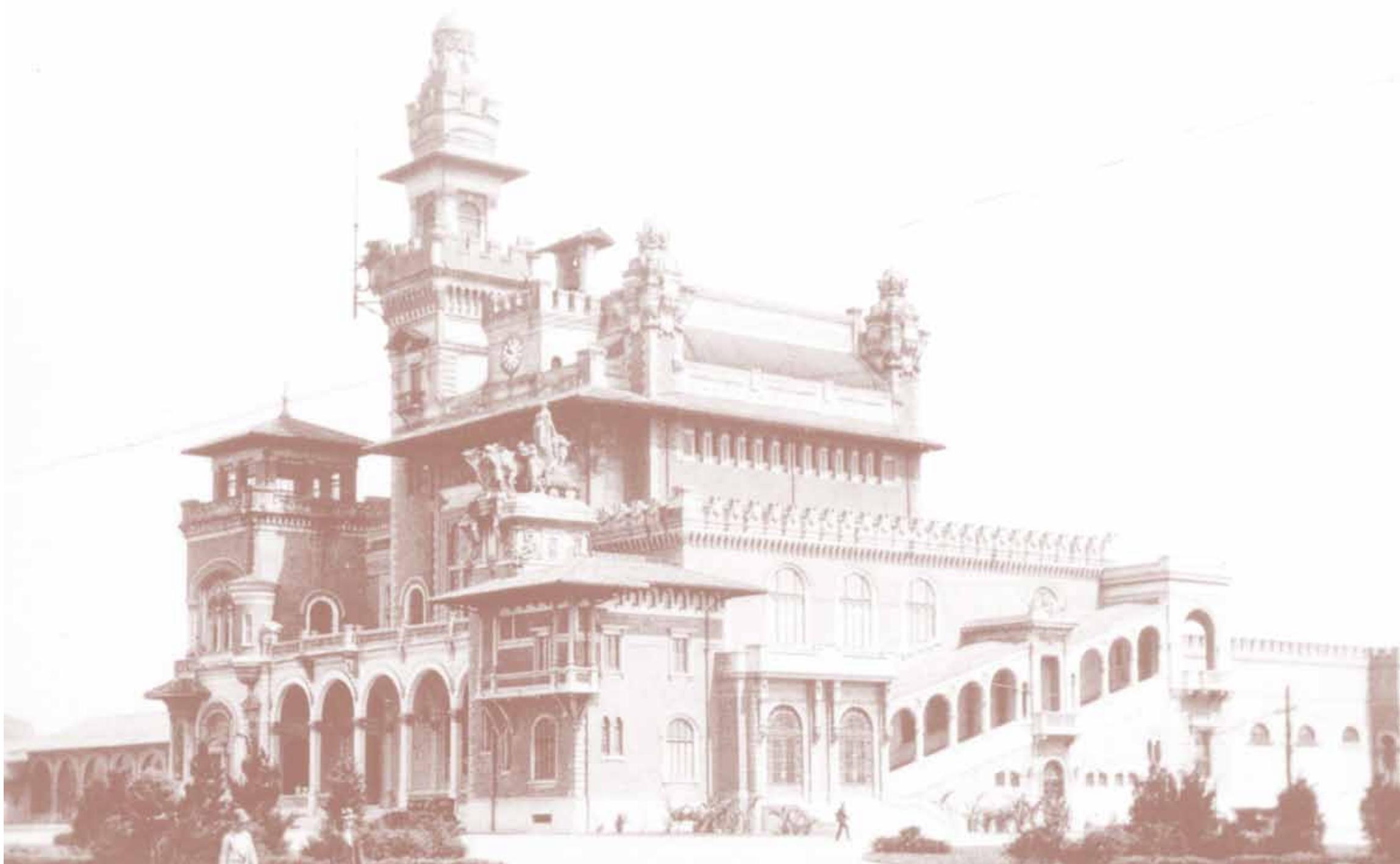
Anos	Total de imigrantes árabes	Incidência em São Paulo	Líbano/Síria	Turquia	Egito
1940	48 970	24 084	(1) 45 793	2 808	369
1950	43 242	22 332	40 177	2 398	667
1960	43 005	22 957	41 189	1 816	...
1970	37 088	21 414	32 240	1 362	(2) 3 486
1980	24 110	15 062	20 671	839	2 600
1991	16 277	10 053	13 709	422	2 146

Fonte: Censo demográfico 1940-1991. Rio de Janeiro : IBGE, 1950-1997.

(1) Refere-se aos imigrantes oriundos da Síria, Líbano, Palestina, Iraque e Arábia. (2) Refere-se aos imigrantes oriundos da República Árabe Unida-RAU (Egito, Síria e Iraque).

---

Palácio das Indústrias - São Paulo  
Arquivo Nacional



Família libanesa - São Paulo (SP)

Memorial do Imigrante / Museu da Imigração



candidatar a um cargo presidencial. Dentro das regras e das formas políticas praticadas no País trata-se de um fato excepcional, mas que ganha um certo sentido dentro da América Latina quando se observa os casos do ex-presidente Menen, na Argentina, ou de Fujimori, no Peru. Há poucos exemplos de atividade política em partidos de esquerda. No passado, pode-se lembrar de um Wilson Rahal, atuando pelo Partido Socialista Brasileiro, em São Paulo.

É preciso lembrar ainda que na literatura as contribuições dadas por Jamil Almansur Haddad (São Paulo, 1914), Mário Chamie (Cajobi, 1933), Raduan Nassar (Pindorama, 1935) e Milton Hatoum (Manaus, 1952), fazem parte do panorama cultural do País. No cinema brasileiro ficou famosa a filmagem do libanês Abrão Benjamin. Após dificuldades e delicadas gestões, conseguiu filmar o bando do cangaceiro Virgulino Ferreira, o Lampião. Encaminhado para censura no Departamento de Propaganda, no Rio de Janeiro, a iniciativa pioneira foi vista com desagrado, proibindo-se o filme, cujos fragmentos foram resgatados somente na década de 1960. O fotógrafo Benjamin virou tema central de uma película recente sobre o cangaço, *Baile perfumado*. Outros nomes de destaque aparecidos nas décadas de 1950 e 1960 são o de Walter Hugo Khouri e Arnaldo Jabor. A Universidade é o local onde os nomes de origem sírio-libanesa têm se mostrado mais evidentes em consequência do incentivo à educação citado acima. Profissionais nas áreas da Medicina, como Adib Jatene (Xapuri, Acre); no Direito, Alfredo Buzaid (Jaboticabal, 1914); na Filosofia, Marilena Chaui (São Paulo, 1941); na Sociologia, Aziz Simão (São Paulo); na Filologia, Antonio Houaiss (Rio de Janeiro, 1915-1999), entre tantos outros, indicam a notável contribuição das gerações crescidas com o País que os recebeu.



Carteira de imigrante sírio engajado no corpo de agentes da Segurança Pública 1909

Memorial do Imigrante Museu da Imigração

José Alberto Nemer  
Postal  
Técnica mista – 15 x 23 cm  
Museu de Arte Moderna - RJ







João José Rescala  
Aguadeiras do Largo do Chafariz - 1940  
Óleo sobre tela - 162 x 218,5 cm

Museu Nacional de Belas Artes - RJ

---

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

ALVIM, Zuleika. *Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo*, In: SEVCENKO,

KNOWLTON, Clark S. *Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial*. São Paulo, Anambi, 1960.

NUNES, Heliana Prudente. *A imigração árabe em Goiás: 1880-1970*. São Paulo, Tese de Doutorado FFLCH/USP.

RIBEIRO, Paula. *Multiplicidade étnica no Rio de Janeiro : um estudo sobre o "Saara"*. Acervo, v. 10, n. 2, pp. 192-212, Jul./Dec. 1997.

SAFADY, Jorge S. *A imigração árabe no Brasil (1880-1971)*. São Paulo, 1972, Tese de Doutorado FFLCH/USP, 1972.

TRUZZI, Oswaldo. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo, Ed. Sumaré, 1992.





# O SOL NASCENTE DO BRASIL

---

um balanço da imigração japonesa

KAORI KODAMA





---

O navio “Buenos Aires Maru” transportou imigrantes japoneses para o Brasil no período de 1929 a 1941 totalizando aproximadamente 23 viagens.

Museu Histórico da Imigração Japonesa

# O SOL NASCENTE DO BRASIL

KAORI KODAMA

## um balanço da imigração japonesa

### A PRESENÇA DE IMIGRANTES

#### JAPONESES NO BRASIL FOI INAUGURADA EM 18 DE JUNHO DE 1908,

quando desembarcou em Santos o primeiro navio com uma leva de japoneses, o Kasato Maru. Desta data até os dias de hoje, decorreram muitas transformações tanto no curso da vida dos imigrantes e seus descendentes, quanto na participação que estes vieram a ter dentro da sociedade brasileira. Dos primeiros imigrantes que vinham trabalhar nas fazendas de café, notamos, em setores diversificados da sociedade, os descendentes que misturam seus rostos com os de outros, tão variados no colorido matiz brasileiro. Desde então, são muitas histórias: destinos que se selariam numa aventura sem precedentes para aqueles que migraram e também para a sociedade que passaram a adotar.

Podemos fazer uma idéia da dimensão desta aventura quando observamos que a saída de trabalhadores japoneses para outros países foi iniciada por volta de 1870, décadas antes de sua vinda para o Brasil. O Japão, então, passava pela Restauração Meiji, de 1868, que implicou as mudanças econômica e política que inseriram o país no mundo moderno. Este período foi marcado pela queda do xogunato e pela volta do poder nas mãos do imperador, com a promulgação de uma nova constituição à luz das constituições modernas ocidentais. Como parte das modernizações que marcaram o período, estava o aprofundamento do processo de abertura do país para o estrangeiro, e o estabelecimento de tratados comerciais com outros países. Tais tratados, que viabilizaram a

saída de trabalhadores para o estrangeiro, foram parte de uma política adotada pelo governo visando a aliviar as convulsões sociais de que sofria o país desde o período que antecedeu ao fim do xogunato.

Comparada aos fluxos migratórios europeus para o Brasil – em particular de italianos e alemães – verificamos que a entrada de japoneses foi tardia. Tal fato vincula-se tanto ao processo de inserção do Japão no mercado mundial, que se aprofundou somente após a Restauração Meiji, quanto aos obstáculos impostos pelos países receptores à viabilidade da entrada de imigrantes.

Do lado brasileiro, a necessidade da mão-de-obra imigrante para substituir o trabalho escravo era uma preocupação das classes dirigentes já de longa data, antes mesmo da Independência. Mas até meados do Século XIX, as iniciativas para trazer estrangeiros para o trabalho nas fazendas de café permaneceram bastante restritas. Uma política migratória mais agressiva só viria a ganhar importância na agenda governamental com o fim do tráfico de escravos.

Entretanto, mesmo diante da escassez de mão-de-obra, a tendência era estimular a entrada apenas dos migrantes europeus. Durante todo o Século XIX, nos debates das elites brasileiras sobre a imigração, a entrada de asiáticos no País era questão controversa. Naquele momento, a preferência racial das elites estava explícita na ideologia do branqueamento e no projeto de fazer do Brasil um país “civilizado”. Tanto a primeira quanto a segunda forneciam fortes argumentos para



Cartaz de empresa privada japonesa, utilizado para atrair imigrantes para o Brasil

Museu Histórico da Imigração Japonesa

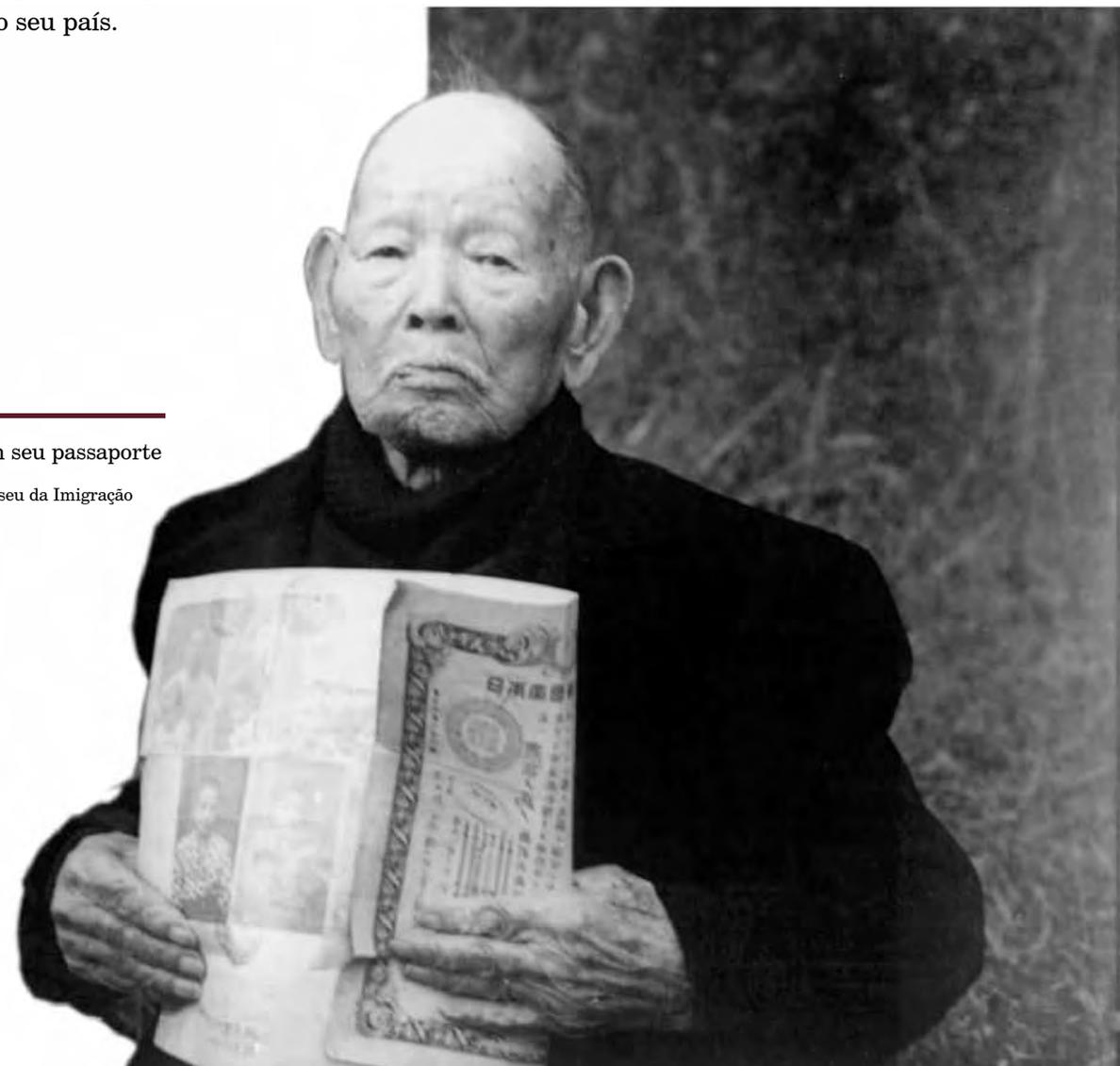
favorecer a entrada de imigrantes europeus e dificultar a vinda de trabalhadores asiáticos. E, se a necessidade de suprir a carência de mão-de-obra nas zonas cafeeicultoras não restringia, a princípio, os candidatos à imigração, a questão da raça manteve-se ainda polêmica por muito tempo, uma vez que as elites buscavam, através da política imigratória, definir o perfil da nação em construção nos moldes europeus. Em meados do Século XIX, a discussão sobre a entrada de chineses, considerados indolentes, na Câmara de deputados, acabava em um veto. Já no início da República, o Decreto de 28 de junho de 1890 restringia a entrada de imigrantes asiáticos ou africanos no Brasil.

Não era, pois, de se estranhar a recorrência das discussões a respeito da imigração nas relações diplomáticas entre Brasil e Japão. A tentativa de trazer trabalhadores para a lavoura cafeeira já ocorrera em 1894, por iniciativa de uma companhia japonesa, mas sem sucesso. O Tratado de Amizade firmado em 1895 com o Brasil representava alguns passos no sentido de efetivar o projeto migratório. Conforme um artigo do *Japan Times* de 23/12/1897, o diplomata da Legação Brasileira em Tóquio discursava para o governo japonês sobre a necessidade de se integrar comércio e emigração, para que ambos os países pudessem firmar uma posição dentro do mercado mundial. As oscilações quanto à entrada dos japoneses no Brasil, porém, eram muitas. Vistos com desconfiança muitas vezes, ainda um ano antes da chegada dos primeiros japoneses ao Brasil, dizia em carta um diplomata da Legação do Brasil em Tóquio, Luís Guimarães, que o “Brasil se mete voluntariamente numa aventura perigosa”, referindo-se ao fato de países como Estados Unidos, Canadá e Austrália estarem fechando suas portas à imigração japonesa (Guimarães, *apud* Nogueira, 1973, p. 88).

Do lado japonês, desde a Restauração Meiji, o crescimento populacional, a escassez de terras e o endividamento dos trabalhadores rurais, devido à modernização econômica e à monetarização do sistema tributário, levaram o governo a incentivar uma política de emigração, enviando trabalhadores para outros países, e também para outras regiões dentro do seu próprio território, como foi o caso da ilha mais ao norte do Japão, Hokkaido. Data, assim, desta época a saída dos primeiros emigrantes em direção ao Ocidente, que se dirigiam principalmente para o Havá e os Estados Unidos. Parte da população migrou para a Coreia e Manchúria, com a ocupação japonesa. A saída, entretanto, previa sempre um retorno da população para o seu país.

Os fluxos migratórios em direção ao Brasil, desta forma, se intensificariam justamente quando o governo norte-americano vetava a imigração dos japoneses em seu território. É a partir deste momento que o Brasil passaria a exercer um papel estratégico como saída para os interesses do Japão e sua política imigratória. De pontos diferentes do Japão vinham eles: em sua maioria, da ilha de Okinawa, de Kagoshima, Fukushima, Hiroshima e Kumamoto, com projetos parecidos e decepções compartilhadas.

Imigrante japonês com seu passaporte  
Memorial do Imigrante / Museu da Imigração



A chegada dos primeiros japoneses no País desencadeou a dolorosa relação dos imigrantes com o sentimento de desilusão, experimentado desde o instante que aportava o Kasato Maru, em Santos. Tomoo Handa (1987) em sua memória da imigração japonesa relata da festa que acontecia na cidade, quando o navio atracava, por ocasião das festas juninas, e que imaginavam os imigrantes serem os foguetórios em sua homenagem, celebrando sua vinda.

Para os japoneses, migrar para o Brasil representava a possibilidade de conseguir melhores condições de vida para retornar à terra natal. Este projeto, entretanto,

confrontado com a dura realidade do trabalho na lavoura, ia se mostrando de difícil realização. As companhias de imigração que instalaram atividades variadas também procuravam fixar os imigrantes na terra, afastando deles o projeto de conseguir um montante de renda para voltarem ao Japão. Aos poucos, muitos foram se apercebendo das dificuldades de retornar e abandonando seus planos originais. Percebiam também que o Estado japonês não tinha intenções de promover a volta dos trabalhadores. Viam-se, assim, postos diante da necessidade de desbravar outros caminhos para uma ascensão econômica.

Dizia uma canção das colônias, retratando as decepções sentidas: “Mentiu quem disse que o Brasil era bom, mentiu a companhia de emigração; no lado oposto da Terra cheguei, fiado no Paraíso, para ver o Inferno” (Handa, *apud* Sakurai, 1993, p. 46). As adversidades encontradas eram muitas. Mas também foram elas parte do caminho que se abriu para uma nova integração dos imigrantes à sociedade brasileira e para as mudanças de suas condições de vida. Costuma-se dizer que, embora recente, a imigração japonesa é bem-sucedida, quando se verifica a mobilidade social de seus descendentes e sua presença em setores variados, principalmente no meio urbano. Notória, também, é a passagem rápida destes imigrantes do colonato para arrendatário ou proprietário rural, ou ainda o deslocamento para o comércio nas zonas urbanas.



Entretenimento de imigrantes em navio japonês - década de 1930

Museu Histórico da Imigração Japonesa

Tabela 1 - Imigrantes entrados em São Paulo - períodos de 1870-1879 a 1950-1951

Períodos	Total de imigrantes	Italianos		Espanhóis		Portugueses		Alemães		Austriacos		Japoneses	
		Absoluto	Relati-vo (%)	Absoluto	Relati-vo (%)	Absoluto	Relati-vo (%)	Absoluto	Relati-vo (%)	Absoluto	Relati-vo (%)	Absoluto	Relati-vo (%)
Total	2 536 140	878 102	38,13	395 844	15,59	460 479	18,15	69 161	2,72	39 305	1,55	189 764	7,47
1870-1879	11 330	3 411	30,11	300	2,65	1 660	14,65	1 091	9,63	176	1,55	...	...
1880-1889	183 505	144 654	78,83	5 538	3,02	22 163	12,32	2 354	1,28	2 590	1,41	...	...
1890-1899	734 985	340 243	58,54	86 994	11,84	59 011	8,03	7 176	0,98	14 910	2,03	...	...
1900-1909	364 834	174 634	47,48	88 524	24,07	57 097	15,52	3 881	1,06	5 377	1,46	825	0,22
1910-1919	446 582	105 834	23,70	135 326	30,30	132 682	29,71	6 731	1,51	5 084	1,14	27 114	6,07
1920-1929	487 253	74 778	15,35	63 814	13,10	113 366	23,27	32 719	6,71	8 662	1,78	57 164	11,73
1930-1939	198 122	12 429	6,27	6 584	3,20	36 284	18,31	10 397	5,25	1 323	0,67	101 666	51,31
1940-1949	53 992	9 519	17,63	1 317	2,44	18 114	33,55	2 091	3,87	763	1,41	2 946	5,46
1950-1951	55 537	12 600	22,69	7 447	13,41	20 102	36,20	2 721	4,90	420	0,76	49	0,09

Fonte: Boletim do Departamento de Imigração e Colonização apud Nogueira, Arlinda Rocha. A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922). São Paulo : Instituto de Estudos Brasileiros, 1973.

Na primeira fase da imigração japonesa, os trabalhadores vinham contratados através do sistema de colonato, que funcionava também para os demais colonos europeus. Suas passagens marítimas eram financiadas em parte pelo governo do estado e em parte pelos fazendeiros, que descontavam posteriormente do trabalho dos colonos. O contrato previa uma permanência mínima de dois anos nas fazendas, uma vez que a evasão era grande.

Durante a primeira década da imigração, comparando-se com os dados de entrada de imigrantes de outros países, a presença de trabalhadores japoneses seria ainda modesta: 0,2% do total de estrangeiros que entravam no Estado de São Paulo.

Um período posterior da imigração, que vai da década de 1930 até a II Guerra Mundial, marcou a fase do maior fluxo migratório conhecido na história da imigração japonesa no Brasil. Uma grande parte destes trabalhadores procurava as terras das companhias de imigração japonesas que passaram a atuar diretamente na política de imigração, conjuntamente com o governo japonês. A Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), ou Companhia Ultramarina de Empreendimentos, fundada em 1917, era a empresa estatal que reunia diversas companhias de emigração, e passava a atuar tanto no Brasil, em São Paulo, quanto no Peru, Colômbia, Cuba e Filipinas. A KKKK gerenciava uma série de atividades além da própria emigração, tais como: a gestão das colônias, venda e compra de bens móveis e imóveis, toda a parte administrativa e financeira dos negócios além-mar, além da organização da infra-estrutura das colônias, tais como: construção de casas, escolas e fábricas. Este tipo de empreendimento passava a associar a manutenção da política imigratória e o aproveitamento de um mercado de capitais, através dos investimentos na cultura do algodão, fundamental para a indústria têxtil

#### Japoneses na Colônia de Bastos - década de 1930

Museu Histórico da Imigração Japonesa



Tomoo Handa  
Colheita de café - 1958  
Óleo sobre tela - 90 x 70 cm

Museu Histórico da Imigração Japonesa



japonesa que então crescia. Muitos dos japoneses que emigravam vinham também a partir dos relatos de parentes e amigos que os chamavam para cá tentar a sorte.

A partir do segundo período da imigração, que vai do meio da década de 1920 até a II Guerra, segundo Célia Sakurai (1993), o governo passa a tutelar mais diretamente a imigração, verificando-se, ainda, uma produção de bens mais diversificados. Nas terras adquiridas pelas companhias de imigração ou núcleos de imigrantes, cultivava-se além do algodão, cujo investimento passava a ser muito rentável para o Japão, produtos para o abastecimento interno, como hortaliças, arroz, casulos do bicho-da-seda, chá, entre outros.

Comércio de secos e molhados de um imigrante japonês - Pulópolis (SP), década de 1940

Memorial do Imigrante / Museu da Imigração



Tomoo Handa  
Entardecer no cafezal - s/d  
Óleo sobre tela - 61 x 50 cm

Museu Histórico da Imigração Japonesa

É possível acompanhar a fixação de núcleos de imigrantes junto com a expansão dos trilhos ferroviários de São Paulo, direcionando-se para as terras inexploradas. Grande parte destes imigrantes iriam para a região noroeste de São Paulo, onde se abriam novos trechos da estrada de ferro. Outros tipos de colônias, para além daquelas organizadas pelas companhias, também surgiam. Estes núcleos nasciam da iniciativa dos imigrantes que juntavam familiares e companheiros, organizando escolas e associações. A permanência neste tipo de colônia, também, não era sempre duradoura, ocorrendo mudanças conforme as oportunidades e investimentos das famílias, pois, como afirma Ruth Cardoso (1995), a mobilidade geográfica



dos sitiante japoneses era quase sempre um meio de conseguir, também, uma mobilidade social. Na busca sempre de condições melhores, observamos a mobilidade geográfica daqueles trabalhadores, e da incursão de novos imigrantes em direção às regiões e cercanias do Estado de São Paulo e Santa Catarina, ao sul, e também a Mato Grosso, Norte do País e Nordeste.

Porém, nem sempre as colônias obtinham sucessos. A ocupação da região Amazônica pelos japoneses, iniciada no final da década de 1920, sofreria seus revezes. Entretanto, os núcleos de

colonos lá se mantiveram, malgrado os insucessos e o definhamento de parte da população, dizimada por doenças e pelo abandono das empresas de imigração investidoras. Mas houve, também, cultivos bem-sucedidos, como o da pimenta-do-reino. Muitos imigrantes também se ocuparam da produção de bens para o abastecimento local na região. Assim, é possível verificar a presença de japoneses em várias regiões do País, embora a concentração, segundo os dados de 1988, continue sendo mais alta no Estado de São Paulo (cerca de 70%).

Tabela 3 - Distribuição dos imigrantes oriundos do Japão, naturais e brasileiros, segundo as Unidades da Federação - 1940/1950

Unidades da Federação	Oriundos do Japão			
	Total absoluto		Proporção por 100 000	
	1940	1950	1940	1950
Brasil	144 523	129 192	100 000	100 000
Rondônia	-	-	-	-
Acre	6	7	4	5
Amazonas	305	201	211	156
Rio Branco	-	-	-	-
Pará	467	421	323	326
Amapá	-	1	-	1
Maranhão	21	21	15	16
Piauí	-	-	-	-
Ceará	4	-	3	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-
Paraíba	23	4	16	3
Pernambuco	24	12	17	9
Alagoas	-	1	-	1
Fernando de Noronha	-	-	-	-
Sergipe	-	2	-	2
Bahia	39	70	27	54
Minas Gerais	893	917	618	710
Serra dos Aimorés	5	-	3	-
Espírito Santo	21	2	15	2
Rio de Janeiro	380	1 086	263	841
Distrito Federal	538	392	372	303
São Paulo	132 216	108 912	91 484	84 302
Paraná	8 064	15 393	5 580	11 915
Santa Catarina	5	13	3	10
Rio Grande do Sul	204	168	141	130
Mato Grosso	1 128	1 172	780	907
Goiás	180	397	125	307

Fonte: Censo demográfico 1940-1950. Rio de Janeiro : IBGE, 1950-1957.

Tabela 2 - Distribuição da população de descendentes nipônicos, segundo as regiões - 1988

Regiões	População total	
	Absoluta	Relativa (%)
Brasil	1 167 000	100,0
Norte	33 000	2,9
Nordeste	28 000	2,5
Sudeste	915 000	78,3
São Paulo	290 000	24,8
Grande São Paulo (1)	156 000	13,3
Estado de São Paulo (2)	382 000	32,7
Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais	87 000	7,5
Sul	142 000	12,2
Centro-Oeste	49 000	4,2

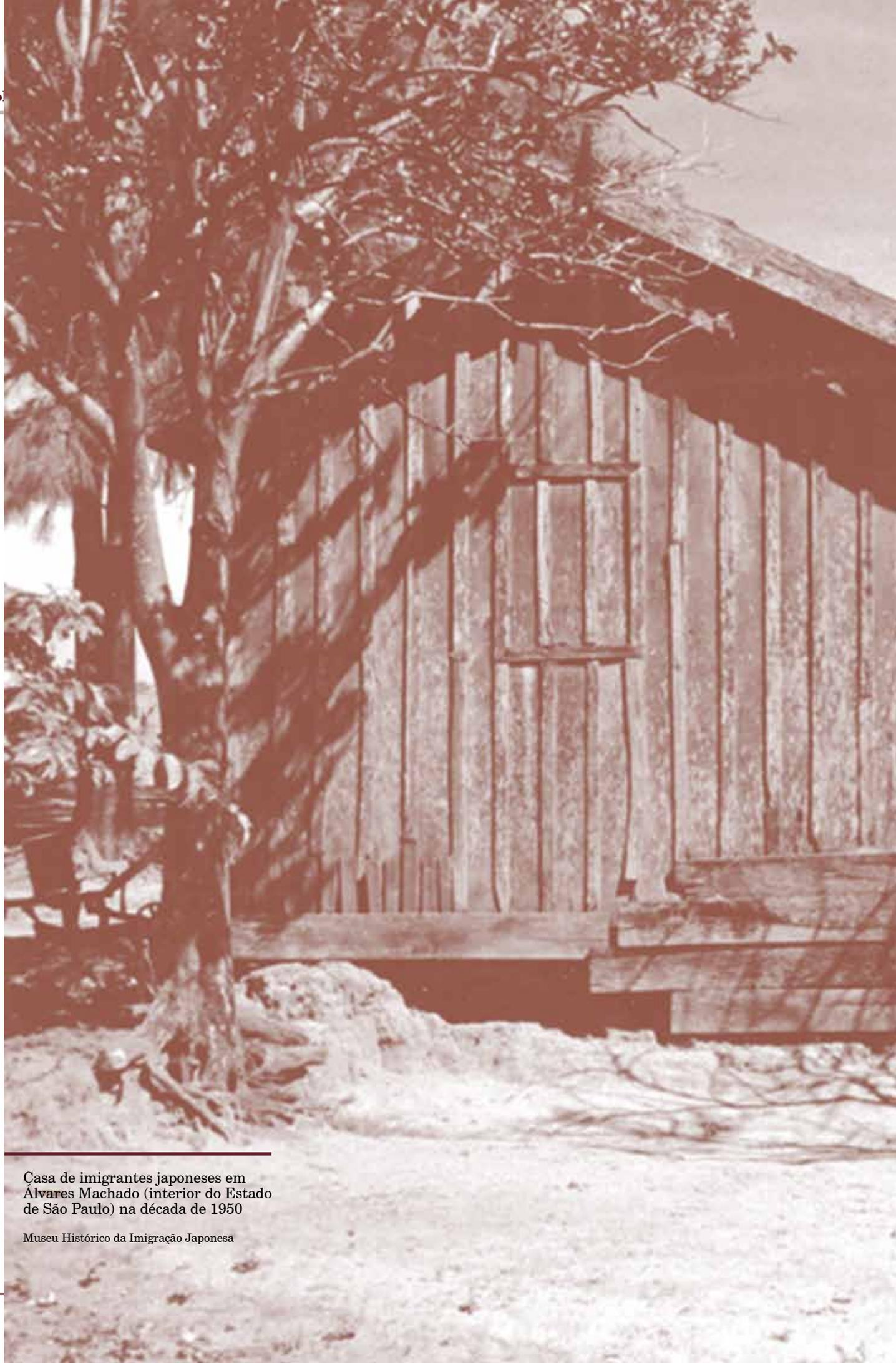
Fonte: Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1988.

Nota: O total da população de descendentes nipônicos constante na tabela do Centro de Estudos Nipo-brasileiros é de 1 168 000.

(1) Exclusive São Paulo. (2) Exclusive São Paulo e Grande São Paulo.

O fluxo migratório japonês, que estancou durante a Segunda Guerra, foi retomado a partir da década de 1950, estendendo-se até os anos de 1960. Neste momento, é possível identificar uma nova fase da imigração, quando o Japão, em fase de reconstrução após o término da guerra, obteve concessões para trazer novas famílias de imigrantes, reatando o acordo migratório com o governo brasileiro. Estes novos trabalhadores japoneses dispunham de condições já bem diferentes daquela dos primeiros imigrantes. Sobretudo, a partir de então, no que diz respeito ao trabalho agrícola, os imigrantes japoneses estavam associados à competência e aos avanços do trabalho no campo.

A imigração japonesa diferencia-se das imigrações europeias quando olhamos o peso que o conflito cultural provoca, porque o confronto com a diferença ganha a extensão de dois mundos: entre o Oriente e o Ocidente. Como acima me referi, os debates sobre sua entrada no País não eram um ponto pacífico. O japonês, além de ser considerado como uma “raça” que não poderia compor a nação, era também tomado em suas formas culturais como o completo “outro” no discurso oficial, sendo visto como diferença irreduzível. Compondo esta imagem do japonês de não assimilável culturalmente, estava também o estranhamento e a recusa do que era visto como alteridade absoluta. Estranhamento de que certamente se ressentiam os japoneses do seu lado. Para aqueles imigrantes, o confronto com uma realidade longe da sonhada, os contrastes vividos debaixo do sol nos cafezais, e o cotidiano dividido com outros colonos, com seus diferentes modos de vida e costumes, eram vistos como obstáculos a serem ultrapassados. Nos primeiros anos de



Casa de imigrantes japoneses em Álvares Machado (interior do Estado de São Paulo) na década de 1950



imigração, a realidade que viriam a encontrar no Brasil era completamente desconhecida: muitos dos que foram trabalhar nas lavouras de café sequer conheciam o sabor que tinha esta bebida amarga e escura. Tomoo Handa (1987) relata esses anos de difícil adaptação, que passava do preparo dos alimentos, de cozinhar com banha e usar temperos como o alho, à organização da economia doméstica; da aprendizagem da língua, à relação com outros imigrantes e brasileiros, chamados de *gaijin* que, traduzindo o ideograma, significa “humanidade de fora” – e não se há de duvidar quão tenaz teria sido o peso do fechamento do país a qualquer contato estrangeiro durante mais de duzentos anos para reforçar tal idéia.

Em frente à escola de língua japonesa, professor e alunos fazem ginástica. Década de 1930

Museu Histórico da Imigração Japonesa



Em tudo diferiria o modo de vida dos japoneses, da estrutura da casa e do peso da tradição familiar, do chão de tatami e do banho de furô, das pequenas às grandes coisas. Como se poderia imaginar que o feijão aqui se comia salgado, e não doce, como no Japão? Na perspectiva oposta, o espanto foi o mesmo. Nesta tensão entre os diferentes mundos de que se cercavam os imigrantes, eles buscavam preservar suas tradições e costumes como podiam. Nas escolas que formavam, as crianças eram ensinadas em japonês, em pleno interior do Brasil. Até a Segunda Guerra, as crianças aprendiam a história do Japão, sua geografia, conhecendo o nome de seus rios, mas pouco sabiam sobre a história do Brasil ou sequer tinham noção da dimensão do País que passaram a habitar. Em casa, reinventavam os



alimentos de sua terra com os produtos que cá encontravam, como a conserva salgada feita com mamão, ao invés do nabo. Fabricavam o missô, pasta de soja fermentada, tornando mais familiares suas refeições com os ingredientes brasileiros. Mas também adaptavam-se ao gosto do feijão e da mandioca, alimentos básicos de que nenhum imigrante, fosse qual fosse a nacionalidade, podia prescindir para enfrentar o trabalho na lavoura.

Uma questão que marca a presença do imigrante japonês no Brasil reside certamente nas reações causadas pela sua diferença cultural e étnica, em relação aos imigrantes europeus. Dos debates a favor e contra sua entrada, os argumentos oscilavam de um lado por serem considerados um povo trabalhador, e, por outro,

por serem tidos como inassimiláveis. Um momento de grande tensão e o mais duro nas relações entre a comunidade nipo-brasileira e o poder público foi durante o Estado Novo. Desde 1938, não era mais permitido o ensino em língua estrangeira e todos os livros utilizados pelas escolas japonesas ficaram proibidos. Para os imigrantes e descendentes japoneses, a manutenção de sua identidade estava na observação rigorosa da educação e de suas tradições. Tradições estas muitas já não comuns na sociedade japonesa de então, que vivia uma dinâmica interna complexa. O Japão que os imigrantes haviam deixado era o Japão da era Meiji.

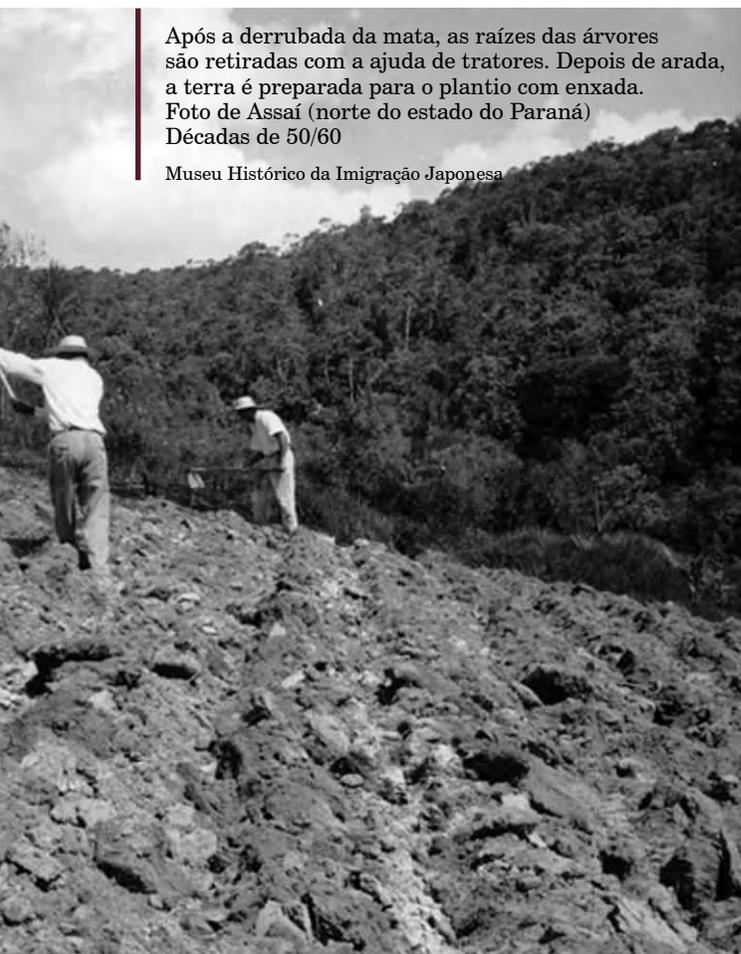
Enquanto diferentes física e culturalmente, eram tidos no discurso oficial como não-assimi-

No Japão destruído pela guerra, na década de 1950, famílias inteiras decidiram emigrar para o Brasil. Muitas delas vieram através da Cooperativa Agrícola de Cotia e se fixaram no interior do Estado de São Paulo, como esta reunida para o jantar.

Museu Histórico da Imigração Japonesa

Após a derrubada da mata, as raízes das árvores são retiradas com a ajuda de tratores. Depois de arada, a terra é preparada para o plantio com enxada. Foto de Assaí (norte do estado do Paraná) Décadas de 50/60

Museu Histórico da Imigração Japonesa



láveis, e então sobre eles toda vigilância era necessária. Esta pelo menos foi a política estado-novista em relação à comunidade nipo-brasileira durante o período que se estende até o pós-guerra. As desconfianças e preconceitos em relação aos *nikkeis* (a comunidade de descendentes de japoneses) podem ser apreendidos em discursos como o do ministro da Justiça Francisco Campos em 1941, que, defendendo a proibição da entrada de 400 japoneses em São Paulo, alegou pertencerem aqueles a uma raça e a uma religião absolutamente diversas. Segundo suas palavras: “seu padrão de vida desprezível representa uma concorrência brutal com o trabalhador do País; seu egoísmo, sua má-fé, seu caráter refratário, fazem deles um enorme quisto étnico e cultural localizado na mais rica das regiões do Brasil” (Campos, *apud* Duarte, 1997, p. 135). Após o término da II Guerra, o clima de desconfiança em relação aos imigrantes e descendentes ainda perduraria, tanto pelo fato de serem estes tomados por “inimigos” do País que habitavam, quanto pelas reações advindas da própria comunidade nipônica ante à derrota do Japão, como foi o caso do movimento *Shindô Renmei*.

Como forma de manutenção de sua identidade cultural, a comunidade nipônica no Brasil manteve-se fiel ao *Shindô*, que é a incorporação da tradição religiosa japonesa ligada ao mito de origem imperial do Japão. A retaliação e exclusão sofridas durante o Estado Novo foram compensadas pela colônia japonesa através da fidelidade não só aos costumes, mas, no que fazia parte de um conjunto mais amplo do patriotismo, ao sentimento de pertencimento ao império do Japão, entendendo-se como súditos do imperador de origem divina, o descendente da deusa *Amaterasu*. Desta feita, a derrota japonesa e o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki tiveram sobre a comunidade efeitos traumáticos. Muitos ficaram sem acreditar nas

notícias veiculadas, e desconfiavam até mesmo da autenticidade das transmissões de rádio noticiando a derrota, ou do discurso do imperador assumindo publicamente a vitória norte-americana. O fim da guerra maculava ainda, como aponta Célia Sakurai, a imagem do Japão imperial, calcado na ancestralidade divina do imperador, tido como invencível (Sakurai, 1993, p. 82). Entre as notícias que pareciam inverossímeis, a comunidade japonesa no Brasil sofreu, após a guerra, uma grande dissensão entre os *Kachigumi* e os *Makegumi*. Os primeiros – o grupo dos vitoristas – eram os que criam que o Japão havia vencido a guerra, e os segundos – grupo dos derrotistas –, que criam ser melhor aceitar a derrota japonesa. É entre os *Kachigumi* que surgiria a “Liga do Caminho dos Súditos”, a *Shindô Renmei*, com o objetivo de perseguir e de eliminar os derrotistas. Claramente, o radicalismo deste movimento foi gerado pelo isolamento e pelo inconformismo com a derrota, ao se darem conta da impossibilidade de retornar ao Japão, sonho acalentado por muitos que sofriam diretamente a discriminação e exclusão, acompanhados por vezes da violência, como foi o caso de alguns presos no governo estado-novista.

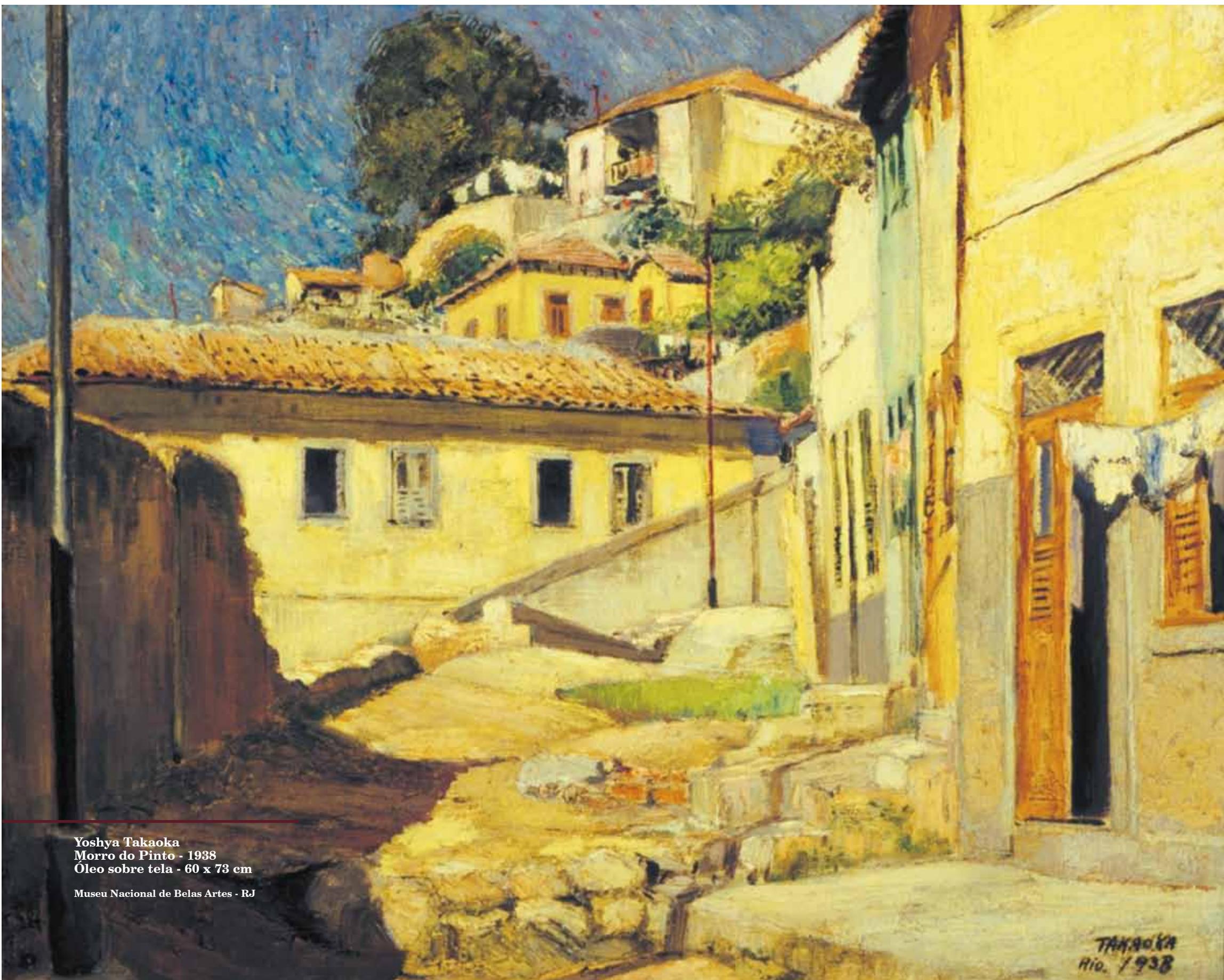
Inconformismo por um lado, incompreensão do outro e dificuldades no processo de assimilação cultural e de inserção dentro da sociedade brasileira não faltaram aos *nikkeis*. Mesmo nos períodos posteriores, com outras características, os sonhos, os projetos e o confronto com o mundo que cercava o imigrante seriam parte de uma reconstrução permanente daqueles projetos, de choque continuado entre culturas, cuja distância poderia equivaler à distância geográfica entre os dois países.

Mas o certo é que nenhum confronto resistiu às mudanças nas relações no tempo, e às trocas cultural e social entre a comunidade de imigrantes e a sociedade mais ampla que os acolheu. As gerações sucessivas de descendentes

dos primeiros imigrantes, os *nisseis* (segunda geração), *sanseis* (terceira geração) e *yonseis* (quarta geração) variaram em sua maneira de tráfegar pela cultura de seus pais, avós e bisavós, lidando duplamente com a tradição nipônica familiar e com a cultura do País em que nasceram. Os *sanseis* e *yonseis*, menos imersos nas tradições mantidas pelas colônias, mostram-se mais integrados à cultura brasileira que a geração de seus pais e avós. Grande parte das novas gerações não falam o japonês. Raramente, entretanto, deixa-se de notar entre os descendentes a presença forte de alguns valores tradicionais que marcaram seu processo de ascensão social: o esforço e a capacidade de agüentar as dificuldades, o espírito do *bushidô*, do guerreiro que possui sobre si o autocontrole. São ensinamentos passados pelos imigrantes criados na era Meiji, que orientaram a conduta das gerações de descendentes ante o trabalho e a família, e que, de certa forma, contribuíram para criar a imagem dos descendentes de japoneses como “estudiosos”, “inteligentes” e “disciplinados”.

Nos últimos anos, o movimento migratório de *nisseis* e *sanseis* para o Japão é um medidor desta vivência cultural dos japoneses e seus descendentes no Brasil: são o verso e reverso da história da imigração japonesa, nas suas contradições e na afirmação identitária dos *nikkeis* como brasileiros.

A migração no sentido inverso da corrente que trouxe seus antepassados começou na década de 1980. Os *dekasseguis*, como são chamados esses descendentes, cujos traços físicos revelam os vínculos com o País para o qual se direcionam em busca de trabalho, confrontam-se com uma sociedade muito distinta da qual cresceram, como brasileiros. Embora em parte estejam ligados à cultura japonesa, através das tradições de seus antepassados, são diferenças marcadas também pelo tempo que despontam.



Yoshya Takaoka  
Morro do Pinto - 1938  
Óleo sobre tela - 60 x 73 cm

Museu Nacional de Belas Artes - RJ



Lembro-me de minha avó, que, na década de 1970, em visita a São Paulo, espantou-se com o modo de falar dos *nikkeis* do bairro da Liberdade. Ouvia-se ali expressões antigas, de quando ela era criança no Japão. Este Japão que não mais existe e cujas formas culturais vimos transplantadas para um espaço geográfico tão distante é a maneira como a comunidade *nikkei* encontrou para manter em parte sua identidade. Os ecos do mundo deixado nas ilhas japonesas são ainda sonoros nas festas tradicionais (*o-matsuri*), em danças como o *bon-odori*, comemorado em julho, quando a aldeia espera pelo recebimento dos espíritos dos ancestrais, e que foi preservado pelas colônias por todo o Brasil.

Deixado este Japão no Brasil, entra-se com os *dekasseguis* em um Brasil no Japão. Este novo fluxo migratório é consequência da conjuntura econômica e da nova inserção do Japão na economia mundial. Em plena fase de crescimento econômico, o governo japonês passou a chamar trabalhadores do Brasil que tivessem ascendência japonesa para trabalhos de caráter temporário e pouco especializados, não preenchidos pelos trabalhadores do país. A consangüinidade foi um argumento utilizado para que se fizesse em caráter oficial tal seleção de trabalhadores de fora do Japão. Neste período, no Brasil, com a crise econômica, muitos setores da classe média viam a emigração para outros países como projeto viável para a recuperação ou melhoria de seu padrão de vida. Neste momento novos cruzamentos entre os projetos e as identidades dos trabalhadores imigrantes podem ser traçados. Descobrem, na sociedade de origem, as dificuldades de relacionamento por não falarem a língua japonesa e sentem na pele a discriminação, ao preencherem, na grande maioria dos casos, empregos de baixa qualificação.

Os novos imigrantes contrapõem as dificuldades enfrentadas a novas formas de convívio em grupo em um país estrangeiro. No Japão já existem associações, revistas e jornais e até mesmo um canal de televisão para a comunidade brasileira. Se aqui preserva-se o *bon-odori*, lá as comunidades de brasileiros já têm escolas de samba, que figuram exoticamente nas ruas japonesas, noticiadas esporadicamente pelos canais de televisão japoneses.

Passado quase um século da história da imigração japonesa, não restam dúvidas quanto à sua participação na sociedade brasileira como um todo, descobrindo-se como brasileiros. Quanto aos conflitos e ao choque das diferenças culturais, ponderamos que nenhum confronto mantém-se incólume às mútuas trocas culturais. Se o confronto da diferença é parte do caminho que tiveram que atravessar os imigrantes e seus descendentes, ao menos é perceptível a capacidade de transformação e de adaptação destes grupos que, ao buscarem seus projetos, ampliaram sua noção de identidade e de convívio entre diferentes culturas.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Estrutura familiar e mobilidade social : estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo : Primus Comunicação, 1995.
- DUARTE, Adriano Luiz. *A criação do estranhamento e a construção do espaço público*. Acervo : Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 129-146, jul./dez. 1997.
- HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês : história de sua vida no Brasil*. São Paulo : T. A. Queiroz, 1987.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*. São Paulo : Instituto de Estudos Brasileiros, 1973.
- SAKURAI, Célia. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo : Sumaré, 1993.





# Os Autores

---

### **Angela de Castro Gomes**

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, Pesquisadora do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e do CNPq e Professora Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense - UFF. Publicou, dentre outros, *A invenção do trabalhismo* (Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1994. 2ª ed.); *História e historiadores: política cultural no Estado Novo* (Rio de Janeiro : FGV. 1996); *Histórias de família: entre a Itália e o Brasil* (Niterói : Muiraquitã. 1999).

### **Jacqueline Hermann**

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF e Pós-Doutorado pela Universidad Complutense de Madrid. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Publicou, dentre outros trabalhos, *No Reino do desejado. A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII* (São Paulo: Companhia das Letras, 1998).

### **João José Reis**

Doutor em História pela Universidade de Minnesota (EUA), Pesquisador do CNPq e Professor Titular de História do Brasil na Universidade Federal da Bahia - UFBA. Publicou, dentre outros, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)* (São Paulo : Brasiliense. 1986) e *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX* (São Paulo : Companhia das Letras. 1998).

### **Kaori Kodama**

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC - RJ, Pesquisadora visitante da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Publicou “Uma missão para aletrados e naturalistas: ‘Como se deve escrever a história do Brasil?’”, in Ilmar Mattos Rohloff (Org.) *Histórias do Ensino da História no Brasil* (Rio de Janeiro, 1997).

### **Keila Grinberg**

Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF e Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO). Especialista no ensino de história dos judeus e do Oriente Médio. Publicou *Liberata – a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994); *Judaísmo: Memória e Identidade* (Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997).

### **Lucia Maria Paschoal Guimarães**

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo - USP. Pesquisadora do CNPq e Professora Titular de Historiografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Defendeu Dissertação de Mestrado intitulada *Espanhóis no Rio de Janeiro: contribuição à historiografia da imigração*. Publicou “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)” (Rio de Janeiro : Revista do IHGB. 1997).

### **Maria Lucia Mott**

Doutora em história pela Universidade de São Paulo – USP e Pesquisadora Científica do Instituto de Saúde (SESSP). Publicou *O Romance de Ana Durocher* (São Paulo: Siciliano, 1995).

### **Renato Pinto Venâncio**

Doutor em Demografia Histórica pela Universidade de Paris IV, Sorbonne, Professor Associado I da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Publicou *Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador, séculos XVIII e XIX* (São Paulo: Papirus, 1999).

### **Ronald José Raminelli**

Doutor em História pela Universidade de São Paulo – USP, estágio de pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociale - Paris, Professor Associado I da Universidade Federal Fluminense – UFF. Publicou, dentre outros trabalhos, *Imagens da Colonização* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edt. 1996) e “*Habitus Canibal*”, in Paulo Herkenhoff (Org.) *O Brasil e os Holandeses* (Rio de Janeiro: Sextante, 1999). Participa da presente publicação como responsável pela pesquisa iconográfica e pelo roteiro de imagens.

### **Ronaldo Vainfas**

Doutor em História pela Universidade de São Paulo - USP, Pesquisador do CNPq e Professor Titular de História Moderna na Universidade Federal Fluminense - UFF. Publicou, entre outros trabalhos, *Ideologia e escravidão* (Rio de Janeiro : Vozes. 1986), *Trópico dos pecados* ( Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1997. Reedição.1989. 1ª ed.) e *A heresia dos índios* (São Paulo : Companhia das Letras. 1995).

### **Valdir Gregory**

Doutor em História Social Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense - UFF e Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Defendeu tese de Doutorado intitulada: “Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a colonização do Oeste do Paraná de 1940 a 1970”.

# Apêndice

---

Estatísticas de 500 anos  
de povoamento de Brasil

## TABELAS E QUADROS

### 1- Evolução da população brasileira

Tabela 1.1 - População brasileira estimada e recenseada - 1550/1996

### 2 - População indígena

Quadro 2.1 - Comparativo entre estimativas da população indígena moderna e da existente no Século XVI, por grupos indígenas selecionados e localização

Quadro 2.2 - População estimada, no Século XVI, de grupos indígenas selecionados, já extintos

Tabela 2.1 - População das terras indígenas estimada, segundo as Unidades da Federação - 2000/2006

Tabela 2.2 - População residente autodeclarada indígena, por situação de domicílio, segundo as Unidades da Federação - 2000

### 3 - Tráfico de escravos

Tabela 3.1 - Desembarque estimado de africanos no Brasil - períodos de 1531-1575 a 1771-1780

Tabela 3.2 - Desembarque estimado de africanos no Brasil, por local de desembarque - quinquênios de 1781-1785 a 1851-1855

Tabela 3.3 - Desembarque estimado de africanos no Brasil, por procedência regional - períodos de 1701-1710 a 1801-1810

Tabela 3.4 - Mortalidade de escravos observada durante a travessia do Oceano Atlântico, entre portos selecionados da África e do Rio de Janeiro, com indicação do número de navios e do desvio padrão, durante os Séculos XVIII e XIX.

### 4 - Imigrantes

Tabela 4.1 - Imigração no Brasil - 1820-1975

Tabela 4.2 - Imigração no Brasil, segundo a nacionalidade - períodos decenais de 1884-1893 a 1924-1933 e anual de 1934 -1939

Tabela 4.3 - Imigração no Brasil, por nacionalidade - 1945 -1959

Tabela 4.4 - Imigração no Brasil, por nacionalidade, segundo o estado civil - 1945/1975

Tabela 4.5 - Imigração no Brasil, por nacionalidade, segundo a instrução - 1945/1975

Tabela 4.6 - Imigração no Brasil, por nacionalidade, segundo a profissão - 1945/1970

Tabela 4.7 - Naturalizações concedidas, por nacionalidade - períodos de 1889-1899 a 1970-1977

Tabela 4.7.1 - Naturalizações concedidas, por nacionalidade - período de 1989-2006

### 5 - Estrangeiros no Brasil

Tabela 5.1 - População presente segundo a nacionalidade - períodos de 01.08.1872 a 01.08.1996

Tabela 5.2 - Permanências concedidas a estrangeiros, por nacionalidade - 1968-1977



## 1 - Evolução da população brasileira

Tabela 1.1 - População brasileira estimada e recenseada - 1550/2000

Anos	Autores	Fontes	Estimativas da população	Anos	Autores	Fontes	Estimativas da população
1550	Contreiras Rodrigues	a	15 000				
1576	Contreiras Rodrigues	a	17 100				
1583	Pandiá Calógeras	b	(1) 57 000	1825	{ Giorgio Mortara Casado Giraldes	f e, h	4 899 000 5 000 000
1600	Contreiras Rodrigues	a	(2) 100 000		{ Giorgio Mortara	f	5 025 000
1660	Contreiras Rodrigues	a	(3) 184 000	1827	{ Maurício Rugendas	e, h	3 758 000
1690	Contreiras Rodrigues (média)	a	242 000		{ Giorgio Mortara	f	5 154 000
1700	Celso Furtado	c	300 000	1830	{ Malte-Brum	e, h	(4) 5 340 000
1766	Thomas Ewbank	a	1 500 000		{ Giorgio Mortara	f	5 354 000
	Dauril Alden (média)	d	1 788 480	1834	{ Senador José Saturnino	e, h	3 800 000
1776	Abade Correa da Serra	e	1 900 000		{ Giorgio Mortara	f	5 690 000
	Giorgio Mortara	f	2 700 000	1850	{ Senador Cândido Baptista de Oliveira	e, h	8 000 000
1780	Contreiras Rodrigues	a	2 523 000		{ Giorgio Mortara	f	7 256 000
	Giorgio Mortara	f	2 841 000	1854	{ Senador Luiz Pedreira do Couto Ferraz	e, h	(4) 7 677 800
	Dauril Alden (média)	d	2 888 078		{ Giorgio Mortara	f	7 711 000
1798	Giorgio Mortara	f	3 569 000	1867	{ "O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867"	e, h	(4) 11 780 000
	Humboldt	d	3 800 000		{ Giorgio Mortara	f	9 396 000
	Abade Correa da Serra	d	4 000 000	1868	{ Cândido Mendes de Almeida	e, h	11 030 000
1800	Celso Furtado	c	3 250 000		{ Giorgio Mortara	f	9 539 000
	Giorgio Mortara	f	3 660 000	1869	{ Senador Pompeu de Souza Brasil	e, h	(4) 10 415 000
	Memória Estatística do Império no Brasil	g, h	(4) 2 424 463		{ Giorgio Mortara	f	9 686 000
1808	D. Rodrigo de Souza Coutinho	e, h	4 000 000	1872	...	j	(5) 9 930 478
	Giorgio Mortara	f	4 051 000	1890	...	j	14 333 915
	Adriano Balbi	a	3 617 900	1900	...	j	17 438 434
1810	Humboldt	e, h	4 000 000	1920	...	j	30 635 605
	Giorgio Mortara	f	4 155 000	1940	...	j	(6) 41 236 315
1815	Conselheiro Velloso de Oliveira	i, h	2 860 525	1950	...	l	(7) 51 944 397
	Giorgio Mortara	f	4 427 000	1960	...	l	70 191 370
1817	Henry Hill	e	3 300 000	1970	...	l	(8) 93 139 037
	Giorgio Mortara	f	4 541 000	1980	...	l	(8) 119 002 706
1819	Conselheiro Velloso de Oliveira	i, e, h	(4) 4 396 132	1991	...	l	(8) 146 825 475
	Giorgio Mortara	f	4 657 000	1996	...	m	(8) 157 070 163
1823	Memória Estatística do Império do Brasil	g, h	(4) 3 960 866	2000	...	n	(8) 169 799 170

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 30.

Nota: As letras correspondem às diferentes publicações citadas na fonte da tabela:

a) Simonsen, Roberto C. História Econômica do Brasil (1 500/1820) - (1978). Apresenta as estimativas atribuídas a Contreiras Rodrigues, Thomas Ewbank e Adriano Balbi, p. 271; b) Pandiá Calógeras. Formação histórica do Brasil. (1935), p. 33. Também citado por Simonsen (fonte a, p. 88) e Marcílio (fonte j, p. 119); c) Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil (1959), p. 93; d) Alden, Dauril. The Population of Brazil in Late Eighteen Century - A Preliminary Study (1963), Tabela II e p. 194-195; e) Souza e Silva, Joaquim Norberto. Investigações Sobre o Recenseamento da População Geral do Império e de Cada Província de per si, tentandos desde os tempos coloniais até hoje (1870); f) Mortara, Giorgio. Sobre a utilização do Censo Demográfico para a Reconstrução das Estatísticas do Movimento da População do Brasil. (1941), p. 43; g) Autor Anônimo. Memória Estatística do Império do Brasil (1829). Obra oferecida ao Marquês de Caravelas, Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Tomo LVIII, Parte 1, 1895; h) Oliveira Viana, Francisco José. Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil. (1920); i) Velloso de Oliveira, Conselheiro Antonio Rodrigues. A Igreja do Brasil (1819), citado por Joaquim Norberto de Souza e Silva (fonte e, p. 162-163 que, com base nos mapas apresentados pelo Conselheiro Velloso, em anexo, distribuiu a população dos sete Bispados, segundo as 20 Províncias do Império; j) Recenseamento do Brasil 1872-1920. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, (1872) - 1930; l) Censo Demográfico 1940-1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1997; m) Contagem da população 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v. 1: Resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar; n) IBGE, Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE 2001: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. (1) Compreende 25 000 brancos, 18 000 índios e 14 000 escravos negros. (2). Compreende 30 000 brancos e 70 000 mestiços, negros e índios. (3) Compreende 74 000 brancos e índios livres e 110 000 escravos. (4) Os desdobramentos destes totais estão apresentados nas Tabelas 1.3 e 1.4. (5) Os resultados não incluem 181 583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada. (6) Exclui 16 713 pessoas recenseadas cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta. (7) Exclui 31 960 pessoas recenseadas cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta. (8) População residente.

## 2 - População indígena

Quadro 2.1 - Comparativo entre estimativas da população indígena moderna e da existente no Século XVI, por grupos indígenas selecionados e localização

Grupos indígenas selecionados e localização	Estimativas da população indígena	
	População moderna (1)	Século XVI
<b>Total</b>	...	2 431 000
Acre (Rio Purús) Não menos de 16 grupos	3 000-5 000	30 000
Amazonas (Rio Branco) 9 grupos	11 000-16 000	33 000
Tocantins 19 grupos	5 000-5 600	101 000
Nordeste - litoral 7 grupos	1 000	208 000
Nordeste - interior Não menos de 13 grupos	-	85 000
Maranhão 14 grupos	2 000-6 000	109 000
Bahia 8 grupos	-	149 000
Minas Gerais 11 grupos	0-200	91 000
Espírito Santo (Ilhéus) 9 grupos	-	160 000
Rio de Janeiro 7 grupos	-	97 000
São Paulo 8 grupos	-	146 000
Paraná e Santa Catarina 9 grupos	3 200-4 200	152 000
Rio Grande do Sul 5 grupos	-	95 000
Mato Grosso do Sul 7 grupos	6 200-8 200	118 000
Mato Grosso Central Não menos de 13 grupos	1 900-2 900	71 000
<b>Outros</b>	...	786 000

Fonte: Hemming, John. Red gold. The conquest of Brazilian Indians. London : MacMillan, 1978. p. 493-501.

(1) Estimativas publicadas em Ribeiro, Darcy. Culturas e línguas indígenas do Brasil. Educação e Ciência Sociais, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, 1957; Kitzman, Dale. Indians and culture areas of Twentieth Century. Brazil. In Janice Hopper (Ed.) Indians of Brazil in the Twentieth Century. Washington, D.C. : 1967.

Quadro 2.2 - População estimada, no Século XVI, de grupos indígenas, selecionados, já extintos

Grupos indígenas extintos	População original
Aimoré (Botocudo) (Ilhéus, Espírito Santo)	30 000
Caeté (Costa Nordeste)	50 000
Caeté (Minas Gerais)	30 000
Canindé, Genipapo	20 000
Carijó (São Paulo)	25 000
Carijó (Paraná)	6 000
Carijó (Rio Grande do Sul)	25 000
Cariri, Caratiú, Icó, Panati, etc. (interior Nordeste)	25 000
Charrua (Rio Grande do Sul)	35 000
Guarani (Mato Grosso do Sul)	25 000
Omágua (rio Solimões)	20 000
Potiguar (Costa Nordeste)	90 000
Tamoio (Rio de Janeiro)	25 000
Tamoio (Cabo Frio)	35 000
Tucuju (Amapá)	...
Tupinambá de Cumá (Maranhão)	25 000
Tupinambá do Recôncavo	85 000
Tupiniquim (Ilhéus, Espírito Santo)	55 000
Tupiniquim (São Paulo)	35 000

Fonte: Hemming, John. Red gold. The conquest of Brazilian Indians. London : MacMillan, 1978. p. 493-501.

Tabela 2.1 - População das terras indígenas estimada, segundo as Unidades da Federação - 2000/2006

Unidades da Federação	População estimada 2000	População estimada 2006 (1)
<b>Brasil</b>	<b>293 206</b>	<b>320 267</b>
Rondônia	5 870	5 515
Acre	8 273	8 493
Amazonas	75 288	77 391
Roraima	18 212	24 884
Pará	20 712	14 644
Amapá	4 457	4 457
Tocantins	5 775	5 775
Maranhão	16 639	15 815
Piauí	-	-
Ceará	336	5 219
Rio Grande do Norte	-	-
Paraíba	7 132	9 214
Pernambuco	23 986	24 070
Alagoas	2 943	6 908
Sergipe	230	230
Bahia	8 309	10 004
Minas Gerais	5 909	6 766
Espírito Santo	1 613	1 613
Rio de Janeiro	341	341
São Paulo	2 324	2 561
Paraná	8 307	9 394
Santa Catarina	2 116	6 126
Rio Grande do Sul	9 387	13 142
Mato Grosso do Sul	42 613	44 859
Mato Grosso	22 188	22 594
Goiás	246	252
Distrito Federal	-	-

Fonte: Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Diretoria de Assuntos Fundiários. (1) Os dados referem-se a agosto de 2006.

Tabela 2.2 - População residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio, segundo as Unidades da Federação - 2000

Unidades da Federação	População residente autodeclarada indígena		
	Total	Urbana	Rural
<b>Brasil</b>	<b>734 127</b>	<b>383 298</b>	<b>350 829</b>
Rondônia	10 683	4 223	6 460
Acre	8 009	1 098	6 911
Amazonas	113 391	18 783	94 608
Roraima	28 128	5 797	22 331
Pará	37 681	11 718	25 962
Amapá	4 972	1 258	3 714
Tocantins	10 581	3 428	7 153
Maranhão	27 571	8 036	19 535
Piauí	2 664	1 799	864
Ceará	12 198	8 303	3 895
Rio Grande do Norte	3 168	2 853	315
Paraíba	10 088	5 384	4 704
Pernambuco	34 669	23 553	11 117
Alagoas	9 074	4 202	4 873
Sergipe	6 717	5 322	1 395
Bahia	64 240	46 276	17 964
Minas Gerais	48 720	37 760	10 960
Espírito Santo	12 746	9 601	3 145
Rio de Janeiro	35 934	34 441	1 493
São Paulo	63 789	58 842	4 946
Paraná	31 488	20 135	11 352
Santa Catarina	14 542	8 149	6 392
Rio Grande do Sul	38 718	23 963	14 755
Mato Grosso do Sul	53 900	11 672	42 227
Mato Grosso	29 196	7 348	21 848
Goiás	14 110	12 474	1 636
Distrito Federal	7 154	6 880	274

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

## 3 - Tráfico de escravos

Tabela 3.1 - Desembarque estimado de africanos no Brasil - períodos 1531-1575 a 1771-1780

Períodos	Desembarque estimado de africanos			Períodos	Desembarque estimado de africanos		
	No período	Média anual	Relação percentual sobre o total de escravos desembarcados na América em cada século (%)		No período	Média anual	Relação percentual sobre o total de escravos desembarcados na América em cada século (%)
Total	1 895 500	-	33	1701-1710	153 700	15 370	30
1531-1575	10 000	222	22	1711-1720	139 000	13 900	
1576-1600	40 000	1 600		1721-1730	146 300	14 630	
1601-1625	100 000	4 000		1731-1740	166 100	16 610	
1626-1650	100 000	4 000	43	1741-1750	185 100	18 510	
1651-1670	185 000	7 400		1751-1760	169 400	16 940	
1676-1700	175 000	7 000		1761-1770	164 600	16 460	
				1771-1780	161 300	16 130	

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil : séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro : IBGE, 1990. p. 60.

(1) Esta estimativa exclui os africanos embarcados com destino à Europa ou ilhas do Atlântico, cujo movimento só adquiriu importância no Século XVI.

Tabela 3.2 - Desembarque estimado de africanos no Brasil, por local de desembarque quinquênios de 1781-1785 a 1851-1855

Quinquênios	Desembarque estimado de africanos					Quinquênios	Desembarque estimado de africanos				
	Total	Local de desembarque			Média anual a cada década		Total	Local de desembarque			Média anual a cada década
		Sul da Bahia	Bahia	Norte da Bahia				Sul da Bahia	Bahia	Norte da Bahia	
Total	2 113 900	1 314 900	409 000	390 000	-						
1781-1785	(63 100)	34 800	...	28 300	(16 090)	1821-1825	181 200	120 100	23 700	37 400	43 140
1786-1790	97 800	44 800	20 300	32 700		1826-1830	250 200	176 100	47 900	26 200	
1791-1795	125 000	47 600	34 300	43 100	23 370	1831-1835	93 700	57 800	16 700	19 200	33 430
1796-1800	108 700	45 100	36 200	27 400		1836-1840	240 600	202 800	15 800	22 000	
1801-1805	117 900	50 100	36 300	31 500	24 410	1841-1845	120 900	90 800	21 100	9 000	37 840
1806-1810	123 500	58 300	39 100	26 100		1846-1850	257 500	208 900	45 000	3 600	
1811-1815	139 400	78 700	36 400	24 300	32 770	1851-1855 (1)	6 100	3 300	1 900	900	-
1816-1820	188 300	95 700	34 300	58 300							

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil : séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro : IBGE, 1990. p. 60.

(1) Não foi registrado nenhum desembarque entre 1853 e 1855. Apenas um navio, transportando aparentemente 300 escravos, chegou ao Rio de Janeiro em 1856.

Tabela 3.3 - Desembarque estimado de escravos africanos no Brasil, por procedência regional  
períodos 1701-1710 a 1801-1810

Períodos	Desembarque estimado de escravos africanos			Períodos	Desembarque estimado de escravos africanos		
	Total	Procedência regional			Total	Procedência regional	
		Costa do Marfim	Angola			Costa do Marfim	Angola
Total	1 891 400	605 500	1 285 900	1751-1760	169 400	45 900	123 500
1701-1710	153 700	83 700	70 000	1761-1770	164 600	38 700	125 900
1711-1720	139 000	83 700	55 300	1771-1780	161 300	29 800	131 500
1721-1730	146 300	79 200	67 100	1781-1790	178 100	24 200	153 900
1731-1740	166 100	56 800	109 300	1791-1800	221 600	53 600	168 000
1741-1750	185 100	55 000	130 100	1801-1810	206 200	54 900	151 300

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil : séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro : IBGE, 1990. p. 60.

Tabela 3.4 - Mortalidade de escravos observada durante a travessia do Oceano Atlântico, entre portos selecionados da África e do Rio de Janeiro, com indicação do número de navios e do desvio padrão, durante os Séculos XVII e XIX

Portos selecionados	Número de navios	Mortalidade média (em cada 1 000)	Desvio padrão (em cada 1000)	Portos selecionados	Número de navios	Mortalidade média (em cada 1 000)	Desvio padrão (em cada 1000)
1795-1811	(1) 350	94	80	1825-1830	388	66	69
África Ocidental	7	63	28	Porto do Congo	117	33	42
Luanda	162	103	77	Ambriz	47	62	47
Benguela	165	74	63	Luanda	84	71	46
Moçambique	13	234	135	Benguela	55	73	44
				Moçambique	85	121	99

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil : séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro : IBGE, 1990. p. 61.

## 4 - Imigrantes

Tabela 4.1 - Imigração no Brasil - 1820-1975

Anos	Imigrantes	Anos	Imigrantes	Anos	Imigrantes
1820	1 682	1872	19 219	1924	96 052
1821	-	1873	14 742	1925	82 547
1822	-	1874	20 332	1926	118 686
1823	-	1875	14 590	1927	97 974
1824	126	1876	30 747	1928	78 128
1825	909	1877	29 468	1929	96 186
1826	828	1878	24 456	1930	62 610
1827	1 088	1879	22 788	1931	27 465
1828	2 060	1880	30 355	1932	31 494
1829	2 412	1881	11 548	1933	46 081
1830	-	1882	29 589	1934	46 027
1831	-	1883	34 015	1935	29 585
1832	-	1884	23 574	1936	12 773
1833	-	1885	34 724	1937	34 677
1834	-	1886	32 650	1938	19 388
1835	-	1887	54 932	1939	22 668
1836	1 180	1888	132 070	1940	18 449
1837	604	1889	65 165	1941	9 938
1838	396	1890	106 819	1942	2 627
1839	389	1891	215 239	1943	1 345
1840	269	1892	85 906	1944	1 612
1841	555	1893	132 589	1945	3 230
1842	568	1894	60 182	1946	13 039
1843	694	1895	164 831	1947	18 753
1844	-	1896	157 423	1948	21 568
1845	53	1897	144 866	1949	23 844
1846	435	1898	76 862	1950	35 492
1847	2 350	1899	53 610	1951	62 594
1848	28	1900	37 807	1952	88 150
1849	40	1901	83 116	1953	80 242
1850	2 072	1902	50 472	1954	72 248
1851	4 425	1903	32 941	1955	55 166
1852	2 731	1904	44 706	1956	44 806
1853	10 935	1905	68 488	1957	53 613
1854	9 189	1906	72 332	1958	49 839
1855	11 798	1907	57 919	1959	44 520
1856	14 008	1908	90 536	1960	40 507
1857	14 244	1909	84 090	1961	43 589
1858	18 529	1910	86 751	1962	31 138
1859	20 114	1911	133 575	1963	23 859
1860	15 774	1912	177 887	1964	...
1861	13 003	1913	190 343	1965	9 838
1862	14 295	1914	79 232	1966	8 175
1863	7 642	1915	30 333	1967	11 352
1864	9 578	1916	31 245	1968	12 521
1865	6 422	1917	30 277	1969	6 613
1866	7 699	1918	19 793	1970	...
1867	10 842	1919	36 027	1971	6 378
1868	11 315	1920	69 041	1972	8 767
1869	11 528	1921	58 476	1973	5 931
1870	5 158	1922	65 007	1974	6 766
1871	12 431	1923	84 549	1975	11 566

Fontes: O Brasil em números 1960. Rio de Janeiro : IBGE, 1960; O Brasil em números 1966. Rio de Janeiro : IBGE, 1966; Anuário estatístico do Brasil 1966. Rio de Janeiro : IBGE, v. 27, 1966; Anuário Estatístico do Brasil 1970. Rio de Janeiro : IBGE, v. 31, 1970; Anuário Estatístico do Brasil 1974-1975. Rio de Janeiro : IBGE, v. 35-36, 1974-1975; Anuário Estatístico do Brasil 1977. Rio de Janeiro : IBGE, v. 38, 1977.

Nota: Os Anuários Estatísticos do Brasil só registram informações sobre imigração externa até 1970.

## Apêndice

Tabela 4.2 - Imigração no Brasil, segundo a nacionalidade - períodos decenais 1884-1893 a 1924-1933 e anual 1934-1939

Nacionalidade	Imigração											
	Total	Efetivos decenais					Efetivos anuais					
		1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Total	4 158 717	883 668	852 110	1 006 617	503 981	717 223	46 027	29 535	12 773	34 677	19 389	22 868
Alemães	170 645	22 778	6 698	33 859	29 339	61 723	3 629	2 423	1 226	4 642	2 348	1 975
Espanhóis	581 718	113 116	102 142	224 672	94 779	52 405	1 429	1 206	355	1 150	290	174
Italianos	1 412 263	510 533	537 784	196 521	86 320	70 177	2 507	2 127	462	2 946	1 882	1 004
Japoneses	185 799	-	-	11 868	20 398	110 191	21 930	9 611	3 306	4 557	2 524	1 414
Portugueses	1 204 394	170 621	155 542	384 672	201 252	233 650	8732	9327	4 626	11 417	7435	15 120
Sírios e turcos	98 962	96	7 124	45 803	20 400	24 491	278	203	48	156	134	29
Outros	504 936	66 524	42 820	109 222	51 493	164 586	7 522	4 638	2 750	9 809	4 776	3 152

Fontes: Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro : IBGE, 1986. v. 1 : Repertório estatístico do Brasil : quadros retrospectivos (separata do Anuário estatístico do Brasil, ano 5, 1939/1940. p. 17); Anuário estatístico do Brasil 1979. Rio de Janeiro : IBGE, v. 40, 1980.

Tabela 4.3 - Imigração no Brasil, por nacionalidade - 1945-1959

Anos	Nacionalidade						
	Total	Alemães	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Outros
1945	3 230	22	74	180	1 474	-	1 470
1946	13 039	174	203	1 059	6 342	6	5 255
1947	18 753	561	653	3 284	8 921	1	5 333
1948	21 568	2 308	965	4 437	2 751	1	11 106
1949	23 844	2 123	2 197	6 352	6 780	4	6 388
1950	35 492	2 725	3 808	7 342	14 739	33	6 845
1951	62 594	2 858	9 636	8 285	28 731	106	12 978
1952	88 150	2 364	14 898	15 207	42 815	261	12 605
1953	80 242	2 305	13 677	15 543	33 735	1 928	13 054
1954	72 248	1 952	11 338	13 408	3 062	3 119	39 369
1955	55 166	1 122	10 738	8 945	21 264	4 051	9 046
1956	44 806	844	7 921	6 069	16 803	4 912	8 257
1957	53 613	952	7 680	7 197	19 471	6 147	12 166
1958	49 839	825	5 768	4 819	21 928	6 586	9 913
1959	44 520	890	6 712	4 233	17 345	7 123	8 217

Fonte: O Brasil em números 1960. Rio de Janeiro : IBGE, 1960.

**Estatísticas de 500 anos de povoamento**

Tabela 4.4 - Imigração no Brasil, por nacionalidade, segundo o estado civil - 1945/1975

Estado civil	Nacionalidade							Apátridas
	Total	Alemães	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Outras	
<b>1945 (1)</b>	<b>18 431</b>	<b>486</b>	<b>275</b>	<b>276</b>	<b>9 073</b>	<b>1 548</b>	<b>6 714</b>	<b>59</b>
Solteiros	8 608	174	119	91	4 778	854	2 573	19
Casados	9 186	245	145	178	3 930	640	4 010	38
Viúvos	537	62	11	6	303	54	99	2
Desquitados e divorciados	100	5	-	1	62	-	32	-
<b>1950</b>	<b>34 691</b>	<b>2 725</b>	<b>3 746</b>	<b>7 363</b>	<b>14 366</b>	<b>28</b>	<b>5 897</b>	<b>566</b>
Solteiros	18 695	1 216	1 916	4 032	8 145	10	3 158	218
Casados	14 925	1 342	1 733	3 187	5 865	12	2 499	287
Viúvos	930	128	95	140	330	6	185	46
Desquitados e divorciados	141	39	2	4	26	-	55	15
Não especificado	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>1954</b>	<b>72 248</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>
Solteiros	41 455	...	...	...	...	...	...	...
Casados	29 087	...	...	...	...	...	...	...
Viúvos	1 440	...	...	...	...	...	...	...
Desquitados, divorciados, separados	137	...	...	...	...	...	...	...
Não especificado	129	...	...	...	...	...	...	...
<b>1970 (2)</b>	<b>6 887</b>	<b>535</b>	<b>546</b>	<b>357</b>	<b>1 773</b>	<b>435</b>	<b>3 231</b>	<b>10</b>
Solteiros	3 370	229	334	220	858	262	1 464	3
Casados	3 180	288	164	128	725	167	1 705	3
Viúvos	296	6	46	9	187	6	40	2
Desquitados, divorciados, separados	39	12	2	-	3	-	21	1
Não especificado	2	-	-	-	-	-	1	1
<b>1975 (2)</b>	<b>11 566</b>	<b>1 248</b>	<b>410</b>	<b>1 356</b>	<b>-</b>	<b>111</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Solteiros	5 116	524	177	632	-	66	-	-
Casados	6 153	699	198	684	-	45	-	-
Viúvos	171	6	35	22	-	-	-	-
Desquitados, divorciados, separados	117	19	-	18	-	-	-	-
Não especificado	9	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1946. Rio de Janeiro : IBGE, v. 7, 1947; Anuário estatístico do Brasil 1952. Rio de Janeiro : IBGE, v. 13, 1953; Anuário estatístico do Brasil 1956. Rio de Janeiro : IBGE, v. 17, 1956; Anuário estatístico do Brasil 1970. Rio de Janeiro : IBGE, v. 31, 1970; Anuário estatístico do Brasil 1977. Rio de Janeiro : IBGE, v. 38, 1977.

Nota: Não está registrado nos Anuários Estatísticos Brasileiros a informação nacionalidade por estado civil para o ano de 1960.

(1) Referente ao quinquênio 1941/1945. (2) Referem-se aos imigrantes permanentes.

Tabela 4.5 - Imigração no Brasil, por nacionalidade, segundo a instrução - 1945/1975

Instrução	Nacionalidade							Apátridas
	Total	Alemães	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Outras	
<b>1945 (1)</b>								
Alfabetizados	15 141	469	251	249	6 834	1 187	6 095	56
Não-alfabetizados	3 291	17	24	27	2 239	361	620	3
Não declarado	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>1950</b>								
Alfabetizados	30 022	2 360	3 437	6 578	12 100	26	5 015	506
Não-alfabetizados	4 669	365	309	785	2 266	2	882	60
Não declarado	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>1960</b>								
Alfabetizados	32 141	751	6 514	2 919	9 320	6 213	4 927	497
Não-alfabetizados	8 366	91	1 148	512	3 785	1 533	1 190	107
Não declarado	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>1970 (2)</b>								
Sabem ler	5 630	447	499	334	1 317	373	2 650	10
Não sabem ler	1 257	88	47	23	456	62	581	-
Não declarado	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>1975 (2)</b>								
Alfabetizados	1 900	1 015	378	1 189	-	87	-	-
Não-alfabetizados	-	-	-	-	-	-	-	-
Não declarado	1 666	223	32	167	-	24	-	-

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1946. Rio de Janeiro : IBGE, v. 7, 1947; Anuário estatístico do Brasil 1952. Rio de Janeiro : IBGE, v. 13, 1953; Anuário estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro : IBGE, v. 21, 1960; Anuário estatístico do Brasil 1970. Rio de Janeiro : IBGE, v. 31, 1970; Anuário estatístico do Brasil 1977. Rio de Janeiro : IBGE, v. 38, 1977.

(1) Referente ao quinquênio 1941/1945. (2) Referente aos imigrantes permanentes.

Estadísticas de 500 anos de povoamento

Tabela 4.6 - Imigração no Brasil, por nacionalidade, segundo a profissão - 1945/1970

Profissão	Nacionalidade							Apátridas
	Total	Alemães	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Outras	
<b>1945 (1)</b>	<b>18 432</b>	<b>486</b>	<b>275</b>	<b>276</b>	<b>9 073</b>	<b>1 548</b>	<b>6 715</b>	<b>59</b>
Agricultores	1 945	1	13	-	1 095	812	24	-
Operários qualificados	707	1	9	-	520	-	177	-
Operários não-qualificados	182	-	-	-	162	-	19	1
Domésticas (2)	8 071	270	129	143	3 829	673	2 995	32
Técnicos	273	24	3	14	18	6	204	4
Outras	7 254	190	121	119	3 449	57	3 296	22
<b>1955</b>	<b>55 166</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>...</b>
Agricultores em geral	8 724	...	...	...	...	...	...	...
Agricultores qualificados	249	...	...	...	...	...	...	...
Operários em geral	1 363	...	...	...	...	...	...	...
Operários qualificados	9 585	...	...	...	...	...	...	...
Técnicos	396	...	...	...	...	...	...	...
Atividades domésticas	27 665	...	...	...	...	...	...	...
Comércio	3 750	...	...	...	...	...	...	...
Outras	3 434	...	...	...	...	...	...	...
<b>1960</b>	<b>40 507</b>	<b>842</b>	<b>7 662</b>	<b>3 431</b>	<b>13 105</b>	<b>7 746</b>	<b>7 117</b>	<b>604</b>
Agricultores não-qualificados	39	-	8	19	10	-	2	-
Agricultores qualificados	8 989	4	483	215	874	6 565	710	138
Operários não-qualificados	1 308	15	162	251	737	6	120	17
Operários qualificados	5 444	103	3 020	691	695	83	801	51
Atividades domésticas	18 669	380	3 351	1 758	8 385	884	3 615	296
Técnicos	717	80	34	59	2	98	429	15
Comércio	2 979	101	187	105	2 020	46	483	37
Outras	2 362	159	417	333	382	64	957	50
<b>1970 (3)</b>	<b>6 887</b>	<b>535</b>	<b>546</b>	<b>356</b>	<b>1 773</b>	<b>435</b>	<b>3 231</b>	<b>11</b>
Agricultores	253	2	5	2	102	118	24	-
Operários qualificados	199	22	47	17	52	19	40	2
Operários não-qualificados	17	-	3	-	5	-	8	1
Técnicos diversos	525	63	41	46	8	42	324	1
Atividades domésticas	493	31	20	14	198	6	222	2
Comerciantes	104	6	-	3	37	1	57	-
Outras (4)	5 296	411	430	274	1 371	249	2 556	5

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1946. Rio de Janeiro : IBGE, v. 7, 1947; Anuário estatístico do Brasil 1952. Rio de Janeiro : IBGE, v. 13, 1953; Anuário estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro : IBGE, v. 21, 1960; Anuário estatístico do Brasil 1970. Rio de Janeiro : IBGE, v. 31, 1970.

(1) Referente ao quinquênio 1941/1945. (2) Inclusive menores e estudantes. (3) Referente aos imigrantes permanentes. (4) Inclusive engenheiros, executivos, profissões universitárias, religiosos, menores e aposentados.

## Apêndice

Tabela 4.7 - Naturalizações concedidas, por nacionalidade - período 1889-1899 a 1970-1977

Período	Nacionalidade						
	Total	Alemães	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Outros
<b>Total</b>	<b>158 167</b>	<b>12 543</b>	<b>7 993</b>	<b>14 372</b>	<b>37 860</b>	<b>11 711</b>	<b>73 688</b>
1889-1899	1 619	128	106	126	803	...	456
1900-1909	2 882	147	238	985	1 195	...	317
1910-1919	1 754	71	167	175	1 088	2	251
1920-1929	6 604	464	244	500	3 804	94	1 498
1930-1939	11 411	888	611	989	5 564	101	3 258
1940-1949	20 863	1 782	2 180	3 522	8 548	77	4 754
1950-1959	37 776	5 984	841	2 376	4 957	1 375	22 243
1960-1969	38 929	1 833	1 598	2 646	6 702	4 170	21 980
1970-1977	36 329	1 246	2 008	3 053	5 199	5 892	18 931

Fonte: O Brasil em números 1966. Rio de Janeiro : IBGE, v. 2, 1966; Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro : IBGE, 1986. v. 1 : Repertório estatístico do Brasil : quadros retrospectivos (separata do Anuário estatístico do Brasil, ano 5, 1939/1940. p. 20); Anuário estatístico do Brasil 1979. Rio de Janeiro : IBGE, v. 40, 1980.

Tabela 4.7.1 - Naturalizações concedidas, por nacionalidade - período 1989-2006

Período	Nacionalidade							
	Total	Alemães	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Sírios e Turcos	Outros
<b>Total</b>	<b>10 061</b>	<b>87</b>	<b>163</b>	<b>239</b>	<b>212</b>	<b>135</b>	<b>214</b>	<b>9 011</b>
1989	2	1	...	...	...	...	...	1
1990	...	...	...	...	...	...	...	...
1991	2	1	...	...	...	...	...	1
1992	...	...	...	...	...	...	...	...
1993	...	...	...	...	...	...	...	...
1994	1	...	...	...	...	...	...	1
1995	...	...	...	...	...	...	...	...
1996	...	...	...	...	...	...	...	...
1997	3	...	...	1	...	...	...	2
1998	380	2	7	7	11	...	10	343
1999	1 590	19	30	48	29	...	31	1 433
2000	1 337	8	17	30	24	...	33	1 225
2001	936	9	12	28	6	4	18	859
2002	1 274	11	28	20	25	20	25	1 145
2003	1 739	14	24	58	43	41	26	1 533
2004	1 155	12	22	20	27	14	34	1 026
2005	1 119	5	17	20	25	32	32	988
2006	523	5	6	7	22	24	5	454

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Estrangeiros.

## 5 - Estrangeiros no Brasil

Tabela 5.1 - População presente, segundo a nacionalidade - períodos 01.08.1872 a 01.09.1991

Nacionalidade	01.08.1872 (1)	31.12.1890	31.12.1900	01.09.1920	01.09.1940 (2)	01.07.1950 (3)	01.09.1960	01.09.1970 (4)	01.09.1980 (4)	01.09.1991 (4)
Brasileiros natos	9 547 149	13 982 603	16 159 371	29 045 227	39 822 487	50 727 113	68 790 890	91 909 909	117 900 142	146 048 027
Naturalizados brasileiros	1 288	351 312	1 074 511	52 326	122 735	128 897	148 013	146 383	198 062	161 155
Estrangeiros	382 041			1 513 635	1 283 833	1 085 287	1 252 467	1 082 745	(5) 912 848	(5) 606 625
Sem declaração	-	-	204 552	24 417	7 260	3 100	-	-	-	-

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro : IBGE, v. 58, 1999.

Nota: Em 1970, 1980 e 1991, dados obtidos por processo de amostragem.

(1) Os resultados não incluem 181 583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada. (2) Excluíve 16 713 pessoas recenseadas cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta. (3) Excluíve 31 960 pessoas recenseadas cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta. (4) População residente. (5) Pessoas nascidas em país estrangeiro ou nascidas no Brasil e registradas em representações estrangeiras, que não se naturalizaram brasileiras.

Tabela 5.2 - Permanência concedida a estrangeiros, por naturalidade - 1968-1977

Anos	Nacionalidade						
	Total	Alemães (1)	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Outros
Total	67 022	1 365	1 931	2 983	26 131	4 230	30 382
1968	2 569	101	127	213	260	155	1 713
1969	2 662	104	167	250	284	174	1 683
1970	2 771	114	158	249	331	163	1 756
1971	4 144	158	191	331	677	227	2 560
1972	4 573	132	191	279	762	344	2 865
1973	5 822	195	239	317	971	527	3 573
1974	7 093	168	242	347	996	827	4 513
1975	11 094	85	252	405	5 628	810	3 914
1976	13 799	171	211	296	9 017	510	3 594
1977	12 495	137	153	296	7 205	493	4 211

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal.

(1) Imigrantes da Alemanha Ocidental.

Table 5.2.1 - Permanência concedida a estrangeiros, por naturalidade - 1984-2007

Anos	Nacionalidade							
	Total	Alemães	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Japoneses	Sírios e Turcos	Outros
Total	36111	837	2383	700	1523	700	172	29796
1984	1	...	...	...	...	...	...	1
1985	7	...	...	...	...	...	1	6
1986	4	...	...	...	1	...	...	3
1987	18	...	1	...	1	...	...	16
1988	15	...	...	...	1	...	...	14
1989	23	...	...	...	1	...	2	20
1990	18	1	...	...	2	...	...	15
1991	18	...	1	...	2	...	...	15
1992	84	2	9	1	1	1	...	70
1993	83	1	6	...	2	...	...	74
1994	131	2	4	5	...	5	1	114
1995	102	1	4	...	...	...	...	97
1996	231	4	13	6	7	6	1	194
1997	208	3	7	5	7	5	2	179
1998	280	6	15	4	8	4	3	240
1999	399	5	34	6	6	6	4	338
2000	378	4	16	5	13	5	...	335
2001	2 164	47	151	68	14	68	10	1806
2002	3 822	100	225	87	89	87	22	3212
2003	11 069	258	732	237	475	237	63	9067
2004	5 624	129	380	111	301	111	24	4568
2005	9 182	222	644	136	481	136	30	7533
2006	2 250	52	141	29	111	29	9	1879

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento de Estrangeiros.

Nota: Concessões de permanência pelo Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça.

## Imagens Capa

Mapa de trecho do médio Tocantins e região adjacente, com as missões do Duro. Meados do Século XVIII. Mapoteca do Itamaraty.

PIERRE DESCELLIERS  
Parte americana do planisfério feito em Arques (França), 1546. Mapoteca do Itamaraty.

PIERRE DESCELLIERS  
A América do Sul no planisfério feito em Arques (França), 1550. Mapoteca do Itamaraty.

CLAES JANSZ VOOGHT  
Carta hidrográfica que se estende do Cabo de São Tomé à Ilha de Santa Catarina. Mapoteca do Itamaraty.

## Ilustrações da Folha de Guarda

Aldo Victorio Filho







ISBN 978-85-240-3940-9

